



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

MARCELA GOMES FONSECA

**QUANDO A ALDEIA SE TORNA VILA:**

o processo de secularização da Missão de Trocano no baixo rio Madeira

(1730-1790)

DISSERTAÇÃO

Belém – Pará, 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

MARCELA GOMES FONSECA

**QUANDO A ALDEIA SE TORNA VILA:**

o processo de secularização da Missão de Trocano no baixo rio Madeira

(1730-1790)

DISSERTAÇÃO

Dissertação apresentada à banca de defesa de  
Mestrado em História Social da Amazônia, do  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da  
Universidade Federal do Pará, sob orientação do  
Prof. Dr. Karl Heinz Arenz.

Belém – Pará, 2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Fonseca, Marcela Gomes

Quando a aldeia se torna vila [livro eletrônico] :  
o processo de secularização da missão de Trocano no  
baixo Rio Madeira (1730-1790) / Marcela Gomes  
Fonseca. -- Belém, PA : Marcela Fonseca, 2024.  
PDF

Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia  
e Ciências Humanas, da Universidade Federal do  
Pará, 2023.

Orientação : Karl Heinz Arenz.

Bibliografia.

ISBN 978-65-00-97830-8

1. Aldeias indígenas - Brasil 2. Amazônia -  
História 3. Colonização - História 4. Secularização  
(Teologia) I. Título.

24-199219

CDD-981.1

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Amazônia : Brasil : História 981.1

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

MARCELA GOMES FONSECA

**QUANDO A ALDEIA SE TORNA VILA:**

o processo de secularização da Missão de Trocano no baixo rio Madeira

(1730-1790)

**Data de aprovação:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / 2023

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Dr. Karl Heinz Arenz – Orientador

Universidade Federal do Pará (UFPA | PPHIST)

---

Prof. Dr. José Alves de Souza Junior – Examinador Interno

Universidade Federal do Pará (UFPA | PPHIST)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanice Siqueira de Melo – Examinadora Externa

Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

---

Prof. Dr. Rafael Ale Rocha – Examinador Externo

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Para minha mãe Claudia, quem me ensinou a ser uma mulher corajosa e persistente.

Para meu pai José Antônio, quem me ensinou a amar a leitura e a escrita.

## AGRADECIMENTOS

Aos encantados que sempre me guardaram e guiaram meus caminhos entre rios, florestas, estradas, bibliotecas, arquivos e salas de aula rumo ao Paraguassú.

Aos meus pais amados, Claudia da Silva Gomes e José Antônio da Fonseca que com profundo amor e sensibilidade sempre me incentivaram e vibraram em cada passo dado no caminho da História.

Ao meu querido orientador, professor Karl Heinz Arenz, não só pela confiança em meu trabalho e pelas valiosas orientações, mas pelo entusiasmo, dedicação, empatia e profissionalismo com que conduz o seu ofício e que tanto me inspira a seguir o exemplo. Agradeço sobretudo pelo equilíbrio com que sempre me orientou, entre o incentivo à minha autonomia e autenticidade, e o rigor de sua lapidação nos momentos de revisão e avaliação.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter financiado esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da UFPA, referência em produção de conhecimento na Pan-Amazônia, no Brasil e no mundo, o qual tenho máximo orgulho de fazer parte. Sobretudo, por me conceder um auxílio para viagens acadêmicas em 2022, que me permitiu ir ao VI Encontro da Anpuh – AM, em Parintins, antiga aldeia de Tupinambaranas, e de lá ir ao município de Borba, antiga aldeia de Trocano.

Aos professores queridos da Universidade Federal do Pará que me ensinaram a caminhar melhor na jornada da pesquisa e da vida. Agradeço ao professor Pere Petit, não só por me ensinar a escrever um projeto de pesquisa em História, mas por me ensinar sobre o valor da contínua luta estudantil e docente. Agradeço aos professores Paulo Watrin, *in memoriam*, e José Alves de Souza Jr. que sempre estiveram dispostos a lerem meus escritos e debaterem ideias. Agradeço à professora Wilma de Nazaré Baía Coelho por me introduzir no universo da Educação para as relações étnico-raciais, temática pela qual me apaixonei e me comprometi de sempre revisitar. Agradeço aos professores Décio Guzmán e Vanice Siqueira pela generosidade em sempre estarem disponíveis para uma conversa de orientação, e pela gentileza no compartilhamento de leituras e metodologias que me foram fundamentais para a escrita desta dissertação. E

novamente, ao professor Karl por me apresentar o universo da Amazônia Colonial e suas possibilidades de pesquisa.

Aos professores de outras universidades que também contribuíram com minha trajetória. Agradeço ao professor Juan Sebastian Gomez Gonzalez da Universidade da Antioquia, Colômbia, por sempre atender as minhas dúvidas e clarificar meus caminhos de pesquisa. Aos professores Rafael Ale Rocha e Marcia Eliane Alves de Souza e Mello, ambos da Universidade Federal do Amazonas, pelas experientes dicas de pesquisa no Arquivo Histórico Ultramarino. E à professora Maria Regina Celestino de Almeida da Universidade Federal Fluminense por nossas proveitosas trocas de e-mails.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa de História da Amazônia Colonial (UFPA) e do Grupo de Estudos de História e Antropologia Indígena (USP) pelos aprendizados.

À rede de amigos e colegas que também foram essenciais nessa caminhada durante o Mestrado, não só por estarem sempre dispostos a debater, ler, trocar fontes e revisar meus artigos e planos de aula, mas por serem apoios fundamentais na troca de conversas, conselhos, afeto e força. Para vocês deixo um abraço forte de gratidão: Victor Hugo Modesto, Delen de Castro, Fabiana Carneiro, Geovana Taila, Augusto Coaguila Calvimontes, Leonardo Augusto, Leonardo Raiol, Mael Anhangá, Vandria Borari, André Pompeu, Fernanda Bombardi.

Imprescindível deixar registrado também, meu agradecimento a algumas pessoas que foram fundamentais para a exequibilidade desta pesquisa em seus bastidores. Agradeço imensamente ao Bispo Dom Zenildo Pereira da Silva e ao Padre Joseph Raj Arockiya da Diocese de Borba, por me hospedarem e por me concederem acesso ao arquivo da Paróquia de Santo Antônio durante minha visita ao município de Borba, no rio Madeira. Agradeço à professora Wania Alexandrino pela hospedagem em Santarém na volta de minha viagem de campo ao rio Madeira, sobretudo por suas orientações de pesquisa. E agradeço a minha querida amiga e mestra de Carimbó de Alter do Chão, Socorro Santana, por sua sempre gentil acolhida nesse vai-e-vem de pesquisas, participação em eventos acadêmicos e processos seletivos pelos sertões amazônicos. No mais, agradeço ao amigo querido Mário Oscar Nogueira (nosso Toró) e aos meus tios queridos Lenim e Izabel pelo incentivo de sempre. E às minhas avós, Otalina por suas orações, e Cecília, *in memoriam*, por seu exemplo de dedicação incansável à Educação. Ao Universo, a minha gratidão.

“Vem cá, Honorato,  
que eu vou te contar.  
Não foi ontem nem hoje,  
foi no século dezoito.  
À beira do Amazonas,  
várzea infestada,  
por febres e doenças,  
feitorias e fazendas,  
fundadas sobre os restos,  
de penas de ouro,  
penachos de prata.”

Marcela Gomes Fonseca

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo analisar o processo de secularização da aldeia missionária de Trocano, localizada no baixo rio Madeira, elevada à categoria de Vila de Borba, a nova em 1º de janeiro de 1756, pela política ilustrada e antijesuítica do então Secretário dos Negócios Interiores do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Considerada a primeira aldeia missionária nos sertões do Estado do Grão-Pará e Maranhão a ser elevada à categoria de vila civil pela política pombalina, Trocano estava localizada numa região estratégica. Primeiro, por estar numa rota de fronteira interna entre o Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Capitania do Mato Grosso, e externa, entre os domínios espanhóis e portugueses na América do Sul. E segundo, por estar numa rota hidrográfica para um sertão promissor em minérios, drogas do sertão e mão de obra indígena. Acredita-se que a secularização pioneira da aldeia de Trocano, que contou com a presença em pessoa do então Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, confirma a hipótese aqui defendida, de que as aldeias missionárias localizadas em regiões fronteiriças, foram prioridades na implantação da política pombalina para o vale amazônico.

**Palavras-chave:** Rio Madeira; aldeias missionárias; secularização; vilas; fronteiras; século XVIII; Amazônia colonial.

## ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the process of secularization of the missionary village of Trocano, located on the lower Madeira River, elevated to the category of *Vila* (township) under the name of Borba, the new, on January 1, 1756, by the enlightened and anti-Jesuit policy of the then Secretary for Inner Affairs of the Kingdom, Sebastião José de Carvalho e Melo, the future Marquis of Pombal. Considered the first missionary village in the backlands of the State of Grão-Pará and Maranhão to be elevated to the category of civil village by the Pombaline policy, Trocano was located in a strategic region. First, because it is on an internal frontier route between the State of Grão-Pará and Maranhão and the Captaincy of Mato Grosso, and external one, between the Spanish and Portuguese domains in South America. And second, because it is on a hydrographic route to a hinterland promising in minerals, spices and indigenous labor. It is believed that the pioneer secularization of the village of Trocano, which was visited in person by the then Governor of the State of Grão-Pará and Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, brother of Sebastião José de Carvalho e Melo, confirms the hypothesis here defended, that the missionary villages located in border regions were priorities in the implementation of the Pombal policy for the Amazon valley.

**Keywords:** Madeira River; mission villages; secularization; villages; borders; 18<sup>th</sup> century; Colonial Amazon Region.

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – “Nova carta da America Meridional” de Luiz Pereira e Cáceres (1789) .....	26
<b>Mapa 2</b> – “Amérique méridionale” de Jean-Baptiste D’Anville, versão de 1737 .....	43
<b>Mapa 3</b> – “Mapa geographica del rio Marañon o Amazonas”, Samuel Fritz (1691) ...	78
<b>Mapa 4</b> – Mapa “Amérique méridionale” de Jean-Baptiste D’Anville (1748) .....	78

## LISTA DE GRAVURAS

<b>Gravura 1</b> – Viração das tartarugas no rio Madeira (Século XVIII) .....	63
<b>Gravura 2</b> – Prospecto da Cachoeira de S. Antonio, Rio Madeira (1789) .....	64
<b>Gravura 3</b> – Ilha de Topinambas, excerto do mapa de Nicolas Sanson (1680) .....	72
<b>Gravura 4</b> – Forte de S. Julião da Barra visto do mar (1863) .....	112
<b>Gravura 5</b> – Planta do Forte de S. Julião da Barra (1892) .....	135
<b>Gravura 6</b> – Casal de Indios Hespanhoes (1787) .....	170
<b>Gravura 7</b> – Alçado do edificio da Feitoria do Negócio da Vila de Borba (1773) .....	181
<b>Gravura 8</b> – Planta da Feitoria do Negócio da Vila de Borba (1773) .....	182
<b>Gravura 9</b> – Prospecto da Villa de Borba a nova (1790) .....	183

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Excerto da estatística das missões jesuíticas (1730) .....	67
<b>Quadro 2</b> – Quadro com os nomes dos jesuítas presos no Forte de S. Julião da Barra e libertados em 1777. Anselm Eckart ocupava a cela 28 .....	136
<b>Quadro 3</b> – Vilas fundadas desde 1750 na Capitania de São José do rio Negro .....	151
<b>Quadro 4</b> – Vilas fundadas desde 1750 na Capitania do Grão-Pará .....	151

## LISTA DE ABREVIATURAS

**ARSI** – *Archivum Romanum Societatis Iesu*

**AHU** – Arquivo Histórico Ultramarino

**APEP** – Arquivo Público do Estado do Pará

**CEDEAM** – Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia

**IAN/TT** – Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
De aldeia à vila nas fronteiras da Amazônia colonial	13
Os métodos, as fontes e os capítulos	21
<b>CAPÍTULO I – Os antecedentes da secularização</b>	27
<b>1.1. As expedições no rio Madeira</b>	29
A expedição de Francisco de Melo Palheta (1722)	32
A expedição de Manuel Félix de Lima (1742)	39
<b>1.2. As missões no baixo rio Madeira</b>	47
O caso de Tupinambaranas e Irurizes	49
Padre João Sampaio e a fundação de Trocano	60
<b>1.3. Os indígenas no baixo rio Madeira</b>	69
Os Tupinambá e os Irurí: deslocamentos e depopulação	70
A carta do padre Bartolomeu Rodrigues (1714)	75
Os Mura e a reconfiguração espacial do rio Madeira	81
<b>CAPÍTULO II - De aldeia à vila: a secularização da missão de Trocano</b>	90
<b>2.1. O rio Madeira nos planos pombalinos</b>	92
A abertura do caminho fluvial entre o Mato Grosso e o Pará	94
A necessidade de ocupação das regiões de fronteira	102
<b>2.2. Anselm Eckart: o último jesuíta em Trocano</b>	108
A chegada dos padres <i>tapuitinga</i> à Vice-Província do Maranhão	111
A aldeia missionária de Trocano nos papéis pessoais de Anselm Eckart	117
<b>2.3. Os conflitos em torno da secularização da aldeia de Trocano</b>	124
Os embates entre Anselm Eckart e a política pombalina	127
A secularização de Trocano e o Diretório dos Índios	137
<b>CAPÍTULO III – A vila de Borba, a nova</b>	145
<b>3.1. Novas vilas para a Amazônia colonial</b>	147
<b>3.2. Quando o índio se torna colono</b>	154
Dos <i>oficiais índios</i> ao casamento entre <i>índias e brancos</i>	156
<i>Índios Hespáncos</i> na vila de Borba, a nova	167
<b>3.3. A vila de Borba, a nova e a circulação fluvial no rio Madeira</b>	173

Agricultura, drogas do sertão e comércio	174
Urbanização e circulação	179
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	186
<b>FONTES</b>	189
<b>REFERÊNCIAS</b>	191

## INTRODUÇÃO

### De aldeia à vila nas fronteiras da Amazônia colonial

*Coyr amó reco rupí*, isto é, de hoje em diante tudo vai mudar: novos costumes, nova disciplina, novo modo de viver<sup>1</sup>.

São estas as palavras, segundo conta o padre Anselm Eckart, o último jesuíta a administrar a aldeia missionária de Trocano, que teriam sido ditas pelo então Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), na ocasião de sua visita em pessoa para fundar, no lugar desta aldeia, a Vila de Borba, a nova, em 1 de janeiro de 1756. De acordo com a versão do padre, durante a fundação da primeira vila da recém-criada Capitania de São José do Rio Negro a fim de resguardar as regiões fronteiriças do rio Madeira em nome do rei D. José I de Portugal, o Governador teria proferido também que “Vamos hoje declarar guerra a este mato”<sup>2</sup>.

Em seguida, teria convocado alguns indígenas para repicar os sinos, soldados armados de machados para devastarem a floresta do entorno e, sob o som tonante das bombardas, “a aldeia que antes se chamava Trocano, passou a chamar-se Borba, a nova”. Nome que foi tomado da vila de Borba, na província portuguesa do Alentejo<sup>3</sup>. Sobre o intento de fundar a nova vila, vejamos as palavras do próprio Governador endereçadas ao seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo, o então Secretário de negócios estrangeiros de Portugal:

Quanto à fundação da nova Vila de Borba, sem embargo de que ainda não estou com saúde para muitas viagens, faço tenção em, expedindo a canoa que deve levar as vias ao Pará, ir eu fazê-la, e logo ali deixarei alguns moradores brancos e a Câmara estabelecida, e creio que me não faltará com que execute a virtude da paciência, porque naquelas missões estão uns alemães e um deles sumamente precipitado e absoluto [Anselm Eckart e Antonio Meisterburg]; porém, apesar dos

---

<sup>1</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 36.

<sup>2</sup> ECKART, 1987, p. 36.

<sup>3</sup> Segundo Iris Kantor, a partir da assinatura do Tratado de Madri (1750), o nome das povoações, aldeias e vilas passou a ser um elemento-chave para a definição de fronteiras entre os estados ibéricos. No período pombalino, portanto, houve a lusitanização dos nomes das aldeias missionárias secularizadas, que antes, em sua maioria possuíam nomes indígenas, sobretudo em Língua Geral, a fim de garantir a soberania portuguesa sobre o território. Ver KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750- 1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, p. 39-61, 2009.

seus requerimentos e protestos, ficará executada a ordem de S. Maj. e estabelecida a vila<sup>4</sup>.

Tornar uma *aldeia*<sup>5</sup> – que no discurso das autoridades coloniais era um espaço a ser domado, pois representava, ao mesmo tempo, a “rusticidade” dos sertões e dos indígenas sob a poder temporal dos missionários, mas também promissor em riquezas naturais – em *vila*<sup>6</sup>, significava dar um passo fundamental à frente no projeto-processo de colonização da Amazônia. Sobretudo, o projeto de reestruturação político-econômica da Coroa portuguesa de meados do século XVIII. A secularização de uma aldeia missionária nas fronteiras distantes do vale amazônico, a qual receberia uma Câmara, um pelourinho e moradores brancos para se alinhar aos moldes portugueses de civilização, atenderia de forma eficaz, portanto, a diversas demandas.

Primeiro, a demanda local, no âmbito do fortalecimento político-econômico interno do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Segundo, a demanda transfronteiriça, com a defesa, ocupação e povoamento de territórios em regiões limítrofes aos domínios espanhóis, em favor da Coroa portuguesa, no contexto do Tratado de Madri (1750). E terceiro, a demanda global, afinal, os rendimentos econômicos produzidos pelas novas vilas, e por conseguinte, pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, contribuiriam para o crescimento econômico do Reino na corrida entre os Estados modernos europeus, na

---

<sup>4</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 526.

<sup>5</sup> Segundo o Padre Rafael de Bluteau (1789, p. 54), no primeiro tomo do seu *Diccionario da lingua portugueza*, do século XVIII, “aldeia” significava “povoação pequena, de poucos vizinhos, que não tem jurisdição própria, mas depende da Villa, ou Cidade vizinha. No Brasil, *aldeias de Indios*, são as povoações dos domesticados, e que descem dos Sertões”. Assim “aldear”, ainda no Dicionário de Bluteau e em referência ao Padre Antonio Vieira, significava dispor, recolher ou reunir os indígenas em aldeias. Já em seu *Vocabulario potuguez e latino*, Bluteau complementa que “Aldea” derivaria do verbo grego “Aldainein”, advindo de “Augmentar” e “acrecentar”. Assim, “aldeia” era uma povoação menor que “lugar”. Nesta dissertação, utilizaremos o termo “aldeia” e “aldeia missionária”, presente nas fontes, e de acordo com Maria Regina Celestino de Almeida, para designar esse espaço para onde os indígenas de diversas etnias eram descidos para a catequização, primeiro passo para a integração à colonização. Ver BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portuguesa: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 2 vols. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789; BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino**. 8 vols. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus / Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ANRJ, 2003.

<sup>6</sup> Para Bluteau, no segundo tomo do seu *Diccionario da lingua portugueza*, do século XVIII, “Villa” significava uma povoação “de menor graduação que a cidade, e superior a aldeia, tem juiz, câmara, e pelourinho”, “pouco polida, e urbana”. Ver BLUTEAU, 1789 (2), p. 526.

qual Portugal estaria em desvantagem segundo julgava Sebastião José de Carvalho e Melo<sup>7</sup>.

O processo de secularização da aldeia missionária de Trocano, apesar de ter sido resultado de uma política longamente vivenciada e refletida dos sertões da colônia aos paços da metrópole, conforme é defendido nesta pesquisa, foi permeado de calorosos embates entre os sujeitos envolvidos: jesuítas alemães, povos indígenas e autoridades coloniais. Em carta enviada ao reino, mencionada no excerto acima, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que com frequência se refere à fundação que fez da povoação em 1º de janeiro de 1756, pontua que ao fundar a Vila de Borba, a nova, estaria executando uma ordem de Santa Majestade. Para esta dissertação, que tem por objetivo principal analisar os embates ocorridos durante esse processo de secularização, é importante destacarmos, contudo, a insatisfação do padre alemão Anselm Eckart com a fundação dessa nova vila, sobretudo quanto aos louros de sua fundação atribuídos ao Estado. Sobre isso, e em defesa do trabalho anterior dos jesuítas, questionava-se: “*Construíram uma cidade no mês de Janeiro de 1756. Mas quem construiu? Quem foram os Rómulos e Remos desta nova ‘Roma’?*”<sup>8</sup>.

Na análise do processo de secularização de Trocano desde os seus antecedentes, este trabalho aponta que a princípio, esta aldeia foi criada na primeira metade do século XVIII, a partir da convergência de interesses entre a Coroa portuguesa e agentes locais que já atuavam nos sertões da colônia desde o último quartel do século XVII, momento ainda de frágil presença oficial lusa na região. Estes agentes foram, sobretudo, missionários jesuítas, mas também comerciantes, mineradores e expedicionários particulares ou oficiais. Apesar dos conflitos cotidianos entre estes sujeitos, havia uma necessidade consoante de garantia de uma povoação de apoio para expedições e para a expansão de missões, ligada à Coroa portuguesa, no curso do rio Madeira. Esta aldeia missionária, importante destacar, foi constituída e profundamente moldada também pelas dinâmicas e mobilidades próprias – e adquiridas em razão de demandas coloniais

---

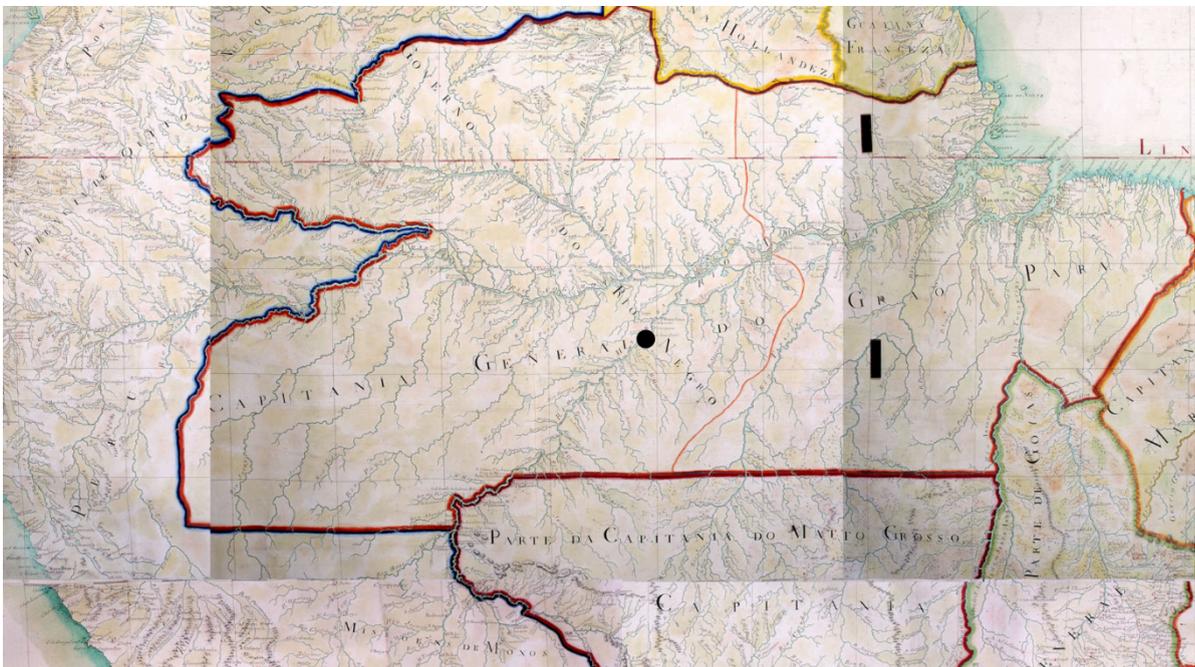
<sup>7</sup> Sobre a avaliação de Pombal de que Portugal se encontrava em situação de atraso e dependência econômica, sobretudo, em relação aos ingleses, após sua experiência como embaixador português em Londres e Viena ver CORREIA, Maria Alcina Ribeiro. **Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena na Áustria: elementos para o estudo de sua vida pública (1744-1749)**. Lisboa [s/ed.], 1965; AZEVEDO, João Lúcio. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004; SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012.

<sup>8</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 36.

– das populações indígenas que habitavam e transitavam pela região, como os Tupinambá, os Iruri e os Mura.

No entanto, em meados do século XVIII, em razão da crescente necessidade de afirmação da autoridade portuguesa em regiões fronteiriças com os domínios espanhóis, no contexto da assinatura do Tratado de Madri (1750), e da necessidade do aumento dos rendimentos econômicos do Estado, identifica-se o *problema* do acirramento da disputa entre missionários e autoridades coloniais pela administração de aldeias promissoras, como Trocano. Neste contexto, a proximidade do *espaço* da aldeia com os domínios espanhóis, como podemos observar no mapa abaixo, somada à incompatibilidade nas *relações*, isto é, interesses e experiências divergentes dos sujeitos, sobretudo entre o Governador Mendonça Furtado e o jesuíta Anselm Eckart – acusado de conluio armado próximo à fronteira contra os portugueses –, acreditamos que foram os principais motivos que levaram a política pombalina a providenciar a secularização da aldeia de Trocano, de modo prioritário em comparação a outras aldeias.

**Mapa 1:** Excerto da “Nova carta da America Meridional” de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (1789). No mapa é indicado com um ponto em cor preta, adicionado pela autora, a localização da vila de Borba, a nova, no baixo curso do rio Madeira, no caminho fluvial entre a capitania do Rio Negro e a capitania do Mato Grosso, e entre os domínios lusos e castelhanos na América.



**Fonte:** Londres National Archives. Disponível em:  
<http://journals.openedition.org/terrabrasilis/docannexe/image/1230/img-6.jpg>.

Outra hipótese que conduzirá minha argumentação está ligada à importância do processo de secularização da aldeia missionária de Trocano (1756) para a criação da Lei do Diretório dos Índios, promulgado em maio de 1757 e aplicado a partir de agosto de 1758. Interpretado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado como exemplo de “sucesso”, a secularização de Trocano tornou-se o motivo da sugestão ao seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo de que a *Instrução*<sup>9</sup> aplicada nesta aldeia para regular a Liberdade dos Índios no contexto de fundação da Vila de Borba, a nova, servisse de exemplo para a fundação de outras vilas e fosse, inclusive, transformada em regra para todo o Estado. Essa questão já foi apontada anteriormente por outros pesquisadores, como João Lúcio de Azevedo<sup>10</sup>, Renata Malcher de Araújo<sup>11</sup> e Mauro Cezar Coelho<sup>12</sup>, e também a compartilharei aqui. Guiada pelos autores, acredito que o episódio da vila de Borba, a nova, não exatamente contribuiu para a criação em si do Diretório dos Índios, mas para a consolidação da reflexão de criação da lei, que já estava sendo gestada desde o início do Governo de Mendonça Furtado<sup>13</sup>.

A secularização de aldeamentos, e por conseguinte, a criação de vilas no vale amazônico, foi um processo que esteve ligado ao plano político-econômico de reforma, recuperação e fortalecimento do Estado moderno português, de cunho iluminista, concebido por Sebastião José de Carvalho e Melo e direcionado à colônia amazônica, situada estrategicamente no espaço atlântico. Este processo transcorreu o terceiro quartel do século XVIII, mas não terminou nele. Assim, como aponta o título desta dissertação, associaremos o termo *secularização*, assim como o de *Iluminismo*, à ideia de um processo e não de um projeto acabado<sup>14</sup>. Quanto à semântica do termo, no século

---

<sup>9</sup> Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 70.

<sup>10</sup> AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999, p. 268.

<sup>11</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998, p. 127.

<sup>12</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 168.

<sup>13</sup> COELHO, 2005, p. 168.

<sup>14</sup> OUTRAM, Dorinda. **The Enlightenment: new approaches to European history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 1-13.

XVIII, conforme o padre Rafael de Bluteau<sup>15</sup>, no segundo tomo do seu *Diccionario da lingua portugueza*, “secularização” significava o ato de tornar secular aquilo que era eclesiástico ou regular, além de “pedir ajuda do braço secular”, isto é, do poder civil.

Entretanto, enfocaremos a *secularização* enquanto um processo não necessariamente incompatível à religião. Sobretudo, quando nos referimos ao caso específico do mundo português, ainda profundamente marcado pela influência da Igreja Católica. Por isso, preferimos falar em “Iluminismo português e luso-brasileiro no contexto das reformas pombalinas”. Alguns autores preferem chamá-lo de “Luzes Ecléticas”<sup>16</sup>, ou mesmo de “Iluminismo Católico”<sup>17</sup>. Contudo, apesar de concordar com diversos pontos abordados pelos autores, evitaremos o uso definitivo de um destes dois conceitos em razão de algumas problemáticas que eventualmente trazem.

Uma das problemáticas é a ideia de que, no contexto do Império Português, o iluminismo misturou-se de forma eclética e pragmática a aspectos ibéricos considerados “arcaicos”, como o catolicismo, o que serviria para resgatar gradualmente Portugal do “atraso” político-econômico, mas que, na verdade, teria criado barreiras para que ideias mais radicais iluministas florescessem. Esta análise, no entanto, abre precedentes para generalizações que colocam o caso português em oposição a outros lugares da Europa que teriam experimentado um Iluminismo que supostamente teria se realizado de forma completa e perfeita, pois menos eclética<sup>18</sup>. Quanto ao termo “Iluminismo católico”, por vezes também pode reforçar essa caricata oposição entre Portugal e uma Europa “mais esclarecia”, o que coloca o mundo luso como uma exceção à regra diante de uma suposta postura geral anticlerical e anticristã do Iluminismo.

---

<sup>15</sup> BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portuguesa**: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. 2 vols. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789.

<sup>16</sup> FALCON, Francisco Calazans. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1993, p. 431; NOVAIS, Fernando Antônio. Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 4, n. 77, p. 105-118, 1984, p. 105; DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009, p. 39-126.

<sup>17</sup> MONCADA, Luís Cabral de Oliveira. Um “iluminista” português do século XVIII: Luís António Verney. In: MONCADA, Luís Cabral de Oliveira (Org.). **Estudos de História do Direito: século XVIII – Iluminismo Católico: Verney-Muratori**. Vol. 3 Coimbra: Imprensa da Universidade, 1950, p. 5-7.

<sup>18</sup> ROCHA, Igor Tadeu Camilo. **Entre o “ímpeto secularizador” e a “sã teologia”: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII-XIX)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019, p. 32.

Igor Tadeu Rocha, em sua tese sobre a “secularização” e a “ilustração católica” no mundo português<sup>19</sup>, alerta que o historiador pode incorrer em múltiplos problemas, caso generalize uma postura irreligiosa geral do processo de secularização. Portanto, no presente trabalho, a respeito da secularização de uma aldeia missionária no interior de uma colônia portuguesa na América, considero o processo de secularização ocorrido no tempo das reformas pombalinas, enquanto um ambiente de coexistência de princípios binários, como por exemplo, inovação e tradicionalismo, liberdade e subordinação absolutista ou empirismo e escolástica<sup>20</sup>. De forma específica, tratou-se de um processo que, embora não antirreligioso, teve, em certa medida, um caráter anticlerical. Este se evidenciou numa postura declaradamente antijesuítica<sup>21</sup>.

A presente pesquisa procura também atentar à política reformadora de Sebastião José de Carvalho e Melo direcionada para a “civilização” do vale amazônico por meio da criação de Vilas conforme os moldes portugueses. Esta política não mirou apenas na “secularização” como meio da urbanização dos sertões do Estado do Grão-Pará e Maranhão, que tradicionalmente é pesquisada por este viés<sup>22</sup>. Pretendo, assim, inserir aspectos mais amplos concernente à sociedade colonial. No âmbito sociocultural, a língua foi um dos importantes alvos da “secularização pombalina”, por meio da obrigatoriedade do uso da Língua portuguesa, a “língua do príncipe”, em detrimento da Língua Geral, ensinada pelos jesuítas aos indígenas e amplamente falada no cotidiano amazônico. Já no âmbito político-econômico, destaca-se a passagem do poder temporal administrativo sobre os aldeamentos – que antes era dos missionários – para a autoridade do Estado, assim como a cobrança dos dízimos, o regulamento do trabalho dos indígenas e o comércio das drogas do sertão. A secularização portuguesa desse conjunto de aspectos da sociedade, que se concretizou e se acelerou com a criação das vilas em meados do século XVIII, influenciou profundamente na mudança gradual do cotidiano e dos modos de vida na Amazônia. Processo histórico que foi marcado por

---

<sup>19</sup> ROCHA, Igor Tadeu Camilo. **Entre o “ímpeto secularizador” e a “sã teologia”: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII-XIX)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019, p. 32.

<sup>20</sup> HANSEN, João Adolfo. As Liras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. **Via Atlântica**, São Paulo v. 1, p. 40-53, 1997.

<sup>21</sup> SANTOS, Cândido dos. Matrizes Do Iluminismo Católico da Época Pombalina. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena (orgs.). **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 952.

<sup>22</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997; ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998.

reconfigurações relacionais, espaciais, políticas, econômicas e simbólicas, em meio a assimétricas disputas, conflitos e mediações, envolvendo agentes muito diversos – funcionários, militares, moradores, missionários e, sobretudo, indígenas.

Na historiografia já constam diversas pesquisas, tanto a respeito do processo de instauração das aldeias missionárias<sup>23</sup>, quanto de fundação das vilas<sup>24</sup>. *Aldeia* e *vila* são espaços centrais para a compreensão da formação e transformação da sociedade colonial amazônica, pois concentraram e catalisaram experiências de encontros, expectativas, tramas e embates entre os mundos indígenas, europeus e africanos. No entanto, entre a *aldeia* e a *vila* na historiografia, a pergunta que sempre me instigou, e que eu não conseguia responder com mais nitidez, é: “Quando a *aldeia* se torna *vila*?”. Essa pergunta que traz para o centro do debate teórico-metodológico o processo-problema histórico de transformação de uma *aldeia* em *vila*, é que guiará esta pesquisa e que ajudará a costurar estes dois universos num mesmo lugar – o da aldeia e o da vila.

Destaco que minha pretensão não é resumir o processo, que neste trabalho será analisado, a uma tentativa de encontrar o momento exato de “quando a *aldeia* se torna *vila*”, como se houvesse uma abrupta mudança ocorrida de um dia para o outro. Também não será a minha intenção o estudo da *transição*. De fato, esse termo será evitado nesta dissertação, pois é um conceito que aponta, implicitamente, para um processo de longa duração, impossível de ser analisado no tempo de uma pesquisa a nível de Mestrado. A intenção desta dissertação é, portanto, focar no caráter específico da transformação ocorrida que é, como já pontuamos, o da secularização. Para compreender este enfoque em sua amplitude, optamos, mesmo assim, por um recorte que abarca seis décadas, estendendo-se da de fundação da aldeia pelos jesuítas, em torno de 1730, até a constatação de sua consolidação enquanto vila por ocasião da passagem da expedição do naturalista Alexandre Ferreira Rodrigues, em meados da

---

<sup>23</sup> Entre outros trabalhos, ver PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008; GUZMÁN, Décio de Alencar. La primera urbanización de los “abunás”: mamelucos, indios y jesuitas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. **Boletín Americanista**, Barcelona, ano LXVII/2, n. 75, p. 53-73, 2017.

<sup>24</sup> Entre outros trabalhos, ver GUZMÁN, Décio de Alencar. Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII). In: GARCIA, Clara; MEDINA, Manuel Ramos (Orgs.). **Ciudades mestizas: intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos XVI a XIX**. Actas del 3<sup>er</sup> Congreso Internacional Mediadores Culturales. México: Centro de Estudios de Historia de México, 2001; PAULA, Augusto Nalini Aigner de. **As vilas pombalinas das capitâneas do Rio Negro e Pará (1755-1798): políticas de integração dos índios, negociações e conflitos**. 2018. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

década de 1780<sup>25</sup>. Assim, a data marcante de 1º de janeiro de 1756, representa não necessariamente o dia de uma ruptura radical, mas de conexão entre diversos ensejos. Em suma, trata-se de um complexo processo específico que, embora local, está conectado a uma dinâmica mais ampla, desencadeada pela política reformadora de Portugal e “experimentada” tanto no reino quanto em suas possessões ultramarinas a partir de meados do século XVIII.

### **Os métodos, as fontes e os capítulos**

Sobre o suporte teórico desta dissertação, isto é, a base historiográfica na qual ela buscou se sustentar – e onde ela pretende se situar – não é precisamente a História da Urbanização e da Administração<sup>26</sup>, a História da Religião e das Religiosidades<sup>27</sup> ou mesmo a História Indígena e do Indigenismo<sup>28</sup>. Embora sejam três caminhos de máxima importância, que serão contemplados ao longo da dissertação, minha base teórica assenta-se de forma, mais focal, numa historiografia que se enquadra na História Social – ou melhor, Socioespacial – da Amazônia. Portanto, pode-se dizer que esta dissertação busca situar seu objeto de estudo, isto é, o processo de secularização da rede de missões jesuítas nos sertões da Amazônia portuguesa, com seus sujeitos e confrontos, no interior de uma colônia até então parcial e precariamente ocupada pelos europeus<sup>29</sup>. Entretanto, não é equivocado dizer que de forma específica, ou “micro”, esta pesquisa pode

---

<sup>25</sup> A propósito do recorte temporal para trabalhar o processo de secularização de Trocano, seu início pode ser fixado em 1728, provável ano da fundação da aldeia missionária de Trocano, até 1790, que marca a produção de uma das fontes centrais para esta dissertação, a saber o “Prospecto da Villa de Borba”, feito por um desenhista da expedição naturalista de Alexandre Rodrigues Ferreira. Como veremos mais adiante, a referida imagem visualiza, de certa forma, a consolidação de Borba, a nova, enquanto vila, mas deixa transparecer seu passado de missão.

<sup>26</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997; ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998.

<sup>27</sup> ROCHA, Igor Tadeu Camilo. **Entre o “ímpeto secularizador” e a “sã teologia”: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII-XIX)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

<sup>28</sup> Ver ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: CRV, 2022; DIAS, Camila Loureiro. **Civilidade, cultura e comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>29</sup> Ver CHAMBOULEYRON, Rafael. Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI. **Revista Maracanã**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 214-220, 2016; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

inserir-se também, no campo tanto da História das Missões, quanto da História das Vilas da Amazônia colonial.

Em razão da escolha teórica de trabalhar sob a perspectiva da História social da ocupação territorial, as minhas escolhas metodológicas de análise das fontes e de escrita do texto serão voltadas para questões *espaciais* e *relacionais*. Essa escolha teórico-metodológica<sup>30</sup> se deu porque as próprias fontes sobre o processo de secularização das aldeias missionárias pediram isso, visto que, em sua maioria, apontam para a disputa justamente pelo controle do *espaço* e das *relações sociais* nos sertões amazônicos. Isso explica também, a escolha em produzir esta pesquisa de mestrado no âmbito da linha de pesquisa “Etnicidades e territorialidades” do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Nesta perspectiva, que procura analisar o problema da secularização da missão de Trocano a partir das disputas pelo *espaço* e pelas *relações* entre os sujeitos envolvidos, isto é, missionários, autoridades coloniais, moradores e grupos indígenas, o uso do conceito de *mediação cultural* em alguns momentos será necessário<sup>31</sup>. Afinal, na análise dos embates de interesses, experiências e planos entre estes sujeitos, percebe-se um embate pelo o que chamo de “melhor lugar” na mediação cultural, sobretudo em relação aos indígenas, principal contingente populacional e mão de obra disputada da colônia. Nesse intrincado jogo de disputas para ocupar o melhor lugar possível no que se refere ao comércio (coleta das drogas do sertão), à comunicação (Língua Geral), à administração (tutela sobre os índios) e ao trabalho (braços e conhecimentos indígenas), indispensável para o êxito de qualquer empreendimento colonial, os missionários da Companhia de Jesus tiveram considerável vantagem até meados do século XVIII.

---

<sup>30</sup> Quanto à relação entre espaço e relações sociais, dialoga-se com o geógrafo Milton Santos quando enfatiza que o importante não deve ser exatamente a “forma” das coisas, mas a sua “formação”, isto é, como as dinâmicas sociais da transformação. Segundo o autor, a História Social auxiliou a Geografia a interpretar o espaço humano enquanto oriundo de uma formação social. Apoia-se também no historiador Michel de Certeau que afirma: “Em suma, o espaço é um lugar praticado”, isto é, uma “experiência espacial” dos sujeitos. Ver SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977; CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 202.

<sup>31</sup> Conceito desenvolvido em MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 53. Trata-se de compreender como dois (ou mais) universos culturais interagem para produzir códigos compartilhados. Para fazê-lo é preciso colocar em cena os agentes de mediação e suas práticas, pois são eles que, através de suas competências específicas no domínio dos códigos, propõem conexões de sentido plausíveis e/ou verossímeis para cada situação.

Esta disputa pelo melhor lugar no comércio, na comunicação, na administração ou no mundo do trabalho nos sertões do Estado do Grão-Pará e Maranhão, acredito estar intimamente conectada com a importância destas práticas ocorridas no *sertão* e também dos *práticos do sertão*, para a sobrevivência na colônia. É importante destacar que estes *sertões*, são disputados não apenas quando significam e representam um *espaço* (aldeia, vila, fronteira, interior), mas também quando significam uma *prática* (relações sociais, experiência, conhecimento). Portanto, é importante considerarmos o rio Madeira como um *sertão*, tal qual fez de forma semelhante o historiador cearense Capistrano de Abreu no livro “Caminhos antigos e povoamento do Brasil” (1920), para compreendermos o processo de passagem de uma aldeia missionária à vila civil na Amazônia colonial. O sertão por ser um *espaço* e também uma *prática*, parecido com o que Michel de Certeau apontava sobre o espaço como um lugar praticado, terei como foco as disputas em torno dos *espaços* e das *relações* entre diversos sujeitos que habitavam e transitavam o rio Madeira, e justamente como mediaram transformações nestes sertões d’água.

No entanto, a partir do plano colocado em prática em meados do século XVIII, de secularização das aldeias missionárias – espaço propício para o estabelecimento de relações político-econômicas com os indígenas –, o Estado passa a disputar de forma mais sistemática, organizada e ilustrada um lugar de benefício nesta mediação cultural. Sobretudo a partir da elaboração de legislações indigenistas, como o *Diretório dos Índios*, voltadas para a promoção das *relações* entre indígenas e brancos nas novas vilas, como medida civilizatória de ocupação do território e de acesso à mão de obra nativa. A vila de Borba, a nova, conforme observaremos nesta pesquisa, foi um laboratório pioneiro no interior oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão do plano pombalino de promover a convivência entre indígenas e brancos, mediada por elementos disciplinadores da cultura ocidental – como o trabalho compulsório e o casamento monogâmico – como medida de povoamento e ocupação efetiva das regiões fronteiriças em favor de Portugal. Convém assinalar, que as dinâmicas em torno das *relações*, do *espaço* e também da *mediação cultural*, apesar de terem sido reguladas de maneira significativa, ora pelo *modus operandi* dos religiosos, ora pelas políticas reformadoras do Estado, também foram praticadas, reformuladas e disputadas pelos povos indígenas no cotidiano colonial ao seu respectivo favor<sup>32</sup>, embora em condições marcadamente

---

<sup>32</sup> Os indígenas, muitas vezes, se utilizaram de códigos do mundo colonial, o que contribuiu para diversas invenções e reinvenções no cotidiano, levando-os por vezes a subverter a ordem estabelecida nas relações

assimétricas e desiguais. Esta pesquisa, portanto, busca analisar, de forma crítica, as citadas dinâmicas, para que muitas relações de violência e exploração aos indígenas no âmbito das aldeias e das vilas não sejam confundidas com negociação.

O trabalho está organizado em três capítulos: (1) Os antecedentes da secularização, (2) De aldeia à vila: a secularização da missão de Troceno e (3) A vila de Borba, a nova. Há três motivos para esta estrutura. Primeiro porque na historiografia, a secularização das aldeias missionárias é comumente tratada como algo dado ou apenas citado brevemente como aporte a outras reflexões sobre o período pombalino, sendo raramente analisada de forma aprofundada ou enquanto foco principal. Conforme aponta Maria Regina Celestino de Almeida, o “contexto histórico e as mudanças culturais são por vezes valorizados como ‘estado’, desconsiderando, de certa forma, a ideia fundamental de história como processo”<sup>33</sup>. Por isso, a escolha de trabalhar a secularização da aldeia de Troceno, desde os seus antecedentes, foi feita para facilitar ao leitor a compreensão de que a Vila de Borba, a nova, foi fundada a partir de um processo histórico dinâmico, vivenciado e modelado por sujeitos tanto nos sertões da Amazônia quanto nos paços da metrópole, e, portanto, não se reduziu a um ato formal em 1º de janeiro de 1756.

O segundo motivo que me levou a estruturar a dissertação em, a grosso modo, formação da aldeia, secularização e transformação em vila, em detrimento de um proceder que dê realce primeiro ao contexto histórico do conflito jesuítico-pombalino, é o fato de já existirem numerosos trabalhos que se debruçaram exaustivamente sobre o contexto histórico das disputas entre os inacianos e Pombal. Por isso, acredito que seja mais necessário e urgente escrever sobre temas ainda pouco explorados como as dinâmicas indígenas e a formação de missões no contexto das expedições ao rio Madeira, foco do primeiro capítulo. Enfim, o terceiro motivo é que a presente estrutura dos capítulos, acredito, será a mais didática para conduzir o leitor a perceber que a História é a ciência dos seres humanos no tempo e na mudança<sup>34</sup>. Afinal o mais importante não é exatamente demonstrar o que é ou o que era, mas como o que era,

---

e no espaço das missões ou vilas. Sobre o cotidiano em construção, nos baseamos em CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>33</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ANRJ, 2003, p. 32.

<sup>34</sup> BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 24.

passa a ser o que é, ou seja, como uma significação desliza para outra, no complexo jogo das relações sociais<sup>35</sup>.

A propósito, vamos aos capítulos. O primeiro capítulo tem como objetivo investigar os antecedentes da fundação da Vila de Borba, a nova, que remetem a) às principais expedições oficiais e particulares de reconhecimento e exploração do rio Madeira, b) à formação da aldeia de Trocano e de uma rede de aldeias missionárias no baixo curso deste rio, e c) às dinâmicas étnico-espaciais dos povos indígenas que habitavam e transitavam na região. Estes são três pontos importantes para o estudo dos fatores que colaboraram para a construção argumentativa de ocupação efetiva portuguesa por meio de vilas civis na rota do rio Madeira, que desencadeou no processo de secularização da aldeia de Trocano em meados do século XVIII. As principais fontes analisadas neste capítulo foram: relatos de viajantes, como os de Francisco de Melo Palheta (1722) e Manuel Felix de Lima (1742), crônicas e missivas jesuíticas como as dos padres João Felipe Bettendorff (1698) e Bartolomeu Rodrigues (1714), fontes impressas secundárias como as obras dos padres Serafim Leite (1933-1955) e Vitor Hugo (1959), além de fontes cartográficas de apoio como o “Mapa geographica del rio Marañon o Amazonas” de Samuel Fritz (1691) e o mapa “Amérique méridionale” de Jean-Baptiste D’Anville (1748).

O segundo capítulo tem como objetivo principal analisar o processo que resultou na secularização da aldeia de Trocano, no rio Madeira, em 1º de janeiro de 1756. Para isso, analisaremos primeiro o contexto político-administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão no âmbito do Tratado de Madri (1750), com foco nos planos pombalinos para o rio Madeira, que giravam em torno do fato de ser uma estratégica rota hidrográfica fronteiriça entre o Pará e o Mato Grosso e, também, entre os domínios espanhóis e portugueses na América. Em segundo lugar, buscarei compreender o impacto da chegada e atuação de jesuítas de origem germânica na região do rio Madeira, a partir de 1753, sobretudo do padre Anselm Eckart, responsável pela aldeia de Trocano na época de sua secularização. E, por último, analisar os embates acerca das medidas antijesuíticas entre o Governador Mendonça Furtado e o padre Anselm Eckart, acusado de espião estrangeiro e engenheiro militar.

---

<sup>35</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas**: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ANRJ, 2003, p. 32.

Destaco que será neste segundo capítulo, que testarei minhas hipóteses já citadas a respeito dos motivos que elegeram a missão de Trocano como espaço de relevância para a política pombalina enquanto primeira aldeia do interior oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão, longe dos centros coloniais – embora, na época, o governador teve sua sede provisória em Mariuá (Barcelos) no rio Negro –, a ser secularizada. Para isso, analisaremos a correspondência entre os administradores do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e da Capitania do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, com a Corte, principalmente, com Sebastião José de Carvalho e Melo, entre os anos de 1749 a 1756. As missivas foram consultadas no Arquivo Histórico Ultramarino e nos tomos de “A Amazônia na era pombalina”, editados por Marcos Carneiro de Mendonça. Também serão analisados os papéis pessoais escritos em português, alemão, latim e Língua Geral, pelo jesuíta Anselm Eckart, guardados no Instituto de Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), em Lisboa. Alguns dos papéis foram transcritos e traduzidos sob orientação do professor Karl Heinz Arenz durante a vigência de um projeto de Iniciação Científica, do qual fui bolsista em 2019, e que originou a monografia “O ‘tapuitinga’ Anselm Eckart e a política antijesuítica pombalina na região do rio Madeira: conflitos e mediações”, semente da presente dissertação.

Quanto ao terceiro capítulo, analisaremos a documentação referente ao momento posterior à fundação da Vila de Borba, a nova, para melhor percebermos a dimensão do processo da secularização de uma aldeia estratégica. Nos interessa, sobretudo, como se (re)configuraram as relações na vida cotidiana e como se lidou com as expectativas quanto à efetivação das medidas que justificaram a transformação da *aldeia* em *vila* e, por conseguinte, do *índio* em *colono*. Neste contexto, a legislação será relevante: o alvará régio de 4 de abril de 1755, as leis de 6 e 7 de junho do mesmo ano e, sobretudo, o *Diretório dos Índios* (1757/1758). Também será analisado como a vila de Borba, a nova, assumiu novas funções no espaço, isto é, no caminho fluvial constituído pelos rios Madeira-Mamoré-Guaporé. Neste capítulo, portanto, objetivamos compreender quais sujeitos e práticas político-econômicas – iniciativa de particulares, oficiais e indígenas – contribuíram para que a vila de Borba, a nova, passasse a desempenhar um papel importante para a circulação comercial e a mobilidade populacional no centro-norte da colônia, na segunda metade do século XVIII. Para isso analisaremos fontes manuscritas do Arquivo Público do Estado do Pará e do Arquivo Histórico Ultramarino, além de

fontes manuscritas e iconográficas produzidas pela expedição filosófico-científica de Alexandre Rodrigues Ferreira.

## Capítulo I – Os antecedentes da secularização

O presente capítulo surge da necessidade de investigarmos os antecedentes da secularização da aldeia missionária de Trocano, e por sua vez, da fundação da vila de Borba, a nova, no baixo rio Madeira em 1º janeiro de 1756. O objetivo, portanto, é investigar os antecedentes que remetem às principais expedições oficiais e particulares de reconhecimento e exploração do rio Madeira, à formação de uma rede de aldeias missionárias no baixo curso deste rio e às dinâmicas étnico-espaciais dos povos indígenas que habitavam e transitavam na região. A partir destes três tópicos, será possível o estudo dos fatores que colaboraram para a construção argumentativa da ocupação efetiva portuguesa por meio de vilas no rio Madeira, que engendrou a necessidade de secularização da aldeia central de Trocano. Este capítulo será importante para compreendermos como o rio Madeira e, à suas margens, a aldeia de Trocano passaram gradualmente a ocupar um lugar central nas preocupações e planos de ocupação da Coroa portuguesa. Como uma espécie de laboratório das medidas pombalinas na Amazônia, a ponto de se tornar a primeira vila da recém-criada Capitania de São José do rio Negro, em março de 1755, pela política ilustrada de Sebastião José de Carvalho e Melo.

O primeiro tópico “As expedições no rio Madeira” nos apresenta este rio ainda com uma frágil presença lusa na região, portanto, “carente” de povoações portuguesas estruturadas, e como espaço de frequentes conflitos, na primeira metade do século XVIII, por se tratar de uma zona fronteira entre os domínios castelhanos e portugueses na Amazônia. Neste tópico analiso como o rio Madeira é representado nos relatos de duas expedições: a do sargento-mor luso-brasileiro Francisco de Melo Palheta de 1722, de caráter oficial, e a do comerciante e minerador português Manuel Felix de Lima em 1742, de caráter particular. E como tais representações, sobretudo a respeito do *espaço* e das *relações* vivenciadas entre indígenas, missionários e expedicionários neste sertão, contribuíram para a discussão de políticas lusas mais efetivas de ocupação territorial da região.

É a partir deste primeiro tópico, e do contato introdutório com um rio Madeira que é palco de relações dinâmicas, que percebemos com mais nitidez que o espaço deste corredor fluvial, com os diversos sujeitos nele presentes, já estava passando por um processo de “reconfiguração étnico-espacial”, anterior ao processo de secularização,

objeto de estudo desta dissertação. Sobretudo, em razão do processo de formação de uma rede de aldeias missionárias, que guiadas pelo *modus operandi* da catequização do “gentio”, interferiram profundamente na mudança do cotidiano neste sertão. Por essa razão, o segundo tópico tem como foco as aldeias.

Em “As missões no baixo rio Madeira”, investigo o processo de formação de aldeias missionárias no baixo Madeira durante a passagem do século XVII para o século XVIII, com foco nas sucessivas tentativas e dificuldades de estabelecê-las, como foi o caso das aldeias de Tupinambaranas e de Irurizes e, também, de Trocano em 1728 pelo jesuíta português João Sampaio. Aponto que as especificidades socioambientais do rio Madeira, a distância dos centros coloniais e os conflitos entre missionários, colonos, e indígenas, dificultaram a instalação dessas missões e forjaram a principal característica das mesmas: a mudança recorrente de suas localizações.

Quanto ao terceiro tópico, “Os indígenas no baixo rio Madeira”, investigo as dinâmicas dos indígenas nesse quadro de reconfiguração étnico-espacial que marcou não somente o baixo Madeira, mas a região Madeira-Tapajós. Questionarei de que forma os povos indígenas moldaram não só o espaço, mas o “destino” dos aldeamentos, como no caso da aldeia de Trocano, que passou por mudanças de localização em razão principalmente dos ataques dos Mura. Este tópico é essencial, portanto, para compreendermos as dinâmicas de mobilidade e rearticulação empreendidas pelos povos indígenas diante da formação das aldeias missionárias.

Por meio dessa investigação ao longo dos três tópicos que compõem o primeiro capítulo, perceberemos que, desde o século XVII, há um histórico de interesses coloniais de ocupação oficial do rio Madeira em favor da Coroa Portuguesa, por ser uma rota para um interior economicamente promissor, e pela necessidade de proteção deste caminho ante a concorrência espanhola já instalada próximo à fronteira na província de Moxos e Chiquitos. Isso levou, num primeiro momento, à confluência de interesses entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus pela garantia de uma povoação colonial, como foi Trocano, no baixo rio Madeira. No entanto, a partir da experiência no rio Madeira, ao longo da primeira metade do século XVIII, a administração colonial portuguesa se viu diante do aumento das disputas de interesses político-econômicos em relação à Companhia de Jesus na região. Para a resolução dessas divergências passou a considerar, entre outras medidas a possibilidade de secularização da aldeia de Trocano, foco do segundo capítulo da dissertação.

## 1.1. As expedições no rio Madeira

Em 1742, o comerciante e minerador Manuel Félix de Lima, saído da Capitania de São Paulo e a caminho do rio Madeira – no momento em que as minas de ouro de Cuiabá começavam a declinar e em busca de outras terras promissoras – se vê diante de um dilema ao chegar nas missões espanholas do complexo fluvial Mamoré-Guaporé. Ele é português, capitão de uma expedição formada por luso-brasileiros, em sua maioria, pobres e endividados, indígenas e negros escravizados, que precisava se deslocar por uma zona fronteira que contou com a presença de missionários espanhóis, portugueses, alemães e húngaros, além dos temidos indígenas Mura, e com rios de difícil navegação e escassos mantimentos.

Essa rota hidrográfica, capaz de conectar a Capitania de São paulo – e mais tarde a Capitania do Mato Grosso criada em 1748 – ao Estado do Maranhão e Grão-Pará, já havia sido identificada vinte anos antes pela expedição do sargento-mor luso-brasileiro Francisco de Melo Palheta, em 1722, por ordem da Coroa portuguesa com o objetivo de reconhecimento e fiscalização da região, conhecida na época por possuir ainda uma frágil presença lusa. Após o reconhecimento e temendo o avanço espanhol, a Coroa decide proibir a navegação de estrangeiros no curso do rio Madeira, interditando-o por meio do Alvará régio de 27 de outubro de 1733<sup>36</sup>. A ordem durou duas décadas, sendo desobedecida em 1742 pela expedição de Manuel Félix de Lima, que mostrou na prática a viabilidade da navegação entre os rios Guaporé, Mamoré, Madeira e Amazonas.

As duas expedições, ocorridas num intervalo de vinte anos, tiveram em comum o avanço pelo rio Madeira a fim de reconhecê-lo e registrar suas potencialidades. Porém, com objetivos distintos, seja para fins de interesse oficial da Coroa portuguesa, como no caso de Francisco de Melo Palheta em 1722, ou para interesses particulares, como no caso do explorador Manuel Félix de Lima em 1742. Considerado, de um lado, um obstáculo por sua longa extensão e suas numerosas cachoeiras e corredeiras, que dificultavam a navegação, e pela falta de margens com barrancos sólidos não inundáveis para armar acampamentos, o rio Madeira era visto, por outro lado, como promissor para futuras relações comerciais. De fato, cada vez que se avançava rio acima ou abaixo, as conexões diretas com terras adjacentes, como as minas de Potosí no Vice-Reino do

---

<sup>36</sup> “Alvará proibindo a abertura de picadas e caminhos para as minas da Real Fazenda”, Lisboa, 27 out. 1733. **Arquivo Histórico Militar**, Lisboa, cota 2/1/1/15.

Peru, as minas de Cuiabá no “lado português” ou os cacauais no Estado do Maranhão e Grão-Pará, se mostravam mais evidentes e atraentes.

Na análise dos relatos produzidos pelas duas empreitadas, percebemos uma abundância de representações a respeito do *espaço* do rio Madeira, e das *relações sociais* estabelecidas em seu curso. Seguindo este ponto de partida, as duas expedições, ao informarem à Coroa sobre suas experiências num sertão promissor – em drogas do sertão, mão de obra indígena, rotas de navegação e relações sobretudo comerciais, mas em perigo pela ameaça castelhana –, contribuiriam, cada uma a seu modo, para a reflexão e reformulação de políticas mais rígidas e organizadas de ocupação efetiva das regiões limítrofes, como no caso do rio Madeira, ao considerar a região inclusive como uma de suas prioridades. Isso se dá, porque em 1756, como estratégia de ocupação lusa, é criada a Vila de Borba, a Nova, no lugar da antiga missão de Trocano, próximo à foz deste rio, sendo uma das primeiras vilas a serem criadas no oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão pela política pombalina. Este subtópico pretende, portanto, antes de tocar no assunto da política reformadora que se desenvolveu na Amazônia a partir de 1750, refletir sobre alguns antecedentes que contribuíram para a construção argumentativa desta política ainda nas primeiras décadas do século XVIII.

Como já foi anteriormente citado, assim como o historiador cearense Capistrano de Abreu, também reconhecemos a região do rio Madeira como sertão. Em seu livro “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, publicado em 1930, após a sua morte, há um capítulo que traz na íntegra um documento chamado *Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mór Francisco de Mello Palheta ao rio da Madeira e suas vertentes [...] desde 11 de Novembro de 1722 até 12 de Setembro de 1723*, no qual a região do rio Madeira é chamada de “certão”<sup>37</sup>.

Capistrano de Abreu, ao longo de sua trajetória, elegeu como objeto de seus estudos historiográficos a colonização e ocupação territorial brasileira a partir dos processos ocorridos no interior do continente, isto é, do *sertão*. Do Ceará ao Rio de Janeiro, contrariou muitas linhas de pensamento que se mantinham ligadas à análise preferencial do litoral. O sertão, abrangendo então, além do semiárido, a floresta amazônica, as Minas e mesmo o extremo sul do Brasil, foi compreendido em sua época como uma região geralmente não banhada pelo oceano e que necessitava de mais

---

<sup>37</sup> ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 27.

intervenção por parte da Coroa portuguesa<sup>38</sup>. Capistrano dedicou-se de forma expressiva à busca de documentos que tratassem deste espaço até então pouco colocado no centro dos estudos históricos da Colonização. Especialmente durante sua longa temporada no Rio de Janeiro, quando encontrou o documento a respeito da bandeira de Francisco de Mello Palheta ao rio Madeira, que tanto nos interessa para este trabalho.

Longe de analisá-las isoladamente, pretendemos situar as expedições ao oeste da Colônia, como um capítulo importante do processo de colonização, sobretudo, o de definição de fronteiras, ocupação territorial portuguesa das regiões mais distantes do que convencionamos chamar hoje de Amazônia, e, com isso, de interiorização do domínio português<sup>39</sup>. Ao longo dos caminhos abertos pelas expedições e pelas missões, surgiram pequenos povoados e aldeamentos, que mais tarde, em meados do século XVIII, foram elevados à categoria de Vila pela política reformadora pombalina. Neste sentido, acredito que as expedições, as aldeias missionárias, e depois as vilas, são elementos que possuem grande potencial investigativo para estudos sobre o processo de ocupação territorial da Amazônia.

Parte dos historiadores da ocupação territorial no período colonial, como o português Jaime Cortesão<sup>40</sup>, defendem o argumento de que, por trás da política lusa reformadora direcionada à colônia no século XVIII, bem como as “descobertas” dos sertões e de novas atividades econômicas, havia um empreendimento centralizador de Estado, advindo de uma política longamente planejada. Essa é uma linha de pensamento importante para nos situarmos, pois indica certa organização na irradiação portuguesa para o oeste, o que é contrário à ideia propagada por outras vertentes de uma ocupação portuguesa despreziosa e menos preocupada em “construir, planejar ou plantar alicerces”<sup>41</sup>.

Os historiadores que lançaram as bases, no século XIX e XX, para a construção desse campo, muitas vezes conectaram suas análises das expedições para o oeste em grande medida a um discurso de avanço para um sertão isolado, que mesmo evidenciando sujeitos, como os sertanistas, apresenta-se como espaço pouco conectado.

---

<sup>38</sup> FORTE, Vinicius Limaverde. **O ponto de vista nortista: Capistrano de Abreu e a constituição do campo intelectual cearense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011, p. 31.

<sup>39</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 214-220, 2016, p. 214.

<sup>40</sup> CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC-Departamento de Imprensa Nacional, 1958.

<sup>41</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

No entanto, para este trabalho, seguiremos com autores contemporâneos, que evidenciam os sertões, sobretudo amazônicos, enquanto lugar de conflitos e disputas não apenas quando significam um *espaço* (aldeia, vila, fronteira), mas também uma *prática* (relações, experiência, conhecimento). E que têm analisado o processo de formação territorial justamente a partir das relações cotidianas, em atenção sobretudo às dinâmicas das populações indígenas frente às políticas não indígenas de expansão territorial<sup>42</sup>.

O território, elemento de disputa entre indígenas, missionários, autoridades e particulares nos relatos de expedição, é uma categoria que precisa ser pensada de forma interdisciplinar. Para o geógrafo inglês Joe Painter<sup>43</sup>, longe de ser um fundamento estável de autoridade legítima, o território deve ser entendido como o efeito instável e provisório das práticas cotidianas, exercidas pelos sujeitos envolvidos nos meandros da colonização. De natureza semelhante, o historiador também inglês Edward Palmer Thompson<sup>44</sup> reflete que é por meio das experiências e dos costumes compartilhados entre os sujeitos que o cotidiano é tecido em determinado ambiente. Sobre isso, a produção do efeito que chamamos de *território* é um trabalho cotidiano em andamento, assim como as *fronteiras*<sup>45</sup>. O desdobramento deste pensamento, em nossa análise, pode ser observado, de certa forma, no relato da expedição de Francisco de Mello Palheta, em 1722.

### **A expedição de Francisco de Melo Palheta (1722)**

Segundo o *Schema das bandeiras*, publicado em “Caminhos antigos e povoamento do Brasil”, Capistrano organizava da seguinte maneira os movimentos de expansão para o interior: a) as bandeiras paulistas; b) as bandeiras bahianas; c) as bandeiras pernambucanas; d) as bandeiras maranhenses; e e) as bandeiras amazônicas,

---

<sup>42</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2011; POMPEU, André José Santos. **Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1638-1706)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. CHAMBOULEYRON, Rafael. A prática dos sertões na Amazônia Colonial (Século XVII). *Outros Tempos*, São Luís. Vol. 10, Nº.15, p.79-99, 2013.

<sup>43</sup> PAINTER, Joe. **Territory-network**. Association of American Geographers. Annual Meeting. Chicago, 2006.

<sup>44</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>45</sup> PAINTER, 2006, op. cit.

“que pelo Madeira se ligaram às de São Paulo, alcançaram os limites do Javari e ocuparam a Guiana”<sup>46</sup>.

Capistrano ressalta que esta não foi a primeira expedição de Francisco Palheta. Estivera também no rio Tapajós e provavelmente em Cuiabá. Para Arthur Cezar Ferreira Reis, a expedição ao rio Madeira realizada por Francisco de Melo Palheta seria exemplar de uma “gigantesca irradiação para o oeste”, “glória” alcançada pelas armas luso-brasileiras, com o objetivo de conhecer, conquistar este rio e fiscalizar o nível de presença espanhola na região<sup>47</sup>. E deveria identificar as causas dos conflitos entre portugueses e espanhóis, por meio da análise feita da povoação castelhana de Santa Cruz de Cajuava, limite extremo do Madeira com a fronteira espanhola<sup>48</sup>. Após este breve contexto, sigamos para a análise do relato de expedição.

Em 11 de novembro de 1722, parte a tropa do sargento-mor e cabo Francisco de Mello Palheta da cidade de Belém no Estado do Grão-Pará<sup>49</sup>. De Belém, subiram o rio Mojú até o estreito do “Iguarapé-merim”, que desemboca no rio Tocantins. De lá, seguiram finalmente pelo rio Amazonas, chegando ao rio Madeira no dia 2 de fevereiro de 1723. A primeira parada da expedição no curso deste rio se dá numa região que se tornaria muito relevante para o estabelecimento de futuras povoações: a região próxima à sua foz. Foi nesta primeira parada, em terras dos indígenas chamados Iumas, onde os expedicionários se estabeleceram para fazer arraial com o fim de guardar materiais e armamentos. Eles começaram com a construção de um armazém, uma capela e um estaleiro para a fabricação de galeotas<sup>50</sup> a serem usadas na travessia das cachoeiras, impossíveis de serem encaradas por embarcações grandes.

Feitas as ditas galeotas as preparamos de todo o necessario e de quantidade de cabos para as puxarmos pelas cachoeiras; neste tempo se esperava já pelo socorro da cidade [Belém], o qual chegou em 4 de Junho, e havia muito tempo que os miseraveis soldados, indios e inda o Cabo, depois das fructas do matto acabadas, comiam unicamente

---

<sup>46</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 190.

<sup>47</sup> REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. 2ª ed., vol. 2. Belém: SECULT, 1993, p. 15.

<sup>48</sup> ARAÚJO, Alik Nascimento. Rumo aos ventos do Oeste: o rio da Madeira e as zonas de fronteiras ibéricas na Amazônia centro-meridional (1639-1723). In: **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial (2012)**. Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa. Belém: Editora Açai, 2014, p. 10.

<sup>49</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 196.

<sup>50</sup> Barco comprido movido a muitos remos.

carne de lagartos, camaleões e capivaras, por não haver outro mantimento, pois não tínhamos outra cousa a que nos tornássemos.<sup>51</sup>

De fato, antes que uma expedição subisse o curso do rio Madeira, advinda Pará rumo ao Guaporé-Mamoré, se fazia imprescindível, para diminuir as precariedades da viagem, como vimos no excerto, fazer uma parada em algum ponto no começo deste rio. Na região de sua foz, onde habitavam os chamados Iumas, estabeleceu-se, portanto, o ponto de apoio na ida e na volta da bandeira de Francisco de Mello Palheta. A expedição fundou, assim, o Arraial Santa Cruz de Iriumar, em 1723.

O lugar em volta do arraial, habitado não só pelos Iumas, mas também rota frequentada pelos Mura, localizava-se nas proximidades de onde seria fundada a Vila de Borba, a nova, mais de trinta anos depois, como medida de ocupação efetiva portuguesa<sup>52</sup>. Região estratégica daquele sertão para o apoio às expedições, ela já contava com uma incipiente ocupação colonial religiosa, sendo o padre português João Sampaio um dos primeiros a atuar como missionário jesuíta entre os rios Canumã e Abacaxis. Foi ele quem prestou assistência, em forma de mantimentos, à expedição de Palheta neste ponto do rio<sup>53</sup>.

Subindo as corredeiras do rio Madeira, e pouco antes de entrar no Mamoré, o encontro entre a expedição de Francisco Palheta e uma família indígena nos chama a atenção. No dia 7 de julho, a tropa avista uma “trilha nova de gentio”. Logo, Palheta manda alguns integrantes de sua expedição para reconhecer a trilha e prevenir qualquer possível “invasão de índios”. O soldado Vicente Bicudo então foi um dos encarregados de seguir os indígenas que ali moravam para mandá-los “praticar para que viesse o principal<sup>54</sup> á sua presença”, avisando que a expedição não tinha o objetivo de fazer mortes, amarrações (provavelmente descimentos ou resgates), nem outro gênero de agravo<sup>55</sup>. Passada uma noite inteira sem o soldado retornar, Palheta ordenou então que

---

<sup>51</sup> ABREU, 2004. op. cit., p. 195.

<sup>52</sup> SILVA, Cliverson Pessoa da; COSTA, Angislane Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio madeira durante o século XVIII. **Amazônica – Revista Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 110-139, mar. 2014, p. 122.

<sup>53</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 195.

<sup>54</sup> O termo “Principal”, que será citado de forma recorrente nesta dissertação, foi elaborado de forma um tanto genérica pelos europeus para se referir às lideranças indígenas, sejam estes prestigiados guerreiros, feiticeiros respeitados, anciãos influentes ou oficiais índios reconhecidos pela administração colonial. Sobre o assunto, ver SILVA, Marcel Rolim da. **A colonização do morubixaba: a construção do principalato indígena na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

<sup>55</sup> ABREU, 2004, p. 199.

se construísse uma picada em forma de trincheira com três guaritas para a proteção do possível encontro com inimigos. Já no amanhecer,

Chegou logo o ajudante com um lote de gente onde vinha o Principal, Índio moço e mui arrogante, e é certo que chegou com mui pouca vontade porque dizem se atracára com um Índio nosso, mas que vendo o nosso poder aplacára da furia, e assim solto o trouxeram á presença do nosso Cabo; acompanhava a este dito Principal, dois mocetões, seus filhos, de pouco mais de 15 a 12 annos e duas Indias, mães dos ditos e mulheres do Principal, com mais um rapaz e uma rapariga e todos faziam computo de treze cabeças.<sup>56</sup>

Segundo o relato, Francisco Palheta fez o possível para achar um língua<sup>57</sup> em sua expedição que pudesse estabelecer alguma comunicação, pois os tais indígenas demonstravam não ouvir a “prática”, ou seja o costumeiro discurso de teor moralizante, do intérprete da expedição, ao baterem com as mãos nos ouvidos:

Aqui Nossa Senhora do Carmo, que não falta a seus devotos, espiritou ao lingua em falar-lhes em lingua de outro gentio seus conhamenas [parentes], logo respondeu o Principal gentio com um agrado ao que lhe propunha o nosso lingua por cuja giria foi continuando a practica, e sobre e por razão da paz firme e valiosa que com elles pretendiamos fazer, e na mudança de vida para virem ao gremio da igreja, avassalando-se como os mais gentios fizeram<sup>58</sup>.

Após a comunicação estabelecida e diante da proposta feita à família para que se avassalasse e se juntassem à expedição, segundo o relato, o Principal responde que estava certo da firmeza da paz entre eles, que visitaria Francisco Palheta na sua província para levar alguns presentes em reconhecimento do bom trato e dos mimos que havia ganhado, porém se recolheria e que a expedição seguisse seu rumo em paz. Dando continuidade à representação de encontro amistoso que o relato de expedição procura repassar, o cabo agradece a paz estabelecida e diz que seguirá caminho, sem fazer escravos, fazendo guerra somente àqueles que quisessem impedir sua jornada<sup>59</sup>.

Para os membros da expedição, percebe-se que, naquele momento e longe de ser um ato altruístico, um tratado de paz que rendesse no futuro trocas comerciais com os indígenas naquela rota fluvial parecia mais interessante e rentável do que fazer

---

<sup>56</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 200.

<sup>57</sup> Tradutor ou conhecedor das línguas dos povos indígenas e, sobretudo, da Língua Geral.

<sup>58</sup> ABREU, 2004, p. 201.

<sup>59</sup> ABREU, 2004, p. 201.

guerras de imediato; enquanto que, para a família indígena, de semelhante modo, parecia mais preferível manter relações distantes, porém futuras, com os portugueses, do que seguir com eles “avassalados”. Essa relação de negociação é expressa na fonte por meio do termo “prática”. Este, recorrente neste documento setecentista, remete à obrigação de cada expedição de, no início de qualquer contato com indígenas, esclarecer mediante uma “exortação” ou um “discurso espiritual” – para usar a explicação de Bluteau<sup>60</sup> – os objetivos da jornada que, ao menos oficialmente, sempre era religioso.

Mas, nas viagens pelo vasto interior, os outros sentidos de “prática”, a saber “conversação familiar” e “uso, costume”<sup>61</sup>, foram fulcrais para a interação com os indígenas<sup>62</sup>. De fato, uma comunicação e, por conseguinte, uma aproximação entre os indígenas e os expedicionários só foi possível, quando o língua conseguiu encontrar, como neste caso da expedição de Palheta, a “gíria”, ou língua adequada. Na historiografia das monções e expedições ao oeste, muitas vezes enfatizou-se somente as representações sobre as visões de mundo dos viajantes e a realidade ao seu redor, esquecendo-se das populações que os guiavam: os indígenas, os mareantes, homens livres, mestiços, negros, fronteiriços, carregadores, remeiros e os línguas. Estes sujeitos e seus saberes foram centrais para a configuração das fronteiras, a abertura de caminhos e a mudança da paisagem amazônica<sup>63</sup>.

A presença indígena no relato da expedição de Francisco de Melo Palheta ao rio Madeira é representada na narrativa em momentos decisivos da viagem, inclusive registrando o nome de alguns indígenas. É o caso do Principal José Aranha, que acompanha a expedição e com frequência é citado nos momentos de naufrágios, por desempenhar o trabalho de prático mareante<sup>64</sup>. Também o caso de Martinho, indígena da tropa, enfermo dos olhos, e que se salvou “por um milagre” de uma das canoas naufragadas. Em outro caso, após dois naufrágios, a expedição chega ao porto dos que chamam de “gentio Cavaripunna”, onde passam dez dias. No local, encontram “um

---

<sup>60</sup> BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino**. Vol. 6. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus / Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1720, p. 673

<sup>61</sup> São outras explicações que Bluteau dá ao termo “prática”. Ver BLUTEAU, 1720 (6), p. 672-673.

<sup>62</sup> CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Os práticos do sertão: interculturalidade e experiência na vida cotidiana dos trabalhadores nas canoas monçoeriras (século XVIII). **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 207-230, jan./jun. 2006.

<sup>63</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; BONILLO, Pabro Ibáñez; MELO, Vanice Siqueira de. Vastidão dos gentios bárbaros: caminhos e fronteiras entre o Maranhão e o Brasil (1680-1700). **Almanack**, São Paulo, v. 27, p. 1-48, 2021.

<sup>64</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004, p. 203.

Indio de meia idade com dois filhos maiores, duas crianças e a India mãe d'esta familia". Perguntados se possuíam um Principal, segundo o relato, disseram que não, pois viveriam desmembrados de sua nação, embrenhados e solitários por medo do cativoiro que faziam os brancos, mas que saberiam que o Principal Capejú, que vivia na outra banda do rio, desejava há muito tempo fazer comércio com os brancos<sup>65</sup>.

Estes fragmentos refletem o quanto a presença indígena era significativa para o bom desempenho da expedição. O estabelecimento de arraiais de apoio, bem como possíveis relações de troca e comércio de gêneros, mantimentos e ferramentas, dependiam na medida do possível do interesse dos indígenas em negociar. Seguindo a dinâmica das relações interculturais necessárias para a travessia dos sertões, a expedição finalmente se aproxima das possessões espanholas no rio Mamoré, e chega a Santa Cruz de Cajuava com o auxílio de "índios espanhóis" que encontraram no caminho<sup>66</sup>.

Na povoação castelhana de Santa Cruz de Cajuava, a recepção que tiveram os portugueses parece ter sido, segundo o relato, muito acolhedora. Contou com a visita de padres não só deste povoamento, mas de outros arredores que vieram ao encontro dos visitantes. Todos mostraram-se surpresos com tamanha proeza dos portugueses, embora soubessem, segundo o relato, que um dia os portugueses haveriam de subir os rios até as terras do Vice-Reino do Peru. Em Santa Cruz de La Cerda, povoamento espanhol próximo, que abastecia a região de mantimentos, a expedição de Francisco Palheta se surpreende com o nível de organização e governo do lugar: os canaviais fartos, a sacristia com suas portas, tapetes e tronos dourados, os indígenas tocadores de harpa, órgão e rabecas que acompanharam a missa, também eram pintores e bordadores, "tudo em sua ordem e tão bem matizado"<sup>67</sup>.

Em 11 de agosto de 1723, alegando o cabo aos padres que o seu regimento não permitia mais que três dias de hospedagem, a expedição então se despede mostrando-se agradecidos pela "cortezia, urbanidade e tracto do Cabo, pois tão cabalmente se soube haver com elles". Ao fim, propôs Palheta aos padres publicamente, em nome do governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João da Maia da Gama, um trato para que os espanhóis não descessem daquele dia em diante o rio Mamoré em direção ao Madeira, por pertencer este ao Rei de Portugal:

---

<sup>65</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004, p. 203.

<sup>66</sup> ABREU, 2004, p. 205.

<sup>67</sup> ABREU, 2004, p. 211.

E em virtude do tractado feito entre os nossos reis e pela conservação dos povos, que lhe assignalava de hoje por deante não passassem para baixo da bocca dos rios Mamuré e Itennis, nem interessassem d'ahi para baixo gentildade alguma, por estes pertencerem ao serenissimo senhor nosso Rei de Portugal, pois desde 1639 que senhoriava o rio das Amazonas até a laguna onde se achavam os marcos pertencentes á coroa de Portugal e 400 leguas da bocca do rio Madeira até o dito marco, como diz o Padre Acuña no seu livro Maranhão [...] e com estas mesmas clausulas fariamos de nossa parte, o que ouvido pelos ditos Padres prometteram cumprir e guardar tudo acima requerido<sup>68</sup>.

É perceptível na retórica do relato certo antagonismo entre a *urbanidade* das povoações espanholas e as *terribilidades* dos sertões do rio Madeira, isto é, do lado português. No entanto, não podemos reforçar superficialmente aqui este antagonismo típico da literatura das monções e das expedições de civilização/povoação *versus* barbárie/sertão, pois os processos ocorridos no sertão e nas povoações se conectaram de forma semelhante. Exemplar disso é que os expedicionários se utilizaram da mesma estratégia de sobrevivência no espaço do sertão e no da povoação – para o sucesso dos seus empreendimentos – que foi manter ao máximo uma relação diplomática com quem se negociava, a considerar que, conforme as linhas que foram relatadas, podia haver exceções, pois muitos casos não foram registrados.

A retórica presente no relato da expedição, certamente por ser de caráter oficial, parece se esforçar para transparecer que, diante dos indígenas nos sertões, e diante dos padres nas povoações espanholas, os oficiais preferiram manter uma relação de negociação, digamos, “amigável”, do que provocar conflitos imediatos – situação diferente do que ocorrerá na expedição particular de Félix de Lima, em 1742. Essa estratégia rendeu a Palheta a propagação de uma retórica de aparente sucesso na travessia do sertão e o estabelecimento de possíveis relações comerciais com os Principais, além de um contrato com os padres espanhóis para que não descessem o rio Madeira. A expedição de 1722, com o encontro com os espanhóis, aparentemente tão fixamente instalados próximos aos domínios portugueses, reforça, portanto, os argumentos em torno da necessidade de ocupação lusitana do vale, tendo como consequência a elaboração do alvará régio de 27 de outubro de 1733,<sup>69</sup> que visou

---

<sup>68</sup> ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004, p. 214.

<sup>69</sup> “Alvará proibindo a abertura de picadas e caminhos para as minas da Real Fazenda”, Lisboa, 27 out. 1733. **Arquivo Histórico Militar**, Lisboa, cota 2/1/1/15.

interditar a navegação de estrangeiros e aventureiros neste rio, ordem que se manteve, pelo menos oficialmente, por duas décadas.

### **A expedição de Manuel Félix de Lima (1742)**

No intervalo de vinte anos, entre a expedição de Francisco de Melo Palheta e a de Manuel Félix de Lima ao rio Madeira, as minas de ouro mato-grossenses alcançaram seu apogeu, entre 1735 a 1739, e o seu declínio a partir da década de 1740. Sem geração de riquezas relevantes, a capitania passou a demandar inúmeras despesas para a Real Fazenda. Por esta razão, os governadores buscaram cada vez mais zelar pelas “lealdades negociadas” locais, por meio da transferência de parte dos custos para expedições e para a construção de fortalezas e povoações a particulares (colonos), práticos (pilotos), indígenas, mestiços, e outros sujeitos detentores de saberes fundamentais para a exploração do território – com a promessa de recompensas em forma de cargos e mercês. Esta dinâmica se tornou indispensável nesse momento em que a Coroa possuía poucos recursos para administrar tão vasta região<sup>70</sup>. A expedição do comerciante Manuel Félix de Lima é, dentro deste contexto, exemplo disto.

Nascido em Portugal, Manuel Félix de Lima havia tentado a sorte como minerador em Cuiabá. Apesar de ter exercido no arraial alguns cargos honoríficos, nunca enriqueceu, tendo acumulado apenas dívidas e fugas de seus credores<sup>71</sup>. A cada dia mais escasso o ouro, e mais altos os preços de tudo, empreendeu tentar fortuna pelos rios abaixo, acompanhado de outros aventureiros. Entre eles, os “reynoes” Joaquim Ferreira Chaves, Vicente Pereira da Assumpção e Manoel de Freitas Machado, os paulistas Tristão da Cunha Gago, João Barboza Borba Gato, Matheus Correa Leme, Francisco Leme do Prado e Dionísio Bicudo, além do carioca João dos Santos. Estes bandeirantes, já bem conhecidos dos livros de História do Brasil, e também endividados, não possuíam outra colaboração para a expedição senão a de indígenas e negros escravizados. Contaram, portanto, com Manuel Félix de Lima, para arcar com as demais despesas do empreendimento<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> CARVALHO, Francimar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) –Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

<sup>71</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 406.

<sup>72</sup> O relato da expedição de Félix de Lima está presente no Tomo Quinto da obra História do Brasil, de Roberto Southey, e fora elaborado a partir de dois manuscritos, um de autoria do próprio Manuel Félix de Lima e o outro com depoimentos dos sujeitos que retornaram para o Mato Grosso, de autoria do ouvidor de Cuiabá, João Gonçalves Pereira. Ver SOUTHEY, 1862 (5), p. 398-445.

A expedição inicia-se pela descida do rio chamado Sarare em direção ao Guaporé. Neste ponto de confluência navegável, segundo o relato, existiam as mais remotas e importantes nascentes dos rios Paraguai, Tapajós e Madeira. Foi pelo Sarare que embarcaram os aventureiros, entregando-se à corrente, na esperança de encontrar ouro. Ao décimo dia de viagem, desembarcaram na margem direita, num acampamento recém-montado por Antonio de Almeida Moraes, que há seis meses também havia saído do Arraial, a fim de explorar minas e escravizar indígenas. Almeida Moraes será o primeiro de muitos, que a expedição encontrará pelo caminho, a desencorajar a empreitada de Manuel Félix de Lima, alegando o perigo a que estariam expostos caso descessem aquele rio, se referindo aos povos que nessa rota viviam, “grandes manejadores de lanças, numerosíssimos e mui guerreiros”<sup>73</sup>.

Ao contrário da retórica presente no relato da expedição de Francisco Palheta, que registrava as relações entre expedicionários, indígenas e missionários de maneira diplomática, provavelmente por ser uma expedição de caráter oficial, o relato da expedição de Manuel Félix de Lima parece não poupar o leitor dos inúmeros conflitos, desentendimentos e violências ocorridas ao longo da viagem. Segundo os conselhos de Almeida, que fora instruído por um velho indígena conhecedor do caminho a respeito da perigosa rota, tendo passado uma noite inteira de discussões sobre se seguiriam ou não viagem, Manuel Félix decide seguir avante acompanhado de outros aventureiros “que eram também os mais desesperados”, acusando de covardia os outros que decidiram voltar para o Arraial, como optou Borba Gato<sup>74</sup>.

Em busca de mantimentos, desembarcam na próxima margem esquerda num ponto que parecia habitado, devido à quantidade de ranchos. A partir deste lugar, tornam-se frequentes os registros dos desentendimentos entre a expedição e os indígenas da região. Em terra, os portugueses entram em uma das habitações encontradas, circular e feita de madeira sustentada por um pilar central, causando a fuga de trinta indígenas que ali viviam, ficando para trás somente

uma mulher com tres crianças sentada n’um banquinho, feito com os dentes d’um peixe, unico instrumento de que se servem estes selvagens. Fez Manoel Felix a demonstração de querer tomar uma das crianças, e a mulher abraçou-se com ella, empurrando outra para o

---

<sup>73</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 408.

<sup>74</sup> SOUTHEY, 1862 (5), p. 410.

lado d'elle. A criança que a Índia assim offerecia era um rapazinho de cabelo vermelho e côr clara, que se suppoz não seria filho d'ella<sup>75</sup>.

Apesar de não estar nítido no relato o porquê de Manuel Félix tentar tomar uma criança para si, é evidente pela ação da mãe e dos demais que fugiram, o rastro de conflitos e desconfianças que deixava a expedição. Sem relatar o desfecho de tal situação, o autor registra apenas que Manuel Félix dá à mãe algumas contas, servindo-se em troca de um cesto de mandubi (amendoim) e de uma rede, reembarcando em seguida. “Meros vagabundos uns, sem caracter nem posses, erão os outros mancebos rudes, sem principios, e enterrados em dividas”: assim eram descritos os membros da expedição de Manuel Félix, marcada diferença em relação à bandeira de Francisco de Melo Palheta, liderada por um oficial considerado prestigiado e representado como estratégico nas suas relações. Sobre essa diferença, são frequentes as “falhas” nas relações sociais, registradas no relato da expedição de Manuel Félix de Lima, como neste caso, da chegada num lago de jacarés onde desembarcam:

Mal tinham os exploradores subido a um terreno um tanto elevado quando descobrirão alguns Índios, para amedrontar os quaes dispararão um bacamarte. Não era o melhor meio de entabular relações amigaveis com elles. Fugirão os selvagens por uma vereda que parecia levar a paiz bem povoado, mas um d'elles, de gigantesca estatura, tropeçando ao atravessar uma plantação, cahiu. Dous negros o agarrarão pelos cabellos, antes que podesse erguer-se, e acudindo logo Manoel Felix julgou ver-lhe o peito coberto de sangue.<sup>76</sup>

O que parecia sangue era uma espécie de óleo avermelhado feito do urucum com o qual os indígenas se untavam tanto para a defesa dos insetos quanto para tornar escorregadio o corpo, dificultando que o inimigo os capturasse. Tal manobra fez com que Manuel Félix de Lima recuasse e desse sinal de suposta amizade ao indígena com a pretensão de com ele fazer trocas de ferramentas. As relações seguiram turbulentas, entre recuos, manobras e avanços de ambas as partes. Manuel Félix de Lima, temeroso, recusava os licores fermentados de milho dos indígenas. Em seguida só conseguiu avançar na viagem ao deixar navalhas com os indígenas para evitar ataques.

Passados alguns dias chegam ao Guaporé com o auxílio de alguns “índios cristãos”. Avisados que próximo dali localizava-se a redução de São Miguel, Manuel Félix envia adiante uma carta de cumprimentos a ser entregue ao missionário desta

<sup>75</sup> SOUTHEY, 1862 (5), p. 411.

<sup>76</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 411.

povoação, avisando quem eles eram, de onde vinham e solicitando hospedagem.<sup>77</sup> Ao avistarem de longe o porto da povoação e uma grande multidão à espera dos estrangeiros, de tal maneira que as árvores estavam cobertas de gente, Manuel Félix de Lima foi tomado de receio pelo perigo, tanto da reação dos jesuítas quanto dos indígenas, a considerar o histórico que tinham os paulistas. Correndo risco de vida,

Vestiu-se pois para a ocasião, a fim de fazer a melhor figura que as circunstancias permitissem: passados dezasseis annos, achando-se em extrema pobreza, descrevia Manoel Felix com evidente orgulho o brilhantes atavio em que n'aquelle dia se apresentou. Compunha-se esse traje d'uma camiza de folhos, meias de seda escarlates, calções de panno verde fino, (...). Assim equipado metteu-se n'uma canoinha com dous negros, armados de mosquetes, facas de ponta e pistolas. Ia elle mesmo de pé na canoa com uma bengala de canna da India na mão<sup>78</sup>.

Mal desembarcou e, certamente, para a surpresa do capitão da expedição, foi rodeado por senhores “vestidos de gala” que o receberam, segundo o relato, ajoelhando-se para pedir-lhe a benção “como se fôra o bispo”. Convidados para conhecer a missão, se depararam com indígenas abrindo alas para a expedição, gados e mulas pastando nas ruas, belas casas rebocadas de tabatinga e uma igreja com três sinos e cinco cruzes no terreiro. Vieram, por fim, ao encontro de Félix de Lima os alcaides da missão e novamente o jesuíta, de origem alemã, que o recebera no porto. Chamado Gaspar de Prado pelos espanhóis, vinha pedir para que fossem à sua casa a fim de conversarem.<sup>79</sup>

São Miguel, situada sobre o rio Baure e próxima ao Guaporé, pertencia às missões espanholas de Moxos, dentre as quais era a mais recente. Segundo o relato, era composta pela nação Mura em diferentes graus de “civilização”, os quais viviam espalhados também pelo rio Madeira até o Amazonas e constantemente ameaçavam a autoridade dos missionários. Para nos situarmos quanto à proximidade entre a missão castelhana de São Miguel e o rio Madeira, vejamos o mapa abaixo:

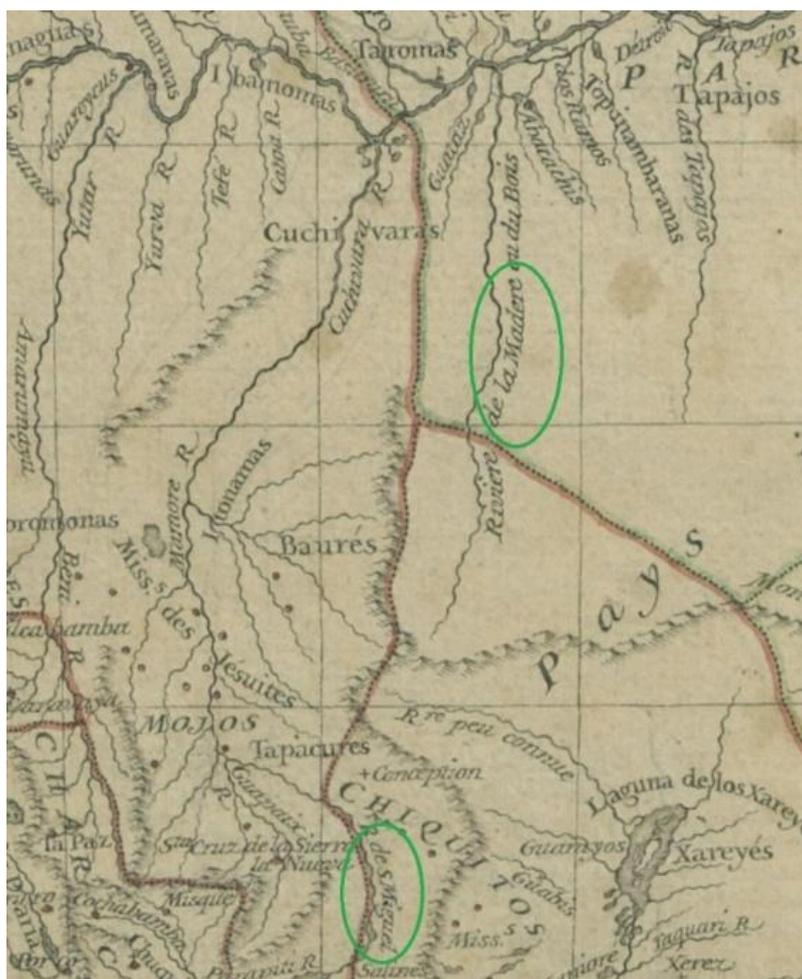
---

<sup>77</sup> SOUTHEY, 1862 (5), p. 419.

<sup>78</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, 420.

<sup>79</sup> SOUTHEY, 1862 (5), p. 421.

**Mapa 2:** Detalhe do mapa de Jean-Baptiste D'Anville (1737).



**Fonte:** *Bibliothèque nationale de France*, Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53008996s>.

No caso da missão de São Miguel, situada mais próxima dos domínios lusos, e onde afirmavam viver os indígenas mais ameaçadores que com frequência atacavam as povoações do Grão-Pará, é perceptível o aparente agrado que a presença portuguesa causou nos missionários desta redução. Agrado expresso nas boas-vindas, aqui descritas, e durante uma situação curiosa ocorrida durante a missa promovida para os estrangeiros. A pedido do padre, Manuel Félix de Lima e seus homens soltaram três salvas de tiros para o alto, mas o que parecia uma simples celebração, “poz isto os Indios em tremores e suores frios, corroborando a impressão que o Jesuita quizeria produzir”<sup>80</sup>.

<sup>80</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 425.

A visita portuguesa à redução espanhola de São Miguel é explicitamente representada como uma oportunidade de proteção e troca de favores, impressão que os missionários tentaram passar durante a missa aos indígenas presentes. Ressaltamos aqui a palavra “impressão”, que a fonte emprega, pois ela indica os interesses e intenções subjacentes dos sujeitos e nos ajuda a melhor analisar suas estratégias no movimento das expedições. Manuel Félix de Lima, por exemplo, que vivera durante dezesseis anos em pobreza, veste-se com sua melhor roupa para dar a impressão de certa nobreza na chegada a São Miguel. Já os missionários de São Miguel, vivendo em uma redução ameaçada pelos Mura, com uma salva de tiros, pretendem produzir a impressão de poder e aliança com quem possui poder bélico. No entanto, a impressão – e aqui resalto a impressão de poder – é produzida de acordo com a situação e o contexto no qual o sujeito está inserido e visa fortalecer relações ainda frágeis.

Esse olhar nos ajudará a compreender as dinâmicas sociais durante as expedições no século XVIII, época conhecida pelos múltiplos conflitos fronteiriços, de uma maneira mais aprofundada e que fuja da dicotomia espanhóis *versus* portugueses; não a desconsiderando, mas indo além dela como única via. Neste sentido, a redução espanhola de São Miguel, administrada por um padre alemão, recém-criada, distante dos centros coloniais espanhóis e diante de ataques imprevisíveis dos indígenas, prefere aparentemente negociar alianças com os portugueses, por parecer o único recurso disponível no momento. Situação diferente ocorrerá na em Santa Maria Magdalena.

A redução de Santa Maria Magdalena, localizada a dez dias de São Miguel e administrada pelo padre húngaro Frei Joseph Reiter, também era situada na província espanhola de Moxos e Chiquitos. Redução mais organizada que a primeira, apesar de também sofrer com ataques de indígenas não aldeados, contava com o apoio de outros que antes da conversão haviam sido caciques, mas que naquele momento ocupavam o posto de alcaides. Segundo o relato, as casas organizavam-se em ruas regulares, com quintais e currais, contendo oficinas de tecelões, carpinteiros, escultores e numerosas plantações de banana, mamão, algodão, além de um rebanho de gado em formação<sup>81</sup>.

Segundo o relato de expedição, o estado da redução deixa os portugueses um tanto estupefatos diante da igreja, dos altares, das trombetas feitas de metal, e das cortinas de tecido vindas de Potosí e de Lima que “causavam grande efeito”, bem como os indígenas escultores que tinham feito os pássaros dourados que enfeitavam o púlpito.

---

<sup>81</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 431.

Na mesa de jantar farta dos jesuítas, galinhas, carnes, línguas de vaca, bolos de milho, açúcar e leite eram oferecidos aos aventureiros portugueses acostumados à penúria de mantimentos no Mato Grosso, onde muitas vezes o ouro havia sido abundante, enquanto a “manança”<sup>82</sup> escassa e o regime de trabalho difícil levavam à fome e à miséria<sup>83</sup>.

O nível de organização de Santa Maria Magdalena é descrito no relato sob o título “Ostenta jesuíta a sua força”. Isto é, a representação de um espaço espanhol cristão, próspero e organizado, apresentado não só aos leitores, mas aos próprios membros da expedição portuguesa, configura-se numa tentativa de demonstração da força espanhola e jesuítica em Santa Maria Magdalena. O contrário havia ocorrido em São Miguel, onde os jesuítas fizeram questão de se aliar – ou passar a impressão de aliança – com os portugueses, provavelmente para se protegerem da ameaça Mura. Vejamos como foi representada a visão dos jesuítas de Santa Maria Magdalena a respeito da visita dos portugueses.

A visita que parecia amigável, no entanto, em pouco tempo se desfaz em desconfianças. Já na manhã seguinte à chegada, após a missa e a pedido dos missionários, uma tropa de oitenta cavaleiros faz um exercício na praça em frente à igreja, acompanhados de um grande número de indígenas flecheiros “pintados para a guerra”, como num espetáculo de demonstração de força bélica<sup>84</sup>. As ameaças indiretas, portanto, não cessavam. Manuel Félix de Lima, sem poder permanecer mais tempo em Santa Maria Magdalena, parte pelo rio Mamoré até alcançar o Madeira. Por este último rio empreende uma árdua descida enfrentando fome, cachoeiras, pântanos e, sobretudo, os Mura. Neste tópico, não enfocamos as experiências de Félix de Lima na calha principal do rio Madeira, pois suas experiências e conflitos no trecho Mamoré-Guaporé são mais importantes para compreendermos a complexidade das relações na fronteira próximo ao rio Madeira, com a presença de padres de origem centro-europeia, para além da tensão espanhóis *versus* portugueses, que tanto marcará os próximos capítulos. A experiência de Felix de Lima na fronteira também terá importância na conjuntura geopolítica da época. Afinal, a sua viagem pelo conjunto labiríntico de rios acabou, digamos, demonstrando um discurso de possibilidade de estabelecer uma comunicação por via fluvial entre o Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>85</sup>.

---

<sup>82</sup> O que é necessário para o sustento de alguém: alimento ou mantimento.

<sup>83</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 404.

<sup>84</sup> SOUTHEY, 1862 (5), p. 432.

<sup>85</sup> SOUTHEY, 1862 (5), p. 446.

Não faltara a Manuel Félix de Lima, entretanto, a sagacidade para perceber que as informações colhidas nas missões espanholas e sobre a rota encontrada, poderiam ter alguma importância política, pois no contexto em que espanhóis e portugueses se aproximavam cada vez mais uns dos outros, mais cedo ou mais tarde surgiria a questão acerca do direito de ocupação definitiva. Dessa forma, com tais informações colhidas na viagem, Manuel Félix de Lima e seus companheiros pretendiam fazer grande fortuna ao voltarem para as capitanias portuguesas. Com esta ideia em mente, alguns de seus companheiros retornam para a capitania de São Paulo, região atual do Mato Grosso, enquanto Manuel Félix de Lima decide seguir até ao Grão-Pará. Segundo o relato da expedição, menos feliz foi o português. Depois que chegou ao Pará partiu para Lisboa, com “exaggeradas ideias do serviço que prestara, e na inteira esperança de brilhantes recompensas”. Questionado a respeito de suas “descobertas”, disse aos ministros portugueses que na foz do Mamoré, sobre a margem direita, deveria ser construído um forte, junto com uma povoação portuguesa, outra na embocadura do rio Ubay, próxima de Santa Maria Magdalena, e a terceira no rio próximo à povoação de São Miguel. No mais, segundo Roberto Southey, foi contrariado pelos ministros portugueses, pois suas solicitações poderiam ser encaradas como atos de agressão contra a Coroa espanhola. Por isso, apenas lhe foi ofertada uma recompensa que cobria as despesas da expedição. Depois, Manuel Félix de Lima “continuou a seguir a côrte como miserável pretendente, até que, despendida toda a sua fazenda, viu-se reduzido à extrema pobreza e desgraça”.<sup>86</sup>

A ocupação territorial portuguesa no oeste da colônia amazônica, portanto, não foi efeito somente das necessidades e esforços metropolitanos, mas também das instituições coloniais, e, em grande medida, das práticas dos sujeitos que viveram nos sertões. No movimento das expedições ao rio Madeira e seus afluentes, ao longo da fronteira entre os domínios ibéricos, as expedições do sargento-mor Francisco de Melo Palheta, de 1722, e a do comerciante Manuel Félix de Lima, de 1742, contribuíram para a criação das bases argumentativas que defendiam a ocupação lusa da região, ao informarem a Coroa não somente da importância desta rota hidrográfica para a comunicação entre o Pará e o que se tornaria a capitania do Mato Grosso, mas também da expressiva urbanidade das reduções espanholas nos trechos Guaporé-Mamoré em comparação à das poucas povoações fundadas por portugueses no rio Madeira.

---

<sup>86</sup> SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862, p. 447.

Neste sentido, há três resultados para a análise feita dos relatos das expedições. O primeiro é que, apesar de ambas as expedições contribuírem para a ocupação portuguesa, criando as bases argumentativas para o que viria a ser o Tratado de Madri (1750), isso ocorre de forma diferente em cada uma das situações. A primeira expedição propõe, a partir da sua experiência, como solução para o problema da fragilidade da presença lusa na região, a interdição da navegação do rio Madeira, temendo o contrabando de ouro e o avanço espanhol. Enquanto isso, a segunda, ao contrário, propõe justamente a abertura da navegação neste rio, com o fim de incentivar as relações comerciais entre regiões, demarcando o território em favor da Coroa portuguesa, sugerindo inclusive a construção de um forte de proteção próximo à fronteira, proposta que não foi acatada de imediato, como acabamos de ver.

O segundo resultado diz respeito às representações produzidas por ambas as expedições: percebemos nos relatos que a presença de sujeitos indígenas, mestiços e dos trabalhadores empregados nas expedições e nas missões ao longo do rio Madeira moldaram cotidianamente os rumos da viagem, bem como a paisagem dos sertões e, sobretudo, das povoações, enquanto espaços dinâmicos e “imprevisíveis”. É perceptível, portanto, que, na maioria das vezes, os indígenas, sobretudo nos caminhos distantes dos centros coloniais, são os que mais moldam os fluxos de recuo e avanço das viagens e negociações. Por último, percebemos que, para além das recorrentes dicotomias entre espanhóis *versus* portugueses nas fronteiras coloniais, no espaço entre estas duas Coroas há uma série de intermediários, como padres alemães e húngaros, povos indígenas e “lusobrasileiros”, que na prática das relações tenderam a disputar seus interesses, colaborando ora com um lado, ora com outro.

## **1.2. As missões no baixo rio Madeira**

A aldeia de Trocano, fundada por volta de 1728 pelo jesuíta português João Sampaio no ponto mais alto da região entre o rio Jamari e a primeira cachoeira do rio Madeira, é descrita de forma recorrente como aquela que substituiu a antiga aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras. Fundada também por João Sampaio – que já atuava nos rios Canumã e Abacaxis desde 1714, na construção de casas, capelas e na extração do cacau para custear as obras da missão –, Santo Antônio das Cachoeiras é resultado do

papel central que este padre desempenhou para a entrada dos portugueses no rio Madeira, ao auxiliar com mantimentos e orientações a expedição do sargento-mor Francisco de Melo Palheta em 1722. Além do auxílio, João Sampaio seguiu a expedição no reconhecimento deste rio e não tardou para que, um ano após seu retorno para a missão de Abacaxis, o padre português subisse novamente o rio Madeira; dessa vez para fundar, em 1723, a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras que, segundo José Gonçalves da Fonseca se constituiu de indígenas descidos na ocasião em que Sampaio subira o rio com Palheta em 1722<sup>87</sup>.

Os superiores no Colégio do Pará, no entanto, acreditavam que a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, mesmo já instalada, se encontrava distante, exposta aos ataques de indígenas não aldeados e às intempéries do clima em uma localização rodeada por lagos, considerados propícios para disseminar doenças de que padeciam muitos missionários e indígenas<sup>88</sup>. Por isso, João Sampaio foi retirado da região, mas em 1727 retorna em razão de a aldeia ter-se convertido em ponto estratégico de expansão da rede de missões para a região Madeira-Mamoré-Guaporé e exigir, de fato, uma consolidação. Em 1730, já há registros da presença do padre na aldeia. Esta já havia sido mudado para um lugar próximo, em um ponto mais alto. Diferente do primeiro estabelecimento, trata-se, não obstante, de uma continuação da missão inicial. Esta consta, a partir de 1744 nas estatísticas da Companhia de Jesus, sob o nome de Aldeia de Trocano<sup>89</sup>.

João Sampaio, entre seus pares, ficou conhecido como o “maior apóstolo do rio Madeira”. No entanto não foi o único missionário que atuou, durante a passagem do século XVII para o século XVIII, nessa importante rota que interligava as capitanias portuguesas do Grão-Pará e do Mato Grosso e, também, os domínios portugueses e espanhóis na América. Na crônica do jesuíta luxemburguês João Felipe Bettendorff, é nítido um trânsito considerável de missionários, sobretudo na foz do rio Madeira desde

---

<sup>87</sup> FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são vizinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826, p. 39.

<sup>88</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 441.

<sup>89</sup> Livro de Tombo de Borba – Estado do Amazonas, tom. 1. Para mais detalhes, ver LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 441; MORAES, Alexandre Jose de Mello. **Corographia historica, chronographica, geneologica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil**. Vol. III. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1858-1863, p. 490.

o último terço do século XVII, bem como uma dinâmica de sucessivas tentativas de se estabelecer e manter missões nessa região, atravessadas por desafios semelhantes àqueles passados pelo padre João Sampaio. Esse trânsito de missionários e suas sucessivas tentativas de estabelecer missões na região nos remete a algumas questões: como se formaram os primeiros aldeamentos no baixo rio Madeira e quais foram as principais dificuldades e embates em torno das tentativas de fixação destes?

Nos embasamos em fontes missionárias primárias e secundárias, que, apesar de seu caráter apologético, revelam, nas entrelinhas, a íntima relação entre o processo de formação de aldeamentos missionários na região em questão e a necessidade portuguesa de desenhar e proteger suas fronteiras. De fato, o estabelecimento das missões sublinha a posição estratégica do rio Madeira. No entanto, notaremos que a ocupação do baixo rio Madeira ocorrerá de forma gradual, tardia e dificultosa.

### **O caso de Tupinambaranas e Irurizes**

São de 1669 os primeiros arrojos por parte dos jesuítas para se instalarem na região do baixo rio Madeira<sup>90</sup>. A principal fonte que nos fornece dados sobre esse processo é a Crônica de João Felipe Bettendorff. Em 1669, próximo à foz, é fundada a aldeia dos Tupinambaranas, hoje município de Parintins no estado do Amazonas, pelos padres Manuel Pires e João Maria Gorzoni, o que acontece graças à irradiação de jesuítas pelo médio curso do rio Amazonas, área conhecida como Madeira-Tapajós, a partir da Missão dos Tapajós, por sua vez fundada em 1661<sup>91</sup>. A aldeia de Tupinambaranas passou por várias mudanças de localização em razão das condições de insalubridade nas quais viviam missionários e indígenas. Na região que compreendia Tupinambaranas e seus arredores, o padre Antônio da Fonseca se instalou entre os chamados Andirazes, Pataruanas e Curiatós. A área era conhecida, por um lado, como um sertão muito propício a doenças e, por outro, um espaço rico em vegetais com propriedades medicinais como o guaraná, precioso para os indígenas, pois tinha efeito estimulante, além de diurético, ajudando a sanar febres, dores de cabeça e câimbras<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> LEITE, 1943 (III), p. 391; HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 21.

<sup>91</sup> MANO, Marcel. As crônicas jesuíticas e a história indígena no Médio Amazonas nos séculos XVII e XVIII: os Tupinambarabas. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 7, n. 1, mai. 2017, p. 111.

<sup>92</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 46.

Em visita às terras “para riba” do Grão-Pará, o padre João Felipe Bettendorff destaca que aquelas na banda sul da Capitania de Gurupá, em torno do rio Xingu, eram terras muito boas e com “ares e águas sadias”, onde não faltava caça, peixe, tartarugas e mel, tendo como única praga as formigas, mas sendo propício para o cultivo de tabaco. No rio Tapajós, as terras também são representadas como excelentes para o cultivo, principalmente de milho, além da abundância em peixes-boi e coelhos. Algumas jornadas acima do rio Amazonas, em Tupinambaranas, Bettendorff registra o lugar como sendo de ares bons, mas rodeado por lagos “em terras muito doentias”<sup>93</sup>, nas quais viviam os chamados Maguazes. Segundo Bettendorff, a região tinha apenas de “bom” a abundância de várias nações indígenas que poderiam ser reduzidas ao cristianismo. Sobre a representação desse sertão insalubre, o padre continua:

Ninguém se espante virem todos missionários de riba doentes, para baixo, porque são aqueles sertões mui doentios, principalmente para aqueles que lá vão pela primeira vez, e temos de dar muitas graças a Deus não nos morrerem lá como morreram, pouco tempo há, uns missionários dos reverendos padres Piedosos, vindos novamente do Reino de Portugal<sup>94</sup>.

A presença intensa de mosquitos na região de Tupinambaranas será um dos fatores principais que fará o aldeamento ser mudado de local. Em visita, enquanto superior da Missão do Maranhão, realizando catequeses, batismos e casamentos na capela desta aldeia, Bettendorff viu de perto o problema dos mosquitos que atrapalhavam não só o trabalho missionário, mas o cotidiano dos indígenas. Na tentativa de fugir dos mosquitos, após um dia cansativo de atividades, Bettendorff solicita que seus remeiros levassem a embarcação em que viajavam para o meio do rio, a fim de ali passarem a noite, tendo supostamente fugido dos mosquitos que infestaram a terra. Mesmo assim, eles foram perseguidos pelos insetos, não havendo “padre nem ainda índio que pudesse fechar olho para dormir”. O padre pede então que Tomás, indígena trombeteiro que o acompanhava, tocasse seu instrumento na direção de um outeiro

---

<sup>93</sup> Isso também é descrito no relato de FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são visinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826, p. 22.

<sup>94</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 17.

como uma mensagem pedindo à aldeia para que passassem ali a noite, com menos moléstias do que se passassem no barco. Estando já noite fechada,

Pareceu a aldeia, um abrasado incêndio e muito maior ainda pela madrugada, e ouviram-se grandes choros de meninos, com confusões de várias vozes; aclarando já o dia, perguntei ao branco Manuel Coelho que nos acompanhava por seus negócios, que causa tinham tido esses gritos e fogos da aldeia à noite passada; respondeu-me que os fogos que tinham visto eram os que os índios tinham feito debaixo de suas redes para se defenderem dos mosquitos, e que as gritas tinham sido os meninos e meninas, que, molestados das picaduras deles, estavam chovendo<sup>95</sup>.

Em meio a um fogaréu, choros de crianças e um curioso pedido de exorcismo contra os mosquitos, feito pelos próprios indígenas na manhã seguinte ao padre, percebemos o quanto as especificidades socioambientais dos sertões amazônicos interferiam não apenas na atuação dos missionários, mas na agência dos indígenas diante dos incômodos naturais. O episódio dos mosquitos revela não só a percepção ecológica dos Tupinambarana, mas o compartilhamento de seus códigos e conceitos ecológicos com os códigos do *modus operandi* cristão. Como resultado desse diálogo entre distintos sujeitos e seus respectivos códigos ecológicos,<sup>96</sup> nota-se que há uma mudança de localização da aldeia de Tupinambaranas. Bettendorff, em resposta ao pedido dos indígenas de “excomunhão dos mosquitos”, lhes teria dito: “Filhos, os mosquitos estão em sua terra, não se lhes dão de excomunhões como vós outros, que sois entendidos, tirai-vos daqui e mudai-vos para outra parte”<sup>97</sup>. Dentro de poucos anos de fundação, Tupinambaranas passa então por uma primeira mudança de localização, para mais acima da foz do rio Madeira. Antonio da Fonseca, seu primeiro missionário, no entanto, leva-a ainda mais para o interior, onde constrói uma residência e uma capela para a missão que passa a se chamar Santa Cruz dos Andirazes, em razão da catequese que se fazia, sobretudo, dos Andirá<sup>98</sup>. Em 1689, no entanto, essa aldeia sofre nova

---

<sup>95</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 370.

<sup>96</sup> Sobre uma História Relacional da natureza, ver a conferência de Décio de Alencar Guzmán no Youtube: “A história relacional da natureza: entre Ecologia Histórica e História Ambiental”, no Simpósio Ecologia Histórica e História Ambiental: diálogos possíveis e perspectivas futuras, em março de 2021.

<sup>97</sup> BETTENDORFF, 2010, p. 370.

<sup>98</sup> BETTENDORFF, 2010, p. 36.

mudança, dessa vez rumo às cabeceiras do Madeira, onde lhe é atribuído novamente o nome de Tupinambaranas<sup>99</sup>.

Em fins do século XVII, Tupinambaranas se estabelece como a missão central no curso médio do rio Amazonas e baixo rio Madeira. Assim, logo se consolida como centro de irradiação para expedições missionárias, aumentando o número de aldeamentos para seis nas proximidades da ilha de Tupinambaranas: a aldeia dos Andirazes, dos Maraguases, dos Curiatós, dos Irurizes, no rio Madeira, dos Abacaxis, fundada em 1669 entre o rio Madeira e o Canumã, e a dos Tupinambaranas<sup>100</sup>.

Já em 1683, o padre Jódoco Peres, ou Perret, o primeiro superior da Missão a subir o rio Madeira para além de sua foz, realiza uma inspeção neste rio, chegando dentro de nove dias à boca do afluente Iruris. Ao encontrar na região “o melhor cacau que há no Estado todo, por ser mais doce e mais grosso que o das outras partes”<sup>101</sup>, o jesuíta suíço estuda a possibilidade de estabelecer residência entre os indígenas da região<sup>102</sup>, a afamada nação dos Irurizes ou Iruris<sup>103</sup>.

Após a visita, o padre Jódoco Peres retorna a Belém, levando consigo o filho do principal dos Iruri ao Colégio do Pará para ensinar-lhe a Língua Geral e o português, a fim de que não faltasse um língua futuramente para esta nação. Como ressalta Serafim Leite<sup>104</sup>, Jódoco Peres constata também que os indígenas do rio Madeira recebiam ferramentas de estrangeiros, sobretudo holandeses, por meio do rio Negro, e por isso, suscita a necessidade de ocupação efetiva desses rios. Em 1687, o Governador Gomes Freire de Andrade escreve ao seu sucessor, Artur de Sá e Menezes, que os indígenas do Madeira pediam missionários e que ele já tinha tratado do assunto com os padres da Companhia, recomendados pelo próprio rei para ajudá-los nessa missão<sup>105</sup>. No Natal de 1688, como resposta ao suposto pedido feito pelos Iruri por missionários que os assistissem,<sup>106</sup> partiu do Pará em direção ao rio Madeira o padre João Ângelo Bonomi,

---

<sup>99</sup> MANO, Marcel. As crônicas jesuíticas e a história indígena no Médio Amazonas nos séculos XVII e XVIII: os Tupinambarabas. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 7, n. 1, mai. 2017, p. 124.

<sup>100</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 36-37.

<sup>101</sup> BETTENDORFF, 2010, p. 335.

<sup>102</sup> Segundo o Tomo I do Livro de Tombo de Borba – Estado do Amazonas, a missão instalada entre os Iruri localizava-se na atual região do rio Maturá, afluente do Madeira.

<sup>103</sup> BETTENDORFF, 2010, p. 476.

<sup>104</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugalá / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 292.

<sup>105</sup> LEITE, 1943 (III), p. 292.

<sup>106</sup> Carta do Governador Gomes Freire de Andrade ao seu sucessor Artur de Sá Menezes (8 jul. 1687). **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. XXXVI, 1922, p. 170-171.

que havia sido enviado do Estado do Brasil ao Maranhão pelo padre Antônio Vieira e destinado pelo padre Jódoco a ser o primeiro missionário do rio Madeira. Para esta missão, o padre italiano foi acompanhado do seu confrade José Barreiros e do filho do principal dos Iruris, já batizado e conhecedor da Língua Geral.

Após três meses de viagem sem grandes perigos, mas atravessada por furiosas correntezas, o encontro desta primeira equipe de padres a se instalar para além da foz do rio Madeira com os Iruri nos chama a atenção:

Chegados à boca do rio dos irurizes, dois dias distante da aldeia, toparam com o principal Mamorini que vinha em uma canoa grande remada por quantidade de mulheres, trazendo um só índio criado seu consigo; este, como depois souberam, ia fugindo de se encontrar com os padres, pelas más práticas que os brancos que assistiam na aldeia lhe tinham feito, dizendo-lhe que os padres iam tirar-lhe as suas mulheres, filhos e filhas, e que os haviam de açoitar e maltratar<sup>107</sup>.

No trecho, o principal Mamorini dos Iruri é encontrado fugindo dos padres. Segundo Serafim Leite, “iludido pelos brancos”, ele se posicionou contra os missionários<sup>108</sup>. Certamente, sem desconsiderar as interferências violentas das jornadas de coleta de cacau, organizadas pelos moradores, e a difamação que esses faziam dos padres, há neste aspecto importante que justifica a desconfiança do Principal. Acompanhado por grande número de indígenas remadoras, estas mulheres parecem ter pesado na decisão de fuga de Mamorini do encontro com os missionários. De fato, segundo Bettendorff e ressaltado por Vitor Hugo em sua obra de 1959, entre os Iruri, as mulheres gozaram tamanha veneração que havia dificuldades de levá-las à igreja para assistirem os sermões e sacramentos. Conforme o padre luxemburguês, “têm eles para si que derivam de uma deusa que veio do Céu a aquelas suas terras parir cinco filhos, os quais edificaram as cinco aldeias”<sup>109</sup>. Portanto, a fuga do Principal Mamorini parece estar embasada em certa medida no posicionamento das mulheres e no receio dos brancos, no sentido de os padres querendo tirar-lhe justamente suas mulheres, filhos e filhas.

Diante desta suspeita e para persuadi-lo, o padre João Ângelo Bonomi diz a todos que nunca pretendeu praticar tais violências e que apenas queria que produzissem

---

<sup>107</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 599.

<sup>108</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 292.

<sup>109</sup> BETTENDORFF, 2010, p. 525.

farinhas em sua roça. Sem mais grandes dificuldades, segundo Bettendorff, os indígenas logo se desenganaram do que os colonos portugueses teriam levantado contra os padres, e com isso, o padre João Ângelo Bonomi manda um aviso pelo grupo encontrado para que todas as aldeias dos Iruri com seus principais viessem visitá-los. O padre Bettendorff conta com pormenores os costumes deste povo, por exemplo, que os Iruri eram governados por principais eleitos conforme sua capacidade após a morte do anterior. Sabendo destes detalhes, os primeiros padres do rio Madeira, para o melhor governo, nas esferas temporal e espiritual, de sua missão utilizavam o método de reunir os principais de todas as aldeias ligadas aos Iruri para os informar dos intentos de suas visitas, como aponta o trecho a seguir:

[...] e assim mandou [o padre] aviso a todas as aldeias pertencentes aos irurizes para que viessem visitá-los. Vieram eles com seus costumados presentes, aos quais o padre João Ângelo correspondeu conforme a pobreza que consigo levava; depois disso deu-lhes parte a todos como lhes vinha mostrar o caminho verdadeiro do Céu pela insinuação da fé católica, e pelo santo batismo que lhes vinha dar para fazê-los filhos de Deus, e livrá-los do Inferno e escravidão do Diabo; avisando-os e exortando fizessem suas igrejas para o cultivo divino, com umas casas em que se pudessem recolher os padres quando os fossem ver em suas aldeias; com isso foram-se todos mui satisfeitos, e os padres deram logo ordem a fazer-se igreja e residência em a aldeia de Ururi, onde se achavam alguns brancos tratando cacau que há muito e bom por todo aquele rio, e se estima por melhor do Estado todo pela grandeza e doçura que tem maior do que em outras partes fora do rio da Madeira<sup>110</sup>.

Este excerto nos remete à narrativa da primeira penetração missionária no rio Madeira, sobre o papel central de um estabelecimento entre os Iruri e uma boa relação com os principais. Isso se refletiu, inclusive, no investimento na educação do filho de um deles ao levá-lo ao Pará como aprendiz da Língua Geral. Isso não quer dizer que os Iruri não tinham interesses numa relação com os padres, pelo contrário, visto o histórico de trocas comerciais que os povos da foz do Madeira já mantinham com estrangeiros, sobretudo holandeses de Suriname, pela calha do rio Negro. O relato sobre a chegada do principal Paraparixana revela o interesse desse chefe Iruri de estabelecer relações:

Chegou uma tarde ao porto da aldeia com grande número de canoas, e sem se desembarcar alma viva mandou um mensageiro dar parte ao

---

<sup>110</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 602.

principal Mamorini como era chegado principal Paraparixana, e assim, estando todos dentro de suas canoas, sem se bulir em cousa alguma, pela manhã tornou a mandar segundo recado, pedindo licença de sair para terra. Estes recados todos trazia logo o principal missionário aos padres pedindo-lhes seu consentimento; com ele finalmente começaram a vir para a aldeia com grande número de índios carregados de mil curiosidades, de assentos, de bordões, tapiocas e beijus e estes eram mimos que o principal Paraparixana mandava adiante de si a todos os moradores daquela aldeia. Atrás destes ia uma tropa de mancebos pintados a mil maravilhas, os quais andavam dois em dois, com grande modéstia e compostura, e, levando seus arcos e flechas pela mão, se encaminharam para casa do Paricá; após deles começaram a vir os namorados da aldeia do Paraparixana, os quais traziam nas mãos umas varas rachadas e abertas pela ponta, em sinal que tinham vassalos, eram fidalgos entre os seus e por isso também cada qual deles levava uns pajens adiante de si com arco e flechas pelas mãos; finalmente ao cabo de todos estes fidalgos vinha o Paraparixana, vestido de seda verde, com um terçado arvorado em a mão, e assim como levava diante de si grande número de pajens, também o seguia em ordem uma grande multidão de vassalos.

Passou toda esta procissão pela porta da residência dos padres e não obstante estarem lá eles e o principal Mamorini que lhes estava explicando os passos daquela entrada e os nomes dos principais, contudo nenhum deles se atreveu a falar nem a olhar para eles, e assim foram à casa do Paricá, onde se lhes armaram as redes e os jacazes, e assentados aqui todos pediu o principal Mamorini licença aos padres de os ir visitar, assim como ele foi foram também em sua companhia os mais principais da aldeia, e, assentados uns defronte dos outros, mandou logo o principal Paraparixana dizer ao padre João Ângelo que ele era chegado, e que ele desejava sumamente que viesse. Ele logo veio com todo o seu acompanhamento à porta da casa da residência, porém ele só entrou dentro fez-lhe a visita e daí tornou outra vez para a casa do Paricá, onde de todas as casas da aldeia lhe foi um presente para o jantar, e jantaram alegremente todos, [...] <sup>111</sup>.

Sem desconsiderar o caráter apologético da fonte que se esforça por mostrar uma atuação missionária pacífica, para ir de contra à imagem hostil propagada pelos moradores sobre os jesuítas, podemos observar, nesse trecho, um jogo de interesses da parte de Paraparixana com relação à aproximação dos padres. Pela visita ao local onde os jesuítas estavam instalados, Paraparixana e seu grupo demonstram força, organização e realeza, trazendo à vista dos presentes seu grande número de “pajens” e “vassalos”. Outro ponto importante nesse excerto são as pistas que nos indicam que as atividades de exploração do cacau, por iniciativa de particulares, já existiam no rio Madeira antes da chegada dos missionários. Isso nos faz refletir sobre uma questão que causou

---

<sup>111</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 524-525.

controvérsias historiográficas na primeira metade do século XX: a questão da tardia entrada e estabelecimento de missionários ao longo do rio Madeira para acima de sua foz, sendo que ela somente ocorreu no final do século XVII, em comparação a outras regiões como os rios Solimões e Negro ou os interiores do Maranhão e Piauí.

O estudo histórico da formação de missões no rio Madeira se confunde algumas vezes com o estudo das monções e expedições (oficiais e/ou particulares) neste rio, por ambos os movimentos de entrada terem ocorrido em momentos semelhantes, às vezes concomitantes. No primeiro tópico deste capítulo, a respeito das expedições ao rio Madeira, visualizamos as desavenças e, algumas vezes, as convergências de interesses entre expedicionários e missionários neste sertão. Certamente, estes conflitos refletiram em como as missões e as expedições direcionadas ao rio Madeira foram registradas não só pelas fontes, mas também pela historiografia. Sobre isso, é imprescindível abordar a nítida disputa historiográfica, de meados do século XX, a respeito de quem foram os “pioneiros” a adentrarem no rio Madeira, o que posicionou missionários e expedicionários em lados opostos dessa discussão.

Faz-se necessário voltar brevemente para a historiografia de meados do século XX, pois Serafim Leite (1933-1955) e Vitor Hugo (1959) são os principais autores que temos como mediadores entre as fontes primárias sobre o tema das missões no rio Madeira, como a crônica de Bettendorff, e as nossas análises. Afinal, são dois “padres historiadores” que fizeram sólidas pesquisas em arquivos nacionais e internacionais a respeito da atuação jesuítica na Amazônia, e, no caso de Vitor Hugo, especificamente no rio Madeira. Serafim Leite e Vitor Hugo, numa tentativa de resgatar a memória e o protagonismo da Companhia de Jesus na História do Brasil, escrevem suas obras no momento em que livros antijesuíticos que positivavam os bandeirantes e as reformas pombalinas eram reimpressos no Brasil e retomavam força entre os intelectuais. Para Vitor Hugo<sup>112</sup>, padre historiador e estudioso clássico das missões do rio Madeira, um dos motivos que levou ao atraso da instalação de missões para além da foz do rio Madeira é que, durante o século XVII, a catequese deveria vir aparelhada à expansão colonial. Portanto, os sacerdotes deveriam adentrar os sertões de preferência acompanhando os capitães e cabos nas expedições oficiais de expansão. Para as autoridades coloniais, as ordens religiosas tiveram que servir a Coroa conforme as

---

<sup>112</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 18.

disposições do Padroado Régio. Por conseguinte, a presença dos padres nas expedições não servia somente para fiscalizar, mas também para justificar o proceder dos militares e facilitar as conquistas, afinal eram conhecedores das línguas e dos costumes indígenas.

Embora o método de entrada de capitães e cabos acompanhados de sacerdotes fosse o mais recomendável – sobretudo em num momento no qual eram raras as expedições oficiais para o rio Madeira –, uma primeira geração de missionários consegue instalar-se na região em fins do século XVII. Vitor Hugo aponta que os padres Manuel Pires e João Maria Gorzoni, entre os Tupinambarana, e os padres João Ângelo e José Barreiros, entre os Iruri, adentraram no vale do Madeira de forma pioneira, antes da primeira expedição empreendida por Francisco de Melo Palheta em 1722.

O autor jesuíta, ao dizer que o rio Madeira “entrou no berço da civilização sob os raios tépidos da luz do cristianismo, liberta de qualquer outro compromisso. De maneira genuína e diferente de muitas regiões do norte brasileiro”<sup>113</sup>, contribui para a construção de uma historiografia apologética, que defende o pioneirismo dos jesuítas no rio Madeira. Assim, desafiava uma historiografia contemporânea, que defendia, ao contrário, o pioneirismo de bandeirantes, monçoeiros e oficiais de Estado na região.

Para além dessa polarização de narrativas a respeito de quem foram os pioneiros a adentrar no rio Madeira, típico da historiografia da primeira década do século XX, é evidente nas fontes outros motivos para a instalação tardia de missões no rio Madeira. Algumas dificuldades enfrentadas por esses primeiros missionários se deram em torno da adaptação ao cotidiano socioambiental específico do rio Madeira.

Havia no tempo que lhes assistiu o padre João Ângelo com o padre José Barreiros, cinco aldeias grandes desta mesma nação; a primeira de irurizes, a segunda de paraparixanas, a terceira de aripuanas, a quarta de onicores, e a quinta do tororizes, além de algumas aldeotas de pouca consideração, porém estas cinco continham mais de vinte aldeias, porquanto cada roça daqueles principais era uma boa aldeia de vassalos<sup>114</sup>.

Assistiram os padres às aldeias acima citadas por quase um ano fazendo catequese e batismos. No entanto, diante do regime difícil dos sertões amazônicos,

---

<sup>113</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 25.

<sup>114</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 523.

ambos os missionários adoeceram, o padre João Ângelo Bonomi mais gravemente, não havendo remédio, senão retornar ao Pará. O padre Bonomi, uma vez recuperado, retorna ao rio Madeira em 1691 e, segundo Serafim Leite, teria sido recebido “como um anjo vindo do céu”<sup>115</sup>. Já estavam mudadas à época a localização de quatro aldeias, menos a dos Iruri que não quiseram descer para um local mais acessível e fértil. Com seu retorno, o padre italiano retoma as construções da missão, enquanto os indígenas erguiam também para si casas de sobrado “de que todos os brancos que lá iam ficavam admirados”<sup>116</sup>. Entretanto, o missionário cai doente e mais uma vez precisa retirar-se da missão. Na ausência do padre, alguns colonos da região, engajados no negócio do cacau, aproveitaram para escravizar grande número de indígenas, o que causou queixas e escândalos entre estes, pois passaram a cogitar, segundo Serafim Leite, que os padres haviam juntado os indígenas nas missões para serem mais facilmente capturados pelos brancos, dando origem a desconfianças e embates nas aldeias. Com isso, os jesuítas,

desgostosos, e também por falta de missionários, se escusaram da Missão do interior do Rio Madeira, dando mais desenvolvimento à dos Tupinambaranas, já formada, e à dos Abacaxis, que cinco anos depois se estabeleceu e ficou praticamente a substituir a Aldeia dos Iruries<sup>117</sup>.

É perceptível nas crônicas jesuíticas que as primeiras missões, instaladas na região do baixo rio Madeira, possuíram um caráter transitório, isto é, mudavam suas localizações de acordo com suas necessidades de subsistência. Bettendorff deixa transparecer que esta mobilidade forçou os missionários a adotarem uma atuação itinerante, pois se locomoviam constantemente pelos rios da região<sup>118</sup>. De fato, garantir a subsistência e fixação dos indígenas em estabelecimentos missionários demonstrou ser difícil nas condições socioambientais do vale do Madeira.

Assim, no início do século XVIII, as missões do rio Madeira estavam concentradas no rio Abacaxis, mas em 1714, já se mantinham aldeamentos nos rios Canumã, Andirás, Acuriatós e entre os indígenas Guarinamá<sup>119</sup>. No transcorrer do

---

<sup>115</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 292.

<sup>116</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 526.

<sup>117</sup> LEITE, 1943 (III), p. 393.

<sup>118</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 26.

<sup>119</sup> MORAES, Alexandre Jose de Mello. **Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1858-1863, p. 361-372.

século XVIII, a expansão da rede de missões avançava de tal maneira, que “não haveria lugar onde não estivessem os Jesuítas de assento ou de passagem, embora as aldeias e seus oragos desaparecessem com a mesma facilidade com que pareciam”<sup>120</sup>. Sobre o rio Madeira ser caracterizado de forma recorrente como um espaço de mobilidades, aparições e desaparecimentos de missões em razão de suas especificidades socioambientais, o Cônego André Fernandes de Sousa escreveu em 1861:

Aquí [Serpa, hoje Itacoatiara] tiveram os jesuítas uma pequena igreja, ornada de muita prata, que se mudou dos Abacaxis. Dizem os índios antigos que enterraram as alampadas e os castiças, que eram muitos, e só deixaram um crucifixo grande, talvez por ser unico. Porem ignora-se o lugar onde enterraram. A igreja que agora existe está meio acabada com cobertura de palha, que causa aos moradores suores para a cobrirem de 3 em 3 annos; a sua invocação é N. S. do Rosario, e o seu parochio interino é o Rev. Nuno Alves do Canto.<sup>121</sup>

Ainda a esse respeito, parece haver relação com o que escreve Lourenço da Silva Araújo e Amazonas no *Diccionario topographico descriptivo da comarca do Alto-Amazonas*:

Os indígenas a tem [a aldeia de Tupinambaranas, hoje cidade de Parintins] em supersticiosa apreensão; e não é sem acatamento que por ela passam, e dizem ouvir tocar sinos de noite, o que se atribue à tradição de algum estabelecimento que, abandonado, tenha sido invadido pelo mato e em sua espessura perdidos os sinos.<sup>122</sup>

No entanto, devemos ter cautela para não sermos deterministas ao relacionar o fenômeno de mobilidade das missões e a falta de missionários unicamente a questões socioambientais, isto é, a fatores ligados às doenças, à umidade tropical, que fazia perecer edificações e mantimentos, e ao difícil acesso geográfico à região. Sobre essa falta de missionários para atuarem nas regiões mais remotas da colônia na passagem do século XVII para o XVIII – não apenas no rio Madeira, mas também em outras regiões da Amazônia –, Karl Heinz Arenz<sup>123</sup>, com base em missivas escritas por Bettendorff,

---

<sup>120</sup> COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório sobre alguns lugares da província do Amazonas especialmente o Rio Madeira**, Manaus: Codeama/IGHA, 1986, p. 8-11.

<sup>121</sup> MORAES, Alexandre Jose de Mello. **Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1858-1863, p. 423.

<sup>122</sup> AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Biblioteca Brasileira, Recife, 1852, p. 219.

<sup>123</sup> ARENZ, Karl Heinz. “Não Saulos, mas Paulos”: uma carta do padre João Felipe Bettendorff da Missão do Maranhão (1671). **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 168, n. 1, p. 271-322, jan./jun. 2013, p. 7.

nos elucidada sobre algumas razões dessa crise. O autor afirma que as dificuldades encontradas pelas missões amazônicas ficaram mais intensas após a primeira expulsão dos jesuítas em 1661 e giravam em torno principalmente da escassez de alimentos, da irregularidade dos navios de abastecimento, em consequência da epidemia de varíola que se alastrou no início da década de 1660. Além disso, o pequeno grupo que conseguiu ficar ou voltar, estava exposto ao abandono resultante não só das penúrias vividas nos sertões, mas, sobretudo, da perda da dupla administração (temporal e espiritual) sobre os indígenas entre 1663 e 1680. Após, uma segunda expulsão, em 1684, a situação parecia mais promissora com o Regimento das Missões, que restituiu a dupla administração. No entanto, a divisão da rede das missões, em 1693, entre todas as ordens atuantes na região e um novo surto epidêmico exigiram uma reconfiguração da atividade que se estendeu às primeiras décadas do Setecentos<sup>124</sup>.

### **Padre João Sampaio e a fundação de Troceno**

Nos anos de 1720, durante o governo de João da Maia da Gama no Maranhão e Grão-Pará (1722-1728), a navegação do rio Madeira era debatida tanto na Corte de Lisboa quanto nos sertões amazônicos. Nesta ocasião, escreveu o rei ao governador que “será muito conveniente e importante que haja comércio com Quito”, pois acreditava-se na existência de prata na região e, por isso, na necessidade de reconhecimento do rio Madeira em favor de Portugal e na missão de toda a sua extensão. Quanto a este último aspecto, segundo insinua Serafim Leite, teria sido a carta, escrita em 2 de maio de 1714, pelo padre Bartolomeu Rodrigues na missão de Tupinambaranas, dando notícias sobre os povos indígenas do rio Madeira, que teria incentivado a Companhia de Jesus a investir mais naquele vale.<sup>125</sup>

Pouco anos depois, o governador João da Maia da Gama atendeu à determinação de reconhecimento e exploração do rio Madeira a partir de necessidades externas em razão da carta vinda da Corte que declarava a vontade do rei, e também internas, advindas de notícias trazidas pelos indivíduos incumbidos dos descimentos, que afirmavam que no alto rio Madeira já havia brancos, mas que não sabiam se eram

---

<sup>124</sup> ARENZ, Karl Heinz. “Valente para servir”: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII. Belo Horizonte, 2022, p. 161-273.

<sup>125</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 393-400.

portugueses ou espanhóis<sup>126</sup>. Nesta ocasião, preparou-se uma expedição de levantamento oficial portuguesa ao rio Madeira comandada por Francisco de Melo Palheta, chegando ao alto curso deste rio em 1723, o mesmo sargento-mor que havia escoltado o padre Samuel Fritz, missionário e geógrafo da Província de Quito, de volta às terras castelhanas após sua incursão na parte portuguesa, em 1691.

Além do capitão, a expedição se constituiu de um “Clérigo Capelão que ia na galeota Santa Rita e Almas, e mais dois missionários do Mato Grosso, José Leme do Prado e Paulo Leme”<sup>127</sup>. Assim, segundo Vitor Hugo<sup>128</sup>, “a primeira bandeira eficaz do rio Madeira foi provocada em parte pelos próprios missionários, os quais em todo o caso, a precederam”. Ao reconhecer este intento, o governador pró-jesuítico João da Maia da Gama, para desmentir as declarações que ocultavam os feitos dos padres da Companhia, escreveu para Portugal que “em especial ao Pe. Sampaio se deve conseguir a tropa o referido descobrimento”<sup>129</sup>.

Antes mesmo da expedição de Francisco Palheta e da carta do padre Bartolomeu Rodrigues despertar um interesse mais geral pelo rio Madeira, o padre João Sampaio já era reconhecido por atuar na missão de Canumã desde 1712<sup>130</sup>. Pois,

Com entrada no Rio Madeira do P. João Sampaio, dotado de grande zêlo construtivo, a missão prosperou muito. E tornou-se tão notável o seu apostolado que de Roma, o P. Geral, a 13 de Julho de 1715, o louva em têrmos fora do comum. Erigiu casas e igrejas, reconheceu cacau para diversas obras do culto, ali e na igreja de Santo Alexandre do Pará, desceu Índios, catequizou-os e foi o maior apóstolo do rio Madeira. E nêle ficou a recordação limnográfica da sua passagem, no *Lago do Padre Sampaio*, ou simplesmente *Lago Sampaio*, à beira do qual teve algum tempo a sua Aldeia.<sup>131</sup>

João Sampaio nasceu em 24 de novembro de 1680 na Abrunheira, Coimbra, Portugal. Entrou na Companhia de Jesus em 13 de maio de 1701 e veio noviço para as salinas de Curuçá na capitania do Pará em 1703. Foi-se ordenar em Portugal e retornou

---

<sup>126</sup> BRASIL, Comissão do Madeira. **Pará e Amazonas, pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos Conego Francisco Bernardino de Souza**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874-1875, p. 19.

<sup>127</sup> ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004, p. 201.

<sup>128</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 28.

<sup>129</sup> MORAES, Alexandre Jose de Mello. **Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1858-1863, p. 260.

<sup>130</sup> HUGO, 1991, p. 28.

<sup>131</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugalía / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 400.

em 1712 quando foi destinado para a missão de Canumã no rio Madeira<sup>132</sup>. Esteve temporariamente no rio Negro, mas foi atender as aldeias de Canumã, Abacaxis, Tupinambaranas e Trocano, constituindo-se, nas palavras de Vitor Hugo, como “o primeiro grande apóstolo do Rio Madeira”<sup>133</sup>.

Os elogios ao padre, no entanto, não foram unânimes entre os moradores dos sertões do rio Madeira. Nos princípios de sua atuação missionária, há o registro de que foi gravemente infamado por um “índio ébrio ou malicioso”, mas “com fino tato de prudência e de clarividência, tão necessárias aos homens de govêrno, os seus superiores, feitas as investigações, reconheceram-lhe a inocência<sup>134</sup>. Esse desentendimento nos dá pistas sobre os diversos embates com os indígenas da região em relação ao trabalho missionário, muitas vezes registrado nas fontes escritas pelos próprios padres, de forma apologética, como um trabalho pacífico.

Nas primeiras décadas do século XVIII, quando atuava no baixo rio Madeira, o jesuíta português João Sampaio não demorou em fundar uma missão na região do médio e alto rio Madeira, após ver na expedição do sargento-mor Francisco de Melo Palheta a oportunidade de subir o rio na companhia da tropa:

A 4 de Junho de 1723, juntamente com um socorro de mantimentos, enviados do Pará, chegou o P. João Sampaio ao Arraial de Francisco de Melo Palheta, que ia a descobrir as cabeceiras do Madeira. Demorou-se até o dia 10, e depois, na sua galeota, seguiu a expedição por espaço de um dia, despedindo-se e voltando para a Aldeia.<sup>135</sup>

Assim como outros missionários de sua época, João Sampaio ficou conhecido entre os indígenas como “Abaré-bebé” que quer dizer “padre que voa”<sup>136</sup>. De forma itinerante, portanto, sobe o rio Madeira, buscando adaptar-se às condições de cada local, conforme prescreve a *Visita* do Padre Antônio Vieira<sup>137</sup>. Na sua viagem junto a expedição de Francisco Palheta, Sampaio levou um grande número de indígenas por serem os principais detentores de conhecimentos sobre a navegação naquele rio. Estes

---

<sup>132</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 400.

<sup>133</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 29.

<sup>134</sup> HUGO, 1991, p. 29.

<sup>135</sup> LEITE, 1943 (III), p. 401.

<sup>136</sup> HUGO, 1991, p. 30.

<sup>137</sup> A *Visita* do Padre Antonio Vieira é a designação para a “Direcção que se deve observar das Missões do Maranhão”. Redigida entre 1658 e 1660, ela foi várias vezes reconfirmada como regulamento interno da Companhia de Jesus na Amazônia. Ver LEITE, 1943 (IV), p. 106-124.

indígenas proviam também às necessidades de alimentação da expedição, fazendo a caça e a pesca. Tudo indica que os integrantes da tropa se nutriram basicamente de mel, frutas, cotias, antas, pacas, e sobretudo os peixes, principal base alimentar na região amazônica. Também o ambiente pantanoso, com múltiplos lagos, às margens do rio Madeira é citado, ora como espaço propício à propagação de doenças e de difícil acesso, ora como viveiro abundante de muitos animais, principalmente peixes e tartarugas<sup>138</sup>. Sobre essa interessante relação entre o padre João Sampaio e os lagos, marcada por desafios, mas necessária à sua sobrevivência, Alexandre Rodrigues Ferreira, em sua *Relação circunstanciada do rio Madeira e seu território*, nos diz que, “No dito lago [chamado Padre Sampaio] costumava fazer as provisões de peixe, de manteiga de tartaruga precisa para outros fins; e por isso lhe deixou o seu apelido”<sup>139</sup>.

Os lagos do rio Madeira, e neste caso o “lago Sampaio”, como evoca a citação acima, eram ricos, sobretudo, em tartarugas, consideradas no século XVIII, segundo o padre João Daniel, como a vaca cotidiana das mesas portuguesas. Delas eram consumidos os ovos, e a partir deles fazia-se a manteiga de tartaruga, importante para a alimentação, mas também usado com lubrificante. O processo da “viração” das tartarugas era geralmente feito por grande número de indígenas de todos os gêneros e idades, e supervisionados por um cabo ou missionário<sup>140</sup>. Vejamos uma representação:

**Gravura 1:** “Viração das tartarugas no rio Madeira”



**Fonte:** Alexandre Rodrigues Ferreira, séc. XVIII.

<sup>138</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, 30-32.

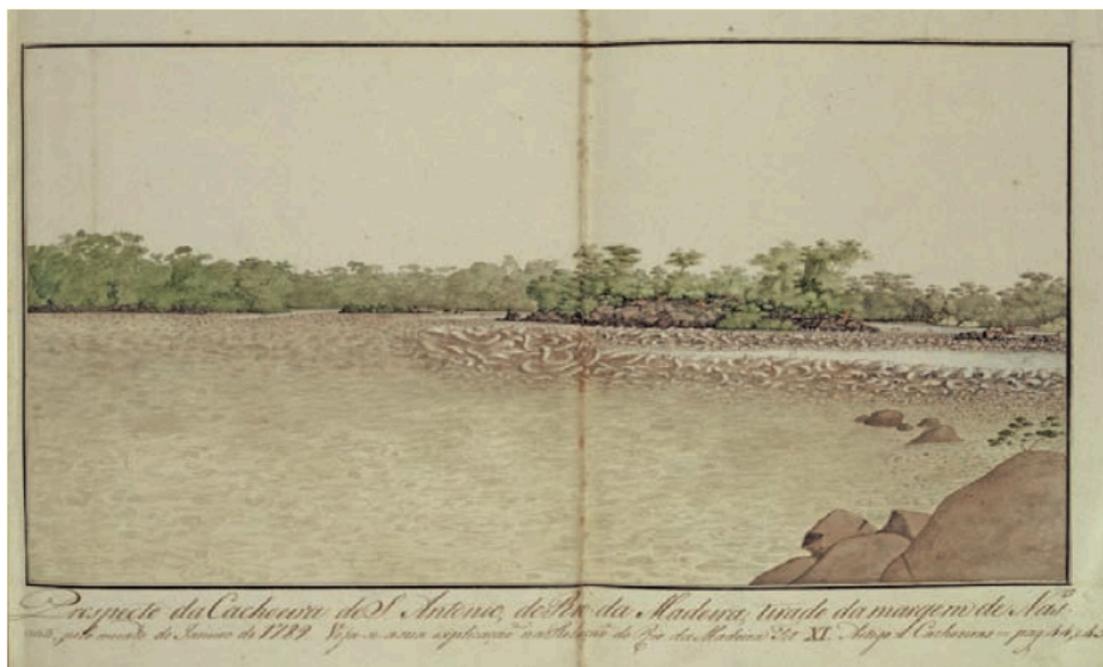
<sup>139</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Relação circunstanciada do rio da Madeira e seu território* [30 jan. 1789, fl. 23]. In: **Biblioteca Digital Luso-brasileira**. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/273758>. Acesso em: 26 fev. 2023.

<sup>140</sup> MACHADO, Diego Ramon Silva. **No rastro dos ovos: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia, 1727-1882**. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2016, p. 96.

Em 1723, João Sampaio, na companhia de Francisco de Melo Palheta e de seu altar portátil, dentre outros instrumentos do ofício missionário itinerante, constatara a navegabilidade do longo curso do rio Madeira. Dentro de pouco tempo, após a sua volta para a aldeia de Abacaxis, o padre retorna às proximidades da primeira cachoeira do Madeira, dessa vez para fundar a aldeia ligada à Coroa portuguesa mais remota até então estabelecida naquele rio: Santo Antônio das Cachoeiras. É difícil dar com exatidão sua localização, mas pela documentação estima-se que tenha sido acima do afluente Jamari<sup>141</sup>, local onde João Sampaio acreditava ter condições favoráveis para viver por ser à margem de um grande rio até ali navegável e a certa distância dos sertões propriamente ditos.

Podemos observar, logo abaixo, uma representação iconográfica da região na qual foi fundada a missão de Santo Antônio das Cachoeiras. Ela foi produzida por um dos desenhistas da expedição filosófica e científica de Alexandre Rodrigues Ferreira na ocasião de sua passagem pelo rio Madeira no final do século XVIII:

**Gravura 2:** “Prospecto da Cachoeira de S. Antonio, do Rio Madeira, tirado da margem de Nascente, pelo meiado de Janeiro de 1789”.



**Fonte:** Alexandre Rodrigues Ferreira, séc. XVIII. Disponível em:  
[http://www.filologia.org.br/pereira/textos/viagem\\_ao\\_brasil\\_de\\_arf3.pdf](http://www.filologia.org.br/pereira/textos/viagem_ao_brasil_de_arf3.pdf).

<sup>141</sup> ABREU, João Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

No entanto, pela falta de orientação superior ou de experiência na região, seriam grandes as desvantagens de se instalar naquele local. Vejamos como seria a estrutura organizativa do aldeamento:

Em todo o caso seria para encontrar mais amparo, que o Padre Sampaio teria fundado uma aldeia à Margem do Madeira – para ser foco de civilização, de doutrinação, e um núcleo produtivo. A população indígena seria garantida mediante um sistema de entradas para o interior, de onde desceriam os índios. Elas tinham como finalidade só a propagação da Fé: o Superior da Missão era quem as autorizava, e enquanto civís e militares as realizavam à custa do govêrno, aos Missionários cabia a supervisão<sup>142</sup>.

O primeiro obstáculo para a sua instalação à margem do rio Madeira e acima do afluente Jamari foram os conflitos com relação aos abusos cometidos pelos cabos de tropa durante a estruturação do aldeamento. Os cabos realizavam descimentos à força, seja de indígenas cativos ou livres, situação que vinha ocorrendo desde sua atuação na aldeia de Abacaxis. Neste último aldeamento – identificado no trecho acima –, para onde foram descidos pelo padre João Sampaio cerca de quatrocentos indígenas de diversas línguas e de pelo menos seis nações, “eis que o Capitão Manuel Francisco Tavares, feitor do Governador do Pará, avançou sôbre duas grandes canoas de outros índios que iam para a mesma Aldeia” e “amarrando-os a todos com cordas e grilhões violentamente os metteo em suas canoas”<sup>143</sup>.

Esses não foram, no entanto, os únicos conflitos entre o capitão Manuel Tavares e o padre João Sampaio. Ainda no tempo em que atuava em Abacaxis, num intervalo em que se tinha ausentado dessa missão, “arrombaram-lhe as portas da casa, furtaram-lhe farinha e as próprias canoetas dos pescadores”<sup>144</sup>. Em relação aos desentendimentos, o padre não foi poupado, inclusive, durante a expedição de Francisco de Melo Palheta. Na ocasião, mesmo suportando os conflitos e desuniões entre os cabos e soldados da tropa, forneceu-lhes canoas, ferramentas, mantimentos e cerca de duzentos indígenas remeiros, “quando viu que por falta de mantimentos e de gente, Palheta já fazia conta de desistir da empresa”. Também os socorreu quando retornaram dessa empreitada doentes, contrariando os dizeres de que os jesuítas eram acostumados

---

<sup>142</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 33.

<sup>143</sup> HUGO, 1991, p. 34.

<sup>144</sup> HUGO, 1991, p. 34.

a não fornecer indígenas para o real serviço, o que era obrigatório segundo as provisões de 29 de outubro e de 16 de novembro de 1718.<sup>145</sup>

Desde o século XVII, o rio Madeira foi adentrado e explorado tendo em vista das drogas do sertão e da mão de obra indígena. As disputas travadas entre moradores e missionários por estes dois objetivos foram intensas neste sertão. Por um lado, os colonos pretendiam subjugar os indígenas a seus próprios interesses. Por outro, os missionários se defendiam, alegando que os moradores, cegos pela cobiça, não enxergavam que o trabalho jesuíta era combater justamente a indisciplina e desorganização dos sertões. Como isso, reagiram à queixas dos colonos de que o trabalho desempenhado pelos indígenas sob a jurisdição missionária, conforme define o Regimento das Missões de 1686, não garantiria necessariamente a “liberdade dos índios”, mas, sim, traria proveito para a missão com a construção de fazendas e colégios nas cidades da região.<sup>146</sup> Essa contenda de teor sociopolítico entre o padre João Sampaio e diversos agentes do governo legou ao padre valiosa experiência que certamente contribuiu para a sua instalação, autoridade e manutenção duradoura na região.

A aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras fundada pelo padre João Sampaio à margem do rio Madeira, acima da foz do Jamari, era considerada a mais afastada, indefesa e exposta ao ataque de indígenas, “trabalhosa em todo o genero de trabalhos e moléstias, que ali indefectivelmente padecem os Missionários”<sup>147</sup>. Em vista disso, os superiores no colégio do Pará solicitaram que o padre se retirasse do local para retornar às missões do baixo Madeira. No entanto, a missão, que já havia se convertido num espaço de referência para as itinerâncias dos padres pela região Madeira-Mamoré-Guaporé e arraial de apoio para expedições, não podia ficar sem um missionário. Por isso, tendo recorrido à cúria generalícia da ordem em Roma, em 1727, o padre João Sampaio voltou para Santo Antônio das Cachoeiras, dessa vez acompanhado do padre Manuel Fernandes. Segundo Serafim Leite, há indícios de a aldeia ter sido assentada, desta vez, num lugar próximo ao primeiro<sup>148</sup>. Em uma estatística anônima de 1730 contava, o lugar já contava com 338 indígenas aldeados e ainda catecúmenos.

---

<sup>145</sup> HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2ª ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991, p. 35.

<sup>146</sup> HUGO, 1991, p. 37.

<sup>147</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 441.

<sup>148</sup> LEITE, 1943 (III), p. 441.

**Quadro 1:** Excerto da estatística das missões jesuíticas, 1730. Traduzido do latim por Karl Heinz Arenz.

“Número das pessoas morando nas aldeias dos índios que os nossos administram no Maranhão, 1730”					
Nomes das aldeias	Homens	Mulheres	Rapazes	Meninas	Catecúmenos
Na aldeia Abacaxis [1.030]	243	336	230	123	98
Na aldeia Cachoeiras [Trocano] [338]	28	22	46	58	184
Na aldeia Canumá [548]	177	151	44	53	123

**Fonte:** Anônimo. *ARSI*, cód. Bras 10 II, fl. 338r.

Conforme se verifica no quadro acima, nas aldeias jesuíticas do rio Madeira viviam, em 1730, 1.916 indígenas, o que corresponde – segundo a avaliação da referida lista do *Archivum Romanum Societatis Iesu*, feita por Karl Arenz – a 9,4% dos indígenas aldeados pela Companhia de Jesus no Estado do Maranhão e Grão-Pará. A aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras possui neste ano um número menor de aldeados em comparação às aldeias mais antigas do baixo Madeira, como a de Canumã e Abacaxis, mas, em contraposição, possui o maior número de catecúmenos. Estes, estando ainda no início do processo da catequese, constituem, por sinal, a maioria dos habitantes, o que indica que a aldeia é ainda muito recente. A missão de Santo Antônio das Cachoeiras permanece no Catálogo da Companhia de Jesus com este nome até 1740. Na edição seguinte, em 1744, já é registrada pela primeira vez com o nome de Trocano, tornando-se conhecida como a povoação mais alta do rio Madeira. Segundo José Gonçalves da Fonseca, que esteve em Trocano em 1749, a mudança de localização para um terreno mais elevado foi feita para ter um clima mais ameno e para estar mais ao abrigo de eventuais ataques de indígenas, sobretudo os Mura, que não deixaram de investir contra Trocano. Por isso, vivia na época o missionário “em uma casa entrincheirada de estaca, para dela se defender melhor de alguma invasão, socorrido de dois seculares que lhe assistem”<sup>149</sup>. Esta situação, que será recorrente em Trocano ao longo do século XVIII, indica mais uma vez que as mudanças de localização das missões no rio Madeira estavam relacionadas tanto a motivos ambientais, quanto estratégicos.

O processo de formação de missões na região intermediária entre o baixo e o alto rio Madeira foi especialmente marcado por experiências de mobilidades, instalações e

---

<sup>149</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 402.

desinstalações de núcleos habitacionais. Neste sentido, ao longo desse tópico, a respeito das dificuldades de instalação encontradas pelas missões jesuíticas no rio Madeira, detectamos dois motivos para este problema. Em primeiro lugar, um conjunto de fatores, os quais conceituo como *transitoriedade nos sertões*, que diz respeito às dificuldades encontradas pelas missões em se instalarem de forma fixa ao longo do baixo e médio Madeira, em razão de suas margens pantanosas, cachoeiras e furos de difícil navegação, em um mundo onde o teto de palha de uma residência, choça ou igreja durava apenas três anos por causa das fortes tempestades. Em segundo lugar, por ser um sertão marcado pelo trânsito de sujeitos, não só de missionários e outros agentes coloniais, mas também de grupos indígenas, como os Tupinambá e os Iruri, na segunda metade do século XVII, e os Mura, na primeira metade do XVIII, com seus diferentes códigos ecológicos, culturais e linguísticos que moldaram e (re)configuraram o espaço a partir de suas mobilidades.

Essas características foram organizadas sob o conceito de *transitoriedade nos sertões*, o qual tenho aprofundado e testado a partir do diálogo com autores como Patrícia de Melo Sampaio, que afirma que “as povoações, criadas à sombra das estruturas administrativas da Capitania, eram núcleos marcados pela artificialidade e pela transitoriedade”<sup>150</sup>, e Adson Rodrigo Silva Pinheiro, que discorre sobre “a transitoriedade propícia aos Sertões”<sup>151</sup>. A tentativa é problematizar tais características e afastá-las de representações recorrentes na documentação colonial e na historiografia da primeira metade do século XX, as quais tenderam a atribuir aos sertões amazônicos e seus habitantes um perfil hostil, apático e rústico, e, assim, aproximar tais características a um perfil de um sertão em trânsito, móvel e dinâmico, perceptível na própria documentação.

A região do baixo ao médio rio Madeira, na passagem do século XVII para o XVIII, portanto, passa por um movimento de sucessivas tentativas de estabelecimento de missões, por constituir uma estratégica rota fronteiriça. Percebe-se com isso, que o plano de se construir uma espécie de fronteira sólida, formada a princípio por uma sequência de missões jesuíticas naquele rio, foi atravessado por inúmeras dificuldades cotidianas, advindas de desafios socioambientais específicos do rio Madeira, como o

---

<sup>150</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*, Campinas, n. 10, p. 73-100, 2003, p. 73.

<sup>151</sup> PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva. *Novos ares, nova vida: mobilidade, casamento e família nos sertões do Siará grande (1759-1766)*. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 9.

acesso geográfico difícil, as intempéries do clima e o perigo de doenças, além dos conflitos entre indígenas, missionários, autoridades e colonos brancos. A constante mobilidade das missões e, por conseguinte, de grupos indígenas, isto é, a construção e a desconstrução de núcleos habitacionais neste rio ao longo no fim do século XVII e início do XVIII, são, a meu ver, pistas que marcam a formação, no rio Madeira, de uma “fronteira granular”<sup>152</sup>, isto é, permeável, dinâmica e complexa.

### 1.3. Os indígenas no baixo rio Madeira

A primeira metade do século XVIII é algumas vezes lembrada pela escassez de relatos, descrições e observações sobre os povos indígenas do rio Madeira. Antonio Porro aborda essa questão em comparação com o século XVII<sup>153</sup>, no qual uma série de fontes com detalhes sobre os costumes de determinados grupos indígenas foi produzida, como os relatos de Cristóbal de Acuña, Mauricio de Heriarte, João Felipe Bettendorff e Samuel Fritz, bem como, a partir da década de 1740, os escritos de Charles-Marie de La Condamine, José Gonçalves da Fonseca, João Daniel, Anselm Eckart, Francisco Xavier de Mendonça Furtado ou ainda José Monteiro de Noronha.

No entanto, há algumas fontes que devem receber mais atenção como potenciais *locus* de estudo sobre a História indígena das quatro primeiras décadas do século XVIII no rio Madeira. São estas: (1) a carta de 1714 do jesuíta Bartolomeu Rodrigues, missionário da aldeia de Tupinambaranas, ao seu superior, o padre Jacinto de Carvalho, considerada a mais antiga fonte sobre o tema, a qual registrou aproximadamente 85 etnônimos e suas localizações; (2) a “Relação das Missões do Estado do Maranhão”, carta escrita pelo próprio padre Jacinto de Carvalho, em 1719, direcionada ao superior geral Michelangelo Tamburini, localizada no *Archivum Romanum Societatis Iesu* (ARSI), traduzida do italiano e publicada por Antonio Porro; e, por último, acrescento também (3) o já evocado relato da expedição do sargento-mor Francisco de Melo Palheta de 1722, presente no livro “Caminhos antigos e povoamento do Brasil” de Capistrano de Abreu.

---

<sup>152</sup> Sobre este conceito, ver ARENZ, Karl Heinz. “Não sem (o) norte”: a Amazônia colonial na recente seara historiográfica (1990-2020). *Temas Americanistas*, Sevilha, v. 47, n. 1, p. 21-44, 2021, p. 13.

<sup>153</sup> PORRO, Antonio. A “Relação” de Jacinto de Carvalho (1719), um texto inédito de etnografia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 3, 2012.

Ainda que alguns pesquisadores considerem que o relato de Francisco de Melo Palheta faça “referências mínimas aos grupos indígenas, suas línguas e costumes”<sup>154</sup>, defendo, ao contrário, que é uma fonte indispensável; em razão, justamente, da presença indígena, suas experiências, relações e táticas, evidentes no relato, quando analisado de maneira minuciosa, o que já foi demonstrado mais acima, no tópico sobre as expedições. Analisando essa fonte, argumento que os sujeitos indígenas empregados nas expedições, aldeados nas missões e encontrados nos caminhos ao longo do rio Madeira, moldaram cotidianamente os rumos da viagem, da paisagem e determinaram, ao menos em parte, os fluxos de recuo e avanço nas locomoções e negociações. Essa história social dos deslocamentos, rearticulações e agências indígenas no contexto das expedições e das missões no rio Madeira – já parcialmente trabalhadas mais acima –, que levaram à criação da estratégica aldeia de Santo Antonio das Cachoeiras (Trocano), é o que nos interessa destacar particularmente neste tópico.

Neste sentido, durante a primeira metade do século XVIII, registra-se um processo de expansão da rede de missões jesuíticas no baixo rio Madeira e de elaboração de argumentos em defesa da ocupação e exploração portuguesa deste rio, a partir das experiências que acumularam as expedições. Esse processo de ocupação colonial foi marcado por um cotidiano de disputas acirradas entre missionários, expedicionários e moradores pelo controle do trabalho dos e do contato com os indígenas nesse sertão. Entretanto, esse regime de conflitos, entre descimentos, epidemias e violências, engendrou processos de depopulação, deslocamentos e rearticulação de nações indígenas como os Tupinambá, os Irurí e os Mura. Nesse tópico, pretendo analisar, portanto, não só os impactos sofridos no contexto das expedições e das missões, mas as agências indígenas durante a (re)configuração socioespacial do baixo rio Madeira.

### **Os Tupinambá e os Irurí: deslocamentos e depopulação**

Os estudos sobre a História das populações indígenas da região do baixo rio Madeira no período colonial advém em grande parte de fontes escritas sobre a área Madeira-Tapajós. Desde o século XVII, essa área é registrada como espaço de mobilidades, relações e hegemonia dos Tupinambá, Iruri e Tapajó. Por serem escassos os dados que nos deem informações precisas e diretas sobre estes e outros grupos

---

<sup>154</sup> PORRO, 2012, p. 12.

indígenas da região, serão essas fontes escritas por viajantes, missionários e autoridades coloniais, com representações de localizações e etnônimos, que nos permitirão compreender, na medida do possível, o complexo panorama etno-histórico da região.

Miguel Menendez e Antonio Porro evidenciam em seus respectivos estudos uma alta densidade demográfica indígena na área Madeira-Tapajós, em razão do grande número de etnônimos registrados na época em que se iniciou a ocupação colonial da região, na segunda metade do século XVII<sup>155</sup>. O estudo sobre esses etnônimos no contexto das fontes, será fundamental para compreendermos a configuração etno-histórica e espacial do baixo Madeira, sobretudo durante a formação dos aldeamentos, antes da passagem para vilas.

Isso é possível, pois, quando comparamos os etnônimos registrados nas fontes do século XVII com os das fontes do século XVIII, notamos um espaço temporal permeado de trajetórias indígenas de deslocamentos, relações e alianças que se destacaram frente ao processo de reconfiguração espacial da região, impactado pela colonização. É o caso dos Iruri, etnônimo registrado como uma unidade étnica hegemônica no espaço do baixo rio Madeira ao longo da segunda metade do século XVII<sup>156</sup>. Mas, em decorrência da ação dos empreendimentos coloniais, isto é, de descimentos e aldeamentos, no início do século XVIII, são registrados como grupo enfraquecido e integrado aos Mura<sup>157</sup>.

Quanto aos Tupinambá, é possível compreender parte de sua trajetória de deslocamentos e rearticulações pelo relato do padre Cristóbal de Acuña, cronista da expedição de Pedro Teixeira, em 1638 e 1639, no caminho de Quito a Belém. Os entornos da foz do rio Madeira são descritos pelo jesuíta espanhol, como espaço habitado por muitas e diversas nações, como os Zurinas, Cayanas, Ururihaus, Anamaris, Guarinumas, Curanaris, Erepunacas e Abacatis, além dos chamados Zapucayas,

---

<sup>155</sup> MENÉNDEZ, Miguel. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27-28, p. 271-286, 1984; PORRO, Antonio. História indígena do alto e médio Amazonas séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 175-196.

<sup>156</sup> HERIARTE, Mauricio de. **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Viena: Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1874, p. 39-43; BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 476. As obras são da segunda metade do Seiscentos, respectivamente de 1664 e 1698.

<sup>157</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugalá / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 394.

Urubutingas, Guaranaguacas, Maraguas, Quimaus, Burais, Punouys, Oreguatus, Aperas e outros, cujos etnônimos o padre não conseguiu averiguar<sup>158</sup>.

Introduzimos esse assunto, porque Acuña, quando próximo à foz do rio Madeira, chega a uma “hermosa isla” que lhe chama muita atenção e lhe faz refletir sobre os Tupinambá e possíveis alianças, sobretudo, porque é a primeira espacialidade em Cayarí<sup>159</sup> que teria despertado o interesse dos viajantes. Trata-se da ilha grande dos Tupinambás, ou dos Tupinambaranas, como ficará conhecida mais tarde. Segundo Acuña, era povoada pelos Tupinambá, as mesmas gentes, que, segundo seu relato, na conquista de Pernambuco, teriam fugidos, já fazia anos, dos rigores a que os portugueses os tentaram sujeitar no litoral<sup>160</sup>. Adentraram os rios e os sertões. Alguns teriam se aproximado dos espanhóis no Peru, e outros instalaram-se nas cabeceiras do rio da Madeira. Vejamos uma representação da ilha de Tupinambaranas produzida na passagem do século XVII para o XVIII e sua posição central na área Madeira-Tapajós.

**Gravura 3:** Ilha de Topinambas, excerto do mapa de Nicolas Sanson (1680).



**Fonte:** John Carter Brown Library. Disponível em:

<https://americana.jcblibrary.org/search/object/jcbcap-1-1-5555-115901222/>.

Na época da passagem de Acuña pela foz do rio Madeira, os Tupinambá habitantes da ilha foram registrados como falantes da Língua Geral e sendo filhos e

<sup>158</sup> ACUÑA, Christobal de. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madri: Imprensa del Reyno, 1641, p. 49. Esse conjunto de etnônimos reproduzidos tais quais foram registrados na fonte, além de outros que veremos ao longo desta dissertação, há de se destacar que podem estar muito mais alinhados à visão e lógica dos colonizadores do que corresponder à realidade da diversidade étnica na região. Segundo Nádia Farage (1991), os etnônimos serviam muitas vezes às políticas de relações, de alianças e de negociações, ora contribuindo para criar identidades, ora para dividi-las, em situações sobretudo de guerras e conflitos.

<sup>159</sup> Assim era chamado o rio Madeira pelos povos indígenas que o habitavam, segundo Acuña.

<sup>160</sup> ACUÑA, Christobal de. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madri: Imprensa del Reyno, 1641, p. 92.

netos dos primeiros povoadores migrantes do litoral brasileiro. Foram considerados como gente de grande brio na guerra, que, mesmo em menor número comparados a outros nativos da região, sujeitavam ao seu domínio várias etnias vizinhas com quem tivessem guerras, obrigando-as a saírem de suas terras indo em busca de paragens mais distantes<sup>161</sup>. Cristóbal de Acuña os descreve, portanto, como nação hegemônica, mas já “misturada” aos povos que habitavam anteriormente a região.

O cronista registra também um assunto importante que revela seu interesse pela ilha grande dos Tupinambá. O *agasajo*, ou “acolhimento”, com que os Tupinambá receberam a expedição, era provavelmente fruto de interesses por alianças. E foi a chave de entrada para os viajantes cogitarem ser útil a aproximação com tal nação como proteção contra outras, bem como auxiliares “para conquistar todas las demas naciones deste Rio”<sup>162</sup>. Tal estratégia, baseada nas relações com possíveis indígenas aliados, será um dos pilares do processo de constituição de aldeias missionárias nas Américas ao longo dos séculos XVII e XVIII. Afinal, para a jornada de Pedro Teixeira, o acolhimento e a aliança potencial com um povo identificado como hegemônico significava grande utilidade na conquista de outras nações daquele rio que os temiam.

Ao final do século XVII, no entanto, os Tupinambá sofrem um processo de depopulação significativa que beirou à extinção, pelo menos enquanto unidades étnicas<sup>163</sup>. Neste caso, há um hiato na história deste grupo durante a passagem do século XVII para o XVIII. Segundo Menéndez, muito provavelmente alguns representantes dos antigos Tupinambá se mantiveram integrados aos grupos que posteriormente passaram a habitar a ilha de Tupinambaranas, o que contribuiu para a tupinização da região e, com isso, o “aparecimento” gradual de “modernos Tupi” na área Madeira-Tapajós denominados, na segunda metade do século XVII, pelo padre Laureano de La Cruz, com o etnônimo de tupinambaranas<sup>164</sup>.

Esse grupo passou por um processo intenso de catequização dos jesuítas, os quais fundaram a missão dos Tupinambaranas na década de 1660, a partir de uma série de descimentos de outros grupos indígenas de terras diversas e distantes para este local. Conforme analisado anteriormente, no segundo tópico deste capítulo, este aldeamento

---

<sup>161</sup> ACUÑA, 1641, p. 92.

<sup>162</sup> ACUÑA, Christobal de. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madri: Imprensa del Reyno, 1641, p. 93.

<sup>163</sup> MENÉNDEZ, Miguel. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27-28, p. 271-286, 1984, p. 275.

<sup>164</sup> MENÉNDEZ, 1984, p. 275.

missionário passou por constantes mudanças de localização dentro da área Madeira-Tapajós, em razão não só das condições insalubres de sua localização, mas também pelos frequentes abandonos dos indígenas que muitas vezes preferiam voltar a se embrenhar no mato.

Quanto aos Irurí, habitantes do baixo rio Madeira, não há muitas informações sobre sua filiação étnico-cultural<sup>165</sup>, mas possivelmente não eram Tupi, de acordo com as classificações linguísticas. Bettendorff, também confirma essa hipótese<sup>166</sup>, pois, como já vimos, em sua crônica, após a visita do superior Jódoco Peres aos Irurí, o padre retornou ao Pará com um dos filhos do principal desta nação, a fim de que o menino aprendesse o português e a Língua Geral, idioma de matriz tupi. Isso serve de indício de que o menino, assim como sua nação, certamente não falava o tupi. A designação Irurí, importante ressaltar, possui um caráter genérico que abrange além do grupo homônimo, os Onikoré, Aripuaña, Parapixana e Torerize<sup>167</sup>. Provavelmente, tenha sido uma federação de etnias ou grupos aparentados.

Os Irurí, antes de passarem por um expressivo processo de depopulação na primeira metade do século XVIII, tal como os Tupinambá, exerceram, no século XVII, certo controle militar e de intercâmbios na região da margem direita do baixo Madeira, estabelecendo relações de comércio inclusive com povos do rio Negro<sup>168</sup>. Na crônica do padre Bettendorff, é possível visualizarmos que eram esmeros especialistas nas trocas de algodão, milho, tabaco, cerâmica e ferramentas, além de possuírem nítida organização e hierarquia político-social. Esta teria sido exibida aos aliados ou inimigos por meio de visitas e procissões, mas sobretudo ao seu grande número de “vassalos”<sup>169</sup>.

Segundo Menéndez, no primeiro quartel do século XVIII, tanto os Irurí quanto os Tupinambá encontravam-se praticamente “extintos enquanto unidades étnicas”<sup>170</sup>. Entretanto, é possível que essa afirmação se refira à extinção destes povos principalmente na documentação da época. Queremos dizer que há praticamente um vácuo de representações acerca dos Irurí e Tupinambá nas fontes do século XVIII, as

---

<sup>165</sup> MENÉNDEZ, 1984, p. 274.

<sup>166</sup> BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010, p. 292.

<sup>167</sup> MENÉNDEZ, Miguel. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27-28, p. 271-286, 1984, p. 274.

<sup>168</sup> HERIARTE, Mauricio de. **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Viena: Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1874, p. 40.

<sup>169</sup> BETTENDORFF, 2010, p. 525.

<sup>170</sup> MENÉNDEZ, 1984, p. 275.

quais não citavam mais os povos hegemônicos do rio Madeira de outrora. Isso indica que de fato houve um processo de depopulação e des(re)articulação, mas não necessariamente de extinção. De fato, Curt Nimuendajú, em 1948, investigou a presença de indígenas Irurí vivendo desmembrados entre os Mura por volta de 1784.

Não é difícil perceber que a reconfiguração socioespacial pela qual passava a região, sobretudo em relação à formação e mudança da localização de aldeamentos, estava intimamente relacionada às dinâmicas dos grupos indígenas, sobretudo os hegemônicos, com seus múltiplos saberes, mobilidades e rearranjos sociais e linguísticos<sup>171</sup>. Também estava ligada às necessidades e dinâmicas coloniais, como no caso dos descimentos, pois constituem uma forma de deslocamento das populações indígenas, no entanto, de maneira forçada. Os descimentos, por ser um instrumento importante de povoação das aldeias e despovoamento dos sertões, ou, nas palavras de Maria Regina Celestino de Almeida, “num processo contínuo de crescimento de povoados e extinção de povos”<sup>172</sup>, catalisaram forçosamente mudanças na organização social e no universo cultural dos grupos indígenas, o que desencadeou a articulação de agências e resistências, muitas vezes dentro do próprio espaço do aldeamento como veremos mais adiante.

### **A carta do padre Bartolomeu Rodrigues (1714)**

É possível visualizarmos um panorama etno-histórico do baixo Madeira no início do século XVIII por meio de informações apresentadas pela carta do padre jesuíta Bartolomeu Rodrigues de 1714. Considerada “a primeira e mais completa fonte dos povos indígenas que viviam ao longo do rio Madeira no início do século XVIII”<sup>173</sup>, a carta teve como função comunicar ao superior Jacinto de Carvalho notícias dos indígenas do rio Madeira e de alguns “casos de edificação”, isto é, do trabalho missionário desenvolvido nas terras entre o rio Madeira e o rio Maricão<sup>174</sup>.

---

<sup>171</sup> Maria Regina Celestino de Almeida afirma que no período colonial a dependência dos portugueses em relação aos indígenas era praticamente total, e a política de alianças era fundamental para o sucesso e manutenção de quaisquer empreendimentos coloniais. Por isso, segunda a autora, as capitanias ou povoações bem-sucedidas tiveram apoio dos indígenas enquanto as que recebiam recorrentes ataques, fracassavam. Ver ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ANRJ, 2003, p. 61.

<sup>172</sup> ALMEIDA, 2003, p. 108.

<sup>173</sup> SILVA, Cliverson Pessoa da; COSTA, Angislane Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio madeira durante o século XVIII. **Amazônica – Revista Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 110-139, mar. 2014, p. 115.

<sup>174</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugalía / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 393-400.

Seguindo a enumeração de etnônimos descritos pelo padre, da foz do rio Madeira até a terra dos Guarajus, a margem esquerda era habitada pelos Oantas, Guajaris, Purupurus, Guareces, Capanás, Jãoens, Pamas e Cajaripunás<sup>175</sup>. A “parte última” deste trecho noticiado por Rodrigues era habitada pela “grandiosa nação dos Guarajus” e, segundo o padre, dessa região em diante desconhecia-se quais grupos indígenas por lá viviam, pois na época expedicionários ou missionários ainda não haviam subido o rio, o que aconteceu apenas em 1722 com a viagem de Francisco de Melo Palheta.

Voltando ao baixo curso do Madeira, dessa vez na margem direita, a primeira nação registrada pelo padre Bartolomeu Rodrigues após os Guarajus é a nação dos Camateris e os Pamas nas regiões encachoeiradas. Já nas proximidades do rio Abacaxis, vivia o grupo homônimo, além dos Chichirinins, Jaguaretus, Purerus, Curupus e os Manis. Segundo Bartolomeu Rodrigues, “ocupam estas nações o espaço de dois meses de viagem, donde se poderá inferir o quanto são populosas”<sup>176</sup>. No chamado rio Ipitíá, povoava os numerosos Arara, e os Toras, chamados por outras nações, segundo Rodrigues, de “o formigueiro”, por serem numerosos, com quem viviam também os Jaraguaris e Aruaxis.

É desta carta que temos a primeira referência aos Mura no baixo rio Madeira entre os rios Ji-Paraná (chamado algumas vezes de Machado) e o Marmelos. Os Mura são narrados por Rodrigues como uma nação a qual outros grupos se associaram, como os Unicoré, Teari, Anhagatiinga, Aripuanã e Iruri. Este último grupo, outrora hegemônico no baixo Madeira, não é mais mencionado no relato além desse contexto, porque, segundo suas palavras, “há já poucos no mato”, indicando novamente um quadro de depopulação deste grupo ou, em outro caso, de deslocamento para outra região, o que não é comprovado por informações existentes.

Também são citados os Jacaréguá, os Cujés e Tituans, os três incorporados aos Aripuana no rio Pociçari. No rio Canumã, um dos mais importantes afluentes do baixo Madeira, estavam os Guaipinas, os Muraguas, Pixunas e Carapaianas. Os principais destas duas últimas nações, na época da estada do padre Bartolomeu Rodrigues na região, estavam em processo de negociação de auxílios e alianças com os jesuítas em troca de seus descimentos. Esses descimentos, além do cotidiano difícil de conversão

---

<sup>175</sup> LEITE, 1943 (III), p. 393-394.

<sup>176</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 394.

dos indígenas nos aldeamentos em razão de resistências, são dois temas centrais abordados na carta de Bartolomeu Rodrigues para além da enumeração de etnônimos, ao noticiar os trabalhos exercidos pelos jesuítas nesse sertão.

É por meio dessas informações acerca de descimentos e cotidiano de conversões que conseguimos ter uma breve noção das reconfigurações espaciais na primeira metade do século XVIII no baixo Madeira. Percebemos, de acordo com a análise das fontes, uma incorporação de grupos desmembrados ou fragilizados a outros grupos hegemônicos que não acontecia apenas por dinâmicas e necessidades interétnicas, mas sobretudo no âmbito dos descimentos. Não foram poucos os grupos, deste modo, que foram descidos dos sertões do rio Madeira, para a sua foz e demais regiões da área Madeira-Tapajós, especialmente para a missão de Tupinambaranas. Para esta aldeia, foram descidos a nação dos Arerutus, os Comandis, os Ubuquaras, os poucos que restavam dos Japucuitabijaras, dois principais dos Andirases com seus “vassalos”, os Puraiuaniá, os Capiurematιά, toda a nação dos Mujuariá, parte da nação dos Monçaú e Ubuquara do rio Maguês, afluente do Abacaxis, e por último os Sapopés<sup>177</sup>.

Portanto, é impossível tentar visualizar o panorama etno-histórico do baixo Madeira sem levar em consideração toda a área Madeira-Tapajós, tanto em razão das dinâmicas interétnicas de deslocamentos que ocorriam nessa faixa horizontal, e não apenas vertical ao longo do rio Madeira, quanto em razão das dinâmicas das próprias missões. Na primeira metade do século XVIII, os jesuítas passavam por um momento de expansão e consolidação de seus núcleos de missionação, além de uma relativa prosperidade econômica obtida, em grande parte, pela mão de obra indígena<sup>178</sup>. A região do rio Tapajós foi uma das primeiras regiões a se estabelecer no mapa das missões, em seguida o rio Madeira, com a fundação das missões dos Irurí e a dos Tupinambarana, sendo esta última a principal por estar localizada na encruzilhada de diversos rios no centro da região Madeira-Tapajós, como podemos observar nos dois mapas abaixo:

---

<sup>177</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 395.

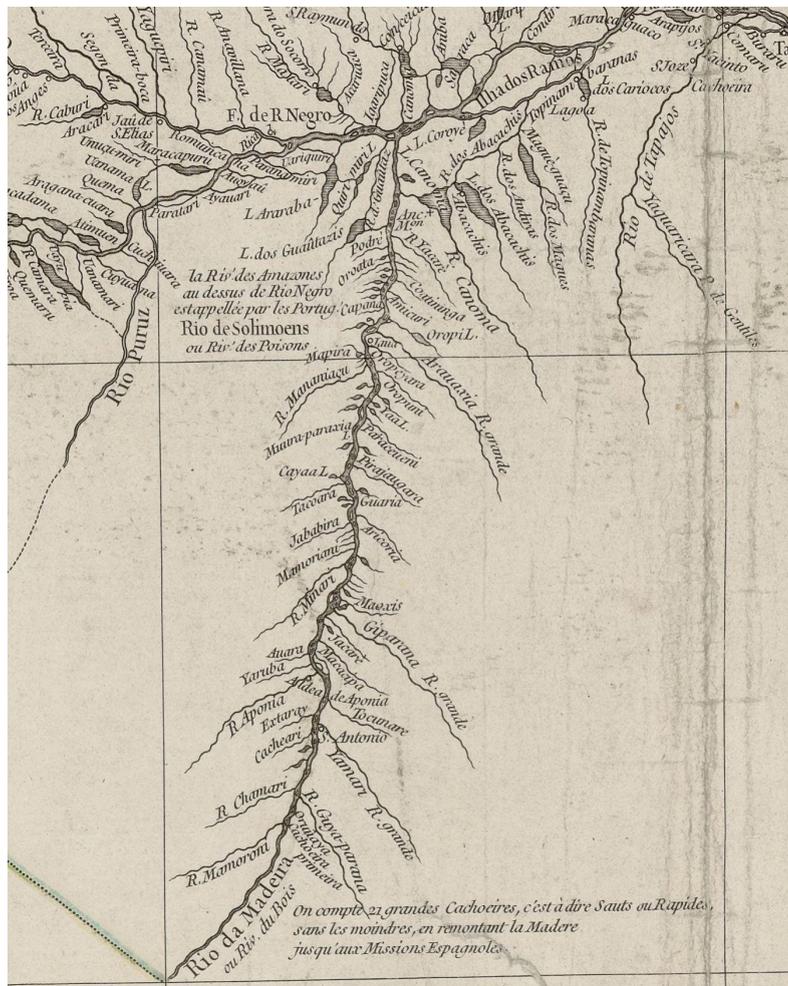
<sup>178</sup> PORRO, Antonio. História indígena do alto e médio Amazonas séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 178.

**Mapa 3:** Mapa geographica del rio Marañon o Amazonas. Samuel Fritz (1691) [detalhe].



**Fonte:** Bibliothèque nationale de France, Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b72002640/f2.item.zoom>

**Mapa 4:** Amérique méridionale. Jean-Baptiste D'Anville (1748) [detalhe].



**Fonte:** Bibliothèque nationale de France, Gallica. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b53052985d.r=Am%C3%A9rique%20m%C3%A9ridionale%20D%27Anville%201748?rk=21459;2>

Comparando os dois mapas, o primeiro do século XVII, de autoria do padre Samuel Fritz que o produziu durante sua passagem por Tupinambaranas em 1691, e o segundo do século XVIII, de autoria do cartógrafo francês Jean-Baptiste D’Anville, percebemos inicialmente o avanço na identificação de grupos indígenas no rio Madeira e a reconfiguração espacial das aldeias conforme viemos discutindo neste tópico. No primeiro, conseguimos visualizar a importância da aldeia dos Iruri para a região do baixo e médio Madeira e a importância de Tupinambaranas para a região da foz ao centro da área Madeira-Tapajós, pois as duas localidades são as únicas que apresentam a ilustração no mapa de uma igreja, sinal da presença de uma missão no local. Já no segundo mapa, de D’Anville, há maior número de designações, evidenciando uma espécie de fronteira granular de aldeias, em grande parte, reconfiguradas pela lógica colonial dos descimentos, além de haver uma preocupação maior com o registro cartográfico do rio Madeira, único afluente do rio Amazonas desenhado por inteiro e com detalhes no seu mapa da América Meridional, o que demonstra a sua importância para os interesses da época, sobretudo por ligar o Grão-Pará ao Vice-Reino do Peru.

Quanto à representação do cotidiano de conversão nessas aldeias, a carta do padre Bartolomeu Rodrigues registra a recusa do batismo pelos indígenas, exemplo recorrente de resistência no espaço do aldeamento. O batismo, neste caso, é evidenciado na missiva como uma etapa essencial da conversão cristã, necessária no momento pós-descimento. Afinal, após a retirada dos indígenas dos sertões, onde estariam “esquecidos da salvação” e “submergidos nas trevas da ignorância”<sup>179</sup>, se fazia necessário o batismo para que nenhum indígena morresse sem antes ter se tornado cristão. Sobre isso, vejamos este caso:

Uma índia, também nova (que foi a que mais trabalho me deu), estando gravemente enfêrma, sendo instruída nos mistérios de nossa santa fé, pôsto que os confessava e cria; contudo no tocante ao batismo, de nenhuma sorte vinha em o aceitar, mostrando-lhe eu que sem o batismo era impossível salvar-se, e perguntando-lhe (já depois de cansado) qual era a razão porque tanto repugnava o único remédio da sua alma, descobriu a soberba com que o demónio a enganava dizendo: não quero ser baptizada, porque logo meus parentes hão de dizer que já estive tão doente, que com medo me deixei baptizar <sup>180</sup>.

---

<sup>179</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 396.

<sup>180</sup> LEITE, 1943 (III), p. 396.

Este é um dos casos edificantes narrados por Rodrigues, conforme os moldes da escrita jesuítica da época barroca. Embora a mulher tenha resistido ao batismo no primeiro momento, no leito de morte na manhã seguinte teria mudado abruptamente de decisão e solicitado ao padre o seu batismo, e, tendo-o recebido, depois de pouco tempo faleceu<sup>181</sup>. Na aldeia de Tupinambaranas, outro caso narrado semelhante foi a de uma indígena jovem da nação Monçaú, que, próxima ao momento do parto, se ausentava de casa, voltando em seguida sem a criança. Ao perguntar o padre à indígena pelo filho, respondeu-lhe “que, por nascer morto o enterrara no mato”<sup>182</sup>. Não confiando, o padre mandou desenterrar a criança que havia sido sepultada ao pé de uma árvore distante da aldeia, e, vendo que a criança vivia, a batizou. Após ser desenterrada, a criança cresceu com boa disposição, mesmo tendo a mãe afirmado diante dos questionamentos do padre que a havia enterrado pois nascera morta. Da mesma forma se sucedeu com a mulher do principal dos Sapopés que afirmava, mesmo antes do parto, que assim que tivesse a criança a enterraria. Antes que a mulher realizasse o que havia dito, e vendo que dessa vez a criança nascera com poucas chances de vida, o padre Bartolomeu Rodrigues a batizou. Casos semelhantes também são descritos na carta, ocorrido nas aldeias de Canumã e Abacaxis, onde o padre,

tendo notícia de que uma índia estava fechada em casa, para que não lhe batizassem o filho, que estava para morrer, bateu à porta da dita índia, e como lhe não quisessem abrir, a abriu à força. Achou a criança, baptizou-a, e antes de chegar a casa o irmão, subiu a alma daquele inocente ao céu<sup>183</sup>.

Não são raras as vezes na carta de Bartolomeu Rodrigues, e em outras fontes, como a carta do padre Jacinto de Carvalho de 1719, que as indígenas mulheres da região do baixo rio Madeira se posicionavam contra a conversão católica e muitas vezes mantinham métodos de contracepção. Como vimos no tópico anterior, a respeito das missões, as mulheres eram vistas entre os Iruri com tamanha veneração, que havia dificuldades de levá-las à igreja. No entanto, suas ações não se resumiam a esta via de mão única, havendo momentos em que elas cediam a algumas normas da igreja,

---

<sup>181</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tomo III. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943, p. 397.

<sup>182</sup> LEITE, 1943 (III), p. 397.

<sup>183</sup> LEITE, 1943 (III), p. 399.

dependendo dos seus interesses, seu lugar nas hierarquias indígenas e do seu agenciamento no cotidiano do aldeamento marcado por códigos cristãos e indígenas.

É o caso de Cunhã Moaçara, que na Língua Geral significa “Mulher de grande nobreza”, moradora das proximidades da aldeia dos Abacaxis e citada na carta do padre Jacinto de Carvalho. Respeitada e venerada por todos, era conhecida por ser “adestrada nas bruxarias do demônio”, a quem todos procuravam como um oráculo. Até os principais, chamados Tubixabas, de todos os povoados próximos lhe obedeceriam e lhe ofereceriam os prisioneiros de guerra mais gordos<sup>184</sup>. Ao tomar conhecimento da chegada do padre Jacinto de Carvalho na aldeia, não apenas não quis vê-lo como lhe fez entender que fosse embora, “a não ser que tivesse vindo ali para morrer”. No entanto, o padre Jacinto de Carvalho, segundo seu relato, consegue mesmo com dificuldades aproximar-se da Cunhã Moaçara, e, vendo que um de seus filhos de cinco anos estava doente, após longa negociação e promessa de presentes e favores, consegue batizá-lo antes que morresse.

O caso da aproximação do padre Jacinto e da principaleza indígena Cunhã Moaçara, nos atenta para as estratégias e jogos de influência entre ambos os universos, o cristão e indígena, traço da chamada mediação cultural<sup>185</sup>. Como já foi analisado por Karl Arenz e Stefanie Gaia no caso de Maria Moaçara, principaleza entre os Tapajós<sup>186</sup>. Estes pesquisadores apontam que, a partir dos nichos de influência ocupados por indígenas mulheres, como as Cunhãs Moaçaras em Abacaxis e no Tapajós, os missionários sabiam do grande potencial delas enquanto possíveis intermediárias da mensagem cristã-ocidental devido sua forte influência política e simbólica local, e por isso, os esforços evidentes na aproximação às indígenas mulheres de nobre linhagem.

### **Os Mura e a reconfiguração espacial do rio Madeira**

Como já apontamos, a carta do padre jesuíta Bartolomeu Rodrigues de 1714 é o primeiro registro português sobre os Mura no baixo Madeira, entre os rios Ji-Paraná e o Marmelos. Apesar de ser um rápido registro e não trazer muitas informações sobre a

---

<sup>184</sup> PORRO, Antonio. A “Relação” de Jacinto de Carvalho (1719), um texto inédito de etnografia amazônica. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Belém, v. 7, n. 3, 2012, p. 12.

<sup>185</sup> MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 31-66.

<sup>186</sup> ARENZ, Karl Heinz; GAIA, Stefanie Leão. Mulheres indígenas em narrativas jesuíticas da Amazônia portuguesa (séculos XVII-XVIII). *Revista Habitus*, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 394-413, 2019.

“origem” dos Mura no Madeira, nos fornece uma informação importante: são descritos como uma nação a qual outras se associaram ao longo do tempo, como os Unicoré, Teari, Anhagatiinga, Aripuanã e os Iruri. Isso nos indica, possivelmente, que a razão pela qual os Mura são constantemente descritos nos documentos coloniais como uma nação grande e praticamente “onipresente” nos sertões do rio Madeira, é esta incorporação de outros grupos fazendo-os aparecer numerosos. Pode-se tratar, portanto, de uma forma de rearticulação e afirmação de soberania frente ao contexto da época.

Quanto aos Mura, segundo Ângela Domingues<sup>187</sup> e ressaltado por Alik de Araújo<sup>188</sup>, “grupo étnico” não era exatamente a melhor terminologia de classificação, já que se expandiram em espécies de “repúblicas” por diversos rios do oeste amazônico a partir do século XVIII, sobretudo na margem direita do rio Madeira, sem assentarem-se fixamente em um lugar. A singularidade dos Mura frente às outras nações da região era marcante a começar por sua língua não Tupi, constituída a partir de referências linguísticas dos Pirahã<sup>189</sup> e de outras nações devido seus deslocamentos e intercâmbios intensos, e da Língua Geral. A complexa rede hidrográfica do rio Madeira, por sua vez, permitiu aos Mura desenvolver a sua forma ágil e hegemônica de navegação, de construção e manuseio de canoas e da prática da pesca. A mobilidade Mura, seja por estratégia de sobrevivência no mundo colonial ou por dinâmicas próprias de sua cultura, se tornou uma marca, e essa característica foi associada de forma recorrente na documentação colonial à uma vida “errática”. Esta deveria ser condenada, por ser contrária ao ideal colonial de fixação que as missões tentavam alcançar, ainda que nem sempre conseguissem, contraditoriamente, devido à transitoriedade nos sertões. Desta forma, percebemos que os Mura parecem possuir uma noção de espaço oposto à noção de espaço colonial, conforme aponta a antropóloga Márcia Leila de Castro Pereira:

A consciência do estar em movimento que advogo se erige pela desconstrução da idéia de lugares fixos, tais como aldeias, ou mesmo localizações como sempre estando lá. Dimensões que os próprios

---

<sup>187</sup> DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

<sup>188</sup> ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

<sup>189</sup> NIMUENDAJÚ, Curt. As Tribos do Alto Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, v. 17, p. 137-172, 1925; NIMUENDAJÚ, Curt. The Mura and Pirahá. In: STEWARD, Julian H. (org.). **Handbook of South American Indians**. Vol. 3 (The Tropical Rain Forest Tribes). Washington: Government Publishing Office, 1948.

Mura nos colocam e que nos fazem refletir sobre idéias tão canonizadas na própria literatura etnográfica sobre localização, aldeia, espaço, território. Diante disto, este esforço de localização torna-se muito mais complexo.<sup>190</sup>

Sobre isso, percebemos que é a partir deste conflito entre a mobilidade inerente aos Mura e o processo de estabelecimento de aldeias fixas no rio Madeira, na primeira metade do século XVIII, que os Mura passam a ser conhecidos como gentio de corso, considerados um obstáculo à expansão luso-castelhana e alvos de uma série de denúncias de moradores e missionários. Esse processo de detração dos Mura<sup>191</sup>, de iniciativa dos missionários, se pautou na acusação de supostos ataques, assassinatos e assaltos às canoas dos moradores e missionários que empreendiam viagens de colheita do cacau ao rio Madeira, e também às aldeias da região durante seus deslocamentos ao longo dos caminhos fluviais da área Madeira-Tapajós. Segundo Alik de Araújo<sup>192</sup>, houve um esforço dos colonos, militares e das ordens religiosas em eleger os Mura como um inimigo institucionalizado no rio Madeira, para que, a partir da sua dizimação com o aval da Coroa portuguesa, o curso deste rio fosse liberado para a execução dos empreendimentos coloniais. Então, entre os anos de 1738 a 1739, foi aberto um inquérito denominado Autos da Devassa, para investigar a participação dos Mura em crimes cometidos contra navegantes e moradores do rio Madeira.

Seguindo a lógica dos missionários – principais articuladores da denúncia e das representações negativas acerca dos Mura – de utilização da força de trabalho indígena para a produção no espaço do aldeamento, os Mura “hostis” e não submetidos ao sistema missional estariam atrapalhando o avanço colonial na região e, portanto, deveriam ser sujeitos mediante guerras justas<sup>193</sup>. Deste modo, analisar brevemente o conflito entre os jesuítas e os Mura no rio Madeira nos permitirá não só visualizar com

---

<sup>190</sup> PEREIRA, Márcia Leila de Castro Pereira. **“Rios de Histórias”: guerra, tempo e espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 32.

<sup>191</sup> AMOROSO, Marta. **Guerra Mura no século XVIII – versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 6.

<sup>192</sup> ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, p. 33.

<sup>193</sup> Segundo Nádia Farage, entende-se por *guerra justa*, “a guerra em caso de invasão dos índios aos estabelecimentos portugueses e, ainda, quando aqueles impedissem a livre circulação dos missionários e colonos. A *guerra justa ofensiva* seria cabível quando houvesse temor infalível de ataque por parte dos índios”. Ver FARAGE, Nádia. **As muralhas do sertão: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991, p. 28.

mais nitidez o lado comercial e violento das missões, conforme alerta Marta Amoroso, mas também como os Mura, com suas próprias noções espaciais, percebidas nas entrelinhas das fontes, contribuíram para a reconfiguração espacial da região, sobretudo para o destino da aldeia de Santo Antônio (Trocano) nas vésperas de sua secularização.

Esse conjunto de documentos, os “Autos da Devassa contra os índios Mura do Rio Madeira e nações do Rio Tocantins” mandado tirar em 1738 por ordem do Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, João de Abreu de Castelo Branco, são das mais importantes evidências sobre a Amazônia colonial, trazida ao Brasil em 1983 do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, pelo professor João Renôr Ferreira de Carvalho, o então pesquisador-chefe da Comissão de Documentação e Estudos da Amazônia (CEDEAM) da Universidade do Amazonas (UFAM) em Manaus. Por meio dessa documentação, que compõe o inquérito contra os Mura, é possível analisar esse processo como uma estratégia utilizada por missionários e colonos coletores das drogas do sertão para “limpar” as áreas originalmente habitadas ou transitadas pelos Mura. Especificamente esses indígenas foram vistos como obstáculo intransponível para o avanço de um dos negócios mais lucrativos na primeira metade do século XVIII, o cacau.

Não por acaso foi justamente um jesuíta, o reitor do Colégio de Santo Alexandre em Belém, Joseph de Sousa, o primeiro a solicitar um processo contra os Mura ao governador João de Abreu Castelo Branco, para o qual trazia um conjunto de 33 testemunhas que deveriam ser submetidas ao julgamento da Junta das Missões<sup>194</sup>. A Companhia de Jesus, desde o final do século XVII, estava envolvida, para além do seu trabalho missionário, também com o negócio do cacau nos sertões, seja por meio da coleta ou do cultivo em fazendas, especialmente apoiado pela Coroa portuguesa, que, entre 1678 e 1681, exportava cacau com isenção de todos os direitos alfandegários<sup>195</sup>. Desta forma, o cacau tornava-se uma extensão primordial das tropas de entrada, e uma atividade mercantil que movimentava, segundo João Daniel, excursões de colheita deste gênero patrocinada por particulares, que levavam cerca de 50 indígenas em cada canoa, e por missionários, que levavam para a colheita cerca de 25 indígenas.

---

<sup>194</sup> AMOROSO, Marta. **Guerra Mura no século XVIII – versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991, p. 46.

<sup>195</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 53, p. 221-244, 2021, p. 239-242.

Segundo ressalta Adélia Engrácia de Oliveira na introdução à série documental dos “Autos da Devassa”, publicada pela CEDEAM, não há como negar que ocorreram os ataques dos Mura às canoas que iam à coleta do cacau, e que estes impediam o estabelecimento de missões e o avanço de guarnições militares no rio Madeira. No entanto, não procedia o que diziam as testemunhas – geralmente pessoas que não vivenciaram os ataques e que apenas ouviram falar deles – de que não houvesse causas ou justificativas para estas ações.

A aldeia missionária, segundo Maria Regina Celestino de Almeida<sup>196</sup>, era um espaço organizado a partir da interação entre a Coroa e as ordens religiosas, com o objetivo de concentrar e conceder a mão de obra necessária para a economia colonial, de consolidar o território ultramarino e de expandir a fé católica. Este espaço constituiu-se, principalmente, por meio de descimentos de indígenas, cujo método era, ao menos oficialmente, a persuasão. Dentro do aldeamento, o cotidiano, mesmo sendo ritmado pelo *modus operandi* da conversão católica, da catequese e expressa homogeneização linguística, foi modelado pelas dinâmicas da mediação cultural, como estratégia de manutenção dos indígenas no espaço do aldeamento. Para determinados sujeitos indígenas, o espaço do aldeamento podia ser um lugar de reconstrução ou preservação parcial de sua cultura, sobretudo nos casos de depopulação ou “dissolução” de sua nação em razão da violência ou das epidemias, e assim, dando início a novos processos de etnogênese. Já para outros grupos indígenas, a aldeia missionária significava literalmente a sua redução e extinção de sua particularidade étnica.

Diante destas dimensões da aldeação, os Mura, ao que as fontes indicam, desejosos de garantir sua sobrevivência e soberania ao longo do rio Madeira<sup>197</sup>, preferiam manter-se em movimento, longe dos aldeamentos, e muitas vezes cometendo roubos de canoas e mantimentos necessários às suas sobrevivências. A razão para as ações dos Mura torna-se evidente a partir da leitura do nono documento dos “Autos da Devassa”, que diz respeito ao parecer do Frei Braz de Santo Antônio, membro da Junta das Missões. O frade ressalta o problema da recorrente escravização de indígenas quando os colonos iam colher cacau nas terras dos Mura:

---

<sup>196</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ANRJ, 2003, p. 88.

<sup>197</sup> ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, p. 31.

A nação dos Muras está offemdida de se lhe dar huma guerra bem censurada de injusta no tempo do Governador Bernardo Pereira de Berredo em que lhe captivaram 40, e tantaz pessoaz que he todo o motivo destaz guerraz, como depoem Diogo Pinto da Gaya Cabo que foy da troppa, e por isso revendicam aimda em alguns nossoz ezta offensa. Alem do que este gentio como Senhor das Suaz terraz tem justiça a deffender os fruttos e passajes dellas sem offensa nossa.<sup>198</sup>

O primeiro documento de denúncia dos “Autos de Devassa” contra os Mura é um certificado de autoria do padre Joseph de Souza, provincial da Companhia de Jesus. O jesuíta certificava com base em informações cedidas pelo padre Manoel Fernandes, missionário na recente missão de Santo Antônio, localizada na primeira cachoeira do rio Madeira, que esta região, desde o rio Aripuanã até o Ji-Paraná, estava “infeccionada” por “huma Nação de Índios Barbaros chamados Muras”<sup>199</sup>. No certificado também há a denúncia do assassinato de indígenas remeiros que iam às colheitas de cacau, e de um homem branco, cabo de canoa, bem como de muitos índios de uma roça da Aldeia de Santo Antônio. Estes teriam sido flechados e suas canoas roubadas para serem usadas em outros ataques pelos sertões.

Quanto ao breve estudo que fazemos neste tópico sobre os “Autos de Devassa”, apontamos que não aprofundaremos as representações a respeito dos Mura e seus usos pelo aparelho político colonial. Por sinal, as pesquisadoras Marta Amoroso e Alik do Nascimento, que são aqui nossas referências, já o fizeram. O objetivo é identificar, a partir da fonte, pontos-chave desse conflito que possam nos elucidar a respeito do processo de reconfiguração espacial do rio Madeira, sobretudo em relação à criação da Aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras e à contribuição das agências dos múltiplos sujeitos nesse processo, especialmente os Mura. Sobre isso, o principal ponto ao qual devemos ter atenção é expresso no primeiro documento de denúncia da Devassa<sup>200</sup>, que é justamente a preocupação dos jesuítas em preservar a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras – futuramente Trocano – dos ataques recorrentes dos Mura.

Segundo o padre Joseph de Sousa, a Coroa deveria se posicionar o mais rápido possível em prol da preservação da aldeia de Santo Antônio das ameaças dos Mura, pois, ao conservá-la, conservar-se-ia quatro ou mais aldeias grandes que poderiam ser

---

<sup>198</sup> “Autos da Devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)”. Manaus: CEDEAM-UFAM, 1986, p. 15. Trata-se de uma edição de fac-símiles dos documentos originais com suas respectivas transcrições.

<sup>199</sup> “Autos da Devassa” (CEDEAM), 1986, p. 21.

<sup>200</sup> “Autos da Devassa” (CEDEAM), 1986, p. 23.

criadas futuramente ao longo deste rio, o que seria de “grande aumento para o Estado”<sup>201</sup>. Neste caso, segundo Alik de Araújo, há uma relação entre a denúncia do jesuíta e o contexto de discussões acerca da posse legítima portuguesa do território do rio Madeira<sup>202</sup>. Como vimos nos tópicos anteriores, na época da expedição de Francisco de Melo Palheta, grande parte do vale do Madeira ainda estava sob jurisdição espanhola. Em razão da preocupação com a região, foi incentivada não só a expedição de Palheta para a identificação da área em nome de Portugal, mas também a ida do padre João Sampaio com a expedição para a exploração da calha do rio em nome da Companhia de Jesus. Houve, portanto, na primeira metade do século XVIII, interesses compartilhados entre a Coroa portuguesa e a Companhia de Jesus pela ocupação do rio Madeira, devido ao seu potencial econômico, estratégico e demográfico, que confluíam justamente na criação da aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras.

Na passagem do século XVII para o XVIII, o rio Madeira torna-se um corredor de interesses não só para o negócio do cacau, mas também para a mineração, com a descoberta da ligação entre o Grão-Pará e as terras de Potosí do Vice-Reino do Peru e a descoberta das minas de Cuiabá. Neste sentido, a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras passa a exercer papel geoestratégico, sobretudo para a Companhia de Jesus<sup>203</sup>, a considerar a permissão que tinham os missionários para navegar pelo rio Madeira, mesmo durante sua interdição pelo Alvará régio de 27 de outubro de 1727, com a justificativa de expansão da fé cristã. Portanto, concordando com Alik de Araújo, a preocupação do jesuíta Joseph de Sousa em solicitar uma guerra justa contra os Mura visava à garantia do controle dessa lucrativa rota hidrográfica fronteiriça. Para isso, utiliza uma tradicional argumentação contra os indígenas pautada na “braveza” e “hostilidade” o que tornava dificultosa ou impossível a conversão e aldeação dos mesmos. Tal é o teor do frei carmelita Victorino Pimentel, membro da Junta das missões, ao apoiar a legitimidade da guerra justa solicitada pelos inacianos:

Comtudo como este Gentio Mura he Bravo, e se diz ser de corosso, sem domicilio certo; e que penetra os Certões de rio a rio; e segundo a Certidam do Reverendissimo padre Provincial da Companhia ia-se apropinqua tanto, que com effeito enfestou huma Rossa dos moradores

---

<sup>201</sup> “Autos da Devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)”. Manaus: CEDEAM-UFAM, 1986, p. 23.

<sup>202</sup> ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014, p. 38.

<sup>203</sup> ARAÚJO, 2014, p. 40.

da nova Aldea de Santo Antonio; sou de parecer que só a esta tal Nasçam se pode dar o Castigo de seu atrevimento; e dezembaraçar o Rio da Madeira de tam má Vezinhança, na forma que dispoem as Leys de Sua Majestade.<sup>204</sup>

Apesar do esforço para que a guerra contra os Mura fosse legitimada – o que traria benefícios também para a resolução da crise de mão de obra que assolou o Estado após o surto de varíola, afinal, os Mura, se vencidos, ficariam na condição de cativos –, o rei D. João V determinou que a devassa não fosse levada adiante, pois o inquérito não fornecia subsídios suficientes para uma guerra justa. No entanto, o processo de devassa contra os Mura não deixou de contribuir para a construção de um imaginário negativo que os associou à barbárie, revelando diversas camadas da relação assimétrica entre missionários, moradores e indígenas na Amazônia colonial.

O imaginário negativo sobre os Mura permaneceu em meados do século XVIII, quando a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras passou a se chamar Trocano, tornando-se a aldeia mais alta do rio Madeira após a sua mudança de localização para mais próximo da foz. Essa mudança, segundo José Gonçalves da Fonseca<sup>205</sup> (1826, p. 39), se deu notadamente para a proteção do aldeamento contra os ataques dos Mura, que não deixaram de amedrontar os moradores de Trocano. Também por essa razão, a aldeia vivia entrincheirada por medo de possíveis invasões.

O rio Madeira torna-se ao longo do século XVIII uma rota de interesses compartilhados entre jesuítas e autoridades administrativas portuguesas a partir das experiências vivenciadas durante o movimento das expedições e da formação de missões. A criação da aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, a futura aldeia de Trocano, após sucessivas tentativas e dificuldades de se estabelecer próximo à primeira cachoeira do rio Madeira, foi a tentativa de fixar uma povoação de apoio às expedições coletoras de cacau, de conversão católica, de integração dos indígenas enquanto mão de obra e de comércio colonial. No entanto, as povoações e aldeias como Santo Antonio, apesar de terem sido criadas em alinhamento com os interesses coloniais da Igreja e do

---

<sup>204</sup> “Autos da Devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)”. Manaus: CEDEAM-UFAM, 1986, p. 133.

<sup>205</sup> FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são visinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826, p. 39.

Estado, foram os seus moradores que as moldaram cotidianamente. Sobretudo, as diversas e numerosas populações indígenas que transitaram pelo curso deste rio.

Desde o século XVII, as alianças construídas entre jesuítas, expedicionários e administradores coloniais com povos indígenas hegemônicos na região do Madeira, como os Tupinambá e os Iruri, foram fundamentais para a superação das dificuldades socioambientais de instalação dos aldeamentos, por estes indígenas possuírem os saberes necessários para a sobrevivência nos sertões. Ainda assim, como notamos na investigação sobre a História dos Tupinambá e dos Iruri em um breve recorte temporal do período colonial, tais alianças não impediram o avanço do problema da depopulação desses grupos frente às violências, epidemias e descimentos.

Contudo, notamos que as diversas estratégias indígenas de rearticulação frente ao contexto do avanço dos empreendimentos coloniais na região do rio Madeira, foram essenciais para suas resistências e agências, tal aconteceu com os Mura. Ao longo das páginas do “Autos de Devassa” contra esta nação, é possível perceber nas entrelinhas as articulações, definições e transformações de suas noções e ações a respeito do espaço – em constante mudança em razão de dinâmicas indígenas e coloniais –, que ocupavam e transitavam. Isso nos leva a compreender dois pontos essenciais para a conclusão deste tópico. Primeiro, compreendemos, até certo grau, a trajetória da configuração espacial Mura que, de acordo com Márcia Leila de Castro Pereira<sup>206</sup>, não é resultante apenas da fragmentação e depopulação pelas quais passavam os indígenas, mas da sua mobilidade – com as saídas, chegadas, retornos e deslocamentos que lhe eram próprios. E segundo, a agência Mura impactou na reconfiguração espacial dos aldeamentos do rio Madeira, especialmente a aldeia de Santo Antônio das Cachoeiras, que foi mudada para um local mais apropriado para a defesa contra eventuais ataques dos Mura. Poucos anos depois, este lugar fortificado passou a chamar-se Trocano.

---

<sup>206</sup> PEREIRA, Márcia Leila de Castro Pereira. “**Rios de Histórias**”: guerra, tempo e espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM). 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009, p. 32.

## Capítulo II - De aldeia à vila: a secularização da missão de Trocano

Durante a passagem do século XVII para o século XVIII, houve um processo de crescente ocupação do vasto território da América portuguesa, e de expansão da fronteira oeste do vale amazônico para além do que previa o Tratado de Tordesilhas (1494). Essa reconfiguração territorial se deu em grande medida pela atuação de agentes coloniais locais. Como vimos no primeiro capítulo desta dissertação, foi a entrada nos sertões a partir do movimento das expedições oficiais e particulares e da formação de uma rede de missões pelos religiosos que as fronteiras, em constante ameaça, alargaram-se e tornaram-se, na medida do possível, mais protegidas, num momento de fraca presença oficial lusa nos sertões.

Paralelo a este processo de expansão territorial movido, sobretudo por forças locais, outros processos conectados a este estavam em curso, como o de deslocamento, depopulação e reorganização de inúmeros povos indígenas. Essas dinâmicas moldaram profundamente o “destino” socioespacial e sociopolítico de povoações, aldeias e arraiais de apoio ao longo dos rios amazônicos. No entanto, em meados do século XVIII, em razão do que previam as negociações em torno do Tratado de Madri (1750), esse extenso território precisava ser povoado de forma oficial pela Coroa portuguesa, para, assim, ser garantida a sua posse definitiva, em conformidade com o princípio do *uti possidetis*.

No entanto, diante do processo de praticamente mais de um século de dizimação das populações indígenas que habitavam a região por meio de guerras, doenças e do regime de trabalho compulsório, como também diante da incipiente presença portuguesa na região, quem iria povoar os sertões amazônicos? Sebastião José de Carvalho e Melo, o principal secretário régio de D. José I, traçou um conjunto de medidas reformadoras administrativas e socioeconômicas que visavam resolver, entre tantas questões, o problema da falta de povoamento do vale amazônico por súditos da Coroa portuguesa, região que ocupava lugar central em suas preocupações por ser limítrofe às possessões espanholas.

A partir deste segundo capítulo, começaremos a dar atenção para estas medidas reformadoras, sobretudo de ordem político-administrativas, ligadas ao plano pombalino de reorganização socioespacial da Amazônia colonial, com foco nas regiões fronteiriças. A primeira delas é o fortalecimento da capitania portuguesa do Mato Grosso, criada em

1748 e a abertura oficial da circulação fluvial no rio Madeira em 1752. Em segundo lugar, as medidas de transformação das “aldeias” em “vilas”, como foi o caso da secularização da missão de Trocano em 1756, e de transformação do “índio” em “colono”, como foi o caso da Lei de liberdade dos índios (1755). Em tese, esta medida tornava os indígenas livres, sob a condição de serem incorporados como trabalhadores e vassalos à sociedade colonial. E por último, refletiremos sobre a relação entre a gestação do Diretório dos índios (1757-1758) e a experiência de fundação da vila de Borba, a nova<sup>207</sup>.

De modo geral, este capítulo tem como objetivo principal analisar o processo que levou à secularização da aldeia de Trocano, no rio Madeira, em 1756. Para isso, se faz necessário compreendermos primeiro o contexto político-administrativo do Estado do Grão-Pará e Maranhão no âmbito do Tratado de Madri (1750), com foco nos planos pombalinos para o rio Madeira que giravam em torno do fato de ser uma importante rota fronteiriça. Em segundo lugar, buscamos compreender o impacto da chegada e atuação de jesuítas de origem germânica na região do rio Madeira, a partir de 1753, sobretudo o padre Anselm Eckart, responsável pela aldeia de Trocano na época de sua secularização. E por último, visamos analisar os embates entre a política pombalina antijesuítica do governador Mendonça Furtado e o padre Anselm Eckart, acusado de conluio armado próximo à fronteira contra os portugueses.

Destaco que será neste segundo capítulo que argumentarei, com base na análise das fontes e da literatura especializada, que a reconfiguração político-econômica e socioespacial “pombalina” foi constituída sobretudo a partir da experiência com os embates entre os múltiplos sujeitos nos sertões da colônia, tão ou mais marcadamente do que nos paços da metrópole. Seguindo este fio condutor teórico-metodológico, é neste capítulo que testarei minhas três hipóteses (uma principal e duas que dela derivam) a respeito dos motivos que elegeram a aldeia de Trocano como objeto, digamos, central para a execução da política pombalina, enquanto primeira aldeia do interior oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão a ser secularizada.

A hipótese principal é que a secularização das aldeias localizadas em regiões de fronteira foi uma das prioridades da política pombalina. Essa hipótese advém da premissa de que as diretrizes metropolitanas político-administrativas foram direcionadas

---

<sup>207</sup> Referente ao tema, ver COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 168.

e sugeridas prioritariamente às capitanias mais vulneráveis que mantinham fronteiras com os domínios espanhóis<sup>208</sup>. Isso pode ser notado, por exemplo, na correspondência entre os governadores da capitania do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e a Corte, entre os anos de 1749 e 1754. A segunda hipótese é que os embates gerados pela divergência de interesses entre as autoridades coloniais e os jesuítas de origem germânica, em relação ao poder temporal sobre os indígenas, o comércio de gêneros da terra, e o próprio aldeamento, foram a “gota d’água” que levou, de maneira prioritária, à execução da secularização da missão de Trocano. Na correspondência do governador e nos papéis pessoais do padre Anselm Eckart é nítido esse conflito que levou à secularização de Trocano na presença em pessoa do governador, em janeiro de 1756, e à expulsão de Anselm Eckart do aldeamento, em junho do mesmo ano.

A terceira hipótese está ligada também à centralidade da aldeia de Trocano para a política pombalina, especificamente a importância do seu processo de secularização. Interpretado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado como exemplo de “sucesso” da aplicação das instruções, recebidas de seu irmão, o secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo. Pretendia-se que a transformação de Trocano em Vila para regular a Liberdade dos Índios, ali aldeados, tornasse-se regra para todo o Estado. Essa questão já foi apontada por alguns historiadores, de João Lúcio de Azevedo a Mauro Cezar Coelho, e também a compartilho. Acredita-se que o episódio da vila de Borba, a nova, não contribuiu exatamente para a criação do Diretório dos Índios, mas para a consolidação da reflexão de criação da lei.

## 2.1. O rio Madeira nos planos pombalinos

O tema da constituição e ocupação da fronteira oeste da América portuguesa, com foco na região do rio Madeira, tem sido trabalhada de forma geral por no mínimo quatro distintas perspectivas historiográficas. Na primeira metade do século XX, vindo do Ceará com Capistrano de Abreu e de São Paulo com Sérgio Buarque de Holanda, destacaram-se interpretações que enfatizaram personagens como o *sertanista* e o *bandeirante* enquanto protagonistas da expansão e do povoamento do *Oeste*. Na

---

<sup>208</sup> CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 67.

segunda metade do século XX, por outro lado, os padres Serafim Leite e Vitor Hugo, numa tentativa de resgatar a memória e o protagonismo da Companhia de Jesus na História do Brasil, defenderam em suas obras, ao contrário, o pioneirismo dos missionários jesuítas nessa expansão.

Ainda na segunda metade do século XX, a tese de David Michael Davidson, defendida nos Estados Unidos, sobre o lugar da rota do rio Madeira na incorporação do oeste, se distancia dessa dicotomia bandeirantes *versus* missionários. David Davidson, por sua vez, enfatiza e defende o papel central dos Estados imperiais ibéricos na constituição, povoamento e exploração dessa fronteira estratégica. Para este autor, com o objetivo de obter vantagens comerciais, os reinos de Portugal e Espanha contaram sobretudo com a convergência de seus interesses e de “seus respectivos *freelancers*”, a saber, os bandeirantes, mineiros e comerciantes do Mato Grosso, no lado luso, e os missionários jesuítas de Moxos e Chiquitos no lado castelhano<sup>209</sup>.

A historiografia mais recente sobre o tema, notadamente a deste início do século XXI, em diferentes graus de concordância e discordância com a historiografia clássica, aqui concisamente apresentada, tem analisado o processo de formação territorial dessa região de intersecção entre diversos planos e sujeitos, a partir de uma espécie de caleidoscópio. Digo isso, porque quando a “luz” (análise) incide dentro do tubo com uma associação de três ou mais espelhos (perspectivas historiográficas), os fragmentos coloridos e complexos (novas e/ou outras perspectivas) do interior são refletidos. Isto é, a partir das perspectivas clássicas que pavimentaram nossas leituras a respeito do tema, têm surgido perspectivas que propõem olharmos para fragmentos ou elementos mais complexos que também constituíram os caminhos de rios e de terra pelos sertões amazônicos para além de jesuítas, bandeirantes e dos estados ibéricos. Estes fragmentos que foram algumas vezes amiudados ou negligenciados na literatura clássica, se observados de perto, revelam ser peças fundamentais do processo, como foi a atuação das populações indígenas e a interferência das especificidades socioambientais<sup>210</sup>.

---

<sup>209</sup> DAVIDSON, David Michel. **Rivers & Empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808**. 1970. Tese (Doutorado em História) – Yale University, New Haven, 1970, p. 16.

<sup>210</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022; CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das monções, século XVIII**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.

Durante o processo de delimitação das fronteiras ibéricas na América do Sul, e por conseguinte, a transformação destes sertões em jurisdições, é importante destacar que os rios se constituíram em pontos fundamentais na disputa entre as comissões demarcadoras portuguesa e espanhola em meados do século XVIII<sup>211</sup>. O objetivo deste tópico, neste sentido, é discutir o lugar do rio Madeira, principal afluente da margem direita do rio Amazonas, nas preocupações pombalinas frente ao Tratado de Madri (1750). A princípio, trataremos das negociações às vésperas do Tratado de Madri em torno da abertura da navegação do rio Madeira, a fim de facilitar a comunicação entre a Capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão. E em seguida, trataremos dos planos pombalinos de povoamento das regiões de fronteira, por meio da formação de vilas civis ao longo do rio Madeira, especialmente a vila de Borba, a nova.

Parto do pressuposto que a necessidade de criar, estabelecer e moldar povoações, aldeias, vilas e arraiais no rio Madeira, advinha em grande medida de necessidades geradas pelas dinâmicas locais de particulares, expedicionários, comerciantes, indígenas e missionários habitantes e/ou transeuntes da região desde o século XVII, como demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação. Entretanto, alinhado aos objetivos deste tópico e deste segundo capítulo que é adentrarmos gradualmente na análise das medidas pombalinas para a Amazônia, pretendo focar nos esforços da Coroa lusa – que também não deixam de ser reflexos da experiência colonial local – em promover a reorganização político-administrativa do território, sobretudo das regiões fronteiriças, por meio do fortalecimento da capitania portuguesa do Mato Grosso, criada em 1748, e da necessidade de estabelecimento de lugares de pouso e vilas no vale do rio Madeira.

### **A abertura do caminho fluvial entre o Mato Grosso e o Pará**

Um dos poucos afluentes do rio Amazonas capaz de conectar o Estado do Brasil e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, ao longo do século XVIII, foi o rio Madeira. A “rota do rio Madeira” como ficou conhecida, conectava diretamente Lisboa, o Grão-Pará e as minas do Mato Grosso, via os rios Amazonas, Madeira, Mamoré e Guaporé. Como apontou David Davidson, essa rota foi uma “fronteira e artéria de

---

<sup>211</sup> BRITO, Adilson Junior Ishihara. Domar as águas e os sertões da fronteira intra-americana: a centralidade dos caminhos fluviais nas disputas luso-espanholas do Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 82, p. 107-129, set. 2019, p. 109.

comunicação fluvial” que teve significado especial para a formação e consolidação da América portuguesa<sup>212</sup>.

Embora as reduções espanholas de Moxos e Chiquitos, nas primeiras décadas do século XVIII, tenham avançado nas proximidades da rota do rio Madeira, em razão da necessidade de comunicação fluvial entre suas missões durante as inundações periódicas dos *llanos*, e provavelmente para frear possíveis invasões portuguesas, o avanço espanhol só não foi maior em meados da década de 1730, em razão do avanço simultâneo dos portugueses do Grão-Pará em direção ao rio Madeira. Até esse momento, o aldeamento de Trocano marcava o limite efetivo do avanço português no rio Madeira<sup>213</sup>.

Entre os anos de 1748 e 1754, nas vésperas, durante e após a assinatura do Tratado de Madri de 1750 – documento que procurou delimitar as fronteiras entre as possessões portuguesas e castelhanas na América –, a rota do Madeira foi mencionada de forma recorrente enquanto uma preocupação maior da Coroa portuguesa. Essa preocupação pode ser constatada, sobretudo, na correspondência entre o administrador do Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura, e a Coroa<sup>214</sup>.

Isso ocorre, porque a partir da criação da capitania do Mato Grosso em 1748, as preocupações iniciais da Coroa portuguesa em relação a essa região na fronteira oeste com o Vice-Reino do Peru, giravam em torno da construção de uma sede de governo concentrada em Vila Bela da Santíssima Trindade, criada em 1752, e do controle da navegação no complexo fluvial Guaporé-Mamoré-Madeira. Quanto ao controle dessa rota, recomendava-se que fosse feito por meio da militarização e do povoamento do trecho entre a aldeia castelhana de Santa Rosa, no Guaporé, e a primeira cachoeira do rio Madeira, justamente onde se localizava a aldeia portuguesa de Trocano, a fim de garantir a posse portuguesa dessa rota, até então, frágil e exposta, e com isso, impedir o avanço espanhol<sup>215</sup>.

---

<sup>212</sup> DAVIDSON, David Michel. **Rivers & Empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808**. 1970. Tese (Doutorado em História) – Yale University, New Haven, 1970, p. 25.

<sup>213</sup> DAVIDSON, 1970, p. 30.

<sup>214</sup> Pasta referente à capitania do Matto Grosso do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), via Projeto Resgate da Biblioteca luso-brasileira.

<sup>215</sup> CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008, p. 17.

O rio Madeira, dessa forma, serviria como ponto estratégico de ligação entre o Estado do Brasil, ao qual a capitania do Mato Grosso era subordinada, e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, subordinada diretamente a Lisboa, com a finalidade de integração administrativa e econômica de ambas as partes da macrorregião oeste da América portuguesa, relativamente distante, em benefício do Reino lusitano no intrincado jogo de disputa territorial com a Reino de Castela. A preocupação com o caminho entre a Capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão para a política de povoamento e de constituição da fronteira oeste do Império Português, pode ser compreendida também nas *Instruções dadas pela Rainha D. Mariana D'Áustria, mulher de D. João V, ao governador da nova capitania de Mato Grosso Dom Antônio Rolim de Moura em 19 de janeiro de 1749*<sup>216</sup>.

Nessas *Instruções* repassadas a D. Rolim de Moura ao fim do reinado de D. João V, constatamos um conjunto de medidas de concessão de privilégios, sesmarias e isenções a fim de atrair moradores, sobretudo mineiros, a se estabelecerem na capitania do Mato Grosso que era “a chave e o propugnáculo do sertão do Brasil pela parte do Peru” e por isso, fazia-se necessário uma “população numerosa”<sup>217</sup>. A preocupação da Coroa também se dirigia à vigilância em evitar queixas, castigos e violências entre os súditos de ambas as Coroas nessa região de fronteira que separava a capitania portuguesa e as missões espanholas de Chiquitos e Moxos<sup>218</sup>.

Em vista da preocupação com a criação da missão espanhola de Santa Rosa, em 1743, na margem ocidental do rio Guaporé, que, segundo a retórica das *Instruções* direcionadas a D. Antônio Rolim, foi realizada para intentar a posse castelhana da navegação deste rio e impedi-la aos portugueses que avançavam em direção às missões espanholas desde a expedição de Manuel Felix de Lima (1742), foi sugerido ao governador, o quanto fosse possível, a abertura da navegação e da pesca no rio Guaporé. Segundo as *Instruções*, essa abertura da ligação fluvial entre o Mato Grosso e o Grão-Pará, fechada oficialmente desde 1733, seria o meio mais eficaz para frear o avanço espanhol nas proximidades das minas do Mato Grosso, e fortalecer o governo

---

<sup>216</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 55.

<sup>217</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 56

<sup>218</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 58.

desta capitania, o governo do Estado do Grão-Pará e Maranhão, e por conseguinte, a Coroa portuguesa<sup>219</sup>.

A preocupação com os missionários instalados na aldeia de Santa Rosa, o temor em torno da possível descoberta de minas de ouro nas vizinhanças do Mato Grosso por vassallos espanhóis advindos de Potosí e, por sua vez, a necessidade de domínio luso do caminho entre Santa Rosa e a “boca” do rio Madeira, também é enfatizada na correspondência de Marco Antônio de Azevedo Coutinho, o então secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra de Portugal, que ocupou este cargo entre 1747 a 1750. Segundo Coutinho, a Coroa portuguesa precisava tomar providências quanto à ameaça castelhana e, com isso, passou a cogitar a permissão de navegação entre o Pará e o Mato Grosso pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira.

Por volta de 1749, a Coroa portuguesa passa, então, a se articular de forma sistemática para obter mais informações sobre a fronteira oeste em vista do seu domínio e expansão. Sobre a falta de informações precisas e oficiais sobre estes sertões, Azevedo Coutinho lamentava-se precisamente da pouca informação existente acerca do baixo rio Madeira<sup>220</sup>, onde já se encontravam estabelecidas missões jesuíticas portuguesas como Trocano, conforme apontado no primeiro capítulo. Segundo André Ferrand Almeida, entretanto, esta queixa do funcionário régio não se justifica, visto que um mapa do rio Madeira já havia sido produzido, em 1747, pelo secretário de governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará, José Gonçalves da Fonseca, a partir de informações dadas pela expedição ao rio Madeira de Francisco de Melo Palheta em 1723.

De fato, desde a expedição de Francisco de Melo Palheta, o rio Madeira não era explorado de forma sistemática pelo menos por iniciativa do Estado, embora sempre frequentado por missionários, comerciantes, coletores de cacau, mineiros, viajantes e indígenas. Conforme ressalta Vanice Siqueira de Melo<sup>221</sup>, são estes sujeitos não pertencentes à estrutura do governo que “abasteciam a coroa portuguesa e os governos locais com informações das áreas que percorriam”. E graças a esses indivíduos, tornou-se possível a abertura da rota fluvial entre o Mato Grosso e o Grão-Pará.

---

<sup>219</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 59.

<sup>220</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215- 235, jul./dez. 2009, p. 216.

<sup>221</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, p. 69.

Exemplo desta dinâmica, é a escolha de um minerador e prático local, chamado João de Sousa de Azevedo, que estava de passagem no Estado do Maranhão, pelo secretário Azevedo Coutinho, para ser o responsável por uma viagem de subida em direção ao rio Madeira até o Mato Grosso a fim de coletar notícias sobre a região<sup>222</sup>.

Aproveitando a viagem de retorno do mineiro João de Sousa de Azevedo para o Mato Grosso, caberia ao secretário do governo do Estado do Maranhão e Grão-Pará José Gonçalves da Fonseca, e também ao piloto Antônio Nunes de Sousa, o acompanhamento desta expedição para o registro de observações astronômicas e cartográficas. Nesta ocasião, a instrução específica repassada a José Gonçalves da Fonseca seria desenhar um mapa do rio Madeira a partir de sua experiência nesta viagem, e não mais a partir de informações secundárias. As informações recolhidas deveriam ser a respeito sobretudo dos melhores modos de navegar no rio Madeira e nos seus afluentes, e também a respeito da capitania do Mato Grosso e das missões espanholas de Moxos e Chiquitos<sup>223</sup>.

No dia 14 de julho de 1749, a expedição partiu do porto de Belém, designada a subir o rio Amazonas e adentrar o rio Madeira. Aproximadamente onze dias depois, a jornada chega à fortaleza de Gurupá, lugar de pouso para as canoas que iam em direção aos sertões<sup>224</sup>. Dentro de mais oito dias de viagem, alcançaram a foz do rio Tapajós. Este rio é registrado pela expedição como abundante em cravo, “gentio bravo”, porém com ares enfermos<sup>225</sup>. Após mais alguns dias de viagem a remo e à vela em meio a tempestades de madrugada, o encontro com amontoados de sedimentos que faziam a embarcação desviar perigosamente próximo à entrada do rio Trombetas<sup>226</sup>, anunciavam a aproximação, enfim, do rio Madeira.

No décimo nono dia a expedição sai do rio Amazonas e entra pela boca do rio Abacaxis. No dia 25 de setembro de 1749 é principiada finalmente a navegação no rio Madeira, e no dia 26 a expedição passa nas proximidades do lago Sampaio, abundante

---

<sup>222</sup> Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho para o governador do Maranhão. Lisboa, 15 de setembro de 1748. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 107, 1987, p. 47.

<sup>223</sup> ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215- 235, jul./dez. 2009, p. 221.

<sup>224</sup> FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portugueses, ou lhes são visinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826, p. 5.

<sup>225</sup> FONSECA, 1826, p. 13.

<sup>226</sup> FONSECA, 1826, p. 28.

nesses meses de setembro e outubro em tartarugas e peixes<sup>227</sup>. O lago recebeu este nome em homenagem ao jesuíta João Sampaio, fundador do aldeamento de Trocano.

Segundo o relato de José Gonçalves da Fonseca, a expedição chega à aldeia de Trocano por volta do dia 30 de setembro. Localizada entre o rio Jamari e a primeira cachoeira do rio Madeira, Trocano assentava-se numa ribanceira não muito alta, mas que não alagava em tempo de cheia:

Foi missionário deste estabelecimento o Reverendo Padre João de S. Paio da Companhia de Jesus, e passados alguns annos vendo que o sitio não eia accommodado para a saúde dos índios, e que estes etão vexados pelas nações barbaras vizinhas, tomou o expediente de a mudar para o sitio do Trocano, em que de presente existe. He a sua fundação em huma planície que ha sobre humas barreiras da referida enseada da parte oriental do Madeira. Os ares são aprazíveis, e mais salutiferos que os dos Abacaxis, e a construcção da aldea por melhor fôrma que a' antecedente. He missionada pelos Religiosos da Companhia, cujo Padre se não achava na occasião na aldea, por ter subido ao rio Negro na diligencia de praticar gente do mato para a mesma aldea: e não so por esta razão, mas por se evitar alguma desordem, dos índios, forão portar as canoas nas praias de huma Ilha que corre rio acima da parte direita, e se termina ainda á vista da aldea em mais de meia legoa de distancia, e em canoa ligeira se hia tratar do que era conveniente para o serviço da escolta<sup>228</sup>.

Neste excerto do relato de Fonseca, percebe-se o conhecimento que já tinham da fama belicosa dos indígenas da região do baixo Madeira, ao evitarem aportar as canoas nesta aldeia, e sim numa ilha próxima em razão da ausência do missionário responsável pelo aldeamento. Fonseca registra que a alguns dias de viagem rio a cima, havia muitas “habitações de gentio” que já tinham investido ataques à povoação, e que por cautela, viviam os dois missionários – coadjutores do padre principal que estava em viagem ao rio Negro – numa casa entrincheirada de estacas. O temor era tanto em viver naquele sertão com constantes ameaças cotidianas que, segundo Gonçalves da Fonseca, na ocasião da chegada da expedição na povoação em busca de mão de obra indígena para a escolta, um dos missionários havia se escondido no mato junto com grande parte dos indígenas da aldeia. Nos relatos de Fonseca é evidente também que Trocano era um

---

<sup>227</sup> FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são visinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826, p. 36.

<sup>228</sup> FONSECA, 1826, p. 25.

lugar de pouso e comércio de víveres e farinha, embora a expedição não tenha conseguido fazer comércio, devido à ausência do missionário embrenhado no mato<sup>229</sup>.

Apesar de essa expedição ter, como resultado, produzido importantes documentos pelo piloto Antonio Nunes de Sousa e pelo secretário José Gonçalves da Fonseca – a este último é atribuída a autoria do diário de viagem e de uma carta hidrográfica –, as informações neles contidas não foram utilizadas como referência direta para a elaboração do Tratado de Madri. Isso ocorreu porque a expedição chega ao Mato Grosso somente em abril de 1750, três meses após a assinatura do Tratado, o que indica que os relatos de viagem de Fonseca ainda não eram conhecidos pelas comissões ibéricas. Por outro lado, como aponta Vanice Siqueira de Melo<sup>230</sup>, as informações coletadas por José Gonçalves da Fonseca sobre a rota dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, somadas à posição de vários administradores coloniais, contribuiu para que a Coroa autorizasse a navegação no rio Madeira, suspensa desde a década de 1730.

Quanto à posição de alguns administradores coloniais em favor da autorização da ligação fluvial entre o Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará e Maranhão, é possível observá-la na correspondência trocada entre o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real e o governador D. Antônio Rolim de Moura Tavares. Em uma carta de 2 de dezembro de 1750, Diogo Corte Real comenta com Rolim de Moura a facilidade com “que já se entram e portam embarcações pello Rio Madr<sup>a</sup> para esse Governo [Mato Grosso] com mantimentos q vem do Pará”<sup>231</sup>. Isso indica certa mobilidade fluvial pré-existente à autorização oficial. Já em um parecer de 15 de abril de 1751, o Conselho Ultramarino realça as vantagens dessa ligação fluvial ao rei D. João V (que tinha falecido em julho do ano anterior):

Mas enquanto a representação q saen os moradores do mesmo mato Grosso, que com esta (?) ao serviço de V Mg<sup>e</sup> q<sup>e</sup> nao só permitir a comunicação do Pará p<sup>a</sup> a do Matto Grosso, mas q V Mg<sup>e</sup> mande

---

<sup>229</sup> FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são visinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826, p. 26.

<sup>230</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, p. 70.

<sup>231</sup> OFÍCIO do secretário da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real ao governador D. Antônio Rolim de Moura Tavares sobre a resolução de mandar passar 600 cavalos do Rio Grande para Goiás para remontar o corpo de Dragões e o transporte das embarcações pelo rio Madeira. Refere a morte do rei D. João V. Lisboa, 2 dez. 1750. AHU, Mato Grosso, cx. 5, doc. 327.

recomendas aos gov<sup>tes</sup> da Capitania do Pará e Mato Grosso, q procer em facilitar a comunicação de estes dois governos pelos Rios da Amazonas e da Madeira favorecendo q<sup>do</sup> se for possível aos dependerem a esta viagem por q dessa forte deverá aumentar a povoação da que (?) q e a mais entrahadas no Brasil de todas a q tem povoado os vasallos de V Mag<sup>232</sup>.

Neste parecer fica evidente que o interesse da administração colonial na liberação da navegação nos rios Madeira, Mamoré e Guaporé era de cunho sobretudo comercial. De forma recorrente, este caminho é citado como um circuito de gêneros comestíveis e mantimentos que, advindos do Pará, abasteciam a distante capitania do Mato Grosso. Essa dinâmica comercial, conforme argumenta o Conselho Ultramarino na tentativa de convencer o Rei D. João V, traria “muitos aumentos” tanto ao Pará, pois os pagamentos seriam feitos diretamente em sua Alfândega, quanto à capitania do Mato Grosso que seria abastecida de produtos mais variados e baratos, ao passo que este caminho, por sua vez, seria gradualmente habitado por vassallos de Portugal<sup>233</sup>.

A defesa por parte do lado português, sobretudo de Azevedo Coutinho, em garantir a navegação da rota do rio Madeira, continuou após a expedição de José Gonçalves da Fonseca em 1749, com ênfase no argumento de que a estabilidade e a força da capitania do Mato Grosso dependiam da garantia dessa estratégica rota fluvial. Em janeiro de 1750, diante da pressão para concluir as negociações em torno dos limites, os espanhóis cedem aos termos de Portugal e o Tratado de Madri é assinado.

Neste mesmo ano, alguns dos principais negociadores e proponentes do Tratado de Madri morrem ou perdem seus poderes em Portugal, e novas forças políticas surgem no cenário metropolitano após o falecimento do rei D. João V, como é o caso do secretário de Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Melo, o futuro Marquês de Pombal. Até 1751, no entanto, apesar de a questão em torno da rota do rio Madeira continuar sendo discutida, a navegação ainda não tinha sido liberada, pois os ministros portugueses haviam decidido esperar pela saída das comissões de demarcação dos limites. Neste sentido, em abril 1751, o recém-nomeado governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, é nomeado também

---

<sup>232</sup> PARECER do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre as vantagens de comunicação do Grão Pará para Mato Grosso pelos rios Amazonas e Madeira. Lisboa, 15 abr. 1751. AHU, Mato Grosso, cx. 5, doc. 335.

<sup>233</sup> PARECER. Lisboa, 15 abr. 1751. AHU, Mato Grosso, cx. 5, doc. 335.

comissário-chefe da comissão portuguesa de demarcação de limites do norte, conforme previamente esboçado pelo Tratado de Madri. Uma de suas principais funções seria investigar os benefícios da abertura da ligação entre o Pará e o Mato Grosso, com foco nos aumentos econômicos que a rota traria para o Estado e para a segurança do oeste.

Neste caso, tendo em vista os benefícios de uma intensa circulação fluvial na rota do rio Madeira, o controle sobre os rios Madeira, Mamoré e Guaporé garantiria o transporte de tropas militares, o abastecimento com mantimentos do Pará e a segurança das minas do Mato Grosso. Fazia-se importante que a comissão demarcadora de limites sob liderança de Mendonça Furtado, investigasse a possibilidade de assentar povoações lusas estrategicamente localizadas que tivessem condições de servirem como pontos de fiscalização do ouro das minas de Cuiabá, de produção agrícola e de pouso para comerciantes e viajantes, além de proteção contra o ataque de indígenas não aldeados.

### **A necessidade de ocupação das regiões de fronteira**

Com a morte de D. João V e a coroação de D. José I, seguida pela constituição de seu novo gabinete político, com destaque para o secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra Sebastião José de Carvalho e Melo, um plano português de reforma administrativa e sociopolítica começou a ser colocado em prática. Algumas das prioridades deste plano era a garantia do domínio efetivo da região amazônica, com base no princípio do *uti possidetis* (a terra pertence a quem a ocupa)<sup>234</sup>, e da racionalização de sua exploração econômica. Alguns dos objetivos direcionados ao cumprimento deste “novo” modelo de colonização voltado para a região norte da Colônia, assentava-se na demarcação das fronteiras com as possessões espanholas, na fundação de novas povoações portuguesas, que pudessem ocupar o território e render economicamente, e na resolução de conflitos com os missionários, sobretudo jesuítas, instalados desde o século XVII em regiões importantes do ponto de vista comercial, político e hidrográfico.

Neste sentido, a análise dos preparativos em torno da expedição demarcadora de limites, chefiada pelo então governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, será central pois elucida pontos fundamentais para compreendermos o momento precedente à secularização da missão de Trocano. Analisar

---

<sup>234</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: CRV, 2022, p. 34.

a experiência de Mendonça Furtado frente à expedição, descrita em sua correspondência ao Reino, também nos possibilita uma aproximação maior ao que acontecia nos sertões do rio Madeira. Isto é, ao se deslocar da capital do Pará para os sertões, Mendonça Furtado vivenciou e registrou na prática os desafios locais que passavam as regiões distantes e limítrofes. Neste sentido, as ideias de transformação do *índio* em *colono*, e da *aldeia* em *vila*, como meios de catalisar a ocupação portuguesa e aumentar as atividades econômicas do Estado, foram sendo amadurecidas conforme o governador tomava conhecimento do extenso território amazônico durante a expedição demarcatória<sup>235</sup>. Acreditamos que sua experiência de viagem pelas regiões fronteiriças, contribuiu para que concentrasse significativos esforços na região do rio Madeira, inclusive, o de transformação da aldeia de Trocano em Vila de Borba, a nova.

Em 6 de julho de 1752, partiram, então, de Lisboa para Madri, para serem ratificadas também pelo Rei de Carlos III de Espanha, as instruções para os comissários demarcadores do Tratado de Limites de 1750, que haveriam de demarcar os domínios das duas coroas, desde a boca do rio Madeira até a do rio Jauru<sup>236</sup>. Nestas instruções, que logo chegariam à colônia, havia a nomeação de Mendonça Furtado a Principal Comissário e Plenipotenciário da expedição “com amplísimos e ilimitados poderes”<sup>237</sup>. Sebastião José de Carvalho e Melo, em carta a Mendonça Furtado, comentava as ditas instruções, prometia a seu irmão que as despesas da expedição seriam grandes para que diante da presença dos espanhóis, parecesse a comissão portuguesa mais decente.<sup>238</sup>

Ainda sobre as instruções, Carvalho e Melo solicitava a Mendonça Furtado a se prevenir com antecedência em relação a três coisas importantes. Primeiro, deveria se planejar a respeito de onde tiraria trabalhadores indígenas e mantimentos para prover este real serviço. Segundo, deveria preparar logo um corpo maior de tropas regulares para que os hóspedes espanhóis, quando viessem para a reunião da Comissão no arraial de Mariuá no rio Negro, não vissem o Estado desguarnecido. E terceiro, deveria Furtado assegurar-se de bons práticos e de todas as informações possíveis que pudesse juntar

---

<sup>235</sup> SOUZA JUNIOR, José Alves de. As reformas pombalinas e a lei da Liberdade dos índios de 1755. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). **Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)**. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 120.

<sup>236</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 317.

<sup>237</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 318.

<sup>238</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 318.

para que as duas linhas de leste (do rio Madeira ao Javari) e oeste (do rio Aporé ou Itenes à foz do Jauru) fossem demarcadas com maior vantagem para Portugal<sup>239</sup>.

A preocupação com o caminho entre o Mato Grosso e o Pará pelo rio Madeira persistiu, neste contexto, durante a primeira metade da década de 1750, no âmbito das discussões em torno da expedição demarcatória. A divisão da linha que deveria subir pelo rio Madeira e pelo rio Guaporé era a mais delicada a se traçar, visto a preocupação que tinha D. José I em perder terras para os espanhóis já instalados próximo ao rio nas aldeias de Santa Rosa, São Miguel e São Simão<sup>240</sup>. Isso exigiria, portanto, a eleição de profissionais de muita confiança do Reino para a execução do serviço de demarcação. Mendonça Furtado, neste sentido, assim como D. Antônio Rolim de Moura lhe recomendou<sup>241</sup>, argumenta em carta ao seu irmão, que para além de oficiais, cosmógrafos e geógrafos, solicitava para este delicado trabalho, os serviços do prático que mais conhecia a navegação deste trecho, o minerador João de Sousa de Azevedo<sup>242</sup>.

João de Sousa de Azevedo, mascate paulista com conhecimentos geográficos e cartográficos<sup>243</sup>, foi o minerador que, em busca de ouro, empreendeu viagem das minas de Cuiabá, passando pelo rio Tapajós, até Belém do Grão-Pará. Após infringir as ordens do então rei D. João V que proibia a navegação na região, não foi preso pela fama que havia conquistado de maior conhecedor da navegação entre o Mato Grosso e o Pará, tendo sido, inclusive, aproveitado após sua chegada a Belém para a expedição de José Gonçalves da Fonseca de 1749. Apesar dos seus serviços terem sido considerados úteis para as demarcações desde a expedição que fez com Gonçalves da Fonseca, este particular é representado na correspondência de Mendonça Furtado, ao mesmo tempo, como preocupação e solução para o serviço de demarcação na região do rio Madeira.

O caso deste prático de navegação, que era minerador e também comerciante, ilustra bem as discussões em torno da abertura oficial do rio Madeira para a navegação, e a dependência que a Coroa portuguesa tinha dos serviços de particulares – sujeitos sem vínculos formais com o Estado – para a circulação fluvial e o conhecimento dessa rota. João Sousa de Azevedo era dono de uma feitoria de cravo e cacau no rio Madeira

---

<sup>239</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. I. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 319.

<sup>240</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 249.

<sup>241</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 83.

<sup>242</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 282 e 362.

<sup>243</sup> MENDONÇA, 2005 (I), p. 248.

e, por essa razão, Mendonça Furtado temia suas costumeiras viagens, sem licença oficial, de vai e vem entre a sua feitoria no rio Madeira e as minas do Mato Grosso. Em vista da preocupação com essa mobilidade extraoficial e com o contrabando de ouro, o governador a princípio fez-lhe assinar um título pelo qual pagaria nove mil cruzados à Fazenda Real caso passasse para as ditas minas sem as devidas licenças<sup>244</sup>.

Apesar disso, Mendonça Furtado, em carta ao secretário de Estado da Marinha e do Ultramar Diogo Mendonça da Corte Real, afirmava que mesmo não acreditando nas eventuais explicações de Sousa de Azevedo que afirmava apenas ir resolver desordens em sua casa que mantinha no Mato Grosso, não mandou executar penas contra este homem. Isso porque julgava que os altos valores das penas o arruinariam e o colocariam contra o Estado, num momento em que tanto necessitavam de seus serviços para a demarcação nos rios Madeira e Guaporé, e para a escolta dos mantimentos<sup>245</sup> e de oficiais, como o desembargador e ouvidor-geral Fernando de Caminha. Este foi, em 1754, com sua ajuda ao Mato Grosso, visto que era o melhor prático na região<sup>246</sup>.

O contrabando de ouro na rota do rio Madeira, foi uma realidade constatada nas expedições de demarcação por Mendonça Furtado, o que colocou ainda mais em exposição a fragilidade da presença oficial portuguesa neste caminho. Por essa razão, em 24 de maio de 1754, o tenente Diogo Antônio de Castro e Meneses recebe de Mendonça Furtado instruções para estabelecer um quartel de guarda militar na principal povoação portuguesa do rio Madeira, a aldeia missionária de Trocano<sup>247</sup>.

Segundo as instruções, assim que chegasse a Trocano, Diogo Antônio de Castro deveria solicitar ao principal da aldeia alguns indígenas, para se somarem aos soldados levados pelo tenente, no estabelecimento do quartel. O objetivo desta guarda militar seria fiscalizar a passagem para o Mato Grosso, seja de mineradores, comerciantes, oficiais ou missionários, a fim de declararem o ouro e todos os demais bens que se achassem com estes transeuntes<sup>248</sup>. Além da construção de um posto militar, Mendonça Furtado recomendou a Diogo Antônio de Castro que se providenciassem roças em Trocano, por conta da Fazenda Real, de mandioca, feijão e milho para poder socorrer

---

<sup>244</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 154.

<sup>245</sup> MENDONÇA, 2005 (II), 64.

<sup>246</sup> MENDONÇA, 2005 (II), 155.

<sup>247</sup> MENDONÇA, 2005 (II), 161.

<sup>248</sup> MENDONÇA, 2005 (II), 161.

com mantimentos ao Arraial de Mariuá, onde ele já se encontrava com os integrantes da Comissão para os trabalhos da demarcação<sup>249</sup>.

A inusitada solicitação, por parte de um oficial, de indígenas para trabalharem no posto militar, direcionada ao principal dos indígenas e não ao missionário responsável pela aldeia, nos indica um motivo para as contendas entre as autoridades e os religiosos. Afinal, a lei de 7 de junho de 1755, que ia retirar dos missionários o poder temporal sobre as aldeias e os indígenas, ainda não tinha sido publicada e o procedimento adequado deveria ter sido fazer a solicitação ao missionário e não ao “Principal dos índios”<sup>250</sup>. No entanto, os jesuítas eram conhecidos por não liberarem os indígenas de seus aldeamentos para trabalharem no real serviço, e com frequência são denunciados na correspondência do governador por obstrução à realização da expedição demarcatória.

Em carta de 16 de setembro de 1754 a Sebastião José de Carvalho, Mendonça Furtado afirma que o padre Antônio José, missionário responsável pela aldeia de Trocano, aproveitara-se da licença dada ao comerciante João de Moura Colaço para navegar até Vila Bela, para enviar por ele alguns gêneros. A carta dizia também que na época, uma expedição, aparentemente de contrabando de ouro, havia passado pelo rio Madeira. O cabo de canoa Gaspar Barbosa, que chefiava a dita expedição, teria entrado em contato com o padre Antônio José em Trocano, presumidamente seu “sócio”<sup>251</sup>. De forma geral, desde a chegada de Mendonça Furtado à região, houve suspeitas contra os missionários do rio Madeira. As primeiras acusações foram contra o padre português Antônio José e o padre austríaco Roque Hundertpfundt, por, supostamente, monopolizarem a liberdade dos índios e o comércio exterior e interior de gêneros da terra<sup>252</sup>, além de protegerem contrabandistas de indígenas e de colaborarem com o contrabando de ouro a fim de obterem benefícios com essas práticas não raras no caminho entre o Pará e o Mato Grosso<sup>253</sup>.

A esta retórica, produzida pelas autoridades, de que os padres jesuítas do rio Madeira se comportavam como obstáculos aos serviços da expedição demarcatória,

---

<sup>249</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 161.

<sup>250</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 160.

<sup>251</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 222.

<sup>252</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 320.

<sup>253</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 224.

contrapõe-se, de certa forma a seguinte sinalização de colaboração, expressa em uma simples carta escrita pelo padre Antônio José ao governador, em 1753:

Excelentíssimo e Ilustríssimo Senhor

Aos 13 de Dezembro do anno passa do recebi de Vossa Excelência na qual ordenava Vossa Excelência de puxassem nesta aldeia as canoas de Sua Magestade; porém como então o rio estava vazio, e se não podiam lançar ao mar sem grande prejuizo delas, julguei por melhor mandar lhe logo fazer casas no mesmo lugar, que he à vista deste porto.

Do rio cheio mandei primeiro vir a melhor, porém com tão mau sucesso, que antes de virem os [de]mais, pegou fogo no meio da aldeia, e levando a maior parte, queimou a igreja, a minha casa e também as tal canoa que estava perto delas; razão porque deixo estar os [de]mais no seu antigo lugar, levantadas porém da terra sobre paus. Para tudo mais que for do serviço de Sua Majestade fico muito pronto, e sempre aos pés de Vossa Excelência.

À Excelentíssima pessoa de Vossa Excelencia quer Deus muitos anos.

Trocano, 30 de Junho de 1753

De Vossa Excelência Ilustríssima menor capelão,

Antonio Jose.<sup>254</sup>

Nesta carta, é possível observar que, ao contrário do que o governador Mendonça Furtado alegava acerca da desobediência dos missionários do rio Madeira, o missionário parecia – pelo menos pelo conteúdo do bilhete em questão – estar disposto a colaborar com as instruções passadas pela Coroa. Na ocasião, o pedido era para que Antônio José dispusesse a aldeia de Trocano para servir de local de pouso para as “canoas de Sua Majestade”, provavelmente pertencentes à Comissão demarcatória. Além de atender ao pedido, o padre diz ter providenciado também a construção de algumas casas próximas ao porto, mas, quanto a isso, não teve muito sucesso em decorrência de um incêndio que destruiu as casas e a capela do lugar.

Conforme aponta a historiadora Vanice Siqueira de Melo, a decisão da Coroa portuguesa de autorizar a comunicação fluvial entre o Pará e o Mato Grosso no início da década de 1750, demandou medidas que garantissem a viabilidade da navegação nessa rota<sup>255</sup>. A política territorial, colocada em prática pelo secretário régio de Carvalho e Melo e seu irmão, o governador Mendonça Furtado, para assegurar esse caminho fluvial, se manifestou sobretudo por meio da criação de povoações, lugares de pouso e

<sup>254</sup> APEP, cód. 68, fl. 21 (30 jun. 1773).

<sup>255</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, p. 84.

fortins. Esses lugares deveriam servir de amparo a expedições e tropas, provendo mantimentos, descanso e meios para troca ou conserto de canoas, bem como deveriam proteger as fronteiras e as vias de comércio nessa rota. Segundo também aponta Siqueira de Melo, a maioria dos lugares criados por ordem da Coroa para cumprir as demandas das expedições demarcatórias, antes foram missões religiosas fundadas no século XVII<sup>256</sup>. Este é o caso da aldeia missionária de Trocano que passava gradualmente a ser um “lugar de pouso”, e mais adiante, tornar-se-ia oficialmente uma Vila civil – por sinal, a primeira – em 1756.

## 2.2. Anselm Eckart: o último jesuíta em Trocano

Nos anos que antecederam a secularização da aldeia de Trocano (1753-1755), segundo aponta Maria Regina Celestino<sup>257</sup>, o oeste da Amazônia portuguesa era um dos principais redutos de mão de obra indígena e de drogas do sertão. As missões religiosas, onde vigorava a dupla administração (espiritual e temporal) dos padres, até o momento, eram, fora as poucas fortalezas, os principais estabelecimentos coloniais para reivindicar o território para a Coroa portuguesa e concentrar a mão de obra indígena. De fato, nos relatos de viagem e nas cartas de Mendonça Furtado endereçadas a Sebastião José de Carvalho e Melo, na época da expedição demarcadora, a representação do trajeto de viagem é inteiramente marcada por paradas em pontos de apoio, que eram em sua grande maioria aldeias missionárias, ao longo do rio Amazonas e seus principais afluentes até a chegada na aldeia de Mariuá no rio Negro.

Neste contexto e na retórica do Estado, as aldeias missionárias são mencionadas, por um lado, como detentoras de todas as riquezas da colônia, e por outro, como a razão de sua própria ruína por concentrar em suas mãos uma hegemonia que desafiava a própria soberania da Coroa sobre a região. Os padres regulares, considerados os contestadores poderosos do Estado, eram apontados como contrários às liberdades dos

---

<sup>256</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, p. 84

<sup>257</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os vassalos d’El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia ocidental**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990, p. 63.

indígenas, por possuírem muitos em situação de escravidão em suas fazendas, e como articuladores de lucrativos negócios clandestinos<sup>258</sup>.

As principais fontes de lucro da colônia, isto é, a mão de obra indígena e as drogas do sertão, sobretudo o cacau, eram, supostamente, usurpadas pela Companhia de Jesus, que não pagava dívidas à Fazenda Real. Este é o caso dos negócios e contatos do padre Antônio José na aldeia de Trocano apresentado no tópico anterior. De fato, drogas do sertão eram extraídas, em condições penosas, pelos indígenas, transportados, com o auxílio de particulares, sobretudo os cabos de canoa, para os lugares de comércio pelo rio Madeira, sendo os missionários implicados nesta rede.

A troca epistolar entre de Carvalho e Melo e Mendonça Furtado é permeada de severas críticas ao peso econômico dos jesuítas diante da crise do Estado, buscando, assim, justificar a necessidade de recuperação do Reino e de seu atraso político-econômico, que julgavam ter uma dimensão global. As cartas do governador revelam que suas experiências na colônia só reforçaram as suspeitas em relação à influência da Companhia de Jesus. Uma missiva de 14 de março de 1755, escrita por Sebastião José de Carvalho e Melo a seu irmão, é de suma importância para a compreensão dessa questão, pois demonstra a determinação de tomar medidas contra a conduta dos missionários descrita como inaceitável. Em resposta ao que informava o governador Mendonça Furtado sobre o que acontecia nos sertões, isto é, o monopólio jesuítico “das liberdades dos índios, dos frutos da terra e do comércio exterior, e interno”<sup>259</sup>, Sebastião José de Carvalho e Melo mandava prender e exilar, em 19 novembro de 1755, do Estado do Grão-Pará e Maranhão os missionários Teodoro da Cruz, Antônio José e Roque Hundertpfundt<sup>260</sup>.

---

<sup>258</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 114.

<sup>259</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 320.

<sup>260</sup> São conhecidos como os três primeiros exilados de Pombal. O padre Teodoro da Cruz que atuava no rio Caeté foi acusado de ter morto um sacerdote secular. Segundo Anselm Eckart, o sacerdote tinha sido acometido por uma doença e veio a falecer na residência do padre Teodoro da Cruz que lhe prestava assistência. O padre Roque Hundertpfundt foi acusado de desordens, entre elas, de conluio com os franceses de Caiena em favor da tomada do Pará, por ter chegado no Maranhão a bordo de um navio francês. Quanto ao padre Antônio José, que atuava na aldeia de Trocano, segundo Eckart, ao receber uma carta do governador do Mato Grosso sobre as minas com o pedido de fazê-la chegar o mais rápido possível às mãos de Mendonça Furtado, acabou por despachá-la de barco por um homem desconhecido de Furtado, pois a embarcação própria da missão estava ausente. Por se sentir ofendido de tão importante carta ter sido enviada por um estranho, exigiu a expulsão do padre para Portugal. Ver ECKART, Anselmo.

Os padres jesuítas Antônio José e Roque Hundertpfundt, nesta carta – e com certa frequência também em outras – são acusados sobretudo de incentivar que vassalos do rei se desviassem das leis para fazer contrabando do ouro nos sertões<sup>261</sup>. Na carta também é expressa a resolução de reduzir as aldeias e fazendas a vilas e povoações civis, “principalmente pelo que pertence ao rio da Madeira e às fronteiras dos domínios de Espanha, onde a experiência tem mostrado que os regulares só servem de fazer contrabandos e de impedirem o comércio dos moradores desse Estado”<sup>262</sup>.

Alvo de destaque é o padre austríaco Roque Hundertpfundt que, desde 1754, é acusado de incentivar os indígenas e demais moradores a uma rebelião contra o Estado. Isso nos faz apontar para dois aspectos centrais. Primeiro, a reflexão de que as missões localizadas em regiões de fronteira, como Trocano, foram prioridades das medidas pombalinas. E segundo, a crescente perseguição aos padres de origem centro-europeia, que, por intermédio de Roque Hundertpfundt e da então rainha Maria Ana, de origem austríaca, chegaram à Amazônia portuguesa e atuaram em regiões fronteiriças, como o rio Madeira, o que marcou profundamente as contendas entre os jesuítas e as autoridades, sobretudo em torno da secularização da aldeia de Trocano.

Neste tópico, portanto, pretendo apresentar um breve estudo sobre a chegada e atuação dos padres *tapuitinga*, como foram chamados pelos indígenas do Maranhão os jesuítas advindos da Europa Central, que desembarcaram na Amazônia em 1750 e 1753, respectivamente. Os *tapuitinga* pertenciam à Assistência Germânica da Companhia de Jesus, da qual faziam parte numerosos colégios e residências que em diversas regiões da Europa Central. Em seguida, enfocaremos a trajetória do padre Anselm Eckart, um dos doze jesuítas que chegaram à Amazônia por intermédio de Roque Hundertpfundt, na tentativa de entender a atuação e visão deste padre interessado em línguas. Anselm Eckart foi o último missionário a administrar a missão de Trocano antes de ser secularizada, tornando-se vila de Borba, a nova, em 1756. Sendo considerado uma

---

**Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal.** Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 20.

<sup>261</sup> OFÍCIO do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a extradição de dois padres da Companhia de Jesus do Pará, Antônio José e Roque Hundertpfundt, assistentes na Aldeia de Trocano, por seu envolvimento nos descaminhos do ouro transportado das minas de Mato Grosso para a do Pará. Pará, 1 set. 1755. AHU, Pará, cx. 39, doc. 3642.

<sup>262</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759.** Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 322.

ameaça para a implementação das medidas pombalinas no rio Madeira, ele foi transferido para Belém e, em novembro de 1757, expulso do Pará.

### **A chegada dos padres *tapuitinga* à Vice-Província do Maranhão**

Dos doze jesuítas que vieram em 1750 e 1753, oito eram coadjutores espirituais, ou seja, padres professos dos três votos simples, aptos para a evangelização dos indígenas. Em razão disso, tinham a obrigação de aprender a Língua Geral de matriz tupi, usada na catequese e no cotidiano das missões. Anselm Eckart estava justamente entre os oito coadjutores, chegando à Vice-Província do Maranhão em 1753. Com seus confrades, ele teve o apoio da rainha-mãe Maria Ana d'Áustria, do superior geral da Companhia de Jesus, Franz Retz, originário da Boêmia, e do missionário Roque Hundertpfundt, de origem austríaca, procurador da missão amazônica na Corte entre 1749 e 1750. Convém assinalar que todos esses personagens eram de “fala alemã”<sup>263</sup>.

Anselm Franz Dominik Eckart nasceu no Eleitorado de Mogúncia (Mainz), no vale do Reno, região ocidental da Alemanha atual, em 4 de agosto de 1721. Em 1740, iniciou seu noviciado na Companhia de Jesus. Entre 1743 e 1746, deu aulas de gramática, poesia e retórica em Mannheim e Heidelberg, tendo retornado à Mainz em 1748 para finalizar seus estudos teológicos. Em 1751, ordenou-se sacerdote e no ano seguinte, no contexto da iniciativa da mãe de D. José I, D. Maria Ana d'Áustria, foi escolhido para integrar o quadro de missionários destinados ao Maranhão. Anselm Eckart partiu, então, em 1º de junho de 1753 de Lisboa e chega a São Luís em 16 de julho do mesmo ano. Em sua companhia estiveram os padres húngaros Dávid Fay, János Szluha e József Kayling; e os alemães Martin Schwarz e Heinrich Hoffmayer. Também vieram no mesmo navio, os estudantes portugueses Domingos Xavier, Manuel de Carvalho, Bernardo de Carvalho, João Antunes, António Velez, António dos Santos, José Barbosa e José de Tavora, além dos coadjutores também de origem portuguesa Manuel da Fonseca, João Luiz e António de Morais<sup>264</sup>.

É possível ter uma ideia do trajeto desses missionários de Lisboa a São Luís por meio de uma carta escrita pelo padre-chefe da viagem Dávid Fáy enviada a sua mãe, na qual narra a empreitada marítima<sup>265</sup>. O navio à vela dos jesuítas, o “Divina

---

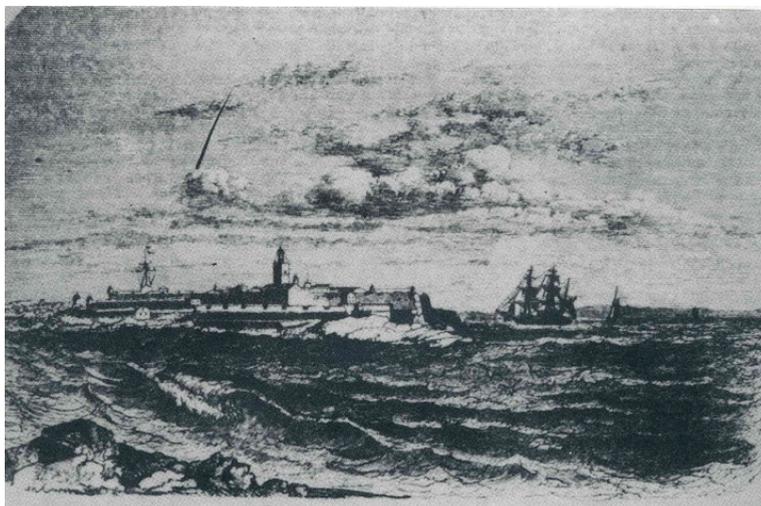
<sup>263</sup> BARROS, Cândida; MONSERRAT, Ruth. Fontes manuscritas sobre a língua geral da Amazônia escritas por jesuítas “tapuitinga” (século XVIII). **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 49, jul.-dez. 2015, p. 237.

<sup>264</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 11.

<sup>265</sup> A carta pode ser lida em PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 11-15.

Providência”, partiu acompanhado de quarenta navios mercantes do porto de Lisboa, sendo despedido pelo rei com seu séquito. Com uma salva de oito tiros, passaram pelo Forte de São Julião, onde alguns deles seriam poucos anos depois encarcerados.

**Gravura 4:** Forte de S. Julião da Barra visto do mar (1863)



**Fonte:** Anselm Eckart, Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal, 1987, p. 56.

Não raras vezes, durante a viagem, Dávid Fáy e seus confrades adoeceram e ficaram acamados, provavelmente pela má qualidade da água, que era misturada com suco de limão ou de laranja. No dia 4 de junho, alguns navios da frota se separaram do comboio para seguir caminho rumo ao Rio de Janeiro. Por volta do dia 10 de junho, passaram pela ilha da Madeira e, no dia 22, após atrasos e receios de cruzarem embarcações de corsários mouros “bárbaros” e “pagãos”, alcançaram as ilhas Canárias. Somente no dia 14 de julho avistaram pela primeira vez a costa da América. Finalmente, no dia 15 de julho, chegaram, com alguma dificuldade, ao lugarejo de São Marcos no Maranhão e, no dia seguinte, aportaram finalmente em São Luís.

Após alguns meses, atuando já no Maranhão, o padre Dávid Fáy, em carta de 16 de setembro de 1753 a seu irmão, explica o significado do termo *tapuitinga*:

Agora, até o dia 12 de dezembro servirei aos portugueses em *Tapuitapera*, uma vila bem grande. Esta palavra significa na nossa língua, isto é, na brasileira, lugarejo que pertencera aos tapuios mas não lhes pertence mais. *Tapui* significa bárbaro; por isso se alguém dá tal nome ao povo daqui, não gostam, embora eles nos dêem o mesmo nome a nós outros que somos brancos, mas não lusitanos: mas

acrescentam ao nome a palavra *tinga*, que significa branco, donde *Tapuiringa* [sic], isto é, bárbaro branco<sup>266</sup>.

Dávid Fáy, em suas cartas, é enfático ao dizer que no Maranhão os indígenas praticamente todos já eram cristãos, mas que no interior ainda havia uma multidão que precisava ser catequizada. Cita inclusive o caso, bastante noticiado em sua época, dos Gamelas que, “tendo êles muitos inimigos, recorreram aos lusitanos para que os defendessem”. Em troca de proteção, o governador pedia que os Gamelas saíssem da floresta, morassem numa aldeia missionária e adotassem a doutrina cristã.<sup>267</sup> Essa notícia, compartilhada com seu irmão, demonstra como grande parte das missões formavam-se a partir de negociações de lealdades e interesses entre indígenas e portugueses (missionários e/ou autoridades). Com a chegada dos *tapuiringa*, soma-se a esta rede de relações missionários não portugueses. Dávid Fáy, em seu estudo sobre a atuação portuguesa no trato com os indígenas, perceptível na correspondência ao seu irmão, de forma certamente apologética, opina que os *tapuiringa* eram mais “queridos” entre os indígenas do que os *caraibas*, como eram chamados os padres portugueses.

Não sabemos com precisão até que ponto no cotidiano colonial essa visão correspondia à realidade, mas tudo indica que surgiram tensões ou entre os próprios jesuítas ou entre eles e os moradores. Seja como for, os padres alemães pedem, em novembro de 1753, que sejam autorizados a atuarem nos rios Xingu ou Tapajós, longe dos colonos<sup>268</sup>. Anselm Eckart foi um dos *tapuiringa* que logo foi deslocado para as missões distantes. Primeiro, aprendeu a Língua Geral na missão de Piraguiri no rio Xingu e, em 1754, Eckart é enviado para assistir ao padre Antônio José em Trocano. Poucos meses depois, já em 1755, após o afastamento de Antônio José, exigido pelo governador, ele teve que assumir, mesmo pouco experiente, a administração da missão remota<sup>269</sup>.

Mas voltemos às circunstâncias que motivaram a vinda de Eckart e do grupo de padres *tapuiringa* para o Maranhão, por iniciativa do padre austríaco Roque Hundertpfundt com o apoio da então rainha consorte (até julho de 1750) D. Maria Ana

---

<sup>266</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 19.

<sup>267</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 19.

<sup>268</sup> Carta de Lourenço Kaulen a D. Maria Ana de Áustria. Pará, 16 nov. 1753. In: LAMEGO, Alberto. **A terra Goytacá: à luz de documentos inéditos**. Vol. 3. Bruxelas: L'Édition d'Art Gaudio, 1925, p. 293-294.

<sup>269</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Lisboa: Livraria Portugalia / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. v. III, p. 305.

de Áustria. Em suas cartas endereçadas à rainha, Hundertpfundt apontava as razões para o envio de mais missionários, de preferência das províncias centro-europeias ao Grão-Pará e Maranhão<sup>270</sup>. O missionário destacou, sobretudo, as dificuldades enfrentadas no vale amazônico, sobretudo no que se refere à catequização dos índios e às frequentes contendas entre religiosos e colonos. Em 1749, Hundertpfundt foi chamado do Maranhão para ir a Lisboa a serviço da rainha, que estava então assumindo a regência em razão da grave enfermidade de D. João V. Interrogado sobre o estado das missões da Amazônia, ele teria afirmado “que elas estavam relativamente bem, mas que floresceriam melhor se contassem com mais missionários, de preferência alemães”<sup>271</sup>. Solicitava, sobretudo, que a rainha intercedesse em favor da manutenção do governo temporal dos jesuítas nas missões, contra os recorrentes abusos dos colonos. Já em 1750, com o auxílio da rainha regente, os dois primeiros padres centro-europeus viajam, juntamente com o padre Roque, à Vice-província do Maranhão. Trata-se dos padres Lourenço Kaulen e Antonio Meisterburg, ambos da Província do Baixo Reno.

De fato, por um lado a atuação dos *tapuitinga* no rio Madeira, especialmente de Antonio Meisterburg, na aldeia de Abacaxis, e Anselm Eckart, na aldeia de Trocano, contribuiu para a povoação das fronteiras neste vale remoto, conhecido por seus rios de difícil navegação e pela prática corrente do contrabando de ouro advindo da capitania do Mato Grosso. A presença desses padres esteve, portanto, inicialmente condizente com os objetivos do projeto pombalino<sup>272</sup>. Por outro lado, o fato de serem estrangeiros, instalados ao longo de uma rota hidro-estratégica para um interior promissor em riquezas naturais, poderia causar problemas futuros à administração portuguesa.

Com a morte da rainha mãe D. Maria Ana d’Áustria em 1754, Eckart, recém-chegado na Amazônia, e os demais padres *tapuitinga* perderam uma importante aliada. De fato, a partir daquele ano, a influência da política antijesuítica do secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo se fez sentir com mais virulência<sup>273</sup>. Logo em 1755, o principal articulador da presença dos *tapuitinga* na região, o padre Roque

---

<sup>270</sup> LAMEGO, Alberto. **A terra Goytacá: à luz de documentos inéditos**. Vol. 3. Bruxelas: L’Édition d’Art Gaudio, 1925, p. 278.

<sup>271</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 63.

<sup>272</sup> SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012, p. 147-148.

<sup>273</sup> CARVALHO, Roberta Lobão. **“A ruína do Maranhão”: a construção do discurso antijesuítico na Amazônia portuguesa (1705-1759)**. 2018. Tese de Doutorado (História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018, p. 238-240.

Hundertpfundt foi preso e expulso do Grão-Pará, juntamente com os padres portugueses Antônio José e Teodoro Cruz. Estes três, segundo as autoridades coloniais, estariam servindo de mau exemplo, além de obstruírem os trabalhos da Comissão de Demarcação.

Apesar das tensões, Eckart se dedica aos estudos linguísticos. Assim, ele é conhecido como provável autor ou coautor de três dicionários da Língua Geral. São estes a *Prosódia* e o *Vocabulário da Língua Brasil*, ambos são arquivados em Lisboa, e o *Dicionário de 1756*, guardado na Biblioteca Municipal de Trier na Alemanha<sup>274</sup>. Além disso, produziu materiais de catequese nas línguas dos Ariquena e Baré na época que atuou em Trocano<sup>275</sup>. Sobre isso, é importante lembrar da necessidade de tradução linguística e cultural que levou os missionários a produzirem instrumentos de auxílio para a catequese e a conversão, como catecismos e dicionários em Língua Geral. Diante de um mundo amazônico que, segundo o próprio Eckart, possuía perto de cem línguas diversas e complexas, os missionários se dedicaram, como em todas as missões americanas, ao estudo da linguística por meio da sistematização e homogeneização das línguas nativas a partir do modelo gramatical latino<sup>276</sup>.

Outros escritos do jesuíta alemão, com referências a suas experiências na Amazônia, foram publicados após a sua saída da prisão, em 1777. As quatro obras são: (1) “Specimen Língua brasílica vulgaris” (1778), (2) três relatos sobre a perseguição dos jesuítas em Portugal (1779-1780), traduzidos para o português como “Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal” (1987), (3) “Notas sobre a vida de Pombal” (1784) e (4) “Aditamentos” (1785). Este último escrito é relevante, pois como afirma Antonio Porro, trata-se de uma das raras obras de interesse histórico, biológico, linguístico e etnográfico referente à Amazônia de meados do século XVIII, por alguém que viveu na região<sup>277</sup>.

---

<sup>274</sup> PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. **Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759)**. 2017. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017; PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. Ler e copiar, ouvir e registrar: um dicionário jesuítico como instrumento de aprendizado da Língua Geral na Amazonia Setecentista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 10, n. 3, p. 641-657, set./dez. 2015.

<sup>275</sup> PORRO, Antônio. **Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 3, p. 575-592, set.-dez. 2011, p. 576.

<sup>276</sup> AGNOLIN, Adone. Catequese e tradução: gramática cultural, religiosa e linguística do encontro catequético e ritual nos séculos XVI-XVII. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 143-208.

<sup>277</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 35.

Na verdade, os *Aditamentos*, são uma espécie de apêndice, escrito por Anselm Eckart, para a terceira edição da *Descrição da América portuguesa por Cudena*. Este é um manuscrito em espanhol de autoria de um navegador português chamado Pedro Cudena. O documento é sobre o que experimentou Cudena em sua viagem do Amapá ao Uruguai, e foi dedicado em Madri, em 20 de setembro de 1634, a Don Gaspar de Gusman, o Conde de Olivares e Chanceler das Índias Ocidentais. O manuscrito foi encontrado pelo literato e filósofo Gotthold Lessing, curador da Biblioteca ducal de Wolfenbüttel na Baixa Saxônia, e publicado em 1780, junto com uma tradução alemã, em parceria com Christian Leiste, seu amigo e reitor da Escola Superior Ducal de Wolfenbüttel que acrescentou comentários e correções ao documento<sup>278</sup>.

Em razão de o manuscrito apresentar incongruências de tradução e na parte dos adendos de Leiste em razão do seu desconhecimento da América, Anselm Eckart, que retornara à Alemanha poucos anos antes, foi indicado pelo publicista Cristoph Gottlieb von Murr para revisar os erros de tradução e edição. O jesuíta adiciona, então, verbetes e parágrafos inteiros ao manuscrito, fazendo múltiplas correções a respeito da diversidade biológica e etnolinguística da Amazônia e dos comentários negativos acerca dos jesuítas reproduzidas na primeira edição. As alterações constituem um apêndice no final da uma nova edição da obra. Um fac-símile dos *Aditamentos* foi publicado, em 2013, pelo antropólogo Antonio Porro e o zoólogo Nelson Papavero, com uma tradução em português. A obra pode ser considerada tão relevante quanto os escritos contemporâneos de Charles-Marie de La Condamine (1745), da crônica do jesuíta José de Moraes (1759) ou da correspondência do Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759) para o conhecimento da Amazônia em meados do século XVIII.

No entanto, existe também um conjunto de documentos, identificados como sendo anotações pessoais de Anselm Eckart, ainda pouco exploradas, mas ricas em breves referências aos ambientes natural e cultural da Amazônia, inclusive do rio Madeira e de Trocano. Até o momento, somente Nelson Papavero analisou os papéis acerca dos comentários sobre a fauna e Karl Heinz Arenz sobre as representações dos povos, culturas e línguas indígenas da região amazônica. Estes papéis se encontram em uma pasta de cadernos e folhas avulsas, arquivada na Torre do Tombo em Lisboa (IAN/TT, MNEJ-PP, m. 59, n. 4). Trata-se de descrições completas, rascunhos, breves

---

<sup>278</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 35.

anotações, orações e reflexões espirituais, breves cartas e listas de vocábulos, animais e plantas, além de folhas impressas, em geral páginas aparentemente arrancadas de almanaques, com observações astronômicas.

### **A aldeia missionária de Trocano nos papéis pessoais de Anselm Eckart**

Os *Papeis do P. Anselmo Eschard* foram apreendidos no momento de sua entrada na prisão da fortaleza portuguesa de Almeida, no ano de 1759, após sua expulsão da Amazônia em novembro de 1757. O padre faz referência, inclusive em seus *Aditamentos*, à apreensão destes papéis e de outros bens, entre eles uma peça de madeira que havia comprado em Trocano e um “livrinho” apontado como sendo o catecismo na língua das nações Ariquena e Baré. Por sinal, esse catecismo, produzido quando Eckart esteve brevemente na aldeia de Abacaxis no rio Madeira, demonstra o quanto o padre se utilizava da política linguística praticada na Companhia de Jesus e expressamente recomendada por Antônio Vieira. Assim, ele elaborou pequenas doutrinas nas línguas não tupi faladas em Abacaxis, que servissem de preparação para o batismo de idosos ou doentes, ou seja de pessoas que não tinham condições para aprender a Língua Geral<sup>279</sup>.

O processo de ensino-aprendizagem da Língua Geral e de outras línguas indígenas será a marca dos escritos do padre Anselm Eckart, desde a produção de seus catecismos, até os dicionários e verbetes sobre o trabalho missionário cotidiano. O interesse linguístico e etnográfico deve ser destacado, porque está no cerne não só de sua atuação na Amazônia, mas também uma das razões por sua expulsão, visto que era um estudioso e defensor do uso da Língua Geral, num contexto sociopolítico que prescreveu a divulgação e o uso obrigatório da língua portuguesa por ser a “língua do príncipe”, conforme consta no § 6 do Diretório dos Índios.

Na mesma linha de raciocínio do historiador Karl Arenz<sup>280</sup>, entendemos que as anotações de Anselm Eckart são instrumentos de sua familiarização com o “universo indígena”, revelando seu modo de aprendizagem de línguas e costumes. O frequente recurso ao alemão e ao latim, línguas que lhe foram familiares pela origem e formação, e o esforço de aplicar seus conhecimentos, ainda não consolidados, do português e da Língua Geral deram às anotações um caráter multilíngue, em parte confuso. Referente à metodologia aplicada pelos jesuítas ao executarem sua política linguística,

---

<sup>279</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 106 e 321.

<sup>280</sup> ARENZ, Karl Heinz. O “tapuitinga” Anselm Eckart e os índios na Amazônia portuguesa: representações e mediações (1753-1757). In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Recife, jul. 2019, p. 2.

uma das características mais importantes do *modus operandi* da atividade missionária em geral é sua valorização da inscrição do outro: seja através da gramaticalização das línguas, da produção/tradução de catecismos, seja através da descrição dos modos de ser e pensar indígenas, a atividade da escrita sobre e para o nativo fixa os acontecimentos em narrativas que vão, progressivamente, “depositando” significações.<sup>281</sup>

Assim, na escrita pessoal do padre Anselm Eckart, no que concerne seu aprendizado da Língua Geral e sua familiarização com elementos culturais dos povos indígenas, é possível perceber pistas para a compreensão dos fundamentos da colonização e da conversão: evidências de uma estratégia missionária que é a *tradução*, mediante uma língua, estandardizada e difundida pelos jesuítas a partir da convergência de códigos indígenas e europeus, dos sentidos e dos limites da dominação colonial<sup>282</sup>. Isto é, reduzir as línguas orais à escrita e fixá-las em gramáticas e dicionários constitui, segundo Adone Agnolin<sup>283</sup>, um passo lógico para uma efetiva “conquista espiritual” das falas e narrativas indígenas. Os seus exercícios de aprendizado de Língua Geral presente em suas anotações, portanto, funcionam como instrumentos de facilitação do processo de mediação cultural<sup>284</sup> entre o universo cristão e o indígena. A prática dessa política linguística jesuítica fica evidente nas primeiras anotações do padre alemão, feitas na missão de Piraguiri, no rio Xingu, poucas semanas após sua chegada. Aqui a transcrição de alguns exemplos<sup>285</sup>:

---

<sup>281</sup> MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 59.

<sup>282</sup> GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 67-109.

<sup>283</sup> AGNONLIN, Adone. Catequese e tradução: gramática cultural e lingüística do encontro catequético e ritual nos séculos XVI-XVII. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 143

<sup>284</sup> MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 53. Quanto à mediação cultural, trata-se de compreender como agentes de dois (ou mais) universos culturais interagem para produzir significações compartilhadas. Os agentes envolvidos propõem, através de suas competências específicas no domínio dos códigos, conexões de sentido plausíveis e/ou verossímeis para a situação que compartilham.

<sup>285</sup> A transcrição e a tradução da documentação, originalmente redigida em alemão, latim, Língua Geral e, porém, menos, em português, foram realizadas, sob a orientação do professor Karl Arenz, no quadro do plano de trabalho “As representações dos indígenas amazônicos nos escritos do padre Anselmo Eckart da Companhia de Jesus (1750-1777)” do PIBIC/CNPq 2018-2019, sendo eu bolsista nominal e o aluno Rafael Correa bolsista voluntário.

### **Da lingua**

tem algas [algumas] boas expressões. vg [por exemplo]  
Lua Jacý. Die Mutter der Früchten [A mãe das frutas].  
[Lua] Che[i]a. Jacý robá goaçu, Das große gesäss der Mutter der  
Früchten [O grande traseiro da mãe das frutas]  
Tupána prororáca. trovoadá [de Deus] das Getöse Gottes.  
5. ostendendo maõ com 5 dedos;  
10. ostendendo ambas as maõs, elevando maõs [...],  
20. dicendo xe pô, xe pý, meine Hand und mein Fuß. [minha mão e  
meu pé]  
Vacca Tapiíra cunhã das ochstier frau [o boi-anta fêmea]

### Algas [Algumas] palavras so vocaes [vogais]

aú, ego comedo et bibo [eu como e bebo],  
uú catharro,  
ÿ agua,  
õí farinha,  
ãý preguiça. Symb.  
y. agua. ybý terra. Ybýtú ar [...]  
boia, serpentem [serpente] [...]  
sombra, anga.  
teçá ÿ augen wasser [olhos água]. lagrima.

### **Voces a latina ling.** [sons da língua latina]

Irá. Mel  
Itá. Lapidem et ferrum [pedra e ferro]  
Amó. Aliquis [alguém]  
Cera ejus nomen [seu nome]  
Ceté. ejus corpus [seu corpo]  
Ára. tempo [tempo]  
Mira. Populus [povo]  
Ára. tempus [tempo]<sup>286</sup>.

Este excerto que contém o estudo de palavras do cotidiano amazônico, com destaque a expressões que, ao que tudo indica chamaram a atenção de Anselm Eckart, e a características típicas, como a frequência de vogais, além da proximidade de sons com o latim. Outra marca de sua escrita é a mistura de latim, a língua mais usada, com alemão e o português. Eckart opera, portanto, com três línguas para aprender a Língua Geral. Pelos vocábulos escolhidos, de uso corriqueiro, evidencia-se o anseio de poder logo estabelecer logo comunicação com os indígenas. Com esse proceder o padre produz um conjunto de representações sobre o cotidiano dos indígenas aldeados em meados do século XVIII. Aqui compreendemos *representações*, a partir de Roger Chartier na esteira de Émile Durkheim, como estratégias simbólicas engendradas em

---

<sup>286</sup> “Papeis do P. Ancelmo Eschard”. IAN/TT, MNEJ-PP, m. 59, n. 4 (s/p).

imagens e discursos construtores do próprio mundo social<sup>287</sup>. Neste caso, são imagens e discursos sobre os indígenas e seus costumes construídas por um jesuíta alemão. Um exemplo de *representação* recorrente em seus papéis, além de uma mera listagem de termos e expressões, é a descrição acerca da mandioca, planta que ocupa lugar central na cultura amazônica, e tudo o que se pode produzir a partir dela. O jovem missionário fornece uma descrição em latim, intercalada com palavras em alemão, quando não consegue encontrar um termo adequado para determinados procedimentos e objetos. Em seus escritos, relata como a mandioca é triturada, sua massa espremida, atentando, sobretudo, ao efeito letal do sumo, e, finalmente torrada e peneirada. O missionário se utiliza, inclusive, de comparações com plantas e sabores de sua terra natal no vale do Reno, como o gosto dos “Schlehen”, ou abrunhos, um tipo de ameixa azeda, o que evidencia que se encontrava ainda numa fase de aprendizado e adaptação.

O universo da mandioca, do *ói* (farinha) ao *caoim* (vinho), possuiu grande destaque nos escritos de Anselm Eckart, certamente por ser uma planta fundamental para a subsistência amazônica. Assim, não somente em suas anotações iniciais, feitas na Missão de Piraguiri, mas também em seus *Aditamentos*, redigidos mais de vinte anos depois, ele se reporta a esta planta. Sobre o plantio e os usos da mandioca em Trocano, Eckart pontua nos *Aditamentos*:

Também se faz com a Mandióca uma bela farinha, parecida com a nossa farinha branca ou de pãozinho, chamada em brasileiro de carimá; da qual também se pode fazer um pão comum chamado miapé; mas apenas no primeiro dia, quando ainda está fresco, ele tem bom sabor; no dia seguinte já está muito quebradiço. Esta farinha do páo também é mandada para Portugal; cozida num bom caldo ou como um pirão ela não é má. Nas duas missões de Abacaxis e de Trocáno, no rio Madeira, os índios pouco consomem dessa farinha branca ou amarela; eles preparam diariamente dessa farinha um bolo tão grande quanto precisam para a necessidade da casa, e a que chamam bejú. Meu antecessor em Trocano mandara plantar um campo de Mandióca e, ao chegar o tempo da colheita, mandei alguns índios até lá; mas eles não encontraram nenhuma raiz madura. Ao perguntar mais tarde aos chefes da aldeia quem tirara a Mandióca, não quiseram indicar ninguém, dizendo, ao contrário, que foram todos; ao que eu respondi que, enquanto permanecesse aqui, eu queria ter o meu pão para comer. Por essa razão um dos meninos americanos que preparava a minha comida passou a ir à aldeia todos os dias, ao meio-dia e à noitinha, e durante vários meses trouxe-me diariamente dois bejú membéca, ou seja, bolos frescos, de muito sabor. Em outras missões também se preparam bejú, mas eles não são tão grossos e macios

---

<sup>287</sup> CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

como os do rio Madeira, mas secos e finos. Estes se conservam, porém, por mais tempo e são muito usados em viagens. Em Trocano, um africano trouxe-me um cestinho cheio desse bejú seco, preparado com manteiga e muito saboroso<sup>288</sup>.

Tudo indica que, desde o início, o padre sabia do valor simbólico e também econômico da mandioca para a vida na Amazônia, tanto para os indígenas quanto para os brancos (moradores, missionários ou funcionários), e também, como vimos no excerto, para um africano presente na aldeia de Trocano. Escrever sobre os costumes indígenas, seus “saberes venatórios”<sup>289</sup>, os modos como cultivavam, plantavam e colhiam importantes gêneros da floresta, como a mandioca, e traduzi-los para a língua e lógica de vida europeu-cristã, garantiu aos jesuítas, até a segunda metade do século XVIII, um lugar privilegiado no intrincado jogo de relações com os indígenas, não só em vista do projeto catequético da ordem, mas também de certos interesses individuais. Esse deve ter sido também um dos motivos pelo qual se despertou a preocupação das autoridades, decididas a se arrogar as relações e, por conseguinte, as negociações – sociopolíticas e sociossimbólicas – com os indígenas da colônia amazônica. Segundo Fernando Londoño e Fredson Martins, “a dialética colonial apresentou índios e europeus como sujeitos construtores das relações históricas, exercendo um combate pelo poder simbólico que, por sua vez, refletia diretamente na concretude das relações sociais das reduções missionárias”<sup>290</sup>.

Deste modo, no seio dos conflitos setecentistas caracterizados por significativas mudanças nas noções de *tempo* e *espaço*, percebemos também uma mudança gradual nas *relações*. Em uma perspectiva tanto local, quanto global e transfronteiriça, jesuítas e autoridades coloniais encontraram na Amazônia uma zona fértil de contatos e negociações, embora nada pacíficas, no qual disputaram códigos e discursos pelo o que chamo de “o melhor lugar” na mediação cultural, sobretudo em relação aos indígenas, sujeitos fundamentais para o êxito de qualquer empreendimento colonial na região. Isso quer dizer que, por muito tempo, em comparação a outros agentes de colonização, foram os missionários jesuítas que ocuparam “o melhor lugar” na mediação das relações

---

<sup>288</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 321.

<sup>289</sup> GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-179.

<sup>290</sup> LONDOÑO, Fernando Torres; MARTINS, Fredson Pedro. Jesuítas, indígenas e o *Código Religião* nas crônicas de Maynas, Mojos e Chiquitos no século XVIII. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 188-213, 2014, p. 200.

sociais (muito assimétricas) com o mundo indígena, o que lhes rendeu benefícios político-econômicos, justamente por terem privilegiado desde cedo o estudo da língua e dos costumes das populações indígenas.

O estudo do padre Anselm Eckart sobre os costumes amazônicos, sobretudo aqueles estratégicos para a sobrevivência na região, também é expresso no seu interesse pela prática da pesca. Em seus papéis pessoais, notamos uma frase que indica que o padre, desde cedo, procurava saber como se dirigir a um indígena pescador:

Sic dū dico Piscatori, Iaces redi [reti] et fer mihi pisces.  
retibo, pirá pindá obo amé.  
*Assim falo a um pescador: Lance a rede e traga-me uns peixes*<sup>291</sup>.

O cotidiano da aldeia missionária de Trocano é representado pelo padre em suas anotações e nos *Aditamentos*, como fortemente impregnado pela cultura da mandioca e da pesca. O lugar destaca-se, neste sentido, já na narrativa do padre João Sampaio, do início da missão, na qual ele faz referência à captura de tartarugas nos lagos do entorno. Nos *Aditamentos*, Eckart pontua neste sentido:

Na região do Madeira, realiza-se anualmente em outubro a grande pesca de tartarugas, fazendo-se ao mesmo tempo a manteiga de tartaruga. Nessa época, elas botam seus ovos na areia a uma grande profundidade. Chega então ao Pará e de outros lugares uma quantidade de barcos que ali ficam durante 3 a 4 semanas. Os portugueses trazem suas grandes e bojudas vasilhas de barro, de 4 a 5 litros, junto com um amplo caldeirão. [...] Às vezes uma tartaruga põe até 100 ovos que, depois de aceso o fogo, são mexidos no caldeirão até derreterem, formando um óleo. Tanto nas cidades como em vilas e aldeias, esta é a manteiga comum, usada nas casas, pois a manteiga obtida do leite de vacas é coisa rara na América portuguesa<sup>292</sup>.

Ainda sobre o cotidiano das águas em Trocano e Abacaxis no rio Madeira, é mencionada a abundância de peixes-boi e o perigo de jacarés. Anselm Eckart conta que em Trocano recebeu a visita de um indígena que não tinha mão e, quando indagado, respondeu-lhe que fora arrancada por um jacaré durante uma pescaria<sup>293</sup>. Os papéis pessoais de Eckart, também reforçam o seu interesse pelo estudo dos animais típicos do

---

<sup>291</sup> “Papeis do P. Ancelmo Eschard”. IAN/TT, MNEJ-PP, m. 59, n. 4 (s/p). Traduzido do latim por Karl Heinz Arenz.

<sup>292</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 101.

<sup>293</sup> PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 102.

rio Madeira, os quais são chamados de “monstros marinhos”<sup>294</sup>, termo que consta também na obra “Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil”, do jesuíta português Simão de Vasconcellos<sup>295</sup>, da qual Anselm Eckart, ao que tudo indica, possuía um exemplar.

Mergulhar, portanto, no estudo dos costumes de quem se pretendia catequizar, foi uma estratégia jesuítica que garantiu o estabelecimento e a manutenção das aldeias missionárias na Amazônia até meados do século XVIII. Técnica, digamos, que produziu também as representações sobre a cultura material e imaterial, à qual hoje temos acesso, e que são pistas para compreendermos as imagens e os discursos sobre o cotidiano dessas aldeias. Neste sentido, no âmbito das anotações, o cotidiano é representado sobretudo por meio do registro sobre os saberes e práticas em torno do cultivo e do aproveitamento da mandioca, além de outros afazeres corriqueiros. Nos *Aditamentos* encontramos outros detalhes referentes ao cotidiano de Trocano como a prática de pagamento com rolos de pano e de agulhas de costura para os indígenas em troca de seus serviços de colheita do cacau e cravo<sup>296</sup>. Isso demonstra não somente uma “mera” representação de elementos centrais para a subsistência em Trocano, mas um discurso implícito. Isto é, a representação de um cenário colonial que se sintonizava com o discurso sustentado por grande parte dos portugueses, lembrado por Anselm Eckart com frequência em seus *Aditamentos*, de que “os brasileiros necessitavam de três ‘p’, isto é, pão, páo e panno; o pão para o sustento, o páo para castigá-los e finalmente o panno para vestir-se”<sup>297</sup>.

Neste sentido, as anotações pessoais de Anselm Eckart, o último jesuíta a atuar na aldeia de Trocano antes de tornar-se vila, traz implícito nas suas linhas, por um lado, a representação de uma aldeia que, para o trabalho da catequese ter continuidade, se fazia necessário o conhecimento dos costumes e das línguas de seus moradores. E por outro lado, traz implícito a representação dos discursos, expectativas, planos, interesses e visões de mundo dos próprios missionários sobre as aldeias. Serão estas expectativas político-econômicas dos missionários jesuítas que, em conflito com as das autoridades

---

<sup>294</sup> “Papeis do P. Ancelmo Eschard”. IAN/TT, MNEJ-PP, m. 59, n. 4 (s/p).

<sup>295</sup> VASCONCELOS, Simão de Vasconcelos. **Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil**. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1668, p. 250. Na pasta de anotações de Eckart encontram-se folhas com trechos copiados ou parafraseados da obra de Vasconcelos, sobretudo da parte acerca do universo religioso os indígenas.

<sup>296</sup> PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013, p. 102.

<sup>297</sup> PAPAVERO; PORRO, 2013, p. 73.

coloniais e a das populações indígenas no jogo das relações, que marcarão os embates em torno do processo de secularização da aldeia de Trocano.

### 2.3. Os conflitos em torno da secularização da aldeia de Trocano

Observamos que, a mandioca foi um elemento central da cultura material da aldeia de Trocano, frequentemente registrada nas anotações de missionários desde a sua fundação, com destaque para as anotações pessoais de Anselm Eckart na época de sua secularização. A cultura material, segundo Tania Andrade Lima<sup>298</sup>, mais que um reflexo passivo do comportamento humano, possui um caráter ativo e transformador nas negociações. Neste sentido, consideramos a mandioca uma dimensão concreta das relações sociais em Trocano e na Amazônia. Isso porque, a farinha foi com frequência representada enquanto elemento de disputa tanto na narrativa missionária, quanto no discurso das autoridades coloniais. Sobre isso, vejamos esta acusação do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado em relação ao suposto monopólio do comércio da farinha de mandioca feito pelo jesuíta Anselm Eckart:

Da mesma forma me entrou a escrever cartas [Anselm Eckart] que eu certamente não esperava, resolvendo-se nelas a declarar-me o que sempre negara honrosissimamente; isto é, que faziam um monopólio com as farinhas que lavravam os índios e com alguns poucos gêneros que tiravam dos sertões, e tudo por vilíssimos preços que são assaz notórios nesta praça, [...].<sup>299</sup>

A farinha da mandioca, conforme observamos neste excerto, faz parte da cultura material indígena e foi um elemento protagonista nas disputas em torno da secularização da missão de Trocano, sobretudo pelo monopólio de sua produção e comércio. Além de mantimento para a subsistência alimentar, também servia de moeda corrente<sup>300</sup>, e movimentava um significativo comércio interno. Neste sentido, as autoridades coloniais, antes, durante e após a secularização de Trocano, insistiram para que a produção e o comércio da farinha passassem das mãos dos missionários para as

---

<sup>298</sup> LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011, p. 11.

<sup>299</sup> Carta. Mariuá, 13 out. 1756. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. 3. 2ª ed. Brasília: Senado Federal, 2005, p. 133.

<sup>300</sup> Sobre a utilização da “moeda natural” na Amazônia colonial durante a primeira metade do século XVIII, ver LIMA, Alam da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

mãos seculares do Estado, como podemos observar nesta carta do Governador em 9 de julho de 1755:

Meu irmão do meu coração: Mandando eu ordem ao Tenente Diogo Antônio de Castro, para que na aldeia dos Abacaxis e Trocano, em que está destacado, cobrasse e remetesse a farinha da derrama, na forma da ordem que tinha passado aos Prelados das Religiões, e da cópia que remeto a V. Ex<sup>a</sup>, da resposta que tive daquele oficial, constará a V. Ex<sup>a</sup> o consumo que tiveram as mesmas farinhas e a razão por que me não socorreram aqueles padres, e os ganhos que faziam estes religiosos ficarão agora mais próprios nas mãos dos moradores da nova Vila da Borba.<sup>301</sup>

O objetivo era transformar a aldeia de Trocano em uma vila civil de referência para a produção e a arrecadação de farinha enquanto tributo (derrama) cobrado pelo Estado para o sustento de seus empreendimentos. Assim, a farinha arrecadada proveria outras povoações da recém-criada capitania de São José do rio Negro; e proveria também quem se utilizasse do importante caminho fluvial entre o Pará e o Mato Grosso pelo rio Madeira, como mineradores e funcionários das expedições portuguesas de demarcação de fronteiras. É possível observarmos isso na seguinte carta do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de 11 de outubro de 1755, endereçada ao governador da capitania do Mato Grosso:

Também o mesmo Senhor, atendendo à comodidade dos passageiros dessas minas para o Pará, mandou por outra carta de que remeto a V. Ex<sup>a</sup> a cópia, que a Aldeia de Trocano se erigisse em Vila, com o nome de *Borba a nova*, e em poucos tempos acharão nela os passageiros farinhas e mantimentos para fazerem as suas viagens com menos embarços e até pelo trato do tempo poderão achar nela gêneros para as suas carregações, sem o grande trabalho de irem ao Pará.<sup>302</sup>

Mas também se precisava de farinha para prover os soldados que trabalhavam no posto de fiscalização localizado na primeira cachoeira (Aroaia) do rio Madeira, conforme observamos nessa outra carta do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado do mesmo ano:

O Provedor da Fazenda Real mandara dar pello teזור. da Expedição ao Tenente Diogo Antonio de Castro Menezes hum Rollo de Pano p

---

<sup>301</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 412.

<sup>302</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 489.

conta do q se lhe deve das obras q tem feito a farinhas com q tem assistido aos soldados do destacamento do rio da Madera do q he comandante cuja despeza com o conhecimento do Recibo asinado por elle se lhe levava (deteriorado) na q der de seu recebimento. Arrayal do Rio Negro, 31 de Mço de 1755. Rubrica.<sup>303</sup>

“Pano” e “farinha” – como vimos no fim do tópico anterior e na carta acima do governador Mendonça Furtado ao tenente Diogo Antônio de Castro responsável pelo posto de fiscalização no rio Madeira –, são dois elementos da cultura material da região da aldeia de Trocano fundamentais para compreendermos as relações sociais durante a transformação da “aldeia” em “vila”, pois ambos serviam também de pagamento por trabalhos prestados, geralmente aos indígenas. No caso acima, o pano foi utilizado como moeda de troca pelo serviço de produção das farinhas em Trocano que haviam sido enviadas para o consumo ao destacamento militar. O “pano” carrega o simbolismo do discurso ilustrado de “civildade” e “urbanidade”, utilizado para a confecção de vestimentas necessárias nessa passagem da aldeia para o status considerado mais “civilizado” de uma urbe, assunto que será discutido com mais profundidade no terceiro capítulo desta dissertação.

A intenção de dar tanto destaque à mandioca e sua farinha tem fundamento no argumento de que a consolidação do empreendimento civilizatório de Pombal para a Amazônia, por meio da agricultura, da aceleração dos rendimentos econômicos do Estado com a racionalização do comércio interno e externo de drogas do sertão, e da transformação das aldeias em vilas, sustentou-se fundamentalmente por meio da cultura material indígena, com seus saberes e produtos<sup>304</sup>. Isto é, no centro das disputas de interesses entre missionários e autoridades coloniais pela posse das aldeias, quase sempre estavam elementos indígenas como potencialidade de cultivo da mandioca e a disponibilidade da mão de trabalho nativa, tendo em vista a defesa por parte do Estado de que os lucros da farinha produzida pelos indígenas ficassem nas mãos dos próprios moradores (a maioria indígenas) e não mais dos missionários. Este discurso em defesa da autonomia dos indígenas não deixa de demonstrar uma disputa do próprio Estado pelas relações comerciais diretas com os produtores indígenas, sem a mediação dos missionários acusados de escravizá-los e de manter um monopólio comercial. Esse

---

<sup>303</sup> APEP, cód. 79, fl. 16.

<sup>304</sup> Sobre isso, ver TEIXEIRA, Alice Maria de Jesus. Cultura material e o cotidiano do trabalho no Estado do Grão Pará e Maranhão no final do século XVIII e início do século XIX. *Revista Cantareira*, Niterói, v. 32, 2020.

discurso e prática, digamos, se materializará na lei de Liberdade dos Índios de 6 de junho de 1755.

Estes e outros embates ocorridos na aldeia de Trocano, são um microcosmo importante dentro do projeto da reforma administrativa pombalina de meados de 1750. O objetivo da reforma foi tornar regiões consideradas remotas do vale amazônico parte efetiva do Império português, com foco prioritário políticas indigenistas e de gestão do território. Tendo em vista a localização estratégica de Trocano em região fronteiriça com os domínios espanhóis, que necessitava de melhor gestão territorial, e também por ser ainda carente de população efetiva de vassallos originários do Reino, esta aldeia serviu como uma espécie de laboratório propício para as medidas pombalinas.

Deste modo, por meio do exemplo da secularização da aldeia de Trocano que será apresentado no tópico a seguir, observaremos que a garantia e o controle por parte do Estado dos indígenas (vassallos) e de terras (vilas) para ocupar, povoar e produzir gêneros comerciáveis como a mandioca e o cacau em regiões sobretudo fronteiriças, estava nas entrelinhas dos seguintes “propósitos pombalinos” para a Amazônia portuguesa de meados do século XVIII: (1) a criação da Capitania do rio Negro (3 mar. 1755); (2) o incentivo aos casamentos entre homens brancos e indígenas mulheres a fim de acelerar o povoamento dos sertões (4 abr. 1755); (3) a emancipação dos indígenas sob a condição de serem incorporados à sociedade colonial como trabalhadores assalariados (6 jun. 1755); (4) a criação da Companhia Geral do Grão-Pará para dinamizar a comercialização da produção amazônica (6 jun. 1755); (5) a abolição do poder temporal dos missionários sobre os indígenas aldeados (7 jun. 1755) e, mais adiante, (6) a criação do Diretório dos índios para regular a liberdade dos índios nas novas vilas, publicado em 3 de maio de 1757 e registrado na colônia em 17 de agosto de 1758. O objetivo, portanto, é compreender como o projeto pombalino desencadeou um conflito no campo das relações entre autoridades, indígenas e missionários e quais os motivos para eleger a aldeia de Trocano como “lugar experimental” de execução desta política.

### **Os embates entre Anselm Eckart e a política pombalina**

O governador Mendonça Furtado escreveu, poucas semanas antes da projetada fundação de Borba, a nova, a seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo acerca do conflito com os padres de Abacaxis que,

sendo o único fim de toda esta bulha o querer fazer um rigoroso monopólio das farinhas para vender aos homens que vão para o Mato Grosso, pelo limitado preço de dez tostões cada alqueire, como me dizem que sucedeu este ano; e não há instante em que se não vejam destas violências e absolutas, as quais naquela aldeia cessarão com a fundação da Vila de Borba, mas sempre os padres dos Abacaxis não hão de fazer a guerra que puderem para destruírem aquele estabelecimento<sup>305</sup>.

De fato, até novembro de 1755, o discurso do governador Mendonça Furtado como podemos observar no trecho acima – e convém ressaltar, já um tanto debilitado pelas doenças que lhe acometeram durante sua estada em Mariuá e pelo cansaço em razão da espera pelos comissários espanhóis que até aquele momento não haviam chegado – era de preocupação com as desordens criadas pelos padres e alguns Principais<sup>306</sup> no rio Madeira. A acusação de desobediência dos jesuítas não era somente dirigida à retenção de gêneros<sup>307</sup>, mas sobretudo à execução da lei de liberdade dos índios, promulgada em junho de 1755, e do fim do poder temporal dos missionários sobre as aldeias. Na correspondência trocada entre Mendonça Furtado e de Carvalho e Melo nas vésperas da secularização da aldeia de Trocano, sobretudo em novembro, o discurso era de que os padres estariam aconselhando os indígenas contra as novas medidas metropolitanas a fim de que se conservassem escravos dos padres, por meio do poder de comunicação que tinham no púlpito e no confessionário, espaços privilegiados de relação e de influência<sup>308</sup>.

Ainda ecoavam as notícias da suposta conjuração iniciada pelo padre Roque Hundertpfundt que havia atuado no rio Madeira e que foi acusado de ser um dos primeiros a introduzir ideias “anti-pombalinas” nas aldeias da região, juntamente com o padre Antônio José<sup>309</sup>. Nesse momento, entretanto, a preocupação concentrava-se nos

---

<sup>305</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 527.

<sup>306</sup> Uma das soluções encontradas pelas autoridades coloniais para as desordens causadas por alguns Principais em razão do que julgavam ser a falta de costume às novas leis foi o projeto de empregá-los em cargos públicos, o que será tratado de forma mais aprofundada no terceiro capítulo desta dissertação.

<sup>307</sup> Sobre a acusação de fazerem os padres alemães um comércio lucrativo no rio Madeira ao em vez de se dedicarem somente aos assuntos espirituais, Mendonça Furtado em carta a seu irmão sobre o dia que foi fundar a Vila de Borba, a nova, conta que “a primeira coisa que vi junto ao altar ao lado da epístola, a menos de uma vara de distância, foram as grandes balanças de pesarem os gêneros que extraía o padre do sertão, lembrando-me logo a repreensão que Cristo Senhor Nosso deu aos comerciantes do Templo, por haverem feito da sua santíssima casa cova de ladrões”. Ver MENDONÇA, 2005 (III), p. 171.

<sup>308</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 506-509.

<sup>309</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 506-509.

padres alemães que os haviam substituído: Anselm Eckart na aldeia de Trocano e Antônio Meisterburg na aldeia de Abacaxis. O fato de o governador ter ido pessoalmente ao rio Madeira para resolver este problema, mesmo debilitado de saúde, indica a importância que ele lhe atribuiu:

Quanto à fundação da nova Vila de Borba, sem embargo de que ainda não estou com saúde para muitas viagens, faço tenção em, expedindo a canoa que deve levar as vias ao Pará, ir eu fazê-la, e logo ali deixarei alguns moradores brancos e a Câmara estabelecida, e creio que me não faltará com que execute a virtude da paciência, porque naquelas missões estão uns alemães, e um deles sumamente precipitado e absoluto; porém, apesar dos seus requerimentos e protestos, ficará executada a ordem de S. Maj. e estabelecida a vila.<sup>310</sup>

Um dos motivos principais que levou Francisco Xavier de Mendonça Furtado a deslocar-se pessoalmente à aldeia de Trocano para a resolução de desordens promovidas pelos jesuítas alemães que estariam atrapalhando a execução de suas medidas, para além do monopólio econômico que faziam, foi provavelmente também a aproximação que Trocano tinha dos domínios espanhóis. Essa preocupação é recorrente em sua correspondência com Sebastião José de Carvalho e Melo nos meses anteriores à secularização da missão. Em março de 1755, Mendonça Furtado já havia levantado a hipótese de que a não chegada dos comissários espanhóis ao Arraial de Mariuá para as negociações em torno da execução do Tratado de Madri havia acontecido por estarem acumpliciados aos jesuítas de Espanha e Portugal próximo à fronteira, a fim de que o Tratado não se cumprisse<sup>311</sup>.

A ereção da nova capitania de São José do rio Negro foi uma medida indispensável para afirmar o domínio lusitano no oeste do vale amazônico. A nova circunscrição administrativa deveria facilitar o povoamento da fronteira ocidental e assegurar a navegação para as minas do Mato Grosso pelo rio Madeira. Nesse contexto, uma grande preocupação das autoridades portuguesas foi introduzir vilas e vassalos na região dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé<sup>312</sup>. Para isso, se fazia necessário “separar os padres jesuítas (que já claramente estão fazendo guerra) da fronteira de Espanha, valendo-vos para isso de todos os possíveis pretextos”<sup>313</sup>. Foi diante deste cenário de

<sup>310</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. II. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 526.

<sup>311</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 418.

<sup>312</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 334.

<sup>313</sup> MENDONÇA, 2005 (II), p. 334.

desconfianças e desordens nas fronteiras que o jesuíta alemão Anselm Eckart, em razão de sua origem estrangeira, se tornou um dos potenciais alvos do governador Mendonça Furtado.

No dia 6 de dezembro de 1755, Francisco Xavier de Mendonça Furtado dá princípio a sua viagem ao rio Madeira para ali fundar finalmente a Vila de Borba, a nova. Saindo do Arraial de Mariuá, chega à aldeia de Trocano em 20 de dezembro do mesmo ano. Em 31 de dezembro de 1755 é despachada a primeira carta do governador ao padre Anselm Eckart informando-o oficialmente que o rei resolvera erigir em Vila a Aldeia de Trocano. Na dita carta é comunicado ao jesuíta que o monarca ordenava que fossem eleitos logo “Justiças e Oficiais da Câmara” que governariam o “Político e Civil” da nova Vila e que fosse levantado o pelourinho, o que de fato ocorreu em 1º de janeiro de 1756<sup>314</sup>. É avisado também que, não tendo concedido o rei a jurisdição temporal da dita vila ao padre, esta deveria ser inteiramente executada pelas “Justiças que se achem eleitas”<sup>315</sup>.

O livro “Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal”, de autoria de Anselm Eckart, é importante para nos aproximar da sua versão sobre o processo de secularização da missão de Trocano<sup>316</sup>. Na obra, o padre alemão comenta que em carta ao padre Gabriel Malagrida, o qual conheceu no navio que o transportou de São Luís ao Pará na ocasião de sua chegada à Amazônia, em 1753, já havia “profetizado” que a grande ruína da aldeia de Trocano começaria com a expulsão do padre Antonio José. Para Eckart, quando se ergueu o pelourinho, sinal da justiça que ia ser exercida por funcionários régios, em um só dia teria se destruído o trabalho apostólico realizado durante anos, e que aquele teria sido o sinal do abandono das “pobres ovelhas aos dentes dos lobos”<sup>317</sup>.

Cessado, assim, o governo temporal de Anselm Eckart sobre a aldeia de Trocano, a Missão recebeu o título provisório de Paróquia<sup>318</sup>. Em 31 de dezembro de 1755, foi solicitado que o padre remetesse ao governador uma relação exata dos

---

<sup>314</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 119.

<sup>315</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 65.

<sup>316</sup> Estas memórias foram escritas por Anselm Eckart após sair da prisão de São Julião da Barra, perto de Lisboa, em 1777, onde ficou 18 anos depois de sua expulsão da Amazônia por Pombal.

<sup>317</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 22.

<sup>318</sup> Conforme consta no Tomo I do Livro de Tombo da Paróquia de Borba – Estado do Amazonas.

moradores, inclusive dos que estavam fora da povoação ou fugidos. Além disso, ele deveria preparar, para as novas autoridades, um inventário dos bens da missão, tanto móveis como os de “raiz”, ou imóveis. Em razão de o padre não ter respondido a dita carta que lhe solicitava a discriminação os bens da missão e a quem pertenciam – o que demonstra sua desconfiança quanto ao procedimento do Governador –, Mendonça Furtado lhe remeteu, no dia seguinte, outra carta com as mesmas perguntas.

Em resposta, Eckart declarava que não existiam muitos bens pertencentes à missão e a administração deles competia ao “Padre Visitador”, sendo, na sua ausência, ele o responsável. A princípio, segundo o governador, esta declaração não foi contestada de imediato por dois motivos. Primeiro, em razão de a aldeia ter sido encontrada em um estado tão pobre; e, segundo, para que neste primeiro momento de fundação da vila, os padres não tivessem a impressão de uma mudança abrupta e deixassem na aldeia os principais bens. Afinal o espólio era um ato importante naquele momento, mas preferiu-se tratar o tema da tomada dos bens da aldeia em nome da Cora com certa discrição.<sup>319</sup>

Apesar de Mendonça Furtado pretender realizar a fundação da Vila de Borba, a nova, e a tomada dos bens da missão com certa cautela e circunspeção, as autoridades temiam que Eckart reagisse fugindo com os bens, deixando a missão desamparada. Na versão do jesuíta, ao contrário, as relações e os ânimos foram inflamados pelas autoridades desde o primeiro anúncio de fundação da vila:

Na manhã de 20 de setembro de 1755, estando eu a celebrar missa com os meninos e meninas da catequese, chegou de súbito Mendonça Furtado, irmão de Carvalho e Melo, e uma centena de soldados, com a intenção de proclamar que a aldeia de Trocano ia ser condecorada com o título de vila. Mandou então ao oficial conhecedor da língua brasileira, que fizesse esta promulgação: *Coyr amó recó rupí*, isto é, de hoje em diante tudo vai mudar: novos costumes, nova disciplina, novo modo de viver. De seguida, Mendonça Furtado virou pra mim e disse-me: *Vamos hoje declarar guerra a este mato*.<sup>320</sup>

De fato, já em fevereiro de 1756 os embates entre os jesuítas e as autoridades em Trocano voltaram a reaparecer na correspondência de Mendonça Furtado, pois os padres

---

<sup>319</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Volume III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 120.

<sup>320</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 36.

solicitaram ao governador que os bens tomados pelo Estado na aldeia, como as drogas do sertão e as próprias casas onde os padres viviam, fossem pagos em dinheiro aos religiosos. Segundo o administrador, o argumento dos padres era que os bens sempre tiveram finalidades religiosas e não pessoais, o que foi questionado pelas autoridades que acusavam os prelados de serem “cegos de ambição” enquanto a missão mesmo padecia em pobreza, alegando que

[...] a do Trocano, que sempre fez um grossíssimo comércio de cacau, salsa, cravo, copaíba, manteigas e salgas de peixe, não há nela igreja, porque uma palhoça que servia deste ministério se queimou há muitos anos, e nunca mais se cuidou em fazer outra; não há paramentos decentes para dizer missa; porque os que se acharam são indignos de se celebrar com eles; não há coisa naquela povoação que boa seja, e sem gasto algum que se possa ver.<sup>321</sup>

Entre os bens encontrados na missão de Trocano, dois chamaram a atenção de Mendonça Furtado por seu caráter bélico. Em carta a Carvalho e Melo, o governador pontua que na aldeia de Trocano “restava eram duas outras canoas velhas, uma forja de ferreiro e uma balança de pesar o seu negócio; o sino, e duas peças de artilharia que me disse que lhe serviam para se defender dos Muras”<sup>322</sup>. Na missiva, Mendonça Furtado opina que estas armas “não costumavam ter senão Príncipes Soberanos” e que, por isso, não podia consentir com a posse do padre sobre elas. Portanto, os bens ficariam em depósito até o rei determinar a quem pertenceria.

João Lúcio de Azevedo comenta que a aldeia de Trocano e, por conseguinte, a vila de Borba, a nova, ficaria obscura na História se não fosse o incidente com os canhões, tamanha foi a repercussão em todo o Estado<sup>323</sup>. A presença das duas peças de artilharia de pequeno alcance que, segundo Eckart, foram levadas para Trocano décadas atrás por iniciativa do governador João da Maia da Gama (1722-1728) para a defesa da ainda jovem aldeia contra o ataque dos indígenas Mura<sup>324</sup>. Mas, dessa vez, sua presença foi encarada como uma ameaça e contribuiu para inflamar ainda mais as relações. As duas peças de artilharia acabaram por legar ao padre alemão a fama de engenheiro

---

<sup>321</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 160.

<sup>322</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 160.

<sup>323</sup> AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999, p. 269.

<sup>324</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 62-65.

militar e potencial insuflador de insurreições próximo à fronteira contra Portugal. Sobretudo, em razão do contexto de denúncias contra a rebeldia dos jesuítas próximos à fronteira, onde no Paraguai e no rio Guaporé os missionários eram acusados de incentivarem os indígenas a reagirem. Segundo aponta Azevedo, de início nenhum grande alarme fez Mendonça Furtado desse fato,

seu irmão, porém mas ardiloso, não hesitou em divulgar que se achavam os jesuítas, a exemplo do Paraguay, fortificados em Trocano, sendo talvez os padres allemães, desta aldeia e dos Abacaxis, disfarçados guerreiros. E assim o descarado engano correu mundo.<sup>325</sup>

Sobre este evento, Marcos Carneiro de Mendonça aponta que foi a partir da instalação da Vila de Borba, a nova, que “os choques jesuíticos-pombalinos passaram do campo das questiúnculas para o das lutas sem trégua, até o ano de 1759”. De fato, as relações de conflito entre Anselm Eckart e as autoridades portuguesas intensificaram-se e em 1757, em carta de Mendonça Furtado ao seu irmão, o governador destaca o quanto achava prejudicial para o sólido estabelecimento das novas vilas, a permanência dos religiosos que antes foram missionários nas aldeias<sup>326</sup>.

Na mesma carta dizia que o padre Anselm Eckart havia “se interessado em histórias nada úteis ao estabelecimento da Vila de Borba, a Nova”. O governador se refere ao episódio de quando retornou ao arraial de Mariuá, e o clérigo de sua tropa que havia deixado para rezar missa e ministrar os sacramentos na nova Vila, uniu-se ao padre alemão e juntos fizeram uma “causa comuta” contra o tenente Diogo Antônio de Castro, o recém-nomeado juiz da nova vila. O objetivo dos padres, segundo Mendonça Furtado, era incitar uma revolta entre os seculares contra o novo administrador da vila. Mendonça Furtado, em resposta, mandou prender os seculares revoltosos e recolher o clérigo para Mariuá, substituindo-o por um frade da ordem do Carmo.

O religioso do Carmo, porém, frustrando as expectativas do governador que o havia escolhido pela fama de os carmelitas serem antipáticos aos jesuítas, acabou por juntar-se ao jesuíta alemão Antonio Meisterburg, missionário da aldeia de Abacaxis, também contra o comandante da vila de Borba, a nova. Desta união, foram redigidas cartas ao próprio governador, consideradas “destemperadas”, com queixas contra o

<sup>325</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 260.

<sup>326</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Volume III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 220.

tenente Diogo Antônio de Castro, o que rendeu a Mendonça Furtado a conclusão de que “no sistema presente, de sorte nenhuma convém Regulares nas novas vilas e lugares”<sup>327</sup>.

O padre Antônio Meisterburg, importante destacar, foi com frequência acusado de influenciar Anselm Eckart e outros padres contra a fundação da Vila de Borba, a nova. Os dois alemães foram declaradamente contra a obrigatoriedade do ensino da língua portuguesa para os indígenas em escolas, em detrimento da Língua Geral, que já era estudada e ensinada pelos padres, sobretudo por Anselm Eckart, provável autor de dicionários e catecismos em línguas indígenas e na Língua Geral, de matriz tupi<sup>328</sup>.

Em decorrência destas animosidades, em 1757, Mendonça Furtado ordenou que Anselm Eckart fosse retirado de vez para o arraial de Mariuá. No entanto, após deixar Trocano, o padre seguiu para a aldeia de Abacaxis, onde atuava seu irmão de batina e conterrâneo mais experiente, Antônio Meisterburg, que já estava a par da crise<sup>329</sup>. Neste mesmo ano, para completar o cerco que se fechava em torno dos jesuítas, é divulgada a lei intitulada *Directório que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará e Maranhão*, suprimindo definitivamente a jurisdição temporal dos missionários sobre os indígenas e as aldeias e repassando a tutela para o Diretor, um funcionário régio, que deveria ser nomeado pelo Governador.

Finalmente, em 1759, Sebastião José de Carvalho e Melo, já secretário dos Negócios Interiores do Reino, ordena oficialmente, por meio de alvará real, a prisão e expulsão dos jesuítas de todos os domínios portugueses na América<sup>330</sup>. Antes disso, ainda em fins de 1757, dez jesuítas foram expulsos do Pará, entre os quais três alemães: Lourenço Kaulen de Colónia, e que havia atuado no rio Xingu, Antônio Meisterburg de Bernkastel e Anselm Eckart da Mogúncia<sup>331</sup>. Eckart havia sido transferido primeiro, em meados de 1756, para Caeté próximo a Belém do Pará, e em novembro de 1757 é deportado para Portugal onde ficou confinado em uma residência no Alto Minho. Em 1759, é preso e levado para a prisão do Forte de Almeida, antes de ser transferido, em

---

<sup>327</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 223.

<sup>328</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 134-135.

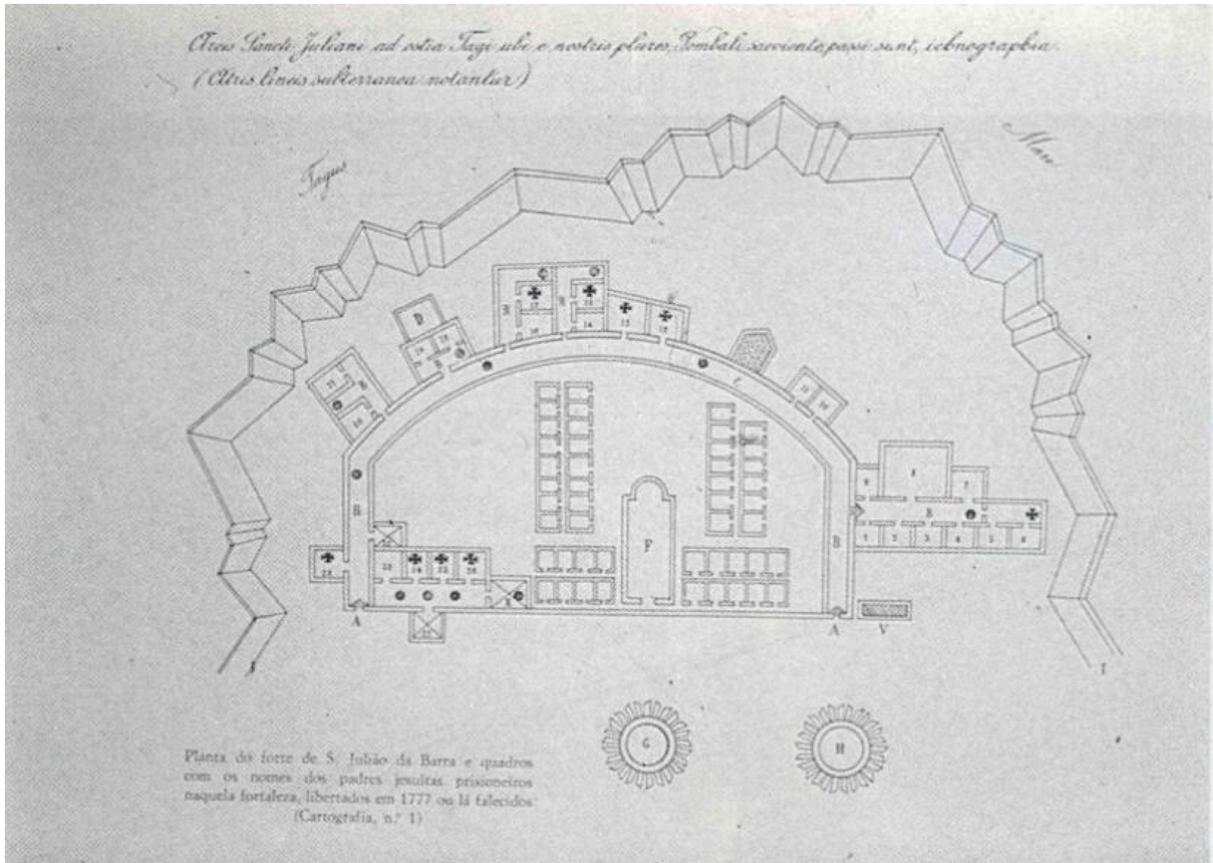
<sup>329</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987.

<sup>330</sup> MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

<sup>331</sup> ECKART, 1987, p. 29.

1762, para o cárcere de São Julião da Barra, de onde saiu somente em março de 1777, após a morte de D. José I e da queda do Marquês de Pombal<sup>332</sup>.

**Gravura 5:** Planta do Forte de S. Julião da Barra (1892).



**Fonte:** Anselm Eckart, *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal*, 1987, p. 224.

<sup>332</sup> ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987, p. 253.

**Quadro 2:** Quadro com os nomes dos padres jesuítas prisioneiros nesta fortaleza e libertados em 1777. Anselm Eckart ocupava a cela 28.

✠

Qui anno 1777 Josepho Rege defuncto e Julianæis  
carceribus ad lucem emererunt

Numer. carceris	Personæ	Grades	Nomina	Provinc.
1	16	P.P.	Benedictus Monteiro et Emmanuel Borges	Goan.
2	12	F.F.	Thomas Brails, Calaber, et Petrus Mazzi, Romanus	Bras.
3	12	F.F.	Schol. Francisc. Aikius, Anglus (✠ 1778 Ulyssip.) et Mathias Piller, Moravus	Bras.
4	10	P.	Augustinus Laurentius	Bras.
		F.	Emmanuel Coelho	Lus. vel Bras.
5	2	P.P.	Francisc. de Sampaio et Stephanus de Castro (✠ 1781-26- Martii)	Bras.
6	1	P.	Ludovicus Barreto	Maragn.
7	3	P.	Joseph de Valle et F. Sebast. Pereira	Lus.
		P.	Joannes de Sampaio	Bras.
8	5	P.	Anton. de Albuquerque	Malab.
		P.	Ignatius Szentmartonus, Croatus	Indi.
		P.	Franciscus Bernardes	Bras.
		F.F.	Emmanuel Gomes et Alexius Rodrigues	Sin.
9	2	P.	Anton. Josephus	Maragn.
		P.	Didacus Aylward (ex parentibus anglis natus in civitate Porto)	Goan.
10	1	P.	Joannes Brewer, Coloniensis (1769 in N. 9 post. 10)	Bras.
11	1		Cadaver unum	
12	2	P.	Laurentius Karlen, Coloniensis	Maragn.
		P.	Josephus da Silva, Prov. Sinensis, in variis Sinarum carceribus, Religionis causa, passus vincula, compedes, manicas 22 mensibus, ad diversa tribunalia adductus in hisque alapis bene confusus, a Pro-Rege Provinciae, in qua captus fuit, ad mortem damnatus. Sed ab Imperatore Sina proscriptus cum 4 sociis et Macaum remissus	
13	3	P.P.	Benedictus da Fonseca, Procurator generalis (✠ 1781-21- Martii)	Sin.
			Dominicus Antonius et Joseph Boucone, Genuensis	Maragn.
14	1	P.	Antonius Alexius	Maragn.
15	2	P.P.	Francisc. de Toledo, 82 ann.; Visitator generalis Prbv. Maragnonæ	Bras.
			Emmanuel dos Santos (✠ 1781 in Januar.)	Maragn.
16	1	P.	Joannes de Sousa	Goa. vel Mar.
17	1	P.	Joachim de Barros	Maragn.
18	1	P.	Petrus Marius, Italus, mentis impos	Goan.
19	1		Sæcularis quidam mentis impos	
20	1	P.	Joannes de Norenha ex comitibus dos Arcos	Lus.
21	1	P.	Joannes Ferreira, Anglus, mentis impos	Bras.
22			Vac.	
23	1	P.	Dominicus de Souza, Procurator generalis	Lus. vel Bras.
24	2	P.P.	Anton. Meisterburg, Bemasselanus	Maragn.
			Joseph Kayling, Schelmstrensis	Goa. vel Mar.
25	2	P.P.	Josephus Antonius (✠ 1778 Ulyssip.)	Goan.
			Mauritius Thoman, Suevus, medicine doctor, tempore Inhibiti 1750 Bonam veniens admissus ad Prov. Goan.	Goan.
26	2	P.P.	Franciscus Storione, Romanus, obiit Romæ 1778	Goan.
			Franciscus Philippi, Italus	Goan.
			Vac.	
28	3	P.P.	Anselm. Eckart, Moguntinus; Emmanuel Ribeiro	Goa. vel Mar.
			Martinus Schwartz, Amberghensis	Goa. vel Mar.

Fonte: Anselm Eckart, Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pombal, 1987, p. 224.

## A secularização de Trocano e o Diretório dos Índios

As tentativas de sublevações, supostamente instigadas por missionários e colonos entre 1754 e 1756 – entre elas, a dos padres Roque Hundertpfundt em Belém e de Anselm Eckart e Antonio Meisterburg no rio Madeira –, marcaram de forma significativa as preocupações do bispo do Pará, o frade dominicano D. Miguel de Bulhões, então governador interino. Na retórica presente na correspondência entre o bispo e o secretário régio Sebastião José de Carvalho e Melo, os conflitos ocorridos na época foram sublevações advindas da tentativa de colonos e missionários pretenderem regular a seu modo o acesso à mão de obra indígena diante dos descontentamentos em relação à promulgação da lei de Liberdade dos Índios de 6 de junho de 1755<sup>333</sup>.

Mauro Cezar Coelho<sup>334</sup> aponta que as preocupações do bispo D. Miguel contagiaram Mendonça Furtado. E como proposta para a resolução dos conflitos em torno da mão de obra indígena, no início de 1757, o governador apresentou um instrumento que serviria para regular a liberdade dos indígenas em favor do Estado, e para alterar a forma de acesso dos colonos e das autoridades coloniais a trabalhadores indígenas, sendo convertido no Diretório dos Índios em 1757<sup>335</sup>. Essa inflexão na política indigenista decorreu a partir do receio destes dois administradores quanto ao perigo de desmantelamento da já precária economia colonial e de revolta dos colonos. Afinal, libertar os indígenas sem qualquer instrumento que regulasse esta liberdade, isto é, sem uma lei que os obrigassem a trabalhar conforme a concepção civilizatória dos portugueses, evitando o “vício da ociosidade” e as fugas de volta ao mato, poderia contribuir para despovoar as lavouras da tão necessária mão de obra, provocando uma reação negativa nos colonos<sup>336</sup>.

---

<sup>333</sup> OFÍCIO do bispo D. Miguel de Bulhões e Sousa para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a aplicação da Lei da Liberdade dos Índios e da lei da administração temporal da Aldeias. Pará, 16 dez. 1755. AHU, Pará, cx. 39, doc. 3693.

<sup>334</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 151.

<sup>335</sup> SOUZA JUNIOR, José Alves de. As reformas pombalinas e a lei da Liberdade dos índios de 1755. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). **Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)**. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 127.

<sup>336</sup> COELHO, 2005, p. 150.

Ângela Domingues e Rita Heloísa de Almeida<sup>337</sup> apontam que o Diretório dos Índios se teria constituído sobretudo a partir da incorporação de proposições presentes no diálogo construído entre Mendonça Furtado e as autoridades metropolitanas. Contudo, concordamos aqui com Mauro Coelho, quando aponta que essa lei complementar teria sido construída sobretudo a partir das experiências coloniais adquiridas no contexto dos conflitos e disputas pela mão de obra indígena<sup>338</sup>. Deste modo, o autor defende que o Diretório dos Índios não teria sido previsto pela política pombalina antes da sugestão de D. Miguel de Bulhões e do registro de suas preocupações a respeito dos conflitos ocorridos na colônia, ainda que não atribua a este bispo papel decisivo para a sua elaboração.

Várias experiências coloniais representadas sobretudo na correspondência trocada entre D. Miguel de Bulhões e o governador Mendonça Furtado, contribuíram para a construção da lei do Diretório dos Índios. Essas experiências já foram analisadas de forma minuciosa por Mauro Coelho e não serão aprofundadas nesta dissertação. O que nos interessa, entretanto, é compreender a importância da experiência específica de secularização da aldeia de Trocano para a gestação do Diretório dos Índios. De acordo com o autor, foi na aldeia de Trocano que Mendonça Furtado teve a oportunidade de introduzir, de forma efetiva e pioneira, algumas medidas anteriores ao Diretório, porém já ensaiadas, de regulação da liberdade concedida aos indígenas e de amortecimento da resistência dos colonos<sup>339</sup>.

Conforme reforça Rafael Ale Rocha<sup>340</sup>, as medidas destinadas à vila de Borba, a nova, refletem as concepções do governador antes da elaboração do Diretório. Aliás, a maioria das instruções passadas para o governo desta nova vila no rio Madeira (1756), foram reproduzidas posteriormente ao longo dos 95 parágrafos da lei do Diretório dos Índios (1757/1758). Estas medidas foram expressas na *Instrução passada ao Tenente*

---

<sup>337</sup> DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 67; ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, p. 160.

<sup>338</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 152.

<sup>339</sup> COELHO, 2005, p. 166.

<sup>340</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 54.

*Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano*<sup>341</sup>.

A primeira instrução presente no documento produzido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado foi a secularização da administração da aldeia de Trocano, isto é, a eleição de um oficial civil para o cargo de administrador da nova vila, antes ocupado por um missionário jesuíta. Deste modo, o tenente Diogo Antônio de Castro, responsável pelo posto de fiscalização que funcionava até então próximo a Trocano, é eleito o novo administrador da Vila de Borba, a nova, por ser “pessoa honrada, reta, de cristandade completa”.

A preferência por características ligadas ao mesmo tempo à civilidade iluminista e à cristandade, que para o governador eram necessárias para ocupar o cargo de administrador da nova vila, indica o quanto o processo de secularização de uma aldeia missionária, no tempo das reformas pombalinas, foi marcado pela coexistência de princípios aparentemente contraditórios<sup>342</sup>. Isso significa que, a secularização, sobretudo, do âmbito político-administrativo, não visou modificar, de forma imediata e abrupta, a mentalidade fortemente marcada pelo cristianismo da sociedade colonial, muito menos significa que ela possuiu este objetivo. Podemos dizer, portanto, que o processo de secularização não foi antirreligioso, mas, em certa medida, foi anticlerical e claramente antijesuítico<sup>343</sup>.

Nas primeiras linhas da *Instrução*, fica clara outra pretensão de Mendonça Furtado quanto à fundação da vila de Borba, a nova. Desde quando foi aldeia – de Santo Antônio das Cachoeiras a Trocano –, o lugar da nova vila de Borba, a nova, sempre serviu de ponto de apoio para a navegação no rio Madeira. Deste modo, a *Instrução* repassada ao tenente Diogo Antônio de Castro, pretendia manter a função de lugar de descanso e socorro. Para que isso ocorresse, deveria ser garantido o cultivo pelos moradores de “todo o gênero de mantimento para acudir em às necessidades que se

---

<sup>341</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 70-75.

<sup>342</sup> HANSEN, João Adolfo. As Liras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 1, p. 40-53, 1997, p. 41.

<sup>343</sup> SANTOS, Cândido dos. Matrizes Do Iluminismo Católico da Época Pombalina. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena (orgs.). **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 952.

experimentavam na dita navegação”<sup>344</sup>. No entanto, para resolver a questão do cultivo de gêneros para a subsistência da vila e do caminho, era necessário resolver também como ficaria o regulamento do trabalho dos indígenas e do status dos mesmos após a passagem de aldeia para vila. Estes dois assuntos são, portanto, os mais abordados na *Instrução*.

Na análise da *Instrução*, veremos que a inflexão na legislação indigenista e nas concepções de trabalho – elemento este que na época das missões era, digamos, coadjuvante da cristianização dos indígenas, e que agora deveria ocupar lugar principal<sup>345</sup> – serão centrais para resolver outra preocupação quanto à fundação da vila de Borba, a nova, que era trocar “a rusticidade da povoação antiga, dos miseráveis índios, que nela viviam, em civilidade ou polícia”<sup>346</sup>. Civilização e barbárie foram concepções que desde o início da colonização marcaram presença nos discursos dos administradores coloniais e que também ajudaram a gestar o Diretório dos Índios. No caso da vila de Borba, a nova, o discurso sobre a barbárie dos indígenas e, ao mesmo tempo, o otimismo quanto à civilização a ser alcançada, sobretudo, pelos próprios aldeados, envolveram desde o momento de fundação da nova vila, isto é, anterior à formulação do Diretório, a possibilidade de formar uma sociedade civil composta, em sua maioria, de indígenas<sup>347</sup>.

Passados os prolegômenos da *Instrução*, nos quais os *indígenas* e o *trabalho* são as duas questões mais evidentes a serem reguladas, há cinco temas específicos abordados na referida *Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano*. São estes: (1) a “paz e união” entre indígenas e brancos a fim de construir uma sociedade civil; (2) a organização do trabalho; (3) o funcionamento do comércio; (4) a cobrança dos dízimos e, enfim, (5) as primeiras medidas de urbanização.

Segundo a *Instrução* repassada para o governo da Vila de Borba, a nova, a primeira medida seria a promoção da paz e união entre “Índios” e “Branços”,

---

<sup>344</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 70.

<sup>345</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 70.

<sup>346</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 70.

<sup>347</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 52.

fazendo-os compreender que este era o único meio que havia não só para a conservação da vila, mas também para o seu crescimento. Para isso, o tenente Diogo Antônio deveria trabalhar arduamente para evitar, por um lado, o desprezo dos homens brancos pelo trabalho manual e, por outro, a ideia abusiva de que só os indígenas deveriam trabalhar, com a promessa de que aqueles que cultivassem na terra teriam preferência em receber honrarias.

Ainda para promover a construção de uma sociedade civil formada por indígenas e brancos, houve também a promessa do envio de alguns casais de homens brancos casados com indígenas mulheres. Sobre isso, Mendonça Furtado alertava que o tenente Diogo Antônio deveria cuidar em evitar eventuais desordens geradas a partir da chegada desses casais, como desprezos e maus-tratos dos homens brancos em relação às indígenas e aos filhos mestiços. Conforme consta na *Instrução*, caso este “experimento” não fosse realizado de forma eficaz, isto é, caso não fossem favorecidos os casamentos mistos, perderiam “certamente um dos principais estabelecimentos do Estado”. O que evidencia, primeiro, a importância desta medida, que mais tarde tornou-se requisito oficial do Diretório e, em segundo lugar, a expectativa de importância da Vila de Borba, a nova, para os planos e rendimentos do Estado.

Outro ponto que deveria ser trabalhado na Vila de Borba, a nova, em relação à promoção da convivência entre indígenas e brancos, era a busca de meios para fazer os indígenas “ricos e opulentos”, a fim de que concorressem de modo “igual” com os brancos a cargos e causas comuns, construindo, assim, interesses recíprocos<sup>348</sup>. Admitir os indígenas ao oficialato, por exemplo, seria uma boa opção e ajudaria a promover na nova Vila o interesse dos indígenas pelo novo governo e pelas honrarias prometidas, a fim de que se integrassem às normas do governo civil<sup>349</sup>.

A segunda medida que se nota na *Instrução* de Mendonça Furtado diz respeito sobre à organização do trabalho (nas lavouras e florestas) em Borba, a nova, no qual os indígenas “deverão obrar em plena liberdade”. Os Principais que quisessem extrair as drogas do sertão seriam chamados e autorizados pelo governo para fazê-lo. Deveriam

---

<sup>348</sup> “Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 72.

<sup>349</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 52.

trazer as drogas para a vila, fazer um monte com elas e dar “a cada parte aquela porção que lhe couber”. Com a divisão pública da respectiva safra, Mendonça Furtado refere-se ao dízimo, tema que será tratado mais adiante. A organização e supervisão do trabalho pelo tenente Diogo Antônio serviria para evitar desordens, pois, segundo Furtado, bastava um pouco de aguardente para que os indígenas abandonassem o trabalho nas drogas do sertão.

Em terceiro lugar, se nota as instruções sobre o funcionamento do comércio na nova vila. Após juntarem as drogas do sertão num monte, deveriam ser reunidos também alguns oficiais da Câmara para fazer um “manifesto”, registrando de forma autêntica os gêneros trazidos pelos indígenas. Depois, os gêneros deveriam ser conduzidos para uma das canoas que vinham do arraial de Mariuá e que continuamente iam ao Pará, juntamente com o manifesto que deveria ser entregue ao bispo D. Miguel de Bulhões para que ele mandasse dar procedimento ao comércio das drogas do sertão pertencentes aos indígenas<sup>350</sup>.

Em quarto lugar, a Instrução aborda a questão da arrecadação dos dízimos. Para Mendonça Furtado, uma das principais causas que estariam arruinando os interesses do Estado, era o não pagamento dos dízimos nas aldeias. Ele atribuía essa dificuldade, sobretudo, ao fato de que este país vivia até agora sem “conta, peso ou medida”. Em outra carta direcionada a seu irmão, também menciona que considerava um absurdo uma povoação que fazia tão grande comércio “nunca lembrasse a ninguém o pagar dízimo”<sup>351</sup>. A arrecadação dos dízimos, portanto, deveria ser feito da seguinte forma: o tenente Diogo Antônio deveria ir, ou mandar alguém visitar todas as roças em nome da Fazenda Real e, ao lado do trabalhador (chamado aqui de louvado, que é aquele quem paga o dízimo) ou dono da roça, fazer a avaliação do que cada um seria capaz de dar como dízimo. Deveria também ser nomeado um escrivão da câmara para anotar num livro as parcelas a serem tributáveis. Na falta da moeda de metal, os dízimos deveriam ser pagos com os gêneros produzidos nas roças, como os azeites de copaíba, manteigas, tartarugas e peixes. Somente o cacau, o cravo, a salsaparrilha e o café seriam pagos na hora do embarque. A justificativa, presente na *Instrução* de Mendonça Furtado, era de

---

<sup>350</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 73.

<sup>351</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 125.

que por tudo o que Deus dá, ou seja, aquilo que fosse cultivado e colhido, deveria se pagar o dízimo em troca. Além disso,

Para abolir esta extração tão perniciosa nesta Vila [o não pagamento de dízimos], é necessário grande modo e suavidade, para o que V. Mcê. chamará os principais e aos índios que forem mais capazes de conhecer a razão; lhes explicará a obrigação em termos de reconhecer os benefícios que devemos à Onipotência Divina, dando-nos tantos e tão diversos frutos para nos sustentar; e que em demonstração do quanto reconhecemos um tal benefício devemos separar aquela porção com que todos os cristãos fazem semelhante reconhecimento, isto é, com a décima parte dos mesmos frutos, que se aplica aos Ministros da Santa Igreja, para nos administrarem nelas os Sacramentos.<sup>352</sup>

Também empregando justificativas teológicas, mesmo num contexto de secularização, a última medida, o da urbanização, foca na construção de uma igreja. Acreditamos que esta não foi meramente uma estratégia das autoridades coloniais para suavizar o processo de mudança, mas, antes, para reforçar o sentimento de pertencimento mediante o (re)acionamento de símbolos e discursos do regime anterior. A capela, enquanto lugar onde se celebrava os sacramentos e ouvia-se as pregações, foi uma referência sociossimbólica fundamental nesse contexto. As novas autoridades estavam cientes disso. Por isso, o novo administrador da vila foi orientado que se cortassem madeiras para que, com “perfeição e asseio” de profissionais que seriam enviados à vila, fossem construídos primeiro a igreja, e depois a casa da Câmara e uma cadeia.

Esse conjunto de medidas direcionadas a regular a liberdade concedida aos indígenas durante o processo de secularização da aldeia de Trocano, foi considerado exitoso por Mendonça Furtado<sup>353</sup>, tendo em vista a expectativa da formação de uma sociedade civil com os indígenas<sup>354</sup>; sobretudo, após o comportamento de um Principal, vereador na Câmara da nova Vila de Borba, ter sido considerado positivo pelas autoridades do Estado, caso que será discutido no terceiro capítulo desta dissertação.

De fato, a experiência satisfatória de Mendonça Furtado com a fundação da Vila de Borba, a nova, o motivou para sugerir a seu irmão que a *Instrução* passada ao

---

<sup>352</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 74.

<sup>353</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 267.

<sup>354</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: Editora CRV, 2022, p. 54.

comandante Diogo Antônio de Castro fosse transformada em regra a ser seguida nos demais estabelecimentos novos do Estado do Grão-Pará e Maranhão<sup>355</sup>. Neste caso, a experiência colonial de secularização da missão de Trocano acabou por contribuir não exatamente para a gênese do Diretório, mas para a consolidação da reflexão acerca desta lei que já estava sendo gestada desde o início do governo de Mendonça Furtado. Logo, concordamos que o episódio de fundação da Vila de Borba, a nova, finaliza um processo que evidencia o caráter eminentemente colonial da lei do Diretório dos Índios<sup>356</sup>.

### Capítulo III – A vila de Borba, a nova

Dois dias após sugerir a Sebastião José de Carvalho e Melo que considerasse a *Instrução* repassada ao novo administrador da Vila de Borba, a nova<sup>357</sup>, Mendonça Furtado também solicitou a sua retirada do rio Negro para que, em Belém, junto de D. Miguel de Bulhões pudesse de fato organizar a aplicação das leis de Liberdade dos Índios e de retirada do poder temporal dos missionários sobre as aldeias<sup>358</sup>. Um ano depois, após divulgadas as duas leis, Mendonça Furtado volta a registrar o assunto dos choques e resistências dos missionários em perder o poder temporal. E já nos primeiros meses de 1757, em Belém, manifesta as medidas que elaborou para organizar as aldeias já secularizadas.<sup>359</sup>

As leis de 6 e 7 de junho de 1755, isto é, a de liberdade dos índios e a de retirada dos regulares da administração das aldeias desencadeavam a entrega do governo das vilas à jurisdição civil, e das aldeias – doravante povoação – aos Principais. No entanto, Francisco Xavier de Mendonça Furtado a partir de sua experiência no arraial de Mariuá onde conviveu entre os indígenas desde 1754, julgava que estes não possuíam ainda conhecimento suficiente para se governarem, tampouco motivação e organização para trabalhar. Para resolver esse problema, considerou colocar em cada povoação um

---

<sup>355</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 74.

<sup>356</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 168.

<sup>357</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 130.

<sup>358</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 179.

<sup>359</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 229-246.

administrador secular, o Diretor, que deveria auxiliar e acompanhar os indígenas no processo de adaptação à “civilidade” e a sua própria autonomia prevista em lei.<sup>360</sup>

Para tanto, um documento seria redigido contendo as devidas obrigações e procedimentos a serem adotados pelos Diretores em vista de auxiliar os indígenas a desenvolverem os valores ocidentais nas povoações, semelhante à *Instrução* escrita para o governo da vila de Borba, a nova. Este seria, segundo Mauro Coelho, um substrato do que viria a ser o Diretório dos Índios<sup>361</sup>, pois fundava um tipo de regulação da liberdade dos índios, a “tutela”, que não rompia totalmente com a lógica das legislações indigenistas anteriores como o Regimento das missões<sup>362</sup>. Mas dessa vez, beneficiariam o Estado e os colonos, e não mais os padres regulares. Para Camila Loureiro Dias<sup>363</sup>, a diferença fundamental, portanto, entre o Regimento das Missões (1686) e o Diretório dos Índios (1758) foi a secularização das aldeias.

A pretensão de delegar ao indígena a responsabilidade pela ocupação e defesa do território, porém, sob a tutela de uma autoridade que os protegesse e os guiasse, não foi um conceito inovador. Afinal, já havia sido utilizado no Regimento das Missões, e foi formulado por teólogos da segunda escolástica desde o século XVII<sup>364</sup>. No entanto, o importante a se destacar é que, no projeto de Mendonça Furtado, a tutela dos indígenas não ficaria mais a cargo dos religiosos, mas, sim, de Diretores leigos.

Em conclusão, apreendemos duas reflexões fundamentais a partir disso. Primeiro se a secularização das aldeias foi o grande diferencial da lei do Diretório em comparação às legislações indigenistas anteriores – conforme aponta Camila Loureiro Dias –, fica mais evidente o papel central da experiência específica do processo de secularização pioneira da aldeia de Trocano, localizada numa região fronteiriça importante para os interesses econômicos e territoriais da colônia amazônica, para a gestão do Diretório dos Índios. E em segundo lugar, a secularização, enquanto uma medida das reformas pombalinas, foi um processo caracterizado pela coexistência de

---

<sup>360</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 169.

<sup>361</sup> COELHO, 2005, p. 169.

<sup>362</sup> Sobre a ideia de que o Diretório não rompia de vez com conceitos e experiências anteriores em relação aos indígenas, já estabelecidas no Regimento das Missões de 1686, como por exemplo a ideia de que o “índio” seria o melhor aliado na ocupação territorial, ver DIAS, Camila Loureiro. **Civilidade, cultura e comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

<sup>363</sup> DIAS, 2011, p. 45.

<sup>364</sup> DIAS, 2011, p. 44.

princípios contraditórios, como inovação e tradicionalismo, liberdade e subordinação, filosofia empirista e teologia escolástica<sup>365</sup>.

O Diretório dos Índios, porém, não concretizou na prática todas as suas pretensões para o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Somente a análise dos documentos referentes ao período posterior à sua promulgação, permitirá compreendermos a sua dimensão enquanto um projeto que se tornou um processo histórico complexo de integração das populações ameríndias a um novo modelo social, baseado na civilidade, no trabalho, no comércio, na urbanização e na miscigenação. Seguindo essa linha de raciocínio, ao analisarmos brevemente a documentação referente ao momento posterior à fundação da Vila de Borba, a nova – objetivo deste terceiro capítulo –, perceberemos melhor a dimensão de processo histórico da secularização de uma aldeia missionária.

### **3.1. Novas vilas para a Amazônia colonial**

Na mesma carta régia de 3 de março de 1755, pela qual se fundou a Capitania de São José do Rio Negro também se elevou a aldeia de Trocano à Vila, com o nome de Borba, a nova:

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador, e Capitão General do Gram Pará, Maranhão. Amigo. Eu El Rey vos envio muito saudar por Carta firmada pella minha Real Mão na mesma data desta houve por bem pelos motivos nella declarados criar nesse Estado a nova Capitania de Sam José do Rio Negro, com Governo politico e civil, nas quaes os Moradores daquela parte occidental achem mais fácil a administração da Justiça, que he tam necessária para se conservar a paz, e boa ordem dos Estados. E porque nos limites deste novo Governo se há de compreender a Aldeya do Trocano, e esta pella sua situação he mais própria para acharem descanso, e refresco os meus vassalos, que frequentando a navegação desse Estado para o Mato Grosso voltarem daquelas Minas, para o mesmo Estado. Sou servido erigir a referida Aldeya em huma nova Vila, a que imporeis o nome de Borba a nova. E hey por bem conceder a referida Villa, e aos seus Moradores todas as honras, prerrogativas, privilégios, e liberdades, que pella sobredita Carta concedo a outra futura Villa nova de Sam José e que na criação dos Officiaes da Camera, de Justiça, alinhamento das Praças, Ruas, e Edificios, assim públicos, Como particulares, assignação de dstrictos, para os Lougradores do Termo para a jurisdição das justiças para a Repartição das Terras, assim da Camera, como dos Moradores, observeis em ambas as Referidas Villas

---

<sup>365</sup> HANSEN, João Adolfo. As Liras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 1, p. 40-53, 1997, p. 40.

o mesmo, sem alguma diferença. Escripta em Lisboa a três de Março de mil e Sette Centos Sincoenta e Sinco<sup>366</sup>.

O processo da instauração da nova vila foi concluído, nove meses depois, em 1º de janeiro de 1756, com a visita do governador. Isso comprova que esta foi a primeira vila da recém-criada capitania, pois ambas as circunscrições administrativas foram criadas pela mesma ordem régia. Trata-se, ao que tudo indica, da primeira aldeia a se tornar vila, em decorrência do projeto político do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo, no interior do Estado do Grão-Pará e Maranhão.

Os dois principais documentos de fundação da Vila de Borba, a nova, que são esta *Carta régia* de ereção da aldeia em vila e a *Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano*, parecem fazer parte de um tipo de documentos ligados ao urbanismo português, pois preveem a concessão de honras e privilégios a povoadores, que remonta aos *forais*, conforme aponta Renata Malcher de Araújo<sup>367</sup>.

Os *forais* ou o *foral* português, eram documentos instauradores e legitimadores de municípios. Eram apresentados e obrigatoriamente lidos em público após a fundação do pelourinho, estipulavam instruções para a fixação e prosperidade da povoação e para o aumento do seu cultivo e regulava os impostos, constituindo uma espécie de contrato entre o rei e o povo. Muitas vezes o documento era utilizado como instrumento de defesa do poder régio sobre um determinado território, geralmente regiões de fronteira, por meio da criação justamente de novos povoados. Conforme realça Araújo<sup>368</sup>, muitas cartas de fundação de vilas do Brasil colonial, podem ser consideradas herdeiras diretas dos *forais* portugueses.<sup>369</sup> Convém assinalar, entretanto, que as *Cartas régias* que conferiam formalmente o título de vila, de acordo com a tradição urbanística portuguesa, não significavam apenas o reconhecimento do crescimento físico da aldeia,

---

<sup>366</sup> CARTA régia de D. José para o governador e capitão-geral do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a elevação da aldeia do Trocano a vila, com designação de Borba-a-nova. Lisboa, 3 mar. 1755. AHU, Rio Negro, ex. 1, doc. 9.

<sup>367</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 105.

<sup>368</sup> ARAÚJO, 2000, p. 105.

<sup>369</sup> Renata Malcher constata isso a partir da análise das cartas régias de fundação da Villa Boa de Goiás (1736), da nova vila do Mato Grosso que viria ser Vila Bela de Santíssima Trindade (1746) e a da vila nova de São José do Rio Negro (1755), sendo parecida à carta que fundou a Vila de Borba, a nova.

mas a percepção pragmática de que aquela área específica deveria assumir determinadas responsabilidades administrativas, sobretudo com a ereção de uma Câmara<sup>370</sup>.

De fato, a *Instrução* repassada ao tenente Diogo Antônio de Castro para auxiliar e instigar os indígenas da Vila de Borba, a nova, a tornarem-se vassallos do rei, por meio de casamentos interétnicos, de participação no comércio, do pagamento correto dos dízimos e de uma nova organização de trabalho, constituiu uma espécie de contrato regulador de convivência entre o Diretor e os indígenas, tal como um *foral* entre o soberano e o povo. Isso notaremos com mais nitidez nas linhas do Diretório dos Índios. Além disso, a *Instrução* representou também a instauração da legitimidade do poder administrativo sobre o espaço.

O processo de fundação da Vila, portanto, funcionou como ação legitimadora da posse política e física do espaço, de incorporação progressiva do território e de organização da convivência social<sup>371</sup>. De forma específica, a instauração da Vila de Borba, a nova, teve papel importante para relegar uma dimensão jurídica ao caminho fluvial entre o Pará e o Mato Grosso pelo rio Madeira, em favor de Portugal. Bem como, uma dimensão jurídica aos limites da recém-criada capitania de São José do Rio Negro com os domínios espanhóis, garantindo além da mera posse do espaço, sua defesa por meio do desenvolvimento de sua população.

As povoações de fronteira foram prioridades do projeto de secularização do governo de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de seu irmão Sebastião José de Carvalho e Melo. Na verdade, a carta régia de criação da Capitania de São José do Rio Negro, de 3 de maio de 1755, deu a instrução para fundar duas novas vilas. A vila de Borba, a nova, no rio Madeira, na “fronteira sudeste” com a capitania do Mato Grosso e com os domínios castelhanos, e a vila “Nova de Sam José” que era a vila de São José do Javari, no rio homônimo, “fronteira oeste”, também com os castelhanos, a qual deveria ser nomeada como capital desta nova capitania. No entanto, por motivos geoestratégicos e de conflitos com os missionários, a Vila de São José do Javari não foi fundada de pronto, nem nomeada capital, sendo erigida como capital, em 1758, a vila de Barcelos, a antiga aldeia de Mariuá.

---

<sup>370</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997, p. 5.

<sup>371</sup> ARAÚJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 103.

Constata-se que em 31 de janeiro de 1756 – após a fundação da vila de Borba, a nova –, o governador em carta ao bispo do Pará, ainda traçava planos para a fundação da Vila de São José do Javari quanto ao envio de casais para principiar a povoação<sup>372</sup>. Somente em 4 de outubro de 1756, Mendonça Furtado diz ter iniciado sua viagem para ir fundar esta Vila<sup>373</sup>. Enquanto, o ofício acerca da fundação da vila de São José do Javari só foi assinado, em 21 de dezembro de 1758, pelo governador da capitania de São José do Rio Negro, Joaquim de Melo Póvoas para o Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Côrte Real, comunicando também a fundação das vilas de Barcelos, Tomar, Olivença, Egas, Serpa e Silves<sup>374</sup>. Isso relega novamente à Borba, a nova (1756), o título de vila mais antiga da Capitania de São José do Rio Negro, e provavelmente, a primeira vila a ser fundada no interior oeste do Estado do Grão-Pará e Maranhão, após 1750, por Mendonça Furtado, justamente para resguardar a fronteira sudeste da capitania do Grão-Pará em favor de Portugal, conforme podemos examinar na comparação dos anos de fundação das vilas das capitanias do Rio Negro e do Grão-Pará nos quadros 3 e 4 logo abaixo.

Sem dúvidas, a assinatura do Tratado de Madri e o conseqüente processo de delimitação de fronteiras, desempenhou papel central para a construção de uma nova política de ocupação de território. Antes de 1750, conforme apontam Mauro Coelho<sup>375</sup> e Renata Malcher Araújo<sup>376</sup>, a imensa área ocupada pela capitania do Grão-Pará que se estendia entre os rios Gurupi e Japurá, resumia-se à cidade de Belém, e quatro vilas: Vila Souza do Caeté (1634), Vila Viçosa de Santa Cruz de Cameté (1637), Gurupá (1639) e Nossa Senhora de Nazaré da Vigia (1693). Além disso, havia oito fortificações: três em Belém, que são o Forte do Presépio (1616), o Fortim de São Pedro Nolasco (1665) e a Fortaleza de Nossa Senhora das Neves da Barra (1685), e cinco fora da cidade, a saber, o Forte de Gurupá (1623), o Forte do Desterro (1639), a Fortaleza de

---

<sup>372</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 82.

<sup>373</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 101 e 129.

<sup>374</sup> OFÍCIO do governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Côrte Real sobre a criação da Vila Nova de Barcelos e tomada de posse do governo; do casamento dos soldados com as índias; alfabetização das crianças indígenas; incremento de culturas várias e criação das novas vilas de Borba, Tomar, São José do Javari, Olivença, Egas, Serpa e Silves. Barcelos, 21 dez. 1758. AHU, Rio Negro, cx. 1, doc. 54.

<sup>375</sup> COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 197.

<sup>376</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998, p. 195.

São José do Rio Negro (1669), o Forte de Pauxís (1698) e o Forte de Araguari (1660). Também, havia cerca de setenta estabelecimentos missionários entre aldeias e fazendas. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, portanto, deu início a uma mudança significativa nesse quadro de ocupação territorial por meio da conversão de aldeias missionárias em vilas. Podemos perceber melhor essa mudança nos dois quadros abaixo<sup>377</sup>, constituídas das vilas fundadas a partir de 1750 nas capitanias do Rio Negro e do Grão-Pará<sup>378</sup>:

**Quadro 3**

<b>Vilas fundadas a partir de 1750 na Capitania de São José do Rio Negro</b>				
<b>Ano</b>	<b>Vila</b>	<b>Condição prévia</b>	<b>Localização</b>	<b>Atual</b>
1756	Vila de Borba, a nova	Aldeia de Trocano (Jesuítas)	Rio Madeira	Borba
1758	Vila de Barcelos	Arraial de Mariuá	Rio Negro	Barcelos
1759	Vila de Ega	Aldeia de Tefé (Carmelitas)	Rio Tefé – Rio Amazonas	Tefé
1758	Vila de Moura	Aldeia de Itarendeuá	Rio Negro	Moura
1796	Vila Nova da Rainha	Aldeia de Tupinambaranas (jesuítas)	Rio Amazonas	Parintins
1758	Vila de São José do Javari	Aldeia São Francisco Xavier do Javari (Carmelitas)	Rio Javari – Rio Solimões	Vale do Javari
1759	Vila de Serpa	Aldeia de Abacaxis (jesuítas)	Rio Abacaxis – Rio Amazonas	Itacoatiara
1759	Vila de Silves	Aldeia de Saracá (Mercês)	Rio Urubu – Rio Amazonas	Silves
1758	Vila de Tomar	Aldeia de Bararuá (Carmelitas)	Rio Negro	Tomar

**Quadro 4**

<b>Vilas fundadas a partir de 1750 na Capitania do Grão-Pará</b>				
<b>Ano</b>	<b>Vila</b>	<b>Condição prévia</b>	<b>Localização</b>	<b>Atual</b>
1758	Vila de Alenquer	Aldeia de Surubiú (Piedade)	Rio Amazonas	Alenquer
1758	Vila de Almerim	Aldeia do Parú	Rio Amazonas	Almerim
1758	Vila de Alter do Chão	Aldeia Borari (Jesuíta)	Rio Tapajós	Alter do Chão
1758	Vilas de Arroilos	Aldeia de Guarimocu		
1758	Vila de Beja	Aldeia Sumaúma (Jesuíta)	Baía do Capim-Tocantins	Beja
1758	Vila de Boim	Aldeia Santo Inácio (Jesuíta)	Rio Tapajós	Boim
1754	Vila de Bragança	Vila Souza de Caeté	Rio Caeté	Bragança
1758	Vila de Chaves	Aldeia de Anajatiba	Marajó	Chaves
1758	Vila de Faro	Aldeia Nhamundá (Piedade)	Rio Nhamundá – Rio Amazonas	Faro
1758	Vila Franca	Aldeia Comarú (Jesuíta)	Rio Arapiuns	Vila Franca
1770	Vila de Mazagão	Aldeia de Santana		Mazagão
1758	Vila de Melgaço	Aldeia de Guaracuru (Jesuíta)	Marajó	Melgaço

<sup>377</sup> Os quadros foram construídos com base em informações presentes no Atlas Digital da América lusa [[Atlas Digital da América Lusa \(unb.br\)](http://Atlas Digital da América Lusa (unb.br))] e na tese “Do sertão para o mar” de Mauro Cezar Coelho.

<sup>378</sup> Além da conversão de aldeias missionárias em vilas, também ocorreu a conversão de aldeias em Lugares. Optamos, porém, por demonstrar nos quadros somente as vilas fundadas, foco desta dissertação, e não os lugares.

1757	Vila de Monforte	Aldeia de Joanes (Santo Antonio)	Marajó	Joanes
1758	Vila de Monte Alegre	Aldeia de Gurupatuba (Piedade)	Rio Amazonas	Monte Alegre
1758	Vila de Monsarás	Aldeia Caya (Conceição)	Marajó	Monsarás
1757	Vila Nova d'El Rei	Fazenda Curuçá (Jesuíta)		
1758	Vila de Óbidos	Forte e aldeia dos Pauxis (Piedade)	Rio Amazonas	Óbidos
1758	Vila de Oeiras	Aldeia do Araticu (Jesuíta)	Rio Araticu	Oeiras do Pará
1754	Vila de Ourém	Casa Forte (Luiz Moura)		Ourém
1758	Vila de Pinhel	Aldeia de São José (Jesuíta)	Rio Tapajós	Pinhel
1758	Vila de Pombal	Aldeia de Piraguiry (Jesuíta)	Rio Xingu	Pombal
1758	Vila de Portel	Aldeia de Urucará (Jesuíta)		Portel
1758	Vila de Porto de Moz	Aldeia Maturu (Piedade)	Rio Xingu	Porto de Moz
1757	Vila de Salvaterra	Aldeia de Nossa Senhora da Conceição (Conceição)	Marajó	Salvaterra
1758	Vila de Santarém	Aldeia dos Tapajós (Jesuíta)	Rio Tapajós	Santarém
1757	Vila de Soure	Aldeia Menino Jesus	Marajó	Soure
1758	Vila de Souzel	Aldeia de Aricari (Jesuíta)	Rio Xingu	Sousel
1758	Vila de Veiros	Aldeia de Itacurusá (Jesuítas)	Rio Xingu	Veiros

A criação da capitania de São José do rio Negro em 1755, desmembrando a parte ocidental da capitania do Grão-Pará, junto com o movimento de criação de novas vilas a partir de 1750, no interior destas capitanias, fez parte do plano português de maior controle da gestão do território, sob o discurso de “reforma” e “restauração”, no âmbito amazônico gerido por Mendonça Furtado, no âmbito metropolitano por Pombal, e no âmbito ocidental, de “reforma do mundo” pelo Iluminismo<sup>379</sup>. A proposta era “restaurar” a selva, no sentido de domá-la e retirar os seus habitantes do obscurantismo<sup>380</sup>. As vilas, nesse ideário reformador, desempenharam papel central para o controle desse território não só por via de negociações diplomáticas, mas pela via física, ou seja, verificação *in loco*, a considerar que no século XVIII, em consequência do Tratado de Madri, o princípio do *uti possidetis* era determinante.

Enquanto no século XVII, e ainda no século XVIII, as fortificações desempenharam papel central para a garantia e defesa do território, sobretudo dos seus limites exteriores, a partir de 1750, a reforma urbana pombalina, focada na fundação de vilas, foi decisiva para a efetiva ocupação dos limites interiores da colônia. Mendonça Furtado extraiu a essência do discurso do irmão de restauração da economia portuguesa e da reforma urbana de uma Lisboa destruída pelo terremoto de 1755 – elegendo a

<sup>379</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998, p. 108.

<sup>380</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. A razão na selva: Pombal e a reforma da Amazônia. **Camões – Revista de Letras e cultura Lusófonas**, Lisboa, n. 151-165, 2003.

*cidade* como veículo poderoso de materialização e difusão de sua ideologia –, e a aplicou na Amazônia por meio da ideia norteadora de criar povoações<sup>381</sup>. As vilas *civis* demarcaram na colônia, portanto, não só a posse política e efetiva do território, mas também um discurso de contraponto às ordens religiosas e de reafirmação do papel simbólico que desempenhariam: serem núcleos de vida *civilizada*.

A literatura que tocou no assunto do processo de fundação de vilas na Amazônia colonial tende a apontar que a fundação da vila de Borba, a nova, foi considerada um sucesso pelas autoridades coloniais e metropolitanas, e que teria servido de exemplo para a fundação de outras vilas, ainda que este plano já vinha de maquinações anteriores, por exemplo, desde 1754 com a fundação da vila de Bragança<sup>382</sup>. Sobre isso, Renata Malcher aponta que, em 1757, quatro vilas foram fundadas no Marajó, a partir do exemplo de Borba, e “Embora os preparos para a reforma das aldeias se fizessem desde 1755, a partir da elevação de Borba, a efectiva cerimónia de fundação da maioria delas acabou por se realizar, em conjunto, no início de 1758”<sup>383</sup>, conforme podemos constatar nos quadros anteriormente apresentados.

João Lúcio de Azevedo chegou a afirmar sobre a fundação de Borba, a nova, que esse “facto tem importância, por iniciar a abolição do poder civil dos religiosos nas agremiações de indígenas”<sup>384</sup> e que “a experiência, d’ahi resultante, tinha de servir de molde á transformação sucessiva das outras agremiações indígenas, dirigidas pelos missionários”<sup>385</sup>. A historiografia também aponta que o sentido de “dar exemplo” não foi somente pelo bom exercício urbanístico e administrativo de sua fundação, mas também político. Sobre isso, Renata Malcher afirma que a “aldeia do Troceno foi eleita entre as primeiras para passar à vila por um conjunto de razões que incluem em primeiro plano a intenção de ‘dar exemplo’ iniciando o processo atingindo os mais poderosos entre os missionários”<sup>386</sup>. Aqui, a autora refere-se aos conflitos ocorridos com os jesuítas próximos à fronteira espanhola; neste caso, com o padre Anselm Eckart acusado de traição, e que fora expulso e preso por Pombal. Para Renata Malcher, isso

---

<sup>381</sup> ARAUJO, 1998, p. 117.

<sup>382</sup> POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 223.

<sup>383</sup> ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998, p. 127.

<sup>384</sup> AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999, p. 267

<sup>385</sup> AZEVEDO, 1999, p. 268.

<sup>386</sup> ARAUJO, 1998, p. 125.

foi decisivo para a “intervenção prioritária na Vila de Borba em termos de soberania e de poder” e serviria de exemplo para outras aldeias que passavam por problemas semelhantes com os regulares<sup>387</sup>.

Neste contexto, outra autora fundamental da historiografia sobre as vilas no Brasil colonial dissertou sobre a formulação de um programa de construção de vilas, ao longo do século XVIII, com a finalidade de não deixar sem supervisão as terras do sertão, sobretudo após a descoberta de ouro no oeste da colônia. Para Roberta Marx Delson, a formulação desse programa levava em conta algumas questões básicas. A primeira questão dizia respeito à necessidade de regulamentação das áreas auríferas; a segunda sobre a necessidade de estabelecer uma jurisdição sobre aventureiros e particulares que haviam avançado e enriquecido nos sertões (e para o caso amazônico, eu acrescentaria a jurisdição para conter o poder temporal dos religiosos nos sertões), e por último, a necessidade dos portugueses de ampliar os seus domínios territoriais em relação aos espanhóis. Assim, o estabelecimento de povoações lusas nas regiões recém-exploradas do oeste, deixaria os rivais espanhóis em nítida desvantagem<sup>388</sup>. Não é difícil percebermos que a vila de Borba, a nova, esteve inteiramente alinhada aos requisitos basilares deste programa de formação de vilas no século XVIII. Afinal, esta vila estava localizada próximo a uma área aurífera (Cuiabá) e a regiões fronteiriças (com os castelhanos) onde colonos particulares (e missionários jesuítas) exerciam poder e ameaçavam a hegemonia do Estado, o que certamente contribuiu para elegê-la prioridade da política pombalina quanto à criação de novas vilas para os sertões amazônicos.

### **3.2. Quando o *índio* se torna *colono***

O modo de ser indígena e a forma como as relações sociais eram construídas entre indígenas e não indígenas, com o tempo, se transformaram ao longo da passagem das aldeias missionárias para vilas civis na Amazônia colonial. E essa mudança foi impelida sobretudo pelas legislações indigenistas. O alvará régio de 4 de abril de 1755 e os de 6 e 7 de junho do mesmo ano, já traziam a intenção da Coroa em transformar o maior contingente populacional da colônia, os “índios”, em colonos a fim de que, sob as

---

<sup>387</sup> ARAUJO, 1998, p. 127.

<sup>388</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997, p. 9.

leis régias, estes sujeitos ocupassem e povoassem o espaço colonial por meio, dessa vez, de assentamentos civis, como qualquer outro vassalo do rei de Portugal. É por isso que essa legislação indigenista não pode deixar de ser lida através do princípio do *uti possidetis*. No âmbito da demarcação de fronteiras segundo o Tratado de Madri (1750), este princípio romano significava que o espaço seria de posse de quem o ocupava de forma efetiva<sup>389</sup>.

Em vista da ocupação do território e da construção de uma sociedade civil sedentarizada formada por indígenas e brancos com a finalidade de povoá-lo<sup>390</sup>, o alvará de 4 de abril de 1755 previa que os vassalos casados com “índias” estariam isentos de infâmia e estariam aptos a ocupar cargos honoríficos. O segundo alvará, de 6 de junho, previa conceder liberdade aos indígenas, podendo dispor de seus bens e participar do comércio, com a intenção de torná-los vassalos. E o terceiro alvará, de 7 de junho retirava o poder temporal dos religiosos sobre as aldeias, onde estava retido grande número de indígenas que para o Estado deveriam ser os povoadores e de preferência os administradores das novas povoações civis, sobretudo os Principais. Estes alvarás deveriam consolidar o plano de transformar o “índio” em colono, numa tentativa de homogeneizar novamente este sujeito, a fim de que ocupassem e povoassem os sertões amazônicos.

No período pombalino, no entanto, as autoridades portuguesas constataram que, para transformar o “índio” em colono, não bastava somente conceder a liberdade ao indígena; principalmente, se essa liberdade não viesse acompanhada de alguma outra lei que a regulasse e a direcionasse para o modo “civilizado” de ser, como convinha a um colono, isto é, ser “livre” para “colonizar”, cultivar e povoar. Dever-se-ia, portanto, renunciar ao modo “rústico” de ser do indígena, “livre” para voltar ao mato e ao “vício da ociosidade”. Era preciso, em conclusão, que esse conceito de liberdade estivesse alinhado com os interesses do Estado, e também com os interesses conjugados entre

---

<sup>389</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p. 21-23.

<sup>390</sup> No período pombalino, nas regiões fronteiriças do Estado do Grão-Pará, o estado português investiu na política de atração e sedentarização de diversas etnias indígenas. Sobre esse tema, imbricado ao projeto de fundação de vilas, ver ROCHA, Rafael Ale. O estabelecimento dos povoados colônias em regiões fronteiriças da América Portuguesa: as fronteiras amazônicas. **Revista Ágora**, Vitória, v. 9, p. 1-12, 2009.

Estado e colono, seja este colono indígena ou branco, que agora deveriam ter causas semelhantes e, de preferência, comuns<sup>391</sup>.

Diante do temor da reação dos colonos brancos em perder o acesso à mão de obra indígena, foi necessário conceder aos indígenas, além da liberdade, o status de vassalo com a intenção de equipará-los aos demais súditos portugueses<sup>392</sup>. O Diretório dos Índios será responsável por essa tentativa de integração do indígena ao mundo colonial (sobretudo, o do trabalho), com foco na regulamentação do regime de trabalho, na promoção dos casamentos mistos, e na concessão de cargos oficiais, militares e camarários, aos Principais, os quais teriam privilégios, mas também responsabilidades, como o de mediar o acesso à mão de obra indígena. Neste contexto, portanto, objetivamos compreender o papel que o *espaço* das novas vilas, com foco na Vila de Borba, a nova, desempenhou para a execução desse plano de transformação do indígena em vassalo, e de promoção das *relações* sociais entre indígenas e brancos.

### **Dos oficiais índios ao casamento entre índias e brancos**

É recorrente na correspondência trocada pelo governador Mendonça Furtado sobre o tema da fundação da vila de Borba, a nova, a dicotomia de pensamentos entre a preocupação com a falta de gentes consideradas “capazes” para povoá-la e, ao mesmo, tempo, um relativo otimismo em contar com os indígenas para a tarefa fundamental de estabelecê-la e fomentar seu crescimento. Essa preocupação não se dirigia somente ao trabalho com a agricultura, mas ao trabalho jurídico-administrativo, como podemos observar nas seguintes palavras do governador:

Na eleição das justiças, achei pouco para donde me virar, porque não só aquela terra mas todos estes arredores são sumamente estéreis de gente, e muito menos capazes de semelhantes empregos pelo que não achei que convinha outra coisa por ora mais do que aproveitar ao Tenente Diogo Antônio de Castro para o fazer juiz, tendo a circunstância de ser um homem tão bem nascido como V. Ex<sup>a</sup> sabe. [...] Pareceu-me também interessante empregar em um dos lugares de vereador a um dos principais da antiga aldeia que é homem

---

<sup>391</sup> SOUZA JUNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 48, p. 173-211, 2013, p. 180-181.

<sup>392</sup> DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

sumamente esperto, vivo e desembaraçado, e com efeito o nomeei vereador, e ele aceitou com grande gosto; [...].<sup>393</sup>

Empregar um dos Principais da antiga aldeia de Trocano como vereador da nova vila é a síntese pragmática de uma mentalidade comumente expressada nas cartas do governador. Isto é, a crença de que a convivência com as leis balizadas pela tradição portuguesa, e com os demais vassallos portugueses que regiam e constituíam a sociedade civil, os Principais indígenas desenvolveriam afeição por este modelo de governo, tornar-se-iam também vassallos, e assim, contribuiriam para a efetiva posse jurídica, espacial e social dos sertões amazônicos. Sobre essa composição mista – formada por indígenas e não indígenas –, não só da população em formação na vila de Borba, a nova, mas do seu oficialato camarário, podemos observá-la no excerto abaixo. Ele contém a nomeação de alguns vereadores, e está presente numa carta de Mendonça Furtado, de 3 de março de 1756, endereçada ao rei:

A Simão de Sá Per<sup>a</sup> se passou Prov<sup>am</sup> [provisão] de vereador da Camara da V<sup>a</sup> de Borba a nova em 9 de Fev<sup>o</sup> de 1756.

Ao Índio Pr<sup>al</sup> Caitano Ant<sup>o</sup> de Castro se passou Prov<sup>am</sup> de Vereador da Camara da V<sup>a</sup> de Borba a nova como Era a Simão (deteriorado).

A Antonio (?) se passou Prov<sup>am</sup> de Prov<sup>or</sup> [Provedor] da Camara da V<sup>a</sup> de Borba a nova com o exercício de Tezour<sup>o</sup> em 9 de Fev<sup>o</sup> de 1756.

A Caetano de Lira Barros separou Prov<sup>am</sup> de Escrivão da Camara da V<sup>a</sup> de Borba a nova com o exercício de Escrivão da (Almotaçans?) em 9 de Fev<sup>o</sup> de 1756.

A João Gomes da S<sup>a</sup> se passou Prov<sup>am</sup> de Escrivão do publico, judicial e nottas da V<sup>a</sup> de Borba a nova com o exercício de Escrivão das Execuções no dia (?) do Prov<sup>am</sup> a cima.<sup>394</sup>

O caso do “Índio Pr<sup>al</sup> Caitano Ant<sup>o</sup> de Castro”, nomeado vereador da recém-criada vila de Borba, a nova, nos permite refletir o quanto os Principais foram um foco importante da política de concessão de cargos oficiais e de honrarias, afinal já exerciam cargos que os não indígenas consideravam de liderança em suas comunidades. Neste sentido, as hierarquias indígenas pré-existentes do tempo da aldeia de Trocano, em certa medida, foram apropriadas pela política de fundação de novas vilas. Mendonça Furtado, certamente viu nessa dinâmica de preservação da influência dos Principais

---

<sup>393</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 123.

<sup>394</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado referente à Real Resolução de 3 de Março de 1755 que manda erigir em Vila a Aldeia que antigamente se chamava de Trocano. **APEP**, cód. 79, fl. 40.

sobre outros indígenas, a possibilidade de facilitar o processo de transformação da “rusticidade” indígena para a “civilização” colonial, sobretudo quanto ao conceito de administração do novo espaço da vila, fator essencial para o seu estabelecimento e manutenção. Sobre isso, Mendonça Furtado pontuou:

[...] e desta sorte me pareceu que, admitindo-os [principais] com os portugueses nos governos civis, se irão desembaraçando e tomando o conhecimento de como nos governamos ultimamente: terão boa fé em nós e tomarão amor à nação, quando vêem que fazemos as honras e os interesses comuns, finalmente tratando-os totalmente ao contrário do que até agora se tem feito, e cujos fatos abomináveis nos têm posto no último ódio, com todas estas imensas e desgraçadas gentes.<sup>395</sup>

Sobre as “honras e interesses comuns”, presentes no discurso do governador, esse item refere-se ao direito a privilégios concedidos aos Principais, agora em cargos oficiais, em troca de alguns deveres, como a mediação de interesses comuns entre eles e o Estado. A autoridade sobre outros indígenas que possuía o Principal, constituía um critério central para a concessão de postos oficiais<sup>396</sup>. Desta forma, tendo em vista o interesse do Estado em ter o controle sobre a produção de gêneros, dos dízimos e do comércio, empregar um Principal na Câmara com a função de mediar justamente a coleta dos dízimos e a produção agrícola dos indígenas, que já reconheciam anteriormente a sua liderança, seria o método mais eficaz do Estado de ter controle e acesso a essa mão de obra indígena “livre”. No entanto, agora por intermédio direto do Principal, e não mais dos religiosos. A *Instrução* repassada ao tenente Diogo Antônio de Castro já reafirmava a intenção de gerar interesses em comum, ou seja, riqueza para a Fazenda Real do Estado e riqueza e distinção para os Principais:

Porquanto não podemos fazer um estabelecimento sólido nesta Vila se os índios não concorrerem conosco igualmente, para a causa comum, fazendo os interesses recíprocos; é preciso que nos benquistemos com eles, e que façamos todo o possível para que eles conheçam, não só que os estimamos, mas que buscamos todos os meios de os fazer ricos e opulentos. V. M.<sup>ce</sup>, cuidará muito em distinguir e honrar aos Principais e mais Oficiais que havia na antiga Aldeia, que hoje se acham Moradores desta Vila; fazendo repetidas práticas em que se lhes explique o grande interesse que se lhes seguirá com o novo governo a que passaram.<sup>397</sup>

<sup>395</sup> APEP, cód. 79, fl. 40.

<sup>396</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: CRV, 2022. p. 58.

<sup>397</sup> “Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina:**

Era nítida a tentativa de igualar indígenas e brancos, sobretudo os Principais que galgavam cargos oficiais, bem como promover interesses em comum. Deste modo, o caso do Principal vereador da vila de Borba, a nova, representou para Francisco Xavier de Mendonça Furtado um caso de “sucesso” a priori desta política. Isso porque, em determinada ocasião, na avaliação das roças, agiu “em favor da Fazenda Real” e não dos indígenas/moradores, como “qualquer branco honrado”, surpreendendo a todos:

O dito Diogo Antônio me dá conta que aquele Principal que eu fiz vereador se houve com uma ânsia e zelo nas avaliações a favor da Fazenda Real qual ele não imaginava, e que tinha servido a S. Maj. como qualquer branco honrado, do que se vê que não há homem inútil, e que a estes os têm feito a ignorância e a rusticidade em que os criam; quando, se fizessem o contrário, poderíamos de entre eles tirar alguns que fossem de grande proveito, assim ao serviço de S. Maj. como ao comum deste Estado.<sup>398</sup>

Mesmo com a presença deste trecho que indica certa agência do Principal diante da nova política, embora em favor do Estado, até aqui acompanhamos principalmente o desenvolvimento do discurso do Estado de integração do indígena à sociedade colonial com o auxílio destes Principais, sem, contudo, termos acesso, mais preciso, ao discurso do próprio Principal e dos próprios indígenas que possa indicar as perspectivas destes sujeitos em relação ao cotidiano nas novas vilas. Certamente, em razão dos limites das fontes que foram em sua maioria escritas por europeus. No entanto, há um documento que nos permite acessar, em certa medida, à perspectiva indígena deste contexto.

O documento a que me refiro é o “Requerimento dos Índios da vila de Borba no Estado do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Real, solicitando que se tire devassa à acção governativa tirânica do diretor da referida vila, o alferes Luís da Cunha de Eça e Castro”<sup>399</sup>. Em 1759, três anos após a fundação de Borba, a nova, a vila já estava sob administração de um novo Diretor. Sobre a insatisfação com o tratamento que o Diretor dava aos Principais e demais

---

**correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759.** Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 73.

<sup>398</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 127.

<sup>399</sup> AHU, Pará, cx. 45, doc. 4141. Sobre outros casos de indígenas que também usaram a via institucional para denunciar abusos de poder dos Diretores, ver SOUZA JUNIOR, José Alves de. O cotidiano das povoações no Diretório. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. V, n. 1, p. 79-106, 2010.

indígenas da vila<sup>400</sup> – comportamento violento que julgavam ser diferente do último administrador –, o requerimento dos indígenas dizia:

A V. Ex<sup>a</sup> como especial Patrono, recorrem os Principaes, e todos os mais moradores Indios desta villa de Borba a nova, vexados com o tirano governo do Alferes Luiz da Cunha de Essa Castro, Diretor, q estando câ si a tempo de dez mezes logo foy rendido do Governador da Capitania pela atrocid<sup>e</sup> de seo genio; e tendo ocasião tornou a solicitar o mesmo logar, voltando p<sup>a</sup> essa mesma Villa; onde em vez de desmentir as demonstraçoens desta, se têm empenhado de novo na continuação da sua ferocidade; estão certos os recorrentes, que S. Mag<sup>e</sup> os remir da miserável sujeição em que se achavão; porem este falso Diretor os tem reduzido ao mais lamentável estado do captiveiro; por que clara e descobertamente obriga os Indios p<sup>a</sup> seo serviço particular com violência, castigando os rigorosamente com pancadas cruelíssimas, não respeitando as pessoas, nê a sexo, nem a id<sup>e</sup> nas continuadas fabricas, que tem de tabacões, copiosas rossas de mandioca, milharaes, arrecadação de breo p<sup>a</sup> o seo neg<sup>o</sup> das Minas e solícito, porem devendo fazer com industria, faz com tanta arrogância, que segue com pancadas a quem principalmente não vay trabalhar nas referidas fabricas<sup>401</sup>.

Este requerimento indica que os indígenas, sobretudo os Principais, não estavam tão passivos ante a nova política, e que refletiram sobre os efeitos práticos e cotidianos do plano do governo de igualar “índios” e “brancos”. Quero dizer que, após alguns anos de fundação da Vila de Borba, a nova, que com tamanha organização havia sido erigida conforme uma *Instrução* de como o Diretor deveria proceder de maneira “civilizada” para a promoção da boa convivência entre “índios” e “brancos”, a prática na verdade tornara-se outra. A partir da análise deste documento, podemos acompanhar a passagem do comportamento do Principal, vereador que havia agido em favor do Estado, ao comportamento de denúncia de outro Principal contra o Diretor da vila, ou mesmo, a coexistência das duas posturas. Isso evidencia a complexidade e a diversidade de como se deram na prática as relações sociais entre indígenas e brancos no contexto das vilas. No requerimento, é possível observarmos, até certo grau, como os indígenas refletiram a respeito desse intrincado jogo entre expectativa *versus* realidade, por exemplo, quanto à concessão de privilégios e promessas de distinção aos Principais:

---

<sup>400</sup> As práticas de transgressão atribuídas aos Diretores nas vilas pombalinas não foram raras, sobretudo os desvios quanto ao comércio dos gêneros agrícolas e as violências infligidas aos indígenas. Ao comportamento dos diretores é comumente associada o “fracasso” do Diretório dos Índios. No entanto, não é de todo certo atribuir a eles um papel decisivo, a considerar que outros agentes contribuíram para este quadro, como alguns Principais e clérigos no caso de outras vilas e lugares. Sobre isso, ler MELO, Vinícius Zúñiga. **Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

<sup>401</sup> AHU, Pará, cx. 45, doc. 4141.

Não atende a Principaes, nem ajuda pessoas que Sua Mag<sup>c</sup> manda distinguir e só são distintas as pessoas da sua payção, e amizade illicita. No Principal Miguel do Rego deo bofetoens, por suspeitar que tem escripto contra ele ao Governador, em outra ocasião achando-se nesta villa o Cap<sup>m</sup> Mor tal da sua Comp<sup>a</sup> o prendeo em ferros por cauza notória, por lhe fazer rezistencia a entrega de sua caza. Ao Principal Domingos de Sampayo tirou hum pescador q tinha sem attender, que a este Principal se deve a subsistência da villa: ao João Pama seu pescador fez hum tal castigo, q aqui he bêm notório: ao Pagão Pissô m<sup>tas</sup> cotilhadas e pontadas<sup>402</sup>.

Aqui, uma das principais denúncias é sobre o desrespeito do Diretor em relação aos Principais, com destaque para o Principal Miguel do Rego, que havia recebido bofetões, e ao Principal Domingues de Sampaio do qual tirou um pescador, comprometendo assim o abastecimento da vila. Além disso, teria agredido fisicamente trabalhadores indígenas, como o pescador João Pama e o pagão Pissô. Afinal, trataria com distinção somente seus amigos pessoais. Este caso evidencia a desigualdade habitual e inerente ao sistema hierárquico colonial que vai contra o discurso de igualdade e liberdade do Diretório dos Índios e das expectativas quanto às promessas de distinções. Dando continuidade à denúncia de maus-tratos do Diretor aos indígenas, o requerimento é enfático ao dizer que as violências dirigiram-se também contra crianças e mulheres:

Espancou os Indios Pamas descidos de novo do certão pelo remo do Domingos Franco q fogirão a mayor p<sup>te</sup>; e isso por seo serviço particular; o castigo de pancadas, e tronco, e algumas na India Januaria dos Santos, mulher de Domingos de Sá por lhe fazer resistências o horrorozo, que executou na pobre India Thomazia Francisca Velha por enredos em si. Continuamente se mete (?) se satisfazer a sua ida do m<sup>to</sup> q lhe deo com o pão a botou pela escada abaixo pegando lhe por hum braço a hum Indio q servia chamado Corona, o precipitou da janela abaixo e as cazas são de sobrado, (?) assistião os P<sup>es</sup> Missionarios. No rapas Joze A(?) deo tanta pancada q botou sangue pelos ouvidos, nariz, boca e pelas vias todas, tendo de id<sup>e</sup> 8 annos pouco mais ou menos<sup>403</sup>.

A indígena Januária dos Santos, esposa de um tal Domingos de Sá, citada acima no requerimento, nos faz rememorar outra estratégia fundamental traçada pelo alvará de 4 de abril de 1755, pela *Instrução* e pelo Diretório dos Índios para povoar o Estado e superar a suposta inadequação indígena às normas civis por meio da convivência

---

<sup>402</sup> AHU, Pará, cx. 45, doc. 4141.

<sup>403</sup> AHU, Pará, cx. 45, doc. 4141.

forçada interétnica: a política de incentivo ao casamento entre indígenas mulheres e homens brancos<sup>404</sup>. A respeito da implementação dessa política na vila de Borba, a nova, Mendonça Furtado em 12 de outubro de 1756 registra que:

A união de portugueses e índios vai-se estabelecendo e já se tem feito bastantes casamentos, e só para a Vila de Borba a nova do rio da Madeira, tenho mandado 23 casais destes, e espero ainda que vão mais uns poucos, e este é o verdadeiro caminho, como V. Sr<sup>a</sup> justamente pondera de se povoar este larguíssimo país, não podendo ser de outra sorte, senão fazendo nós os interesses comuns com os índios, e reputando tudo a mesma gente. Deus me ajude para que possa conseguir um negócio em que se interessa não menos que o serviço de Deus, o de Sua Majestade, e o bem comum deste Estado inteiro<sup>405</sup>.

Essa medida, que previa a concessão de honrarias aos homens, sobretudo soldados, que casassem com as indígenas, tal a política de concessão de honrarias aos Principais, pode ser entendida também como um mecanismo de ampliação do leque de alianças político-econômicas<sup>406</sup>. Sobre como deveria proceder essa medida em Borba, a nova, a *Instrução* era clara:

Como presentemente virão para esta Vila alguns Casais de homens brancos, casados com índias, e pode suceder que pelo tempo adiante queiram pôr em desprezo as mulheres para alguma sujeição de algumas pessoas menos intencionadas, que não zelam como devem os interesses sociais do Estado: se a V. M.<sup>cc</sup>, lhe chegar nota alguma de desordem a esse respeito, cuidará muito em evitar, fazendo compreender ao agressor a deformidade da ação, e o quanto deve estimar sua mulher, em contemplação da qual se lhe fizeram todas as honras e mercês que ele experimentou, e que S. Maj. manda fazer aos que contraírem semelhantes matrimônios e que se seus filhos chegam a fazer algum serviço, porque se lhe faça mercê do Hábito de Cristo, necessitarão só de dispensa dos pais; porquanto, pelo mais, estão habilitados para todas as honras; que isto é uma demonstração clara e

---

<sup>404</sup> Sobre uma análise das mestiçagens produzidas a partir das dinâmicas de contatos intraétnicos e interétnicos na capitania de São José do Rio Negro, no contexto da legislação “pombalina” (e mesmo em contextos anteriores) com foco na política sistemática de casamentos entre portugueses e indígenas mulheres, ver GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil, séculos XVIII e XIX). In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 67-80.

<sup>405</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 130.

<sup>406</sup> SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c. 1823**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001, p. 275.

evidente de que casaram com mulheres mais nobres do que eles, e como tais, as devem estimar<sup>407</sup>.

Este trecho nos abre a possibilidade de observarmos pelo menos dois pontos-chave para compreendermos a intrincada dinâmica entre expectativa e prática, ou projeto e processo, em torno da política dos casamentos mistos na vila de Borba, a nova. Primeiro a atribuição do sentido de nobreza às indígenas mulheres para consubstanciar os argumentos em favor do casamento entre elas e homens brancos. Estes também receberiam distinções como a mercê do “Hábito de Cristo”, uma das condecorações mais importantes e almeçadas, que outrora era impensável concedê-las a gentios, mouros e trabalhadores braçais<sup>408</sup>. Isso representa uma inversão de valor a respeito do que seria considerado “nobre” no período pombalino, com o objetivo de acelerar o povoamento e crescimento das vilas. E, segundo, a preocupação em evitar desprezos e agressões destes homens às suas esposas, numa sociedade colonial fortemente marcada ainda pelo patriarcalismo e pela discriminação de uniões mistas<sup>409</sup>. No “Requerimento dos Índios da vila de Borba no Estado do Pará”, percebemos, no entanto, que estava ocorrendo o contrário do que previa a nova legislação, ou seja, a violência e a falta de nobreza com que as indígenas eram tratadas pelo Diretor, o representante da Coroa na vila:

Tem oprimido as molheres, q lhe fazem rezistencia, principalmente opressão q fez a D. Camilia de Castro orfã dos Principais Caetano e D. Apolonia desterrando-a p<sup>a</sup> Caza de João de Souza, e de Antonio Rodrigues, e a violência a D. Tecla de Moraes viúva do Sarg<sup>to</sup> Mor João Batista, mandando remar a canoa das mantegas, sem nele (?) em fim S<sup>r</sup> continuam nas se ve aqui senão castigos; [...]<sup>410</sup>.

---

<sup>407</sup> “Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 72.

<sup>408</sup> ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: CRV, 2022. p. 61.

<sup>409</sup> Mauro Coelho aponta que a lei de 4 de abril de 1755 e o Diretório objetivaram assegurar, por meio do casamento interétnico, a miscigenação como estratégia de civilização, para pôr fim ao caráter negativo atribuído às uniões mistas, característica marcante de uma sociedade colonial marcada por hierarquias e distinções de cor e raça. Ver COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005, p. 182.

<sup>410</sup> REQUERIMENTO dos Índios da vila de Borba no Estado do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Real, solicitando que se tire devassa à ação governativa tirânica do diretor da referida vila, o alferes Luís da Cunha de Eça e Castro. 1759. AHU, Pará, cx. 45, doc. 4141.

Também notamos, em carta de Mendonça Furtado de 17 de outubro de 1756, a mesma situação de maus tratos em relação às indígenas promovidos, dessa vez, não pelo Estado, mas por seus próprios maridos. Novamente, colocando em xeque como as medidas de convivência civil entre indígenas e brancos no âmbito da vida pública, e no âmbito do casamento, isto é, na vida privada, se desenvolveram no cotidiano das novas vilas de forma marcadamente violenta no que diz respeito às mulheres:

ILM<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. meu irmão do meu coração. Uma das índias, natural do Solimões, que no princípio deste ano casou com um dos moradores que foi para a Vila de Borba, a Nova, tinha uma filhinha sumamente viva, e tendo seus desgostos com seu marido, para mal dela, me pediu que lhe fizesse eu o favor de tomar conta daquela criança para separar aquele fomento de discórdias.

Eu aceitei com boa vontade aquela comissão e agora a remeto a V. Ex<sup>a</sup> para que a queira presentear à Rainha Nossa Senhora para S. Maj. ver uma rapariga nascida no mato; a esperteza e o juízo que mostra naqueles tenríssimos anos, e ficará esta pobre, assim, ditosíssima e livre da miserável e prostituídissima vida para que todas estas desgraçadas mulheres nasceram e será a única índia ditosa entre as infinitas destes sertões<sup>411</sup>.

Este caso representa bem as discórdias havidas entre os casais mistos e as suas consequências. Exemplo disso é a decisão da indígena natural do rio Solimões que casou com um morador da Vila de Borba, provavelmente branco<sup>412</sup>, de solicitar ao governador que levasse e cuidasse de sua filha para que esta não vivesse entre esses desgostos. Segundo o governador, o plano de levar a menina indígena para o Reino evitaria uma das principais “desgraças” destinadas às mulheres sozinhas nos sertões da colônia: a prostituição. Mesmo assim, as mulheres prostituídas não ficaram totalmente à margem do plano de ocupação e povoamento do Estado. A exemplo dos testes ocorridos em Moçambique, o Estado português também tentou na colônia americana, e neste caso, na capitania do Rio Negro, promover o casamento entre “mulheres prostituídas” e soldados para ocuparem as vilas:

No caso de se publicar o referido bando e não se oferecerem aquelas famílias que bastem para a fundação das vilas, usaremos da autoridade e do poder, remetendo para elas assim os soldados casados, que V. Ex<sup>a</sup>

---

<sup>411</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 201.

<sup>412</sup> Não podemos afirmar que o morador era de fato branco, mas atentamos ao fato de que, geralmente, quando não são brancos, as fontes sobre esse contexto se referem a “moradores Índios”.

nomeia, como outros muitos, ainda não sendo soldados. E, suposto que V. Ex<sup>a</sup> excetua os casados com mulheres prostituídas, eu nesta parte sou de diverso parecer convencido, não só do exemplo, que agora praticou S. Maj., querendo povoar as terras de Moçambique, mas porque semelhantes mulheres são a peste de uma cidade, e em terras onde há menos gente precisamente hão de proceder com menos escândalo<sup>413</sup>.

De tal forma, houve a intenção também de enviar casais constituídos de “mulheres mal procedidas” e homens presos, para a nova vila de Borba, a nova:

Estimarei muito, que V. Ex<sup>a</sup> se conforme com este meu parecer, porque, chegando-me a resolução de V. Ex<sup>a</sup>, mando logo tirar uma lista de todas as mulheres mal procedidas e obrigando no modo que me é permitido a que se casem as solteiras e as viúvas, as remeterei a V. Ex<sup>a</sup> ou para a vila de Borba ou do Javari, como V. Ex<sup>a</sup> me tiver determinado. Certifico a V. Ex<sup>a</sup> que a execução desta idéia há de ser a missão mais eficaz que se pode imaginar para a reforma das vidas. Aos mesmos amancebados persuadirei, que casem com as mancebas, e no caso de não quererem casar com efeito, a uns e outros remeterei presos para essas novas povoações, nas quais sem dúvida tomarão logo a resolução de se casarem<sup>414</sup>.

A intenção de formar uma presença militar na vila de Borba, a nova, e de formar descendentes de indígenas que estivessem futuramente habilitados para tal honraria, esteve presente, de forma nítida na medida de promoção dos casamentos entre soldados e indígenas mulheres, conforme podemos constatar a seguir na fala do governador:

ILM<sup>o</sup> e Exm<sup>o</sup> Sr. meu irmão do meu coração. Como era preciso introduzir alguns soldados, depois de publicada a lei por que S. Maj. foi servido habilitar aos descendentes de índios para todas as honras, para que casassem com índias, e logo que o primeiro se ajustou, se seguiram uma quantidade deles, até que ultimamente completei os vinte e três casais que constam da relação inclusa, e ficam para se receber ainda três ou quatro; e muito mais tiveram casado, se pudessem fazer constar aqui que não têm embarços. Dos conteúdos na dita relação se acham já vinte naquela vila, e os mais irão em poucos dias<sup>415</sup>.

---

<sup>413</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 82.

<sup>414</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 82.

<sup>415</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 162.

Sobre o envio dos 23 casais para a vila de Borba, a nova, sendo que 20 já estavam na referida vila segundo esta carta de 13 de outubro de 1756, o governador queixa-se que o dote dado pelo Estado aos casais era muito pouco, “porque os armazéns estão bastantemente desprovidos”. No entanto, na falta do dote, o governador preferiu proceder da seguinte forma:

[...] pelo que apenas lhes mandei dar de umas fardas velhas que aqui havia, uma a cada noivo, a sua mulher, camisa de pânico e saia de aniagem, enxada machado e foice; enquanto houve serras, enxós, e martelos, lhes mandava dar uma peça de cada casta desta ferramenta, meio alqueire de sal, e com este bom dote com a mulher, se foram mui contentes para a sua nova terra<sup>416</sup>.

O envio destes objetos necessários para dar início ao povoamento de uma vila colonial, e que fazem parte da cultura material ocidental da agricultura e do vestuário, pode ser confirmado em outra carta do governador Mendonça Furtado endereçada ao Provedor da Fazenda Real. Na carta solicitava que o funcionário mandasse dar pelo Tesoureiro “a cada hum dos Soldados digo a cada hum dos casaés que vão p<sup>a</sup> a nova V<sup>a</sup> de Borba” ferramentas de agricultura, inclusas numa relação rubricada pelo Secretário do Estado, conforme apresentamos no excerto deste documento abaixo. Bem como, uma relação com o nome das indígenas que seriam enviadas à vila de Borba, a nova, e que deveriam receber as peças de vestuário:

Relação de q se deve dar a cada cazal

Húa Enchada	Hú Encha
Hú Machado	Trinta anzoés surtiados
Húa Fouce	Tres Facas
Hú Ferro de Cova	Huá verruma de galeota
Húa Serra	Húa Tezoura
Hú Martello	Húa Travadura
	Húa Resma

Relação das Indias que devem levar  
as camisas  
e Sayas mencionadas na Portaria a cima

Januaria		Hua saya, e huá camisa
Maria Rosa		ad <sup>o</sup> ad <sup>o</sup>
Custodia		ad <sup>o</sup> ad <sup>o</sup>
Francisca		Hua saya, e huá camisa
Maria	D <sup>o</sup>	D <sup>o</sup>
Olaya	D <sup>o</sup>	D <sup>o</sup>
Domingas		D <sup>o</sup> D <sup>o</sup>

<sup>416</sup> MENDONÇA, 2005 (III), p. 162.

Felicia	D <sup>o</sup>	D <sup>o</sup>
Anna Maria	D <sup>o</sup>	D <sup>o</sup>
Lucianna	D <sup>o</sup>	D <sup>o</sup>
Emerenianna	D <sup>o</sup>	D <sup>o</sup>

A cada hu dos soldados q casaram con as das Indias a cima  
Huá camiza de panico<sup>417</sup>.

Quanto ao destino destes casais sabemos muito pouco, a respeito das suas vidas na nova vila ou mesmo se de fato para lá foram. O que sabemos é que há referência à Januária, indígena citada na relação acima, no requerimento já citado que os indígenas de Borba, a nova, fizeram para que se tirasse Devassa contra o Diretor da vila em 1759. Neste documento é citada como “mulher de Domingos de Sá” e que, por fazer resistências ao Diretor, sofrera dele castigos de “pancadas” e “tronco”. Da lista acima, também foi encontrado uma referência ao destino da indígena Anna Maria, em carta de 31 de janeiro de 1756, de autoria de Mendonça Furtado endereçada ao bispo Miguel de Bulhões sobre o tema do envio de casais para as vilas de Borba e de São José do Javari:

A petição de Lourenço José, soldado da Companhia de Salgado, que se dirigia a casar com Ana Maria não teve efeito, porque o dito soldado faleceu nesta cidade no tempo da epidemia, poucos dias depois da sua chegada. Por esta razão não posso executar esta ordem de V. Ex<sup>a</sup>, ficando pronto para todas as mais, com que V. Ex.<sup>a</sup> for servido honrar a minha obediência<sup>418</sup>.

Levando em consideração que a relação com o nome das indígenas que seriam remetidas à vila de Borba, a nova, com suas respectivas peças de vestuário foi escrita em 30 de novembro de 1755, e a carta acima, que diz que a petição do soldado Lourenço José para se casar com Ana Maria, acabou não sendo atendida pois este homem faleceu pela epidemia, é de 31 de janeiro de 1756, podemos dizer, conforme aponta a carta, que o soldado faleceu poucos dias após chegar na vila de Borba, antes mesmo de se casar com a indígena. É, no entanto, importante realçar a preocupação do governo em enviar à vila, além dos casais mistos, as ditas peças de vestuário. Sobre as vestimentas de pano, símbolo marcante dos novos costumes mais “civilizados” que a nova vila agora deveria adotar. Elas reaparecem em outra ocasião relevante da História

---

<sup>417</sup> APEP, cód. 79, fl. 33.

<sup>418</sup> MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 82.

da vila de Borba, a nova e que vale a pena aprofundar a seguir, mesmo que avancemos brevemente para a década de 1780.

### ***Índios Hespânicos na vila de Borba, a nova***

Há um registro do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, produzido durante sua passagem pela região amazônica entre 1783 e 1792, o qual conta que presenciou a chegada no dia 21 de janeiro de 1787 de cinco “Índios hespanhoes”, advindos da Povoação de Santa Anna localizada na província espanhola de Santa Cruz de La Sierra, à vila de Barcelos na capitania portuguesa de São José do Rio Negro. No manuscrito, Alexandre Rodrigues destaca que os indígenas haviam sido remetidos a Barcelos para serem apresentados ao 1º Comissário da 4ª Divisão de Limites João Pereira Caldas, que exercia a função praticamente de governador desta capitania, pelo comandante da vila de Borba, a nova onde haviam estado anteriormente. Sobre os “Índios hespanhoes”, o naturalista registra que:

Erão cinco entre todos, a saber o Índios Felix marido da India Melchiora e Pay da rapariga Dorothea, ao Índio Phelippe casado com a India Luiza. Disseraõ, que haviaõ desertado, por se terem desgostado da demasiada severidade de hum dos dous Padres da sua Povoação; e que descendo pelo Rio da Madeira lhes haviaõ morrido dous da sua comitiva nas Cachoeiras do dito Rio, e que só eles cinco tinhaõ escapado.<sup>419</sup>

Para compreendermos este caso de “deserção” de famílias indígenas das terras de domínio espanhol, e de transmigração para as terras de domínio luso, precisamos antes compreender como funcionavam o sistema de redução e trabalho dos indígenas nas missões de Moxos e Chiquitos, onde viviam. Afinal, segundo o relato de Alexandre Rodrigues Ferreira, os indígenas alegavam que o motivo de subirem os rios em direção ao “lado português”, foi a insatisfação com o tratamento de um dos padres de sua povoação. Sobre o funcionamento das missões castelhanas, Francismar Alex de Carvalho comenta que:

A fim de convencer os índios dessas regiões a se reduzirem, os jesuítas estabeleceram um pacto de lealdade que, para além de uma autonomia relativa em relação às vilas espanholas (isenção de mita,

---

<sup>419</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre os índios espanhóis, apresentados a João Pereira Caldas na vila de Barcelos para onde os remeteu o comandante de Borba. Barcelos, 20 fev. 1787. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, Manuscritos, loc. original 21,1,041, 5 fls.

proibição de que espanhóis vivessem nos pueblos), constituía-se, antes de mais, em garantia de que o trabalho indígena nas missões contaria com a devida retribuição simbólica e permitiria aos neófitos algum tempo para si, para que cuidassem de seus cultivos e trocas particulares<sup>420</sup>.

Essa negociação prévia estabelecida pelos jesuítas, que prometia remuneração aos indígenas por seu trabalho, sustentava fundamentalmente as relações de lealdade entre os vassallos, indígenas, missionários e o monarca espanhol no espaço das missões. Neste caso, o trabalho girava em torno, sobretudo, da exportação da cera e de tecidos, produtos para os quais os jesuítas possuíam licenças para comerciar diretamente com seus procuradores do Peru. Os indígenas eram motivados pelo pagamento com itens europeus, como roupas, agulhas, tesouras e facas. Apesar deste comércio jesuítico ser, de certa forma, legalizado no lado espanhol, também era mal visto e disputado pelo Estado. Portanto, assim como no lado português, o reformismo borbônico espanhol também previu a secularização das missões. Neste contexto, muitos jesuítas foram expulsos a partir de 1767. No entanto, os curas que os substituíram permaneceram com o poder temporal sobre as missões até 1789, quando também tiveram suas competências temporais abolidas sob acusações de abusos e contrabandos. Quanto ao comércio, a partir de então, ele foi monopolizado pelo Estado, sem que os indígenas pudessem negociar seus produtos diretamente com comerciantes do Peru, de Santa Cruz ou do Mato Grosso. O novo sistema após a secularização das missões espanholas, portanto, além de aumentar (racionalizar, segundo o argumento ilustrado) a exploração do trabalho dos indígenas, se afastava cada vez mais do antigo modelo de lealdade dos jesuítas.<sup>421</sup>

É neste contexto instaurado pelas reformas ilustradas no lado espanhol, que acabaram eclodindo revoltas e deserções de indígenas para os domínios portugueses, em vista de negociar lealdades e vassalagens, dessa vez, com o monarca português. Tudo indica ser este o caso dos cinco “índios hespanhoes” que foram encontrados descendo o rio Madeira por um cabo português que, na ocasião, trabalhava na feitura das manteigas de tartarugas. Foram levados, a princípio, presos à vila próxima de Borba, a nova, mas

---

<sup>420</sup> CARVALHO, Francismar Alex. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missioneiros entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). *Novo Mundo Mundos Novos*, Paris, 2012, p. 3. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/62485>. Acesso em: 15 mar. 2023.

<sup>421</sup> CARVALHO, Francismar Alex. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missioneiros entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). *Novo Mundo Mundos Novos*, Paris, 2012, p. 4.

soltos por possuírem “huma notável educação”, sendo enviados depois para a vila de Barcelos, então capital da capitania portuguesa de São José do rio Negro. Sobre o comportamento dos “índios hespanhoes”, Alexandre Rodrigues comenta que “Fallavaõ sofrivelmente a lingoa hespanholla”, mas que demonstravam o conhecimento dos “Dogmas da Fé”, por beijarem o escapulário do padre carmelita da expedição, por ajoelharem-se “para rezarem quando ouviaõ as badaladas do meio dia” e por agradecerem com as palavras “Diões se lo pague”. No mais, segundo o naturalista, os indígenas “pediaõ, e recebiaõ o que se lhes dava com urbana humiliação”.

A expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, financiada pela Coroa portuguesa para investigar a potencialidades da colônia e, de certa forma, constatar e registrar a ocupação lusitana – e que ocorreu concomitante à expedição demarcadora de limites do Tratado de Santo Ildefonso (1777), sendo inclusive auxiliada por oficiais portugueses que trabalhavam na comissão de demarcação, como João Pereira Caldas – produziu um conjunto de fontes manuscritas e iconográficas, permeadas de representações com os ideais (e questionamentos) filosóficos e científicos daquela época. Deste modo, a forma de registrar os “índios hespanhoes” de Alexandre Rodrigues Ferreira, evidencia bem a sua atenção quanto à discussão sobre “civilização”, ao comentar os costumes “notáveis” destes indígenas. Prosseguindo, conta que:

Vestião humas tunicas sem mangas, a que eles chamavão camisetas, que erão mais curtas as dos homens, e mais compridas as das mulheres, sem outra alguma roupa interior, e erão as ditas tunicas desta (?), que he hum certo tecido de algodão entre os novos Indios, com a diferença, que o deque usavaõ os ditos Hespanhoes era entremeado de listas de lã o tinta de encarnado<sup>422</sup>.

Os modos de se vestir com tunicas sem mangas, a que chamavam de camisetas, podem ser confirmados em outra representação produzida por Alexandre Rodrigues Ferreira, dessa vez uma iconografia feita por Joaquim José Codina, um dos desenhistas de sua expedição, que fora remetida ao Real Gabinete português de História Natural.

---

<sup>422</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre os índios espanhóis, apresentados a João Pereira Caldas na vila de Barcelos para onde os remeteu o comandante de Borba. Barcelos, 20 fev. 1787. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, Manuscritos, loc. original 21,1,041, 5 fls.

**Gravura 6:** “Cazal (Phelippe e Luiza ou Feliz e Melchiora) de Indios Hespanhoes (chiquitanos ou mojos) desertados, segundo dispersão da povoação de S.ta Anna da Provincia de S.<sup>ta</sup> Cruz de la Sierra, Dominios de Hespanha confinantes com a Capitania de Mato Grosso, instalados desde 1787 como imigrantes na vila de Borba”, 1787.



**Fonte:** Joaquim José Codina (1787), Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Copiada de: Letícia Larín, “Índios espanhóis”, 2020, p. 161.

As habilidades manuais e artesanais são exaltadas no manuscrito de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre os “Índios hespanhoes”, visão alinhada com o processo de secularização da sociedade na segunda metade do século XVIII, no qual “a primazia cristã abria lugar à da eficiência econômica”<sup>423</sup>. Isto é, a cultura do trabalho manual que os indígenas traziam das províncias espanholas, foi vista como possibilidade de gerar rendimentos econômicos, valorização que vinha desde o Diretório dos Índios. O bom trato que estes indígenas vinham recebendo por parte dos chefes de povoações do Grão-Pará, certamente se fundava no interesse das autoridades nestas habilidades, capazes de contribuir com o crescimento e a recuperação econômica do Estado, caso eles se fixassem nas vilas. Isso podemos confirmar no manuscrito de Alexandre Rodrigues Ferreira, quando, em razão do bom tratamento, e certamente por interesses em comum, os próprios indígenas solicitam retornar para a Vila de Borba, a nova, onde mais tarde se fixarão:

---

<sup>423</sup> LARÍN, Letícia. “Índios espanhóis” sob o pano de fundo da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. *Boletín Geocrítica Latinoamericana*, n. 4, p. 131-165, abr. 2020.

Engrande cerão muito a bondade do Comandante de Borba, e predirão a S. Ex<sup>a</sup> a permissão de voltarem para se estabelecerem naquela Villa, no que S. Ex<sup>a</sup> conveio, passando a recomendar ao Commandante o zelo que devia ter em aproveitar a indústria dos ditos, facilitandolhe o uso, e o trabalho dos teares para no seu methodo de tecer ficarem igualm<sup>te</sup> instruídos a novos. Consta o que fica dito pelas Copias das cartas que lhe dirigio na data de 25 de Janeiro de 1787<sup>424</sup>.

A importância das habilidades e costumes dos “índios hespanhoes” em relação à tecelagem, o que seria de grande proveito para o desenvolvimento do lado português, é intencionalmente capturada pelas “lentes” do desenhista da expedição. Isso é notado, quando analisamos os elementos da cultura material presentes na iconografia acima, ou seja, as vestimentas e um bastão de mando segurado pelo indígena. Sobre isso, parece fazer sentido o que Letícia Larín já havia apontado: o nítido destaque que a indígena dá à sua vestimenta quando a segura em suas mãos em posição à frente do seu corpo, enquanto o indígena relega a segundo plano o seu bastão. O pano, o “panico”, a lã e o tecido foram elementos centrais da cultura material da colônia americana, e no vale amazônico não foi diferente<sup>425</sup>. Na antiga aldeia de Trocano, depois Vila de Borba, a nova, como já vimos, alguns indígenas eram pagos com “varas de pano” em troca de seus serviços prestados, como podemos ler nesta carta endereçada ao Provedor da Fazenda Real, provavelmente escrita por Mendonça Furtado:

Ao dito Prov<sup>or</sup>

O Prov<sup>or</sup> da fazd<sup>a</sup> Real mandara dar que lle tizoueyro da Expedição tres varas de Pano ao Indio Gabriel da Ald<sup>a</sup> do Trocano p<sup>o</sup> conta de Pagam<sup>to</sup> q venceu em remar as Canoas q vierão da Cid<sup>e</sup> p<sup>a</sup> este Arrayal os quais ia ficar declaradas na Certidão q se lhê passou p<sup>a</sup> o seu pagam<sup>to</sup> (?) despeza com conhecimen<sup>to</sup> do recibo assignado pello Alferez Luis Antonio de Faria se levara (?) ao dito tizour. Nas q der de seu recebimento. Arrayal do rio Negro. 27 de janeiro de 1755. Rubrica<sup>426</sup>.

A possibilidade de civilização do indígena era uma expectativa central para o povoamento e bom funcionamento do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Tanto o

---

<sup>424</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Memória sobre os índios espanhoís, apresentados a João Pereira Caldas na vila de Barcelos para onde os remeteu o comandante de Borba. Barcelos, 20 fev. 1787. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, Manuscritos, loc. original 21,1,041, 5 fls.

<sup>425</sup> GASPAR, Caroline Almeida. **Vestir os índios: o vestuário ocidental como invenção da civilidade no Grão-Pará (1757-1798)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

<sup>426</sup> **APEP**, cód. 79, fl. 11.

processo de formação de uma elite de oficiais indígenas, quanto a promoção de casamentos mistos, até o incentivo à fixação dos “índios hespanhoes” tecelões na vila de Borba, foram capítulos importantes da ocupação social e territorial portuguesa na Amazônia por meio das Vilas e Lugares. Este processo, entretanto, contou com a tentativa de homogeneização da diversidade étnica, e superação da “rusticidade” dos indígenas por meio da convivência interétnica no espaço da vila, mediada por símbolos ocidentais civilizatórios, como o casamento, o vestuário e o trabalho.

Estas foram tentativas, durante o processo de secularização das aldeias, de secularizar também, digamos, as relações e os modos de ser dos indígenas, maior contingente populacional e principal mão de obra da época, para que se comportassem como colonos vassalos fiéis à Coroa portuguesa. E, certamente, de secularizar a vida cotidiana<sup>427</sup>. Essa mudança gradual que acompanhamos acontecer no Estado do Grão-Pará e Maranhão, ao longo do século XVIII, convém relembrarmos, não foi determinada somente pelas dinâmicas político-econômicas de “cima” para “baixo”. Mas foi uma mudança profundamente marcada pelos interesses, interpretações de mundo e agências dos próprios indígenas, o que acabou por engendrar redefinições cotidianas de suas concepções acerca dos seus pertencimentos a *espaços* (aldeia-vila, povoação-mato, lado espanhol-lado português) e *relações*, lealdades e hierarquias (indígenas-indígenas, indígenas-brancos, indígenas-missionários, indígenas-funcionários).

### **3.3. A vila de Borba, a nova e a circulação fluvial no rio Madeira**

O exemplo do caso dos “Índios hespanhoes” na vila de Borba, a nova, evidencia uma dinâmica de circulação fluvial no rio Madeira posterior à secularização das aldeias missionárias. Além de abrir precedentes para refletirmos sobre o lugar da Vila de Borba, a nova no caminho entre a Capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, e entre os domínios portugueses e espanhóis na segunda metade do século XVIII. Por outro lado, evidencia também que as populações indígenas não viviam fechadas e autorreguladas em si, mas compuseram uma rede de comunicações comerciais e políticas, num *continuum* de choques entre sociedades mestiças de ambos os lados da

---

<sup>427</sup> HARRIS, Mark. O lobisomem entre índios e brancos: o trabalho da imaginação no Grão-Pará no final do século XVIII. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 47, p. 29-55, 2008, p. 37.

fronteira, separadas ou unidas por dinâmicas próprias ou/e iniciativas dos Estados ibéricos<sup>428</sup>.

A possibilidade de trabalhar e subsistir com atividades agrícolas e artesanais que já praticavam antes, e comerciar diretamente com outras estâncias, certamente atraiu estes indígenas para o lado português. Principalmente, se levamos em consideração que não só pessoas e objetos circulavam entre as fronteiras, mas também as notícias; neste caso, os rumores sobre as novas vilas e suas políticas lusas de atração de povoadores e de incentivo econômico. Cabe destacar que o comandante da capitania de São José do Rio Negro, na época da chegada destes indígenas à Barcelos, era João Pereira Caldas, ao qual foram apresentados. João Pereira Caldas já havia sido governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, entre os anos de 1772 e 1780, e teve como uma de suas principais funções procurar meios para incentivar e recuperar a economia do Estado<sup>429</sup>. Já instalado em Barcelos, em 1787, na função de comissário de demarcação de limites, ainda mantinha tal preocupação econômica, agora mais embricada com as necessidades de defesa dos limites portugueses na região amazônica. Em razão disso, os “índios hespanhois” foram enviados ao seu encontro para que este negociasse e decidisse seus destinos em vista das necessidades econômicas e de ocupação territorial.

Na segunda metade do século XVIII, portanto, a vila de Borba, desenvolve-se ainda mais do que antes, como um ponto estratégico de pouso, apoio e abastecimento para quem se utilizava do caminho fluvial formado pelos rios Madeira-Mamoré-Guaporé<sup>430</sup>. Entendemos que os incentivos à dinamização e racionalização da coleta das drogas do sertão, da agricultura, do comércio e da urbanização tornaram-se os pilares para o asseguramento da vila nesta função de apoio à circulação fluvial. Neste tópico, portanto, objetivamos compreender brevemente quais sujeitos e práticas – indígenas, particulares e oficiais – contribuíram para que a vila de Borba, a nova, desempenhasse importante papel para a circulação comercial no centro-norte da América portuguesa na segunda metade do século XVIII.

---

<sup>428</sup> GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil, séculos XVIII e XIX). In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 74.

<sup>429</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, jul. 2010.

<sup>430</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

## **Agricultura, drogas do sertão e comércio**

A Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, no ensejo das reformas pombalinas, conforme seus objetivos principais, dinamizou processos de distribuição de gêneros, de incentivo à circulação de navios e de introdução da mão de obra africana no vale amazônico<sup>431</sup>. No entanto, para além do papel fulcral desta instituição para a economia da Amazônia colonial, há registros de inúmeros conflitos – relevantes para a compreensão desse contexto – entre comerciantes, fazendeiros, indígenas e autoridades ligadas à própria Companhia<sup>432</sup>. Neste caso, quanto ao incremento das atividades comerciais do Estado do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII, é necessário destacar que, entre a Companhia de Comércio, as praças mercantis, os homens de negócio, os trabalhadores indígenas e outros sujeitos que movimentavam a economia entre os sertões e o Atlântico, estavam as *vilas*, espaços centrais onde ocorriam as tramas e tensões comerciais.

A vila de Borba, a nova, no tempo que era aldeia de Trocano, já movimentava um considerável comércio de gêneros, cultivados e coletados pelos indígenas e que eram revendidos pelos padres jesuítas, muitas vezes, em sociedade com os cabos de canoa em meados do século XVIII, como foi demonstrado no segundo capítulo desta dissertação. O comércio girava em torno, principalmente, dos paneiros da farinha de mandioca produzida nas roças e do cacau coletados nos sertões do rio Madeira. Sobre essa droga do sertão, há indícios de que expedições de particulares brancos já colhiam o cacau no baixo Madeira entre os Iruri, na época em que os primeiros missionários ali chegaram, em fins do século XVII, como foi demonstrado no primeiro capítulo, no tópico sobre as missões. A partir da secularização da aldeia de Trocano, em 1756, novas diretrizes sobre a coleta e o comércio das drogas do sertão foram instauradas por Mendonça Furtado. Primeiro, os ganhos das canoas de coleta das drogas deveriam agora ser repartidos entre os participantes da expedição de coleta, incluindo os indígenas<sup>433</sup>. Outras diretrizes podem ser identificadas na *Instrução* repassada ao tenente Diogo Antônio de Castro para fundar a Vila de Borba, a nova:

---

<sup>431</sup> CHAMBOULEYRON, Rafael. Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 214-220, 2016.

<sup>432</sup> SOUZA JUNIOR, José Alves de. O cotidiano das povoações no Diretório. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. V, n. 1, p. 79-106, 2010.

<sup>433</sup> POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 223.

Depois de feitos os trabalhos das terras, nos quais eles deverão obrar em plena liberdade, chamará V. M.<sup>6</sup> à sua presença a todos os Principais e mais pessoas que queiram ir extrair drogas do sertão; lhes dirá que há ordem minha para o poderem fazer, trazendo-as todas a esta Vila, fazendo um monte, e dará a cada parte aquela porção que lhe couber, conforme os índios com que entrarem para o mato; para evitar assim a desordem que certamente há de haver, suposta a crassa ignorância em que estes miseráveis se acham<sup>434</sup>.

Para encaminhar as drogas do sertão para o comércio na cidade de Belém, o Diretor era incumbido de reunir os oficiais da Câmara para que fizessem as devidas anotações das cargas num “Manifesto”, registrando os gêneros que os Principais e outros coletores trouxessem. Após isso os gêneros seriam conduzidos para as canoas, agora patrocinadas pelo Estado<sup>435</sup>, que os levariam ao Pará. No manifesto que deveria ser enviado, junto com as drogas do sertão, deveria ir também “uma relação exatíssima das arrobas de salsa, cravo ou cacau que pertencem a cada índio, para a este respeito poderem fazer seus empregos no Pará”<sup>436</sup>. A instrução também sugeria que os Principais e mais oficiais que tivessem interesse, podiam ir com as canoas para na cidade, isto é, Belém, fazerem suas compras. Assim, aprenderiam “a negociar por si”. Em carta de 6 de setembro de 1757, Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao mandar notícias para o governador da capitania do Maranhão, Gonçalo Pereira Lobato de Sousa, sobre o trabalho que vinha fazendo de incentivar os indígenas a “conhecer a fortuna”, e com isso ir se “recolhendo às povoações, deixando os mocambos em que viviam”, contou que:

O negócio dos Índios de Borba passa este ano de setecentas arrobas de cacau; fora um pouco de cravo, que tudo se acha já nesta Cidade, e levando a soma empregada para a sua terra, ficarão providos

---

<sup>434</sup> “Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 73.

<sup>435</sup> ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no Sertão amazônico (1750-1800). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 201-243, 2013.

<sup>436</sup> “Instrução passada ao Tenente Diogo Antonio de Castro para estabelecer a vila de Borba, a nova, antiga aldeia de Trocano”. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 73.

bastantemente, e conhecerão a grande diferença que se dá do governo dos Padres ao presente<sup>437</sup>.

Quase dez anos depois, em 1768, segundo o “Mapa geral do rendimento que ouve na thezouraria do comercio dos Indios este presente anno de todas as villas e lugares e o que cada huma emporta”<sup>438</sup>, o cacau seguiu como principal produto que movimentava o comércio da Vila de Borba, a nova. Isso, porque no dito mapa geral do rendimento, para a vila de Borba, a nova, aparece somente a saída de cacau e de telhas. Este documento atesta que, no ano de 1768, foram enviados de Borba cerca de 556.25 arrobas de Cacau, sendo que uma arroba de cacau valia 1.500 réis. Em comparação com outras vilas do Estado, a quantidade de cacau enviado era uma das maiores; no entanto, perdia para as vilas de Silves (1313.27 arrobas), Beja (1193.28 arrobas) e Santarém (791.16 arrobas). Por ser um investimento estatal, as canoas do Diretório para o transporte das drogas do sertão, que continuamente iam de Barcelos a Belém, demandavam um controle maior. Por isso, as cargas das canoas precisavam ser registradas em “manifesto autêntico” tanto pelo Diretor nas vilas, conforme foi orientado pela *Instrução* para a fundação da vila de Borba, quanto pelo tesoureiro-geral do Comércio dos Índios, conforme o documento acima citado<sup>439</sup>.

A presença expressiva da coleta, cultivo e comércio do cacau na vila de Borba, a nova, voltado para o mercado externo, obviamente não impediu que outras atividades econômicas se desenvolvessem nesta vila na segunda metade do século XVIII, sobretudo as voltadas para a agricultura de subsistência e o abastecimento do mercado interno. Tais atividades podem ser identificadas em documentos a respeito de situações de transgressão nas vilas por parte dos Diretores, por exemplo o já citado “Requerimento dos Índios da vila de Borba no Estado do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e ultramar, Tomé Joaquim da Costa Real, solicitando que se tire devassa à acção governativa tirânica do diretor da referida vila, o alferes Luís da Cunha de Eça e Castro” de 1759.

---

<sup>437</sup>MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 349.

<sup>438</sup> OFÍCIO do Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, Antônio Rodrigues Martins, para o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o envio dos mapas de produção das vilas e lugares nos anos de 1762, 1763, 1765 e 1768. Pará, 25 out. 1768. AHU, Pará, cx. 62, doc. 5482.

<sup>439</sup> POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021, p. 227.

Na denúncia dos indígenas aos maus-tratos cometidos pelo Diretor nas lavouras, nas “fabricas de tabacões”, nas “rossas de mandioca”, nos “milharaes” e na “arrecadação de breo p<sup>a</sup> o seo neg<sup>o</sup> das Minas”, é possível identificarmos estas outras atividades agrícolas exercidas na vila, e porque não, a formação de um campesinato<sup>440</sup>. Situação identificada desde 1755, quando foi registrada a ordem para a fundação da vila, logo após o aviso do envio dos casais formados por indígenas mulheres e soldados, também havia o aviso de envio de 200 pregos, 6 martelos, 4 serras, 8 arrobas de chumbo sorteado, 25 machados, 25 foices e 25 enxadas para incentivar a agricultura da nova vila<sup>441</sup>. Sobre isso, Carlos Eduardo Barbosa aponta:

A produção dessa população invisível distinguia-se pelo modo de cultivo, seguindo as práticas indígenas herdadas e introduzindo o ferro e outros instrumentos como foices, machados e arados para cortar e desbastar as matas. Este tipo de agricultura, voltado para o mercado interno, não pode ser desprezado, dado o seu papel fundamental tanto na ocupação territorial, quanto na organização do trabalho familiar e no atendimento às demandas dos núcleos urbanos em formação. Em outros termos, podemos entender que, mesmo a produção sendo orientada para a exportação, não deixava de possuir estruturas internas capazes de gerar dinâmica própria<sup>442</sup>.

Segundo o padre João Daniel, o tabaco era amplamente utilizado no mercado dos sertões, não só em formato de fumo, mas em formato de bálsamo para o uso com fins medicinais<sup>443</sup>. Sobre a mandioca e os milharais, o padre João Daniel foi conciso ao dizer que, segundo sua concepção, o “mais fácil método de povoar o rio Amazonas” para além da produção da farinha-de-pau, seria a cultura do grão, por exemplo o milho e o arroz. Para ele, bastavam 25 indígenas empenhados na produção e colheita destes grãos durante quatro meses, para fazer de uma missão uma vila. Este trabalho de cultivo, segundo João Daniel, seria muito mais suave do que o trabalho nas canoas de coleta das drogas do sertão<sup>444</sup>. Expectativa que é colocada em xeque, tendo em vista as

---

<sup>440</sup> Sobre a formação de um campesinato caboclo, formado por indígenas e populações negras na passagem do século XVIII para o XIX na Amazônia, ver ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 73-114, 2005.

<sup>441</sup> **APEP**, cód. 79, fl. 37.

<sup>442</sup> BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730-1822)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017, p. 13.

<sup>443</sup> DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Vol. I. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 535.

<sup>444</sup> DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. Vol. II. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004, p. 477-480.

violências dos trabalhos forçados na lavoura. Outra prática econômica que chama nossa atenção, é a “arrecadação de breo p<sup>a</sup> o seo neg<sup>o</sup> das Minas”. João Daniel comenta que o breu era uma droga do sertão muito abundante nos matos e de diversas castas, ou seja, que podia ser obtido a partir de diversas árvores. O mais utilizado e que circulava no comércio dos sertões, era proveniente de uma resina da árvore da maçaranduba que, derretido em panelas e misturado ao azeite da andiroba, era utilizado na fabricação de embarcações para preservá-las do “bicho turu”<sup>445</sup>.

Na referência às violências direcionadas aos indígenas durante o trabalho de coleta do breu, no requerimento de devassa contra o Diretor de Borba, a nova, em 1759, percebemos um detalhe importante. Aparentemente, a coleta do breu era um negócio pessoal que o Diretor da vila, o alferes Luís da Cunha de Eça e Castro, mantinha com a região das Minas, provavelmente do Mato Grosso. Aqui, então, adentramos em outra camada das relações comerciais da vila de Borba, a nova, que não era a sua relação comercial com o Grão-Pará, focada no cacau, mas a sua relação com o Mato Grosso.

Sobre o lugar da Vila de Borba, a nova, nas conexões comerciais entre o Estado do Grão-Pará e a Capitania do Mato Grosso, Vanice Siqueira de Melo comenta outro caso interessante. Este, porém não girava em torno de atividade produzida na própria vila de Borba, a nova, como era a coleta do breu enviado para o Mato Grosso, mas uma atividade que se utilizava da vila como intersecção entre as duas capitanias, que é a circulação de porções de ouro. A coroa Portuguesa tentava controlar a circulação do ouro que descia do Mato Grosso rumo ao Pará pelos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, por meio dos registros que deveriam ser feitos em algumas vilas e fortificações no caminho. Sobre isso, Vanice Melo aponta:

No início do mês de janeiro de 1763, José Alves de Sousa chegou na vila de Borba, localizada no rio Madeira. Alves de Sousa vinha de Vila Bela e apresentou, na Intendência de Borba, as guias e o ouro que transportava. As guias que trazia José Alves de Sousa relacionavam diversas pessoas que deveriam receber porções específicas de ouro. Contudo, não informava quem havia remetido as porções de ouro. As quantidades de ouro deveriam ser encaminhadas a várias pessoas, como Antonio Rodrigues Martins, que foi o primeiro tesoureiro-geral do comércio dos índios, no Estado do Grão-Pará<sup>446</sup>.

---

<sup>445</sup> DANIEL, 2004 (I), p. 537.

<sup>446</sup> Vanice Siqueira de Melo, baseada na “Relação anexada a carta de Domingo Franco para o governador do Estado do Grão-Pará Manuel Bernardo de Melo e Castro. Borba, 19 de janeiro de 1763. **APEP**, cód. 134, fl. 4”, comenta este caso com mais detalhes, em MELO, Vanice Siqueira de. História e historiografia: conexões e comércio entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (segunda metade do século

As atividades comerciais comentadas brevemente acima, isto é, o negócio do cacau entre a vila de Borba, a nova, e Belém de iniciativa estatal; o negócio do breu entre o comandante da vila de Borba e as regiões das minas da capitania do Mato Grosso; e o envio de ouro de Vila Bela no Mato Grosso, de remetente desconhecido para diversas pessoas no Estado do Grão-Pará com parada na vila de Borba, a nova, provocam duas reflexões. A primeira é que esta vila, localizada estrategicamente ao centro do caminho fluvial entre a Capitania do Mato Grosso e o Estado do Grão-Pará, participava ativamente das dinâmicas comerciais de ambos os espaços. Seja com o envio de cacau para o mercado externo, seja com comércio e abastecimento interno de gêneros (breu) com a capitania mais próxima, ou como espaço de pouso, fiscalização, administração e interseção no rio Madeira para a circulação de ouro. E a segunda reflexão, assim como também apontou Vanice Siqueira de Melo, é que este comércio não foi estabelecido apenas pela atuação da Companhia de Comércio, mas também por outros sujeitos ligados ou não a ela<sup>447</sup>.

### **Urbanização e circulação**

A diversificação da produção de povoações interioranas no centro-norte da América portuguesa, certamente contribuiu para a ampliação dos mercados de núcleos urbanos importantes como Belém do Grão-Pará e Vila Bela do Mato Grosso, o que estimulou a abertura de novas estradas, caminhos e dinâmicas comerciais no interior<sup>448</sup>. Este é o caso da vila de Borba, a nova que, ao longo do tempo, sobretudo após a oficialização do caminho fluvial Madeira-Mamoré-Guaporé, diversificou sua economia, cresceu e ganhou novas funções no espaço<sup>449</sup>. De espaço estratégico para a expansão de missões ao longo da primeira metade do século XVIII, a espaço de apoio à circulação fluvial e comercial na segunda metade do século XVIII, Borba, a nova, nesta fase de *vila*, portanto, deveria assumir novos arranjos urbanísticos para atender aos seus novos compromissos.

---

XVIII). In: PAIVA, Eduardo França. **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no centro-norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023, p. 660-670.

<sup>447</sup> MELO, 2023, p. 667.

<sup>448</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997, p. 98.

<sup>449</sup> MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022, p. 115.

Em 1772, toma posse como governador do recém-dividido Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, o qual havia trabalhado no governo e na reestruturação econômica da Capitania do Piauí durante a década de 1760, e que foi integrante da expedição de demarcação de limites, previstos pelo Tratado de Madri no rio Negro, durante a década de 1750. É atribuído a este governador de vasta experiência, a tentativa de ampliação do circuito comercial do Estado, a partir da cidade de Belém. Antes de voltar de uma temporada em Lisboa para assumir o governo do Estado do Grão-Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas teria se reunido com Sebastião José de Carvalho e Melo e alguns deputados da Companhia de Comércio para a elaboração das “instruções secretíssimas”, que visavam à recuperação do Estado do Grão-Pará a partir de contatos comerciais que faria com as possessões espanholas de Quito, Peru e Orinoco<sup>450</sup>. Buscar outras vias de introdução de mercadorias provenientes do lado português, em troca da prata da América espanhola, se fazia mais que necessário, uma vez que o rio da Prata – onde ficava a colônia do Sacramento –, principal via de acesso, já estava então sob domínio espanhol.

Este projeto de ampliação do alcance da Companhia de Comércio do governador João Pereira Caldas e de Sebastião José de Carvalho e Melo não era novo, porém, agora seria melhor elaborado e efetivado, a partir da construção de armazéns de abastecimento e feitorias de comércio em locais estrategicamente posicionados em regiões de fronteira com os domínios espanhóis. Sete feitorias deveriam ser construídas de Belém do Grão-Pará à Vila Bela no Mato Grosso, passando pelas vilas de Barcelos, de São José do Javari e de Borba, a nova. Acreditava-se que pelos rios amazônicos, a circulação de mercadoria regulada pela Companhia seria mais ágil<sup>451</sup>. Deste modo, em 15 de julho de 1773, é enviado um ofício do governador João Pereira Caldas para o secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, para o estabelecimento do edifício da “Feitoria do Negócio” da vila de Borba, a nova. Junto ao ofício, a planta do edifício previamente fabricada é anexada<sup>452</sup>, cuja autoria é atribuída ao arquiteto

---

<sup>450</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, jul. 2010, p. 513.

<sup>451</sup> SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, jul. 2010, p. 514.

<sup>452</sup> OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a expedição efectuada ao rio Madeira; o estabelecimento de alguns edificios na vila de Borba, como a feitoria de Canoas; a



O edifício contaria com um pátio central, uma varanda, duas cozinhas, duas salas para armazém, uma “caza p<sup>a</sup> escravos”, duas despensas, “duas cazas p<sup>a</sup> comer”, dois escritórios, duas salas para a “Camera”, uma “caza p<sup>a</sup> administradores”, uma “caza p<sup>a</sup> caixeiros”, e outros três quartos cujas funções não foram identificadas. Sobre o processo de urbanização da vila de Borba, a nova, duas perguntas fundamentais devem ser respondidas. Primeiro, houve um planejamento urbano? Como podemos constatar no empenho da fabricação da planta da Feitoria do comércio, um dos principais edifícios da vila, a resposta certamente é que sim. Segundo, e talvez a pergunta mais importante: se houve um planejamento, foi cumprido? Sobre isso, concordamos com Roberta Marx Delson, quando disse que na vila de Borba, a nova, “as regras de alinhamento urbano foram seguidas fielmente”<sup>454</sup>. De fato, podemos confirmar que a Feitoria do comércio não foi só planejada, mas foi construída, pois encontramos uma representação sua de 1790 entre as gravuras produzidas por um dos desenhistas da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira quando passou pelo rio Madeira, idêntica à planta produzida por Antônio José Landi:

**Gravura 9:** “Prospecto da Villa de Borba a Nova, em outro tempo, Aldêa do Trocano: situada no alto de huma ribanceira de 7 braças, e meia de altura, na Margem Ocidental do Rio da Madeira, e na distancia de 25 legoas, acima de sua foz” (Joaquim José Codina, 1790).



**Fonte:** Alexandre Rodrigues Ferreira, séc. XVIII. Disponível em:  
[http://www.filologia.org.br/pereira/textos/viagem\\_ao\\_brasil\\_de\\_arf3.pdf](http://www.filologia.org.br/pereira/textos/viagem_ao_brasil_de_arf3.pdf).

<sup>454</sup> DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997, p. 50.

O programa de construção de novas vilas para a Amazônia, na segunda metade do século XVIII, foi um reflexo do absolutismo e do iluminismo na Colônia, que tentou imprimir em seus edifícios a mensagem de racionalização e organização do crescimento do sertão, antes considerado desordenado e hostil, sob a imagem de um “bom governo”<sup>455</sup>. Porém, este programa não buscou provar somente o rigor das técnicas iluministas de urbanização, combatendo o mito de que as cidades “brasileiras” do período colonial se originaram de povoações espontâneas, que não obedeceram a normas de planejamento metropolitanos e que não foram “produtos de reflexão”. Mas demonstrou também, um processo de mudança de atitude político-administrativa da Coroa portuguesa em relação às fronteiras da Amazônia colonial. Afinal, o processo de secularização das aldeias missionárias que, por muito tempo, foram as muralhas dos sertões, de certa forma, significou também a própria secularização das fronteiras em favor de Portugal.

Para atender a preocupação metropolitana em imbricar os ideais iluministas de urbanização às necessidades de ocupação e povoamento das regiões fronteiriças da Amazônia, Mendonça Furtado chegou a propor o casamento entre o arquiteto Antônio José Landi, responsável pela planta dos edifícios de Borba e de tantas vilas e cidades do Estado do Grão-Pará, “com a filha que ainda está solteira” de um tal João Batista de Oliveira, para que depois fossem enviados a residir em Borba, a nova. Para o governador, Landi seria “um bom morador para a Vila de Borba”<sup>456</sup>, pois era um homem que considerava esperto, ativo, curioso pelas lavouras e ambicioso em guardar dinheiro. No entanto, não há confirmações se de fato ele se instalou na vila.

Por outro lado, observamos também a relação entre a construção urbana e as preocupações geradas no cotidiano dos sertões, sobretudo em relação à atuação de

---

<sup>455</sup> De fato, percebemos no diário de viagem do ouvidor Sampaio, os ideais de organização na planta urbana da Borba. Segundo o ouvidor, a vila ficava no “alto de huma ribanceira”, na margem ocidental do rio Madeira. Quanto à sua forma, “consiste em uma grande praça de quatro lados, que cheios de cazas, fazem quatro ruas, as únicas que tem”, o que podemos observar ao fundo na gravura de Codina. Ver SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Jozé do Rio Negro, fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno 1774, e 1775**. Lisboa: Typografia da Academia, 1825, p. 11.

<sup>456</sup> Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para Sebastião José de Carvalho e Melo. Arraial de Mariuá, 22 nov. 1755. In: MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. Vol. III. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005, p. 54-55.

indígenas como os Mura<sup>457</sup>. Sobre isso, no ofício que solicitava a construção da “Feitoria do negócio”, era solicitado também a construção de uma “Ribeira de canoas” numa localização a “vinte dias de viagem para cima da referida Villa, e para onde facilmente se poderá passar”. A fabricação de mais canoas ajudaria logisticamente a circulação nos rios, e adiantaria os trabalhos de construção da Feitoria. E no lugar da Ribeira foi orientado também que mais tarde deveria ser fundada “huma Povoação forte o bastante a resistir aos insultos do Gentio Mura, que ocupa, em festa todo aquelle Districto”<sup>458</sup>.

Sem dúvidas, referente ao “Prospecto da Villa de Borba a nova”, gravura de Joaquim José Codina, desenhista da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, podemos dizer que é a representação iconográfica do processo de secularização da missão de Trocano. É uma imagem que traduz, sintetiza e comunica visualmente o processo histórico estudado ao longo desta dissertação, que é o de secularização das aldeias missionárias na Amazônia colonial. Para compreendermos tal afirmação, basta acompanharmos a seguinte análise da gravura acima. Em primeiro plano, percebe-se o foco do desenhista na representação da então e nova prioridade da vila de Borba, a nova: a Feitoria do Negócio. Seguindo os contornos típicos iluministas e pombalinos de urbanização, a economia agora ocupava a “carga simbólica do poder central da cidade”<sup>459</sup>, o lugar de centro do mundo. A poucos metros à frente do edifício luso da Feitoria, há uma edificação com características marcadamente indígenas. Mesmo com a imponência do poder português, representado pelo frontispício da Feitoria, é relevante pontuar, que a edificação com traços indígenas não fica muito atrás em tamanho, e ocupa um considerável espaço no terreno, como se resistisse e reivindicasse, frente ao poder luso, a sua existência e permanência também naquele espaço. Ao fundo e em terceiro plano, aparentando uma tímida coluna mediadora entre a feitoria e a edificação

---

<sup>457</sup> Sobre a relação entre o desenho urbano das vilas coloniais e as ações de colaboração e resistência indígena, ver FLEXOR, Maria Helena Ochi, Planejamento, história e memória: o caso da Vila de Abrantes/BA. In: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; MOURA FILHA, Maria Berthilde (orgs.). **Vilas, cidades e territórios: o Brasil no século XVIII**. João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012, p. 131-146; ARRAES, Esdras Araújo, As vilas de índios dos sertões do Norte: desenho, território e reforma urbana no século XVIII. **Antíteses**, Londrina, v. 11, n. 21, p. 193-216, 2018.

<sup>458</sup> OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a expedição efetuada ao rio Madeira; o estabelecimento de alguns edificios na vila de Borba, como a feitoria de Canoas; a necessidade de escravos para servir nas obras; e a realização de novas expedições às vilas de Barcelos e de Javari e à capitania do Mato Grosso. Pará, 15 jul. 1773. AHU, Pará, cx. 71, doc. 6028.

<sup>459</sup> ARAUJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) –Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 20.

com traços indígenas, nota-se uma cruz cristã, simbolizando que a religião não era mais o foco da povoação; no entanto, havia se mantido presente e não sumido totalmente. À frente, em primeiríssimo plano, estão as árvores cortadas, simbolizando a natureza, a rusticidade e o sertão domados. A gravura parece comunicar que a secularização havia obtido êxito. Quanto aos sujeitos que vivenciaram e construíram este processo, os então habitantes da vila, não aparecem na gravura. Mas, certamente, estão presentes em qualquer lugar para onde olharmos, da fabricação das edificações à podagem das árvores, nas entrelinhas das fontes manuscritas e iconográficas, prontos para serem perseguidos e procurados pelo historiador e pela historiadora social, como deve ser a nossa função.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fundação pioneira da Vila de Borba, a nova, em meados do século XVIII, que contou com a visita em pessoa do governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o conhecido Marquês de Pombal, agora podemos dizer, que significou e traduziu o tamanho da preocupação do Estado quanto à ocupação territorial, o planejamento urbano, e a laicização moderna da cultura<sup>460</sup>, da política e da economia das regiões fronteiriças e consideradas remotas do vasto Estado do Grão-Pará e Maranhão. No entanto, o estabelecimento e fixação desta vila só foi possível em razão da força do aparato jesuítico, construído e deixado pelos padres inacianos ao longo de décadas de trabalho de sedentarização e catequização prévia da aldeia de Trocano, e que fora apropriado pela política pombalina durante o processo de sua secularização. Porém, as dinâmicas produtivas, políticas, relacionais, espaciais e comerciais constituídas por Principais e habitantes indígenas, de um lado, e geralmente, comerciantes, navegantes, administradores e militares, de outro lado, também foram, sem dúvida, basilares para a pavimentação da fundação e desenvolvimento da vila de Borba, a nova.

Longe de ter sido um processo coerente e pacífico, a secularização da missão de Trocano e fundação da Vila de Borba, a nova, foi resultado de um processo histórico constituído por múltiplos conflitos entre os sujeitos envolvidos nessa trama, marcada de

---

<sup>460</sup> SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012, p. 74.

disputas – de discursos, planos, expectativas e práticas – para ocupar o melhor lugar, ou o menos pior, na administração, na política, no mercado, no território e nas relações sociais, no seio deste mundo colonial em constante mudança e readaptação. As aldeias missionárias, e depois as vilas, foram espaços privilegiados de circulação, catalização e proliferação de tais conflitos coloniais e, em razão deste potencial de efervescência e de transformação social, foram espaços-alvos das medidas pombalinas. Com isso, pode-se dizer também que, assim como as aldeias missionárias que retiveram grande número de “índios cristãos” e, deste modo, serviram como muralhas nas fronteiras e do sertão, as vilas pombalinas de “índios colonos”, “oficiais índios” e “índios lavradores” foram as principais responsáveis por dar forma às fronteiras e aos sertões a partir de 1750, ano de assinatura do Tratado de Madri. As vilas, portanto, deram forma à ocupação portuguesa do extenso território amazônico.

Isso não quer dizer, porém, que todas as vilas, lugares e povoações criadas no período pombalino, na Amazônia, tiveram um processo histórico igual ou semelhante à vila de Borba. Nem todas as vilas fundadas por Mendonça Furtado, ou posteriores ao seu governo, foram resultado de um processo de secularização de aldeias missionárias ou foram fundadas para cumprir requisitos de defesa, ocupação e povoamento das regiões fronteiriças do Estado. Precisamos, deste modo, estar atentos às particularidades de trajetórias de fundações de outras povoações. Sobre isso, Patrícia de Melo Sampaio fez um importante estudo a respeito do aparecimento e desaparecimento do lugar de “Poiares” nos sertões da capitania de São José do Rio Negro<sup>461</sup>.

Este é um caso que exemplifica bem as contradições e diversidades de processos da colônia, afinal foi um lugar, outrora aldeia de Santo Ângelo do Cumaru, que fora reputada no século XVIII por Mendonça Furtado como “cabeça de mocambo”, e que, no século XIX, foi considerado desaparecido, sendo identificado posteriormente na documentação como relocado e renomeado com o nome de Tauapessasu, de origem indígena. Enquanto a vila de Borba, a nova, que também foi criada em grande medida, artificialmente na sombra dos incentivos econômicos e políticos do Estado, e assentada sobre estruturas locais pré-existentes, manteve uma trajetória duradoura que remete ao atual município de Borba no estado do Amazonas. Poiares, no entanto, pelos mesmos motivos, ao contrário, teve sua prosperidade econômica transitória e efêmera. Na análise

---

<sup>461</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: Poiares, séculos XVIII e XIX. *História Social*, Campinas, n. 10, p. 73-100, 2003.

deste caso, Patrícia de Melo Sampaio demonstrou as características de transitoriedade e a artificialidade que algumas povoações criadas no período pombalino possuíram.

Em outro caso, Rafael Ale Rocha faz um estudo interessante o qual aponta que, de fato, o Estado investiu na política de atração e sedentarização de indígenas locais ou “espanhóis” em regiões fronteiriças, porém, há outros casos de povoações criadas a partir da iniciativa dos próprios indígenas. Sobre isso, cita o caso do lugar de Moreira no rio Negro que, segundo apontou Alexandre Rodrigues Ferreira, foi fundado a partir de um aldeamento estabelecido pela iniciativa do Principal Caboquena. Na ocasião da fundação da vila de Moura, em 1758, que precisou mudar de localização após a aldeia de Itaranduba ser secularizada, Caboquena não acompanhou o grupo, se separou e desceu acompanhado de outros indígenas para fundar em outra terra, a aldeia de Camará, erigida em Lugar de Moreira por Mendonça Furtado, em 1758<sup>462</sup>.

A presente dissertação, portanto, pretendeu explorar as possibilidades de pesquisa da História Social – ou Socioespacial – da ocupação territorial da Amazônia, a partir do estudo da passagem das aldeias missionárias para vilas civis, com olhar específico para a secularização da missão de Trocano no baixo rio Madeira, em 1756. A dissertação pretende, a partir desta pesquisa, entusiasmar outros pesquisadores e pesquisadoras a investigar o processo de secularização das missões, e de fundação de novas vilas e lugares. Com atenção a outros processos e particularidades inerentes a cada contexto e região da Pan-Amazônia, para que, juntos e juntas, contribuamos para a constituição, o aprofundamento e o crescimento do necessário campo de estudos de História das aldeias e das vilas da Amazônia colonial com seus múltiplos sujeitos e experiências.

---

<sup>462</sup> ROCHA, Rafael Ale. O estabelecimento dos povoados colônias em regiões fronteiriças da América Portuguesa: as fronteiras amazônicas. **Revista Ágora**, Vitória, v. 9, p. 1-12, 2009.

## FONTES

### ● APEP

APEP, cód. 68, fl. 21.

APEP, cód. 79, fl. 11.

APEP, cód. 79, fl. 16.

APEP, cód. 79, fl. 33.

APEP, cód. 79, fl. 37.

APEP, cód. 79, fl. 40.

APEP, cód. 79, fl. 40.

### ● AHU

CARTA régia de D. José para o governador e capitão-geral do Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a elevação da aldeia do Trocano a vila, com designação de Borba-a-nova. Lisboa, 3 mar. 1755. AHU, Rio Negro, cx. 1, doc. 9.

OFÍCIO do secretário da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real ao governador D. Antônio Rolim de Moura Tavares sobre a resolução de mandar passar 600 cavalos do Rio Grande para Goiás para remontar o corpo de Dragões e o transporte das embarcações pelo rio Madeira. Refere a morte do rei D. João V. Lisboa, 2 dez. 1750. AHU, Mato Grosso, cx. 5, doc. 327.

OFÍCIO do governador interino do Estado do Maranhão e Pará, Bispo do Pará, D. Miguel de Bulhões e Sousa, para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a extradição de dois padres da Companhia de Jesus do Pará, António José e Roque Hundertpfundt, assistentes na Aldeia de Trocano, por seu envolvimento nos descaminhos do ouro transportado das minas de Mato Grosso para a do Pará. Pará, 1 set. 1755. AHU, Pará, cx. 39, doc. 3642.

OFÍCIO do bispo D. Miguel de Bulhões e Sousa para o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a aplicação da Lei da Liberdade dos Índios e da lei da administração temporal da Aldeias. Pará, 16 dez. 1755. AHU, Pará, cx. 39, doc. 3693.

OFÍCIO do Tesoureiro Geral do Comércio dos Índios, Antônio Rodrigues Martins, para o Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o envio dos mapas de produção das vilas e lugares nos anos de 1762, 1763, 1765 e 1768. Pará, 25 out. 1768. AHU, Pará, cx. 62, doc. 5482.

OFÍCIO do governador e capitão general do Estado do Pará e Rio Negro, João Pereira Caldas, para o secretário de estado da Marinha e do Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre a expedição efetuada ao rio Madeira; o estabelecimento de alguns edificios na vila de Borba, como a feitoria de Canoas; a necessidade de escravos para servir nas obras; e a realização de novas expedições às vilas de Barcelos e de Javari e à capitania do Mato Grosso. Pará, 15 jul. 1773. AHU, Pará, cx. 71, doc. 6028.

- OFÍCIO do governador do Rio Negro, Joaquim de Melo e Póvoas para o Secretário de estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Côrte Real sobre a criação da Vila Nova de Barcelos e tomada de posse do governo; do casamento dos soldados com as índias; alfabetização das crianças indígenas; incremento de culturas várias e criação das novas vilas de Borba, Tomar, São José do Javari, Olivença, Egas, Serpa e Silves. Barcelos, 21 dez. 1758. **AHU**, Rio Negro, cx. 1, doc. 54.
- PARECER do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre as vantagens de comunicação do Grão Pará para Mato Grosso pelos rios Amazonas e Madeira. Lisboa, 15 abr. 1751. **AHU**, Mato Grosso, cx. 5, doc. 335.
- REQUERIMENTO dos Índios da vila de Borba no Estado do Pará, para o secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Real, solicitando que se tire devassa à acção governativa tirânica do diretor da referida vila, o alferes Luís da Cunha de Eça e Castro. 1759. **AHU**, Pará, cx. 45, doc. 4141.

## Outras fontes

- ACUÑA, Christobal de. **Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas**. Madri: Imprensa del Reyno, 1641.
- “Alvará proibindo a abertura de picadas e caminhos para as minas da Real Fazenda”, Lisboa, 27 out. 1733. **Arquivo Histórico Militar**, Lisboa, cota 2/1/1/15.
- Livro de Tombo de Borba, Estado do Amazonas, tom. 1.
- “Autos da Devassa contra os índios Mura do rio Madeira e nações do rio Tocantins (1738-1739)”. Manaus: **CEDEAM-UFAM**, 1986.
- BETTENDORFF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 2010.
- BLUTEAU, Rafael. **Vocabulario portuguez, e latino**. 8 vols. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus / Lisboa: Officina de Pascoal da Sylva, 1712-1728.
- BLUTEAU, Rafael. **Diccionario da lingua portuguesa: composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. 2 vols. Lisboa: Simão Tadeu Ferreira, 1789
- Carta de Lourenço Kaulen a D. Maria Ana de Áustria. Pará, 16 nov. 1753. In: LAMEGO, Alberto. **A terra Goytacá: à luz de documentos inéditos**. Vol. 3. Bruxelas: L'Édition d'Art Gaudio, 1925, p. 293-294.
- Carta de Marco Antonio de Azevedo Coutinho para o governador do Maranhão. Lisboa, 15 de setembro de 1748. **Anais da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, vol. 107, 1987.
- Carta do Governador Gomes Freire de Andrade em 8/VII/1687, ao seu sucessor Artur de Sá Menezes, **Revista do Instituto do Ceará**, Fortaleza, v. XXXVI, 1922, p. 170-171.
- DANIEL, João. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. 2 vols. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- ECKART, Anselmo. **Memória de um jesuíta prisioneiro de Pombal**. Braga: Secretariado Nacional do Apostolado da Oração / São Paulo: Loyola, 1987.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues (20/02/1787). Memória sobre os índios espanhóis, apresentados a João Pereira Caldas na vila de Barcelos para onde os remeteu o comandante de Borba. Barcelos, 20 fev. 1787. **Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, Manuscritos, loc. original 21,1,041, 5 fls.

- FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Relação circunstanciada do rio da Madeira e seu território [30 jan. 1789, fl. 23]. In: **Biblioteca Digital Luso-brasileira**. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/273758>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- FONSECA, José Gonçalves da. Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira pela escolta que por este rio subio às Minas do Mato Grosso por ordem mui recommendada de Sua Magestade Fidelissima no anno de 1749. In: Academia Real das Ciências. **Collecção de Noticias para a Historia e Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos domínios portuguezes, ou lhes são visinhas**. Tom. IV, n. 1. Lisboa: Nova Typographia da Academia Real das Ciências, 1826.
- HERIARTE, Mauricio de. **Descrição do estado do Maranhão, Pará, Corupá e rio das Amazonas**. Viena: Imprensa do Filho de Carlos Gerold, 1874.
- LAMEGO, Alberto. **A terra Goytacá: à luz de documentos inéditos**. Vol. 3. Bruxelas: L'Édition d'Art Gaudio, 1925.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. **A Amazônia na era pombalina: correspondência do Governador e Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado: 1751-1759**. 3 vols. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- PAPAVERO, Nelson; PORRO, Antonio (orgs.). **Anselm Eckart, S.J. e o Estado do Grão-Pará e Maranhão Setecentista (1785)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2013.
- “Papeis do P. Ancelmo Eschard”. **Instituto das Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT)**, Lisboa, Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (MNEJ), Papéis Pombalinos (PP), m. 59, n. 4
- VASCONCELOS, Simão de Vasconcelos. **Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil**. Lisboa: Oficina de João da Costa, 1668.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, João Capistrano. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.
- ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. **Novos cadernos NAEA**, v. 8, n. 1, p. 73-114, 2005.
- AGNOLIN, Adone. Catequese e tradução: gramática cultural, religiosa e lingüística do encontro catequético e ritual nos séculos XVI-XVII. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 143-208.
- ALMEIDA, André Ferrand de. A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 215- 235, jul./dez. 2009.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ANRJ, 2003.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os vassalos d'El Rey nos confins da Amazônia: a colonização da Amazônia ocidental**. 1990. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

- ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. **Diccionario topographico, historico, descriptivo da comarca do Alto-Amazonas**. Recife: Biblioteca Brasiliana, Recife, 1852.
- AMOROSO, Marta. **Guerra Mura no século XVIII – versos e versões: representações dos Mura no imaginário colonial**. 1991. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.
- ARAÚJO, Alik Nascimento. Rumo aos ventos do Oeste: o rio da Madeira e as zonas de fronteiras ibéricas na Amazônia centro-meridional (1639-1723). In: **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial (2012)**. Paisagens nas fronteiras: natureza e sociedade nos confins da América portuguesa. Belém: Editora Açaí, 2014.
- ARAÚJO, Alik Nascimento. **De bárbaros a vassallos: os índios Mura e as representações coloniais no oeste amazônico (1714-1786)**. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- ARAUJO, Renata Malcher de. A razão na selva: Pombal e a reforma da Amazônia. **Camões – Revista de Letras e cultura Lusófonas**, Lisboa, n. 151-165, 2003.
- ARAUJO, Renata Malcher de. **As cidades da Amazônia no século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão**. 2ª ed. Porto: FAUP, 1998.
- ARAUJO, Renata Malcher. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000. Tese (Doutorado em História da Arte) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.
- ARENZ, Karl Heinz. “Não Saulos, mas Paulos”: uma carta do padre João Felipe Bettendorff da Missão do Maranhão (1671). **Revista de História (USP)**, São Paulo, v. 168, n. 1, p. 271-322, jan./jun. 2013.
- ARENZ, Karl Heinz. “Não sem (o) norte”: a Amazônia colonial na recente seara historiográfica (1990-2020). **Temas Americanistas**, Sevilha, v. 47, n. 1, p. 21-44, 2021.
- ARENZ, Karl Heinz. **“Valente para servir”: o padre João Felipe Bettendorff e a Amazônia portuguesa no século XVII**. Belo Horizonte, 2022.
- ARENZ, Karl Heinz. O “tapuitinga” Anselm Eckart e os índios na Amazônia portuguesa: representações e mediações (1753-1757). In: **Anais do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH**, Recife, jul. 2019.
- ARENZ, Karl Heinz; GAIA, Stefanie Leão. Mulheres indígenas em narrativas jesuíticas da Amazônia portuguesa (séculos XVII-XVIII). **Revista Habitus**, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 394-413, 2019.
- ARRAES, Esdras Araújo, As vilas de índios dos sertões do Norte: desenho, território e reforma urbana no século XVIII. **Antíteses**, Londrina, v. 11, n. 21, p. 193-216, 2018.
- AZEVEDO, João Lúcio. **O marquês de Pombal e sua época**. São Paulo: Alameda, 2004.
- AZEVEDO, João Lúcio. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém: SECULT, 1999.
- BARBOSA, Carlos Eduardo Costa. **Planta-me no pó e não tenhas de mim dó: agricultura no Grão-Pará Setecentista (1730-1822)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

- BARROS, Cândida; MONSERRAT, Ruth. Fontes manuscritas sobre a língua geral da Amazônia escritas por jesuítas “tapuitinga” (século XVIII). **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 49, jul.-dez. 2015.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRASIL, Comissão do Madeira. **Pará e Amazonas, pelo encarregado dos trabalhos ethnographicos Conego Francisco Bernardino de Souza**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1874-1875.
- BRITO, Adilson Junior Ishihara. Domar as águas e os sertões da fronteira intra-americana: a centralidade dos caminhos fluviais nas disputas luso-espanholas do Tratado de Santo Ildefonso. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 39, n. 82, p. 107-129, set. 2019, p. 109.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Os práticos do sertão: interculturalidade e experiência na vida cotidiana dos trabalhadores nas canoas monçoeiras (século XVIII). **Métis: História & Cultura**, Caxias do Sul, v. 5, n. 9, p. 207-230, jan./jun. 2006.
- CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Viajantes, mareantes e fronteiriços: relações interculturais no movimento das monções, século XVIII**. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2006.
- CARVALHO, Francismar Alex. Cruzando fronteiras e negociando lealdades: índios missioneiros entre os domínios ibéricos de Mojos, Chiquitos e Mato Grosso (c. 1767-1800). **Novo Mundo Mundos Novos**, Paris, 2012.
- CARVALHO, Roberta Lobão. **“A ruína do Maranhão”: a construção do discurso antijesuítico na Amazônia portuguesa (1705-1759)**. 2018. Tese de Doutorado (História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Território e ocupação na Amazônia joanina (1707-1750): percursos historiográficos do século XXI. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 214-220, 2016.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; ARENZ, Karl Heinz. Amazonian Atlantic: Cacao, Colonial Expansion and Indigenous Labour in the Portuguese Amazon Region (Seventeenth and Eighteenth Centuries). **Journal of Latin American Studies**, Cambridge, v. 53, p. 221-244, 2021.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; BONILLO, Pabro Ibáñez; MELO, Vanice Siqueira de. Vastidão dos gentios bárbaros: caminhos e fronteiras entre o Maranhão e o Brasil (1680-1700). **Almanack**, São Paulo, v. 27, p. 1-48, 2021.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-191, 1991.

- CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar – um estudo sobre a experiência portuguesa na América, a partir da colônia: o caso do Diretório dos Índios (1751-1798)**. 2005. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CORREIA, Maria Alcina Ribeiro. **Sebastião José de Carvalho e Mello na Corte de Viena na Áustria: elementos para o estudo de sua vida pública (1744-1749)**. Lisboa [s/ed.], 1965.
- CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC-Departamento de Imprensa Nacional, 1958
- COUTINHO, João Martins da Silva. **Relatório sobre alguns lugares da província do Amazonas especialmente o Rio Madeira**, Manaus: Codeama/IGHA, 1986.
- DAVIDSON, David Michel. **Rivers & Empire: the Madeira route and the incorporation of the Brazilian far west, 1737-1808**. 1970. Tese (Doutorado em História) – Yale University, New Haven, 1970.
- DELSON, Roberta Marx. **Novas vilas para o Brasil-colônia: planejamento espacial e social no século XVIII**. Brasília: Alva-Ciord, 1997.
- DIAS, Camila Loureiro. **Civilidade, cultura e comércio: os princípios fundamentais da política indigenista na Amazônia (1614-1757)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009
- DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FALCON, Francisco Calazans. **A Época Pombalina: política econômica e monarquia ilustrada**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- FARAGE, Nádia. **As muralhas do sertão: os povos indígenas do Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ANPOCS, 1991.
- FARIA, Maria Dulce de. **Catálogo da Coleção Cartográfica e iconográfica manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2011.
- FLEXOR, Maria Helena Ochi, Planejamento, história e memória: o caso da Vila de Abrantes/BA. In: JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro; MOURA FILHA, Maria Berthilde (orgs.). **Vilas, cidades e territórios: o Brasil no século XVIII**. João Pessoa: UFPB/PPGAU, 2012, p. 131-146.
- FORTE, Vinicius Limaverde. **O ponto de vista nortista: Capistrano de Abreu e a constituição do campo intelectual cearense**. 2011. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo: Globo, 2006, p. 67-109.

- GASPAR, Caroline Almeida. **Vestir os índios: o vestuário ocidental como invenção da civilidade no Grão-Pará (1757-1798)**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. Constructores de ciudades: mamelucos, indios y europeos en las ciudades pombalinas de la Amazonia (siglo XVIII). In: GARCIA, Clara; MEDINA, Manuel Ramos (Orgs.). **Ciudades mestizas: intercambios y continuidades en la expansión occidental. Siglos XVI a XIX**. Actas del 3<sup>er</sup> Congreso Internacional Mediadores Culturales. México: Centro de Estudios de Historia de México, 2001.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil, séculos XVIII e XIX). In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 67-80.
- GUZMÁN, Décio de Alencar. La primera urbanización de los “abunás”: mamelucos, indios y jesuitas en las ciudades portuguesas de la Amazonía, siglos XVII y XVIII. **Boletín Americanista**, Barcelona, ano LXVII/2, n. 75, p. 53-73, 2017.
- HANSEN, João Adolfo. As Liras de Gonzaga: entre retórica e valor de troca. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 1, p. 40-53, 1997.
- HARRIS, Mark. O lobisomem entre índios e brancos: o trabalho da imaginação no Grão-Pará no final do século XVIII. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 47, p. 29-55, 2008.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 27<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- HUGO, Vitor. **Desbravadores**. 2<sup>a</sup> ed. Porto Velho: Banco do Estado de Rondônia (BERON), 1991.
- KANTOR, Iris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750- 1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 17, p. 39-61, 2009.
- LARÍN, Leticia. “Índios espanhóis” sob o pano de fundo da Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Boletín Geocrítica Latinoamericana**, n. 4, p. 131-165, abr. 2020.
- LEITE, Serafim. **História da Companhia no Brasil**. Tom. III e IV. Lisboa: Livraria Portugália / Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943.
- LIMA, Alam da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”: moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, v. 6, n. 1, p. 11-23, jan.-abr. 2011.
- LONDOÑO, Fernando Torres; MARTINS, Fredson Pedro. Jesuítas, indígenas e o *Código Religião* nas crônicas de Maynas, Mojos e Chiquitos no século XVIII. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 3, n. 2, p. 188-213, 2014.
- MACHADO, Diego Ramon Silva. **No rastro dos ovos: uma história da exploração e uso da tartaruga da Amazônia, 1727-1882**. 2016. Tese (Doutorado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Rio de Janeiro, 2016.

- MANO, Marcel. As crônicas jesuíticas e a história indígena no Médio Amazonas nos séculos XVII e XVIII: os Tupinambarabas. **Crítica e Sociedade: Revista de Cultura Política**, Uberlândia, v. 7, n. 1, mai. 2017.
- MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.
- MELO, Vanice Siqueira de. História e historiografia: conexões e comércio entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (segunda metade do século XVIII). In: PAIVA, Eduardo França. **Reescrevendo histórias do Brasil: conexões e dinâmicas internas no centro-norte (séculos XVIII e XIX)**. Belo Horizonte: Caravana, 2023, p. 660-670.
- MELO, Vanice Siqueira de. **Caminhos fluviais e mobilidade: os rios Guaporé, Mamoré e Madeira e a rota entre o Mato Grosso e o Grão-Pará (séculos XVII e XVIII)**. 2022. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.
- MELO, Vinícius Zúniga. **Os diretores de povoações: serviços e transgressões no Grão-Pará do diretório dos índios (1757-1798)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- MENÉNDEZ, Miguel. Contribuição ao estudo das relações tribais na área Tapajós-Madeira. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 27-28, p. 271-286, 1984.
- MONCADA, Luís Cabral de Oliveira. Um “iluminista” português do século XVIII: Luís António Verney. In: MONCADA, Luís Cabral de Oliveira (Org.). **Estudos de História do Direito: século XVIII – Iluminismo Católico: Verney-Muratori**. Vol. 3 Coimbra: Imprensa da Universidade, 1950.
- MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). **Deus na Aldeia: missionários, índios e mediação cultural**. São Paulo, Globo, 2006, p. 31-66.
- MORAES, Alexandre Jose de Mello. **Corographia historica, chronographica, genealogica, nobiliaria e politica do Imperio do Brasil**. Vol. III. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1858-1863.
- NIMUENDAJÚ, Curt. As Tribos do Alto Madeira. **Journal de la Société des Américanistes**, Paris, v. 17, p. 137-172, 1925.
- NIMUENDAJÚ, Curt. The Mura and Pirahá. In: STEWARD, Julian H. (org.). **Handbook of South American Indians**. Vol. 3 (The Tropical Rain Forest Tribes). Washington: Government Publishing Office, 1948.
- NOVAIS, Fernando Antônio. Reformismo Ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 4, n. 77, p. 105-118, 1984.
- OUTRAM, Dorinda. **The Enlightenment: new approaches to European history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PAINTER, Joe. **Territory-network**. Association of American Geographers. Annual Meeting. Chicago, 2006.
- PAULA, Augusto Nalini Aigner de. **As vilas pombalinas das capitanias do Rio Negro e Pará (1755-1798): políticas de integração dos índios, negociações e conflitos**. 2018. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2018.

- PEREIRA, Ione Aparecida Martins Castilho. **Missão jesuítica colonial na Amazônia meridional: Santa Rosa de Mojo uma missão num espaço de fronteira (1743-1769)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) –Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- PEREIRA, Márcia Leila de Castro Pereira. **“Rios de Histórias”: guerra, tempo e espaço entre os Mura do Baixo Madeira (AM)**. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva. **Novos ares, nova vida: mobilidade, casamento e família nos sertões do Siará grande (1759-1766)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- POMPEU, André José Santos. **As drogas do sertão e a Amazônia colonial (1677-1777)**. 2021. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.
- POMPEU, André José Santos. **Monções amazônicas: avanço e ocupação da fronteira noroeste (1638-1706)**. 2016. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- PORRO, Antonio. A “Relação” de Jacinto de Carvalho (1719), um texto inédito de etnografia amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 7, n. 3, 2012.
- PORRO, Antonio. História indígena do alto e médio Amazonas séculos XVI a XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 175-196.
- PORRO, Antônio. **Uma crônica ignorada: Anselm Eckart e a Amazônia setecentista**. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 6, n. 3, p. 575-592, set.-dez. 2011.
- PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. **Entre índios e verbetes: a política linguística na Amazônia portuguesa e a produção de dicionários em Língua Geral por jesuítas centro-europeus (1720-1759)**. 2017. Dissertação de Mestrado (História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- PRUDENTE, Gabriel de Cassio Pinheiro. Ler e copiar, ouvir e registrar: um dicionário jesuítico como instrumento de aprendizado da Língua Geral na Amazonia Setecentista. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**, Belém, v. 10, v. 3, p. 641-657, set./dez. 2015.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. 2ª ed., vol. 2. Belém: SECULT, 1993.
- ROCHA, Igor Tadeu Camilo. **Entre o “ímpeto secularizador” e a “sã teologia”: tolerância religiosa, secularização e ilustração católica no mundo luso (séculos XVIII-XIX)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- ROCHA, Rafael Ale. O estabelecimento dos povoados colônias em regiões fronteiriças da América Portuguesa: as fronteiras amazônicas. **Revista Ágora**, Vitória, v. 9, p. 1-12, 2009.
- ROCHA, Rafael Ale. O estabelecimento dos povoados colônias em regiões fronteiriças da América Portuguesa: as fronteiras amazônicas. **Revista Ágora**, Vitória, ed. 9, p. 1-12, 2009.
- ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Dissertação (Mestrado em História),

- Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.
- ROCHA, Rafael Ale. **Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)**. Curitiba: CRV, 2022.
- ROLLER, Heather Flynn. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no Sertão amazônico (1750-1800). **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 201-243, 2013.
- SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. **Diário da viagem, que em visita, e correição das povoações da Capitania de S. Jozé do Rio Negro, fez o Ouvidor, e Intendente Geral da mesma Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no anno 1774, e 1775**. Lisboa: Typografia da Academia, 1825.
- SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. **Espelhos partidos: etnia, legislação e desigualdade na Colônia – Sertões do Grão-Pará, c. 1755-c. 1823**. 2001. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2001.
- SAMPAIO, Patrícia Melo. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: Poiares, séculos XVIII e XIX. **História Social**, Campinas, n. 10, p. 73-100, 2003.
- SANTOS, Cândido dos. Matrizes Do Iluminismo Católico da Época Pombalina. In: SILVA, Francisco Ribeiro da; CRUZ, Maria Antonieta; RIBEIRO, Jorge Martins; OSSWALD, Helena (orgs.). **Estudos em Homenagem a Luís Antônio de Oliveira Ramos**. Vol. 3. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.
- SANTOS, Fabiano Vilaça dos. Uma vida dedicada ao Real Serviço: João Pereira Caldas, dos sertões do Rio Negro à nomeação para o Conselho Ultramarino (1753-1790). **Varia Historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, p. 499-521, jul. 2010.
- SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p. 81-100, jun. 1977.
- SILVA, Cliverson Pessoa da; COSTA, Angislane Freitas. Um quadro histórico das populações indígenas no alto rio madeira durante o século XVIII. **Amazônica – Revista Antropologia**, Belém, v. 6, n. 1, p. 110-139, mar. 2014.
- SILVA, Marcel Rolim da. **A colonização do morubixaba: a construção do principalato indígena na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.
- SOUTHEY, Roberto. **História do Brasil**. Tom. 5. Rio de Janeiro: Garnier, 1862.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. As reformas pombalinas e a lei da Liberdade dos índios de 1755. In: ARENZ, Karl Heinz; HENRIQUE, Márcio Couto (orgs.). **Em linhas tortas: os regimentos tutelares e os indígenas amazônicos (Séculos XVII-XIX)**. Ananindeua: Editora Cabana, 2021, p. 116-129.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. O cotidiano das povoações no Diretório. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém, v. V, n. 1, p. 79-106, 2010.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. **Tramas do cotidiano: religião, política, guerras e negócios no Grão-Pará do setecentos**. Belém: ed.ufpa, 2012.
- SOUZA JUNIOR, José Alves. Negros da terra e/ou negros da Guiné: trabalho, resistência e repressão no Grão-Pará no período do Diretório. **Afro-Ásia**, Salvador, v. 48, p. 173-211, 2013.
- TEIXEIRA, Alice Maria de Jesus. Cultura material e o cotidiano do trabalho no Estado do Grão Pará e Maranhão no final do século XVIII e início do século XIX. **Revista Cantareira**, Niterói, v. 32, 2020.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.